

EÇA E O BRASIL

Muito se tem escrito sobre Eça de Queirós em relação ao Brasil. O fascínio e as influências que exerceu sobre escritores brasileiros do passado. A constância no amor e na fidelidade pela vida fora de quantos foram uma vez tocados pelo encanto da prosa queirosiana. A primazia do Brasil sobre Portugal na admiração e no sucesso de sua obra. A verdadeira obsessão que se apossou da boêmia literária da *belle époque*, que o tinha por modelo, nas idéias segundo as interpretava, nos hábitos que lhe atribuía, no estilo, até nos tiques.

Sobre o tema "Eça e o Brasil" ou "Eça e os Brasileiros" e com as honras e proporções de um livro inteiro, a Companhia Editora Nacional publicou em 1959, na "Brasiliana", volume 311, *Eça de Queirós, agitador no Brasil*, de Paulo Cavalcanti, e a editora Livros do Brasil, de Lisboa, em 1965, *O Brasil na vida de Eça de Queirós*, de Heitor Lyra. Paulo Cavalcanti centralizou suas pesquisas no episódio das arruaças provocadas pelas *Farpas* em Pernambuco, por volta do ano de 1872, quando Eça de Queirós e Ramalho Ortigão entenderam de protestar contra a sem-cerimônia com que ali se contrafazia a publicação. Dos xingamentos escritos na paródia *Os Farpões* e atirados através do Atlântico, passaram os pernambucanos às vias de fato contra a colônia lusitana local, a ponto mesmo de as autoridades suspenderem, por medida de precaução, as comemorações de rua do cinquentenário da Independência. Já Heitor Lyra é mais genérico, como sugere o título do livro, reunindo informações esparsas e revelações de descendentes de Eça de Queirós, sobre fatos do convívio em Paris com brasileiros ilustres, amigos e freqüentadores da casa em Neuilly.

A esses dois excelentes trabalhos segue-se agora este *Eça e o Brasil*, em que Arnaldo da Costa Faro revê, analisa, retifica e complementa informações, com a vantagem de ter pesquisado onde poderia dispor de melhor fonte, além de sua preciosa biblioteca especializada, logrando compor, assim, um painel muito mais amplo e rico de revelações, a começar pelos fatos da presença do Brasil em Eça de Queirós, desde os primeiros momentos de sua vida, ou bem antes mesmo, como se vê dos capítulos iniciais, "O avô ouvidor do Rio de Janeiro", "A ama pernambucana", "O pai carioca".

FICHA CATALOGRÁFICA

(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-Fonte,
Câmara Brasileira do Livro, SP)

Faro, Arnaldo.

Q41f

Eça e o Brasil; prefácio de Miécio Táci. São Paulo, Ed. Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

(Brasiliana, v.358)

Bibliografia.

1. Queirós, Eça de, 1845-1900
2. Queirós, Eça de, 1845-1900 — Crítica e interpretação I. Táci, Miécio, 1913- II. Título. III. Série.

B

CDD-928.69

-869.09

77-0125

Índices para catálogo sistemático:

1. Literatura portuguesa : História e crítica 869.09
2. Portugal : Escritores : Biografia 928.69



*Obra publicada
com a colaboração da*

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Orlando Marques de Paiva

EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Presidente: Prof. Dr. Mário Guimarães Ferri

Comissão Editorial:

Presidente: Prof. Dr. Mário Guimarães Ferri (Instituto de Biociências). **Membros:** Prof. Dr. Antonio Brito da Cunha (Instituto de Biociências), Prof. Dr. Carlos da Silva Lacaz (Faculdade de Medicina), Prof. Dr. Pêrsio de Souza Santos (Escola Politécnica) e Prof. Dr. Roque Spencer Maciel de Barros (Faculdade de Educação).

EÇA E O BRASIL

BRASILIANA

Volume 358

*

Direção:

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

ARNALDO FARO

EÇA E O BRASIL

Prefácio de
MIÉCIO TÁTI

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
EDITORA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO

Direitos reservados
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639
01212 São Paulo, SP

1977

Impresso no Brasil

A

Miécio Táti

Américo Jacobina Lacombe

Roberto Reis da Silva Ramos

Plínio Doyle,

*cultores de Eça e amigos de meu Pai,
que tornaram possível a publicação
deste livro.*

ARNALDO DA COSTA FARO JÚNIOR

Sumário

Prefácio, XIII

- O avô ouvidor do Rio de Janeiro, 1
A ama pernambucana, 25
O pai carioca, 35
As Farpas em Pernambuco, 59
O *Padre Amaro* em São Paulo, 102
O Rio de Janeiro em 1878, 109
O *primo Basílio* chega à Rua do Ouvidor, 131
Eça nos teatros do Rio em 1878, 146
A crítica de Machado de Assis, 162
Uma sátira baiana, 177
Do *Primo Basílio* à Revista de Portugal, 184
O *Padre Amaro* em cena, 200
Um concurso literário durante a Revolta da Esquadra, 205
Candidato a presidente e crítico de Sarah Bernhardt, 214
Uma revista brasileira em Paris, 219
Começo de século, fim de vida, 231
Eça na política do Estado do Rio, 241
Da *belle époque* à guerra, 249
Os amigos brasileiros de Eça de Queirós, 257
O "Clube do Eça", 267
Eça, 1966, 277

Prefácio

Os amigos de Arnaldo Faro — aqueles, principalmente, que lhe acompanharam os passos desde os tempos de colégio, num contato de vida que se prolongou por mais de cinqüenta anos — não duvidavam de que, um dia, acabaríamos por dever-lhe um livro como este, tão estreitos e evidentes eram os laços de simpatia intelectual que o mantinham ligado ao criador de *Os Maíás*.

Claro que, para a produção de obra válida sobre autor como o Eça, não bastaria, por parte de quem se abalançasse a pô-la em execução, preencher as condições que, em Arnaldo Faro, estavam mais que comprovadamente satisfeitas, desde longa data: o conhecimento aprofundado da matéria e o amor pelo tema. Sem virtudes de escritor, um entendido em Eça de Queirós poderia arrolar documentos e tirar conclusões inéditas sobre episódios importantes da vida do autor em estudo, atestando de público admiração por ele, mas não lograria elaborar uma obra literária do peso deste *Eça e o Brasil*, em que o ensaísta Arnaldo Faro se revela e de maneira plena.

Apresentando-nos sua monografia, em palavras recatadas e poucas, mas bastante de esperar em quem sempre pôs de quarentena toda sorte de exagero e de declarações enfáticas, definiu-se Arnaldo Faro, em relação a Eça de Queirós, como simples leitor de seus livros, leitor que veio de longe, desde os 10 ou 12 anos, e que se fez, mais tarde, colecionador “não só do que Eça escreveu, como do que se escreveu sobre ele”. O livro de Arnaldo

Faro ultrapassa, todavia, esses limites: é obra de erudição partida de intérprete dos mais abalizados da imensa criação literária de Eça de Queirós e, ao mesmo tempo, trabalho de analista e de pesquisador minucioso do que escreveram sobre Eça. Se a matéria do livro se concentrou, de preferência, no exame das ligações da vida e da obra de Eça com o Brasil e o Rio de Janeiro, — explicou-o Faro — foi porque ele, autor, jamais se desvinculou de sua condição de brasileiro e carioca.

Essa alegada circunstância de ser “brasileiro e carioca”, na vida de Arnaldo Faro, entrelaçada, durante muito tempo, à de um grupo numeroso de companheiros de colégio, engrossado, mais tarde, por outros, saídos da faculdade, — grupo acentuadamente brasileiro, mas acima de tudo carioca, pelo jeito de sentir, e de falar, e pelo de viver — é elemento decisivo para que se compreendam o interesse e o carinho com que Arnaldo Faro se teria dedicado à tarefa de compô-lo: Eça, velho apego literário; o Brasil, e sobretudo o Rio de Janeiro, sua paixão de brasileiro e carioca, que era a mesma paixão de seus amigos — os amigos daquele grupo a que nós, na intimidade, chamávamos *a turma*.

Teve início a formação desse grupo de companheiros no valedudinário Colégio Paula Freitas, hoje inexistente, na década de 20, quando os garotos do primário andavam de calças curtas e iam de bonde para a escola. Arnaldo Faro era habitante de Saenz Peña, filho de português comerciante, com negócio de vidros e molduras, no centro da cidade. Menino rico, acreditávamos que o fosse: não o ostentava pelos modos, comparáveis aos nossos. Mas havia uma diferença, quanto às propensões. No grêmio literário do colégio, cujo funcionamento dependia, em sua elevada alçada, da vontade onipotente de mestre Porto Carreiro, tradutor de Rostand e alta figura magisterial, o menino, o rapazinho Faro, havia de distinguir-se, muito acima da média dos oradores escolares, como um pequeno Cícero, difícil de derrubar. Cresceu com essa qualidade: falava bem, com agudezas na língua, talvez herança incontável das leituras do Eça.

Do colégio à faculdade, mantivemos *a turma*, já agora num nível mais livre de rapaziada. Nesse doce capítulo da vida, inclusive, no transcorrer da evolução do grupo, tudo quanto, sem desmerecimento, se possa incluir na história de moços saudáveis, que se divertiam à carioca, faziam tiro-de-guerra, compunham sambas

e marchas para o carnaval (musiquinhas não gravadas, nem sabidas do público, mas nem por isso indignas de atenção, como algumas do Faro, batedor de caixinha de fósforos e afinado tenor) e, nos intervalos, estudavam para o ingresso, em prazo curto, nas lutas da profissão. Foi época agitada, com revoluções locais a perturbar a marcha de nossa formação superior (década de 30), mas assim mesmo prosseguimos, brasileiros e cariocas *sans peur et sans reproche*. Dávamos conta das obrigações estudantis — colamos grau! — e sobrava-nos tempo para fazer literatura, num grêmio que fundamos, em continuação ao do colégio, apenas que, desta vez, com nome mais pomposo — Academia Machado de Assis —, nada menos que este nome, fruto de nossa presunção de futuros doutores, olhos no alto.

Formamo-nos, era fatal. Faro se fez advogado, com êxito na carreira, como vinha sendo prometido por seus dotes de inteligência. Casou-se. Teve um herdeiro de seu nome — Arnaldo da Costa Faro Júnior —, que figura neste livro subscrevendo-lhe a dedicatória, em lugar do pai, a quem a sorte levou de nós. Um filho, e um livro publicado. Perpetuou-se a criatura, na obra a que deu origem.

A notícia de que Faro deixara escrito um livro sobre Eça — livro não definitivamente posto em ordem para publicação, mas arrumável com facilidade, no conjunto de seus capítulos e de suas anotações — não constituiu surpresa para quantos estavam a par de sua predileção por aquele romancista, muito menos para nós, seus amigos de colégio, que sempre estivemos convencidos de não haver no Brasil quem se pudesse dizer tão íntimo de Eça quanto ele. Se alguma coisa era estranhável, por parte de Faro, era o haver tardado tanto em passar para o papel pelo menos um pouco do muito que acumulara de conhecimentos sobre Eça, vida e obra. Só se podia descobrir uma razão para o silêncio prolongado: a busca da perfeição, como se Faro houvesse arraigado, em sua personalidade, o espírito crítico eciano, não apenas no julgar a obra alheia, como no medir os próprios méritos.

O que a mim me tocou fazer, por incumbência da família do velho companheiro, quanto aos originais de *Eça e o Brasil*, foi trabalho de concatenador da peça manuscrita. Para cada um dos temas em que se dividia o livro, houve tempo de o autor redigir o que havia delineado, de maneira integral, ou apenas necessitando

de retoques ou de uma ou outra complementação, através do aproveitamento das observações e notas lançadas em papéis selecionados por pastas, em correspondência às divisões do livro. Cumprira-me o cuidado de nada aduzir de meu ao trabalho do escritor, fora dessa função de lhe coordenar o texto e interpretar as intenções, nas passagens não completas, como redação. Conhecendo de perto o feitio de Faro, tinha eu de ser escrupuloso, ao lidar com obra sua, mantendo fidelidade a seu sistema de trabalho e a suas exigências intelectuais. Fiz o que esteve em meus recursos para não fugir a esse critério.

Sobre fatos relacionados com a vida de Arnaldo Faro, no terreno dos planos que traçara para sua atividade literária, acrescento um depoimento: o estudo do Rio de Janeiro — certamente essencial para o preparo deste livro — despertara-lhe, com a continuação, segundo me declarou, especial interesse em si mesmo, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento da cidade, seus usos e costumes através dos tempos, a maneira de ser de sua gente e aspectos da terra. Acredito que esse novo cuidado do autor acabaria por levá-lo a reunir em sua biblioteca uma completa coleção de livros especializados sobre o assunto — como ocorrera relativamente a *Eça de Queirós* — e, daí, à realização de obra de investigação histórica sobre o Rio de Janeiro, vazada naquele mesmo espírito de justeza monográfica que se patenteia neste *Eça e o Brasil*. Falhou o plano, mas o livro sobre *Eça* ficou, para testemunhar, por si só, a excelência do escritor, no gênero que escolheu para primeira aplicação, em obra impressa, de sua irresistível vocação literária.

MIRÉCIO TÁTI

Este livro é o de um leitor. Leu os primeiros livros de Eça de Queirós, encontrados na estante do irmão mais velho, com 10 ou 12 anos. Não se pode propriamente dizer que a leitura tenha sido clandestina. Mas também deve ser reconhecido que não foi autorizada nem proclamada.

A admiração não desapareceu com o tempo. O leitor de alguns livros se tornou leitor de toda a obra. Passou a colecionador não só do que Eça escreveu, como do que se escreveu sobre ele. Ao correr da leitura, anotações se foram acumulando. E, como o leitor é brasileiro e carioca, as notas se encontraram, de preferência, orientando quanto às ligações da vida e da obra de Eça com o Brasil e o Rio de Janeiro.

ARNALDO FARO

EÇA E O BRASIL

O avô ouvidor do Rio de Janeiro

Desde os primeiros momentos da vida de Eça de Queirós, o Brasil está presente. A mulher que o recolhe, logo que nasce, que o leva à pia batismal, que lhe serve de madrinha e de ama, e em cuja casa ele vive durante algum tempo, é uma brasileira: — Ana Joaquina Leal de Barros.

Aquela presença fora mesmo anterior, pois também o pai de Eça de Queirós nasceu no Brasil e aqui o avô exerceu a magistratura.

Eça teve um extraordinário avô. Se a vida do romancista, como ele próprio diria, foi tão sem história quanto a república de Andorra, a do avô teve a densa e atribulada história de um país dos Balcãs.

A sentença que o condenou à morte — porque nem tal requinte faltou àquela vida aventureira — adjetivou-o com exatidão: — façanhoso.

Esse avô lëndário — Joaquim José de Queirós — nasceu em 9 de janeiro de 1774, no lugar de Quintãs, a uma légua de Aveiro. De boa linhagem, mas sem fortuna, admite-se que seu curso jurídico tenha sido custeado por um Barreto, rico fidalgo de Aveiro, de cujo filho, José, foi contemporâneo em Coimbra.

Revelou-se bom estudante. Matriculando-se na Universidade em 1799, tirou carta de bacharel em 1804, com aprovação *nemine discrepante* em todos os anos, e conseguiu ser, nos dois últimos, um “premiado”. O prêmio era em dinheiro, quarenta mil réis.

Ingressa na magistratura, serve em várias comarcas. Em Mangualde conhece Teodora Joaquina, com quem passa a viver e mais tarde vem a casar, e que será a mãe de seus seis filhos,

alguns deles legitimados pelo superveniente matrimônio. A simples insistência com que os biógrafos se referem a “essa moça de Fornos-de-Algodres” ou “uma rapariga de Fornos-de-Algodres” bastaria para indicar que se tratava de pessoa de condição humilde.

Portugal, a esse tempo, profundamente dividido após a libertação do domínio francês, debate-se entre absolutistas e liberais. Mas o momento destes, com os quais devem estar as simpatias de Queirós, ainda não chegara. Por outro lado, em novas terras estará mais abrigado dos comentários que a sua ligação amorosa não deixaria de provocar. Resolve vir com Teodora Joaquina para o Brasil.

Existem no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, onde foram localizados por Pedro Calmon, elementos sobre essa viagem. Lá estão os assentamentos relativos ao passaporte, tirado em 29 de julho de 1817, bem como a petição pela qual foi solicitado, de concisão modelar:

Senhor. Diz o bacharel Joaquim José de Queirós, natural de Aveiro, de idade de quarenta anos, que pretende ir ao Rio de Janeiro, para o que se acha legitimado pela Intendência Geral de Polícia, como mostra pelo documento junto. Pede a V. M. seja servido mandar-lhe passar seu passaporte. E. R. M.

Tal descoberta permitiu, ainda, reunir elementos para o “retrato falado” de Joaquim José, de quem não nos consta tenha sido publicada a imagem. Eis como o descreveu o passaporte:

De estatura alta, rosto comprido, bexigoso, e com uma costura na face esquerda e olhos pardos...

Os autores sempre se tinham limitado a dizer que aqui servira na magistratura. Calmon foi o primeiro, ao que sabemos, a precisar o cargo, não tendo, contudo, indicado a fonte da informação. Havendo desempenhado, em Portugal, as funções de juiz de fora — passo inicial da carreira — Queirós exerceria, no Rio, o posto mais avançado de ouvidor.

Desde o tempo de Filipe II as capitâneas do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Vicente eram atendidas por um ouvidor.

Nos meados do século XVII, porém, “na dilatadíssima Província do Brasil crescia avultadamente o povo e o continente vasto do Rio de Janeiro era já conspícuo pelo excesso de seus habitantes e opulência de comércio que sustentava...”

Reconhecida a necessidade de possuir cada uma daquelas capitánias magistrado próprio, ganhou o Rio de Janeiro o seu primeiro ouvidor privativo, Miguel de Sequeira Castelo Branco, nomeado em 1689. Joaquim José de Queirós foi o 32.º, empossado em 15 de abril de 1818, como tudo se vê da relação anexada por monsenhor Pizarro às suas *Memórias históricas*.

Em virtude do cargo, Queirós deve ter morado na rua que se tornaria a mais célebre do Rio e do Brasil.

Tinham os ouvidores, além dos vencimentos, direito a aposentadoria. O sentido moderno da palavra, hoje tão empregada, talvez justifique o lembrete de que, na época, aposentadoria significava, essencialmente, o fornecimento de aposentos, de morada. Vieira Fazenda, referindo-se à aposentadoria dos ouvidores, especificou os benefícios que abrangia: — casa, cama, escrivãinha e mobília.

A esse título recebiam quarenta mil-réis anuais, pagos a princípio pela Fazenda Real e depois pela Câmara.

Em 1745 decidiu-se substituir, pela própria casa, a importância que para ela recebiam os ouvidores. E então, escreve Pizarro, “se lhes deram as casas que foram de José de Andrade, sitas na Rua do Ouvidor, e se achavam apropriadas à Fazenda Real, sem se quitar a Câmara daquela importância, que se foi recolhendo ao cofre da mesma Fazenda”.

Era Rua do Ouvidor quando Pizarro contou o fato, já no fim do primeiro quartel do século XIX, mas não o era quando o fato se deu, em 1745.

Até esse ano tivera vários nomes, sem que haja muita certeza quanto a todos os que teve, e à ordem em que os teve. Nomes que provavelmente variavam ao sabor de preferências individuais e que às vezes designavam apenas certos trechos da rua.

Foi, de início, humilde Desvio do Mar. Depois Rua do Aleixo Manuel. Mais tarde, talvez, Rua do Gadelha, a seguir Rua do Barbalho. Vieira Fazenda desfia outros nomes: Rua de Gregório Mendes, da Quitanda, de Pedro da Costa, do Padre Pedro Homem da Costa, de D. Vitória, da Sé Nova, de Brás Luís... Pela proximidade da Igreja da Cruz dos Militares, foi Rua da

Cruz durante grande parte do século XVIII, ensina Felisbello Freire: e esse era o nome que tinha em 1745, quando nela recebem casa os ouvidores, acrescenta Vieira Fazenda.

Ocupava então o cargo Manuel Amaro Pena de Mesquita Pinto, que foi o primeiro magistrado a residir na casa nova. Seguiu-se-lhe Francisco Antônio Berquó da Silveira Pereira, cuja nomeação é de 1747.

Diante da importância de tais moradores, é natural houvesse a rua mudado de nome, homenageando-os. Talvez tenha contribuído, para que a nova denominação se firmasse, a personalidade marcante, e bem conhecida, do ouvidor Berquó.

Da morada continuaram a usar, e parece mesmo que a abusar, os magistrados seguintes. Melo Moraes Filho encontrou requerimento, de 1822, no qual Manuel José Correia de Castro pedia se lhe restituísse “um terreno que possui na Rua do Ouvidor, que há muito tem sido desfrutado pelos ouvidores na casa que lhe fica próxima”.

Nem na casa, ou em terrenos vizinhos, se conteve a Justiça. Invadiu a própria rua, que tomou aspectos forenses visíveis.

Era então costume, para melhor localização dos habitantes ou das atividades exercidas, fracionar, segundo estas ou aqueles, a denominação das ruas por esquinas ou quarteirões, dando-lhes a designação de “cantos”. Na esquina da Rua do Ouvidor com a Rua do Carmo, por exemplo, era o Canto do Lucas do Couto; e na esquina da mesma Rua do Ouvidor com a Rua da Quitanda — ou Sucussarará — do lado direito de quem vinha das bandas do mar, era o Canto dos Meirinhos, que se estendia ainda pela Rua da Quitanda até a “Rua detrás do Hospício”, hoje Buenos Aires.

Nesse Canto dos Meirinhos têm início as *Memórias de um sargento de milícias*, cuja ação decorre “no tempo do Rei”, que é o tempo em que aqui andou o ouvidor Queirós. Manuel Antônio de Almeida descreveu o local, povoado por aqueles serventuários da Justiça de que tomara o nome, gente temida que usava casaca preta, meias e calções da mesma cor, sapatos de fivela, chapéu armado, de dois bicos, e espadim à cinta. Ali, a céu aberto, sentados em pequenos bancos de couro, aguardavam eles a clientela, nessa época “em que a demanda era entre nós um elemento de vida”.

Na Rua do Ouvidor, portanto, deve ter morado Joaquim José de Queirós, nas casas de sobrado destinadas aos magistrados de sua categoria, casas que ficavam à direita de quem vinha do mar, logo depois do Canto dos Meirinhos, ou seja, da Rua da Quitanda, aproximadamente no local hoje ocupado pelo edifício do Lar Brasileiro.

Entre as atividades funcionais do ouvidor Queirós, uma que se conhece é de natureza censitária.

Já antes, inclusive no governo do conde de Resende, haviam sido feitas tentativas de contagem da população. A de 1821, contudo, deve ter sido a primeira a se revestir de maior apuro, pois dela é que parte Noronha Santos, ao enumerar os vários recenseamentos da cidade, acrescentando: "O recenseamento de 1821 foi realizado sob a direção do ouvidor Joaquim José de Queirós."

Cabe assinalar, aliás, que ele não só o presidiu como influiu no resultado. Dos 112.695 habitantes que apurou, era responsável pela existência de ao menos um deles: seu primogênito, José, nascido em 1819, que viria a ser o pai de Eça de Queirós.

Outro fato que pudemos localizar, na administração do nosso ouvidor, foi a correição a que procedeu, em 1820.

Eram as correições levadas a efeito no Senado da Câmara, uma das atribuições dos ouvidores. Deviam ser anuais, o que nem sempre foi observado. Nelas se examinavam, de modo geral, os assuntos de interesse da cidade. Lendo-as, vê-se que eram os mais diversos os problemas tratados, e alguns são, ou deveriam ser, tratados até hoje: — reparos nas calçadas, o preço do peixe, higiene da cidade, fabricação de aguardente, salários das amas dos enjeitados, o preço das farinhas, distribuição de cera nas procissões, abastecimento de carne, eleições dos almotacés, falta d'água...

Iniciavam-se por um diálogo entre o ouvidor e os vereadores, em que quase todas as perguntas daquele, e as respostas destes, obedeciam sempre ao mesmo molde, velho de séculos.

A última pergunta era no sentido de saber se tinham os vereadores alguma coisa a requerer, a bem do serviço de Sua Majestade ou do público. Se tinham, o ouvidor provia a respeito. Se nada requeriam, ou a correição era dada por concluída, ou determinava o ouvidor, de ofício, providências que lhe pareciam

necessárias. Providências às vezes severas, como sucedeu em correições do ouvidor Berquó, de quem já se falou.

Esse magistrado tinha orgulho especial da sua habilidade em descobrir propriedades sonegadas pelos jesuítas, quando foram expulsos e tiveram os bens confiscados. Era zeloso e implacável, não respeitando prosápias.

Na correição a que procedeu em 1749, mandou fossem multados, em seis mil-réis, os escrivães que admitissem requerimentos de procuradores não habilitados, procedimento que acarretava "infinitas desordens com prejuízo das mesmas partes pella ignorancia dos ditos Procuradores". Na reincidência, advertiu, seriam "castigados a arbitrio".

A seguir, foi informado do grande transtorno que causara, nas últimas procissões, a ausência das pessoas nobres que deviam, de acordo com a designação da Câmara, carregar as varas do andor de S. Sebastião. Não hesitou. Multou-as logo em vinte mil-réis, responsabilizou o procurador da Câmara pela cobrança das multas, sob pena de pagá-las, e mandou se expedissem notificações "para Sedarem a Execução eficarem as pessoas que costumão andar na governança Entendendo que não devem desprezar a Eleição que o Senado faz dellas para occupaçoens Honorificas".

Por último, determinou uma providência em palavras que anteviam o Rio de Janeiro de dois séculos depois, e que bastariam para justificar, por gratidão, este parênteses. Ei-las: "E porque esta cidade pellos tempos em diante pode vir aser aprimeira detoda a America e Sedevão continuar os Seus Edeficios com Regularidade esefação alguas casas Sem Seguirem a Arruação mandou que daqui endiante nenhúa pessoa possa fazer casas, nem erredeficalas sem primeiro recorrer a Camara, para lhe mandar fazer a Arruação Segundo aqual devem ser fundadas..."

Compreende-se, pela amostra, que Berquó se tornasse bem conhecido da população e houvesse contribuído para consolidar o novo nome da velha Rua da Cruz. Ele tinha, aliás, decidida vocação para batizador de ruas e lugares. Na Bahia, onde igualmente serviu, deixou a Rua do Berquó. No Rio, como possuísse uma chácara em Botafogo, tornou-se padrinho de um rio — o rio Berquó — e da Estrada ou Caminho do Berquó, que é a Rua General Polidoro dos nossos dias.

Mas voltemos a Queirós. A sua correição, realizada aos 19 dias de maio de 1820, foi de absoluta calma — coisa rara na vida desse homem. Ficou na troca das perguntas e respostas de estilo, sem que irregularidade fosse apontada ou providência pedida. Vejamos como decorreu, nas palavras do respectivo auto.

Comparecendo à Casa da Câmara, começou Queirós por indagar dos vereadores “dequem era esta Cidade e quem reconheciam por Senhor dela”. Responderam “que era de Sua Magde Fid.ma q’Ds guarde o Sr. D. João Sexto a quem reconheciam por Senhor della e ao Príncipe Real Regente e que a ambos obedeciam”. Perguntados “porquem são feitos os officiaes desta Camara e por quem se chamavão”, retrucaram que “são feitos pelo Tribunal do Dezembº do Paço desta Cidade e que se chamavão por Sua Magde Fid.ma”. Perguntou Queirós, a seguir, “senesta Cidade havião Bandos e competencias ou parcialidades de que se seguisse mortes ou outro algum danno e quem são os cabeças destas parcialidades”. A tranqüilizadora resposta foi a de que “não havião Bandos nem parcialidades q’ precisem de remedio porque tudo se achava em socego”. Prosseguiu o ouvidor, querendo saber “serecebião agravos de Almojarifes, Escrivaens, Porteiros, Sacadores, ou de outros quaesquer officiaes que hajão de tirar o Direito a Sua Magde q’ fação gravame ao Povo”. Não, não havia, negativa que mantiveram quanto à existência de outros possíveis abusos. Fez então o ouvidor a derradeira pergunta, aquela a que muitas vezes respondiam os vereadores com a indicação de problemas merecedores de providências. Era ela “se tinham que requerer abem do serviso de Sua Magestade e do Bem Comum”. Mas ainda aí a resposta foi negativa, pelo que, termina o auto, considerou o ouvidor “esta correição perfeita e acabada de que mandou fazer este termo de enserramento que assignou com os ditos Vereadores e Eu Manoel Fernandes Coelho Escrivão da Ouvedoria geral e Correição o escrevi”. Seguem-se as assinaturas: “Queiroz — Gel. d. Am. al — Costta — Pinto — Araujo”.

Sem qualquer incidente, como se vê, a correição do ouvidor Queirós se destaca, no entanto, por uma particularidade: foi a última realizada por um ouvidor do Rio de Janeiro.

Quanto à política, se não conhecemos prova de que haja Queirós nela tomado parte ativa, há indícios de que sobre ele exerceu influência profunda, preparando o futuro revolucionário.

Mencionando que, ao regressar a Portugal, Queirós frequentara determinada loja maçônica, Rocha Martins acrescenta: "pois estava muito ligado, desde a sua residência no Brasil, às idéias liberais". E no auto de seqüestro de seus bens, em 1829, são arrolados, além de livros maçônicos, "papéis relativos à revolução do Rio de Janiero de 1820 ou 22".

Não em 1820 ou 1822, mas em 1821, a 26 de fevereiro, encontramos Queirós em um movimento coletivo. Nessa data, pressionado pela agitação popular, jurou D. João VI, previamente, a Constituição que viesse a ser elaborada pelas Cortes portuguesas.

Foi um dia de tumulto, que quase degenerou em revolução, mas que com aquele extraordinário expediente — jurar que seria jurado o que ainda não se conhecia e nem sequer estava feito — terminou em aclamações e júbilo cívico.

O juramento, prestado perante o povo, em pleno Rossio, na varanda do Real Teatro de São João, foi reduzido a termo, que muitas centenas de pessoas assinaram, jurando também. Entre elas, Joaquim José de Queirós.

Mas a paz duraria pouco. Começara a ganhar terreno a idéia da partida do rei, afinal anunciada em decreto de 7 de março, que também determinava a permanência de D. Pedro. Se a ida do príncipe desagradava aos portugueses, a do rei desagradava à maioria dos brasileiros. A facção exaltada de Macamboa, por outro lado, não se conformava com a derrota sofrida na pretensão da Junta de Governo, com a qual visara a garantir o predomínio das Cortes portuguesas.

Ferviam boatos, circulavam proclamações exaltadas, multiplicavam-se os pasquins anônimos. Tudo isso às vésperas da reunião dos eleitores paroquiais, a ter lugar no domingo de Páscoa, 22 de abril. Incumbia-lhes escolher os eleitores da Comarca; a estes, por seu turno, caberia eleger os deputados às Cortes de Lisboa. Estavam sendo convocadas, no entanto, dessa vez, para matéria estranha às suas funções. Resolvera o rei, por inspiração de Silvestre Pinheiro Ferreira, ministro dos Estrangeiros e Guerra, submeter-lhes as instruções que regulariam a regência e os nomes que comporiam o governo de D. Pedro. Embora alguma reserva fosse mantida, não tardou a transpirar a verdadeira finalidade da reunião. Mais se alvoroçaram os ânimos com a perspectiva de que pudessem ser alteradas aquelas decisões governamentais.

Como crescesse a agitação, receando-se mesmo novo movimento militar, o rei, na sexta-feira santa, mandou chamar o general Caula, governador das Armas, e o ouvidor da Comarca, Joaquim José de Queirós. Da conferência resultou reunir o general Caula a officialidade, na manhã do dia imediato, e dela obter a reiteração do juramento de 26 de fevereiro. O ouvidor Queirós, por sua vez, mandou antecipar, também para o sábado de aleluia, a reunião dos eleitores, a ser por ele presidida.

Realizou-se a assembléa, que se iniciou às quatro horas da tarde, na Praça do Comércio, a primeira que teve o Rio de Janeiro. Tratava-se de prédio, não de logradouro. Era um belo edifício, votado às atividades e interesses mercantis, risco e construção de Grandjean de Montigny, inaugurado menos de um ano antes, a 13 de maio, aniversário de el-rei. Ficava entre o mar e o início da Rua do Sabão.

Iniciando os trabalhos, o ouvidor Queirós escolheu José Clemente Pereira para secretário, e passou a ler os atos relativos à partida do rei e às instruções para a regência de D. Pedro. O povo, nas galerias, com rapidez que denunciava um plano preconcebido, imediatamente exigiu a adoção da Constituição espanhola, enquanto não se concluiu a de Lisboa. Em breve, representantes dessa assistência exaltada se transferiram das galerias para o recinto destinado aos eleitores, de onde passaram a monopolizar a oratória. Um deles era o já conhecido padre Macamboá. Outro, estreado na demagogia, mas que passou a dominar a assembléa, era um jovem de 20 anos, Luís Duprat.

A massa popular, mobilizada por tais oradores, tornou-se ameaçadora. Foi aprovada a ida de uma comissão ao rei, para pedir a adoção imediata da Constituição espanhola. Procedeu-se à escolha por votação, figurando Joaquim Gonçalves Ledo entre os escrutinadores convidados pelo ouvidor, aos quais outros se agregaram, sendo um deles o padre Januário da Cunha Barbosa. José Clemente, Ledo, o padre Januário ... Deve ter sido a primeira vez em que apareciam em público, reunidos com tanto destaque, esses três homens que se iriam celebrar na luta pela Independência.

Escolhida a delegação, partiu em busca do rei. Já então era noite fechada e de temporal. A notícia chegara a São Cristóvão antes dos emissários da junta de eleitores. Depois de algum

debate fora resolvido ceder. D. João assinou decreto mandando adotar a Constituição espanhola.

Voltou a delegação, passada a meia-noite, e encontrou a assembléia deliberando furiosamente. Embriagada de oratória — e também de vinho, que um dos assistentes, Miguel Feliciano de Sousa, fazia vir, com abundância, de seu armazém que era perto, na Rua de São Pedro —, a multidão resolvera sustar a partida de D. João. Nesse sentido seguira ordem para as fortalezas. Sob pena de morte era vedada a saída de qualquer embarcação, desde sumaca até nau grande.

Circulando boatos de que se achava iminente um ataque da tropa à assembléia, foi convocado, para explicações, o general Caula. Este compareceu, garantiu não ter conhecimento do propalado ataque. Foi ainda resolvido exigir a nomeação de alguns elementos para o Ministério, e mais o de uma Junta de Governo, que supervisionaria a regência de D. Pedro. Para se entender com el-rei, despachou-se outra delegação, composta do desembargador Fragoso, do tenente-general Oliveira Barbosa e do coronel Faro.

Em São Cristóvão a notícia desses sucessos convencera mesmo os mais moderados da necessidade de reagir. Era preciso pôr fim àquela assembléia que se tornara comício e agora ameaçava se transformar em revolução. Silvestre Pinheiro veio para a cidade e mandou, pelo governador das Armas, intimar os eleitores a encerrarem os trabalhos. Estes realmente pareciam no fim. Respondeu o ouvidor que tudo estaria concluído em meia hora. Já então vinha rompendo a madrugada e muitos eleitores tinham ido para casa. Fez o mesmo o ministro, acreditando naturalmente haver posto cobro, sem maior violência, às tropélias da assembléia.

D. Pedro, porém, quisera reagir desde a exigência inicial, da Constituição espanhola. Foi acumulando uma noite de raiva. “Parece indubitável — escreve Otávio Tarquínio de Sousa — que as notícias do que se passava na Praça do Comércio e a tibieza do pai e dos ministros tinham produzido em D. Pedro forte irritação. Não era de seu feitio submeter-se ao primeiro arreganho. Prestes a assumir toda a responsabilidade do governo e até ansioso por detê-la em suas mãos inexperientes mas enérgicas, antecipava-se na ação.”⁽¹⁾

(1) OTÁVIO TARQUÍNIO DE SOUZA, *A vida de D. Pedro I*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1952, v. I, p. 244.

O fato é que novas ordens — desautorando o ministro da Guerra e o governador das Armas — foram transmitidas ao general Avilez, no sentido de ser a reunião dissolvida à força. Parece certo, diz ainda Otávio Tarquínio, invocando Varnhagen, Oliveira Lima e Tobias Monteiro, que partiu de D. Pedro a decisão última do emprego de meios violentos. (2)

Aos primeiros tiros, de pólvora seca, estabeleceu-se o tumulto. Um soldado caiu, apunhalado. Seguiu-se a fuzilaria, desta vez de verdade. Varejada a Praça do Comércio a bala, baioneta e coronhada, houve quem, no pânico, se atirasse ao mar; outros se refugiaram em pequenas embarcações. Os elementos mais exaltados foram presos e recolhidos à Ilha das Cobras. Muitos haviam sido os feridos, entre eles José Clemente Pereira. No chão, morto, ficara aquele Miguel Feliciano de Sousa, que tanto vinho distribuíra aos companheiros e a si mesmo. O primeiro surto de oratória liberal, a que assistira o Rio, dera à cidade uma Aleluia tumultuosa e uma Páscoa de sangue.

* * *

Quem quiser ainda pode ver o edifício em que o ouvidor Queirós viveu tantas horas tensas. Desapareceu, é certo, a “rica varanda de ferro com ornatos de bronze dourado”, (3) que precedia a entrada principal. No mais, porém, em seu aspecto externo, o prédio é substancialmente o mesmo de 1821. Tendo sido logo abandonado pelos comerciantes, desgostosos com o que ali ocorrera, passou a ser ocupado pela Alfândega. Agora distante do mar, em virtude dos sucessivos aterros, e não mais vendo o início da Rua do Sabão — a Rua General Câmara que o progresso fez desaparecer —, o velho edifício, nas belas linhas que lhe deu Grandjean de Montigny, defronta-se, sem constrangimento, com os arranha-céus do Rio moderno. Abriga, atualmente, o Segundo Tribunal do Júri.

* * *

(2) id., p. 253.

(3) LUÍS GONÇALVES DOS SANTOS (padre Perereca), *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed.. Zélio Valverde, 1943, v. 1, p. 751.

Qual teria sido a responsabilidade de Queirós nos sucessos da Praça do Comércio?

Não faltam, entre os historiadores, críticas à sua atuação. Luís Edmundo,⁽⁴⁾ que comentou os acontecimentos em estilo facetado, ocupou-se bastante do presidente da reunião — de quem refere o cargo de ouvidor, sem mencionar o nome, longe de imaginar que se tratava de um avô do Eça que também admirou — requintando em apresentá-lo como um pobre homem desarvorado perante a multidão, inteiramente dominado por ela. Para ilustrar, contou que havendo o eleitor José da Silva Lisboa pedido licença a Queirós para se ausentar do recinto, a fim de atender a uma necessidade imperiosa e urgente, dele tivera como resposta: “Peça licença ao povo.” Na história, contudo, também se poderá ver coragem fria, sarcasmo deliberado contra aquele auditório que, tendo se arrogado o direito de opinar sobre tanta coisa, talvez se julgasse também capacitado para decidir sobre as necessidades indelegáveis do futuro visconde de Cairu...

Melo Morais, tratando o ouvidor como juiz “honrado e limpo de mãos” (o que não era, para a época, pequeno elogio) considerou-o, no entanto, de inteligência medíocre, tudo segundo refere Otávio Tarquínio de Sousa. Este, por sua vez, estabelece a alternativa: ou Queirós “estava em entendimento com os agitadores ou, então, subestimando-os, era um magistrado tocantemente imbuído das mesmas idéias e sôfrego por vê-las em prática”.⁽⁵⁾ Cita o seguinte trecho de Silvestre Pinheiro, em uma das “Cartas sobre a Revolução do Brasil”: “Fui esta manhã informado de como debaixo da direção do ouvidor da Comarca se faziam subscrições para se construir na Praça do Comércio um tablado e bancadas a fim de se celebrar a junta dos eleitores em público, bem como uma suficiente separação do povo que a esta sessão quizer assistir, e confesso a V. Sa. que estremeci...” Considerara o ministro que o local adequado à reunião seria o consistório da Igreja de São Francisco de Paula, não a Praça do Comércio. E Otávio Tarquínio pergunta: “Na verdade, para que arquibancadas reservadas ao povo, se já se tinha notícia da exaltação de ânimos

(4) LUÍS EDMUNDO, *A corte de D. João no Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro, J. W. Jackson Inc., 1957, v. 3, p. 534 ss.

(5) *op. cit.*, p. 236.

em certos grupos? Não era oferecer ensejo a manifestações intempestivas?"(6)

Da coragem pessoal de Queirós não é lícito duvidar. As aventuras em que depois se envolveu, espontaneamente, comprovam-na de sobra. Luís Edmundo imaginou-o, por certo, em função do cargo, como um tímido juiz, "de voz fraca e esfandagada", afeito apenas a processos e alfarrábios, facilmente assustável. Só lhe ficou essa impressão, porém, porque — e o mesmo ocorreu com os demais comentadores — não identificou, no ouvidor de 1821, o homem de ação, atrevido e resoluto, que viria a desafiar, em rebelião franca, o absolutismo de D. Miguel.

Quanto à alternativa de Otávio Tarquínio, impõe considerações maiores. Joaquim José de Queirós não era, realmente, o tipo de magistrado sereno, fechado no seu mundo jurídico. Nele a paixão política — como o futuro demonstraria — se sobrepunha à da lei. É portanto de supor houvesse tomado partido nas divergências que então lavravam no Rio de Janeiro. É também de admitir fossem as suas tendências, até certo ponto, no mesmo sentido das que dominaram a reunião dos eleitores. Convinha, de fato, a um liberal português, que desde logo se acostumasse D. Pedro, que ia reger o Brasil, a ter os atos pautados por princípios constitucionais. Nesse ponto não faltava, mesmo no partido brasileiro (no qual se integravam portugueses aqui residentes) quem, pelo temor à impulsividade e inexperiência do príncipe, pensasse do mesmo modo. Na maçonaria, o que separava brasileiros de portugueses era o que dissesse respeito à posição do Brasil no Reino. Mas na imposição de regras liberais a D. Pedro, em afirmar a soberania de princípios constitucionais, só podia haver acordo. Ora, Queirós era maçom, como se evidenciaria mais tarde, em Portugal, pelas lojas que frequentou e por papéis que foram apreendidos quando do seqüestro de seus bens.

Viana Moog disse ter sido ele "grande admirador de D. Pedro e de José Bonifácio". Dadas as inclinações políticas mais tarde evidenciadas, é possível e até bem provável. Todavia, é apenas hipótese. Nem Viana Moog citou qualquer autor ou fato para abonar a afirmação, nem nos consta que alguém a tivesse feito antes. Também baseado em um dado real — o de que o casal

(6) *op. cit.*, p. 236.

Queirós teve seis filhos — Viana Moog escreveu que levara seis filhos ao voltar para Portugal. E aí a conclusão é flagrantemente inexata, pois o primogênito nasceu em 1819 e o retorno se verificou, no máximo, em 1823.

Mas, fosse pela identidade de convicções com homens que rodeavam D. João VI e D. Pedro, ou pelo bom desempenho de suas funções, o fato é que rapidamente Queirós logrou ser promovido a desembargador. Quanto à data em que a promoção se verificou, é que há dúvida.

Calmon, citando documentos existentes em arquivos portugueses que pesquisou, diz ter sido ele nomeado, em 11 de fevereiro de 1822, desembargador da Relação da Bahia, com assento na do Porto. E acrescenta: "mas — conforme pedido que então interpôs — com um ano para apresentar as competentes certidões, alegando, além disto, "não poder obter o restabelecimento de sua saúde conservando-se no Brasil." Afonso de Ornelas, pesquisando as mesmas fontes, encontrou, registrado em 11 de fevereiro de 1822, aquele mesmo título; e registrado em 11 de janeiro também de 1822, exatamente um mês antes, portanto, um outro título: — a carta de Desembargador da Relação do Porto.

Em datas bem anteriores, todavia, em documentos existentes no Brasil, já lhe era dado o título de desembargador. Um deles é o termo de batismo do filho José, lavrado em 31 de julho de 1819, cuja certidão é transcrita neste livro. Outro é o auto da correição de 19 de maio de 1820, já referida, a que procedeu, como ali se diz, "o Dez.or Ou.or G.al Corrg.or da Com.a Joaquim José de Queiroz nesta cidade do Rio de Janeiro".

Incerta, igualmente, é a data em que voltou para Portugal. Rocha Martins, referindo-se a fato ocorrido em 1826, diz que havia três anos Queirós regressara do Brasil. Daí termos admitido 1823 como data máxima para o regresso. É bastante provável, contudo, que ele se tenha verificado bem antes, quando do embarque de D. João VI (abril de 1821) ou pouco depois. A corroborar essa hipótese, está o fato do sucessor de Queirós, na Ouvidoria do Rio de Janeiro, ter tomado posse em 1.º de outubro de 1821. E há ainda um outro, mais importante. Queirós prestara, como se viu, em fevereiro de 1821, juramento prévio à Constituição. Em 8 de junho do mesmo ano houve novo juramento, desta vez das bases da Constituição, já então elaboradas pelas Cortes de Lisboa.

Nesse segundo juramento, também reduzido a termo e igualmente prestado por centenas de pessoas, não se encontra a assinatura de Queirós. A ausência, se ele ainda aqui estivesse, seria absolutamente estranhável, porque, havendo prestado o primeiro, não deixaria de prestar o segundo juramento; tanto mais que fora determinado prestassem este último “todas as autoridades civis, eclesiásticas e militares”, fim para o qual permaneceu à disposição das mesmas e do público, durante vários dias, o livro em que fora lavrado o termo. A conclusão que parece se impor, face a essas circunstâncias, é que em junho de 1821 Queirós já não mais estava no Rio de Janeiro.

Regressando a Portugal, constrói casa em Verdemilho, perto do local em que nascera; desempenha o seu cargo na Relação do Porto; frequenta a maçonaria; e cada vez mais se apaixona pela luta política.

Em 10 de março de 1826, sob suspeita de envenenamento, morre D. João VI. D. Pedro I é reconhecido, sob o título de D. Pedro IV, seu sucessor no trono português. Antes de renunciar em favor da filha — a princesinha brasileira D. Maria da Glória — outorga D. Pedro a Carta Constitucional que a regente, a infanta D. Isabel Maria, “jura de muito má vontade”, enquanto cantam os liberais:

*Viva o rei que de tão longe,
Vendo a Pátria em aflição,
Fas, decreta, dá, envia
Divinal Constituição.*

Convocam-se eleições. Em outubro desse ano estão as Cortes funcionando em Lisboa, no Terreiro do Paço, e delas faz parte, deputado por Aveiro, o desembargador Queirós, “muito notado por sua severidade”.

Homem de poucas palavras, não frequenta a tribuna. Mas trabalha. Apresenta projetos e emendas. É membro de várias Comissões.

Portugal caminhava, porém, para a guerra civil.

Pelo fato de D. Pedro se haver tornado soberano de outro país, não poucos eram os que julgavam caber o trono a D. Miguel, que encarnava, com D. Carlota Joaquina, o princípio da monar-

quia absoluta. Exatamente porque na defesa de tal princípio se excedera, fora D. Miguel, ainda em vida do pai, exilado para Viena. Aí recebeu não só a notícia da morte de D. João VI, como a de ter sido proclamado rei de Portugal o irmão, D. Pedro, paladino liberal da família de Bragança.

D. Pedro condicionara a sua abdicação a que fosse jurada a Carta Constitucional que outorgara, e a que D. Miguel se casasse com a sobrinha, D. Maria da Glória. Assim planejava resolver, a um só tempo, problemas políticos, dinásticos e domésticos.

Mas esses planos, diria Oliveira Martins, "valiam pouco, valiam nada". Isto porque "inspirava-os todos o propósito de conciliar o inconciliável; um passado jesuíta com um desejado futuro liberal".

A divergência tornara-se profunda e definitiva. Portugal inteiro assumira posição. Era-se, irreconciliavelmente, absolutista ou liberal, miguelista ou jacobino.

Os personagens de Eça tomaram partido nessa luta e sublinharam a paixão com que ela se travou.

Caetano da Maia "era um português antigo e fiel que se benzia ao nome de Robespierre e que, na sua apatia de fidalgo beato e doente, tinha um só sentimento vivo — o horror, o ódio ao jacobino, a quem atribuía todos os males, os da Pátria e os seus, desde a perda das colônias até as crises da sua gota. Para extirpar da nação o jacobino, dera ele o seu amor ao Sr. Infante D. Miguel, messias forte e restaurador providencial".

Também Jacinto Galião "amou aquele bom infante como nunca amara, apesar de tão guloso, o seu ventre, e, apesar de tão devoto, o seu Deus".

Afonso da Maia, porém, esse era considerado pelo pai, Caetano da Maia, "o mais feroz Jacobino de Portugal", porque "lera Rousseau, Volney, Helvécio e a Enciclopédia; atirara foguetes de lágrimas à Constituição; fora de chapéu à liberal e alta gravata azul, recitando pelas lojas maçônicas odes abomináveis ao Supremo Arquitecto do Universo"; e, como se tanto não bastasse, misturara-se "à turba que, numa noite de festa cívica e luminárias, tinha apedrejado as vidraças apagadas do Sr. Legado da Áustria, enviado da Santa Aliança".

D. Miguel conformou-se, ou pareceu conformar-se, com os desejos do irmão. Sempre em Viena, jura a Carta, aceita o casa-

mento com a sobrinha. E em 1828, nomeado regente por D. Pedro, regressa triunfalmente a Portugal.

No próprio dia da chegada, as aclamações, o delírio da multidão que como rei absoluto o saudava e o queria, anularam quaisquer bons propósitos com que pudesse ter vindo. Não desembarcou no Terreiro do Paço, onde o aguardavam, num pavilhão, os deputados e os pares do Reino. Foi desembarcar em Belém, no meio do povo, que desvairado de entusiasmo ajoelha à sua passagem, e berra, cadenciadamente, atroadoramente, o improvisado que se tornou célebre: — o “Rei Chegou”.

*Rei chegou,
Rei chegou,
Em Belém desembarcou,
Na barraca
Não entrou!*

Chegara a 22 de fevereiro. No dia 26 jurou a Carta, solenemente e pela segunda vez. Mas no dia 13 de março decreta a dissolução da Câmara dos Deputados.

Acentua-se o êxodo das famílias liberais. Cresce a intolerância dos absolutistas. Eça fez ressurgir em poucas linhas, no desencanto de Afonso da Maia, “essa Lisboa miguelista... desordenada como uma Túnis barbaresca; essa rude conjuração apostólica de frades e boleeiros, atroando tabernas e capelas; essa plebe beata, suja e feroz, rolando do *lausperene* para o curro, e ansiando pelo Príncipe que lhe encarnava tão bem os vícios e as paixões...”

Ninguém mais duvida que D. Miguel se tornará D. Miguel I, rei de Portugal. Assim é tratado nas ruas, assim é vitoriado nos teatros. Assim a 25 de abril — como presente de aniversário a Dona Carlota Joaquina — e no dia imediato, é aclamado em várias cidades, pelos corpos legislativos e guarnições militares locais.

Em Aveiro, terra do desembargador, a aclamação se verifica no dia 25.

O desembargador não fugira. Ficara, mas desembargador apenas por fora. Por dentro, um conspirador. E não conspirava como desembargador, livrescamente, teoricamente. Conspirava com

objetividade, intensamente, vinte e quatro horas por dia, e por todos os modos, idealizando o levante, congregando os elementos civis, estabelecendo contatos com militares, planejando até operações de tropa. É o que ressalta de várias peças dos processos movidos aos conspiradores, o que foi salientado na sentença que o condenou, e o que consignam os historiadores. Nem sequer faltaram requintes de conspirador profissional, pois parte da correspondência do desembargador, "volumosa, ativa, quotidiana", era escrita "com tintas compostas por meio de preparações químicas".

Empenhara-se o desembargador em que partisse de Aveiro o primeiro grito de rebelião. E assim foi. No dia 16 de maio de 1828, às 7 horas da manhã, sublevada a tropa, Queirós, na Câmara Municipal, determina o cancelamento da aclamação de D. Miguel. Ele próprio teria redigido a minuta desse "Auto de reclamação e trancamento do que se fez em 25 de abril".

No mesmo dia, à tarde, o Porto se subleva também. Constitui-se ali a Junta do Governo Provisório, e dela o desembargador é um dos secretários.

A 26 de junho chegam ao Porto chefes liberais exilados, entre eles Palmela e Saldanha, rivais notórios. Trouxera-os da Inglaterra o Belfast, navio especialmente fretado — com dinheiro do Brasil. Resende e Itabaiana, representantes brasileiros em Londres, tinham em mãos a indenização que pelo tratado de 1825 o Brasil se obrigara a pagar a Portugal. Não quiseram entregá-la a D. Miguel, face à atitude por este assumida. Para ajudar a expedição que visava a derrubá-lo, contribuíram, daquele dinheiro, com dez mil libras.

Saldanha e Palmela, bem como os demais chefes militares, foram recebidos com aclamações e esperanças. Mas não se entendiam, rivais que sempre tinham sido. Além disso, a revolta não se alastrara, ficara confinada ao Porto.

Poucos dias bastaram, uma semana, para que se resolvesse a volta do Belfast e a impossibilidade de prosseguir na insurreição.

Nessa hora de desânimo, de confusão, de pânico, nessa véspera do "salve-se quem puder", o desembargador, quase sozinho, manifesta-se pela continuação da luta. É deliberado, porém, cessá-la, como unanimemente opinam os generais.

Tempos depois, decerto para fixar que fora de muitos a responsabilidade da decisão, Palmela pediu a Queirós que respon-

desse, sobre o assunto, a um questionário. A resposta retrata o desembargador como ele deve ter sido: seco, nítido, corajoso, ativo.

A carta é longa, mas basta, para sentir o homem, ler as primeiras linhas: "Agradecendo a V. Exa. o bom conceito que me assegura da verdade e honra do meu caráter, e que só por esta fieira quer traçada a minha declaração, tenho a prevenir V. Exa. de não poder atestar sobre alguns dos quesitos pois que me levantei da sessão e a ela não mais voltei, apenas se assentou definitivamente a imediata retirada do Exército para a Galiza, não se tendo admitido o expediente, que eu propus, de marchar o Exército sobre as forças rebeldes ao norte do Douro..."

Isso é dito assim, com essa franqueza, ao muito nobre Palmela, um dos chefes que haviam votado pela retirada, a qual se consumou no dia 4 de julho, quando o Belfast zarporou, levando de volta os chefes militares vindos da Inglaterra. O exército liberal passou a fronteira, internando-se na Espanha. Alguns chefes civis conseguiram também fugir, entre eles o desembargador Queirós.

Começa a repressão, implacável, sangrenta, açulada pela rainha-mãe, que pede sempre mais cabeças.

Não encontrando Queirós, os repressores seqüestram-lhe os bens e encarceram-lhe a esposa, Teodora Joaquina.

Depois é o processo, a condenação. A sentença, de 25 de novembro de 1829, o considera "haver sido não só o mais atrevido e ousado conspirador, cabeça e principal autor das tramas e maquinções que usaram e prepararam o horroroso atentado de 16 de maio de 1828, nas duas cidades de Aveiro e Porto, mas também incansável e poderoso agente do seu desenvolvimento e acérrimo mantenedor da sua destruidora persistência e deplorável duração".

A ferocidade da sentença não foi exclusivamente retórica. Eis a pena: "Depois de ter sido conduzido com baraço e pregão, pelas ruas públicas do Porto, sendo o seu corpo reduzido a cinzas e depois lançado ao mar, bem como posto fogo ao cadafalso em que lhe fosse decepada a cabeça desse infame, perverso e façanhoso Joaquim José de Queirós."

Doze implicados na insurreição, entre eles vários magistrados, sofrem no cadafalso a sorte a que fora condenado Queirós. Este, no exílio, passa da Inglaterra à França e depois à Bélgica.

Pedro I do Brasil e IV de Portugal, já agora nem uma nem outra coisa, pois às duas coroas renunciara, havia concentrado as suas forças na ilha Terceira. Em julho de 1832 desembarca em Portugal e à frente de um exército de 7.500 homens, do qual fazem parte os moços voluntários Almeida Garrett e Alexandre Herculano, ocupa a cidade do Porto.

Segue-se uma luta equilibrada, longa, difícil, entre os dois irmãos. Só em 1834 D. Miguel é vencido e deixa a pátria, a que nunca mais voltará.

Logo que os liberais se estabelecem no Porto, quando a sorte das armas é indecisa e a cidade, sitiada, parece por vezes prestes a cair nas mãos dos absolutistas, Queirós volta e é nomeado, em agosto de 1832, membro do Tribunal de Guerra e de Justiça.

No dia 18 de agosto de 1833, um dos oficiais sitiados empenha-se em combate, montando cavalo com que D. Pedro o acabara de presentear. Um atirador isolado reconhece o animal, alveja e mata o cavaleiro, que é o major José António Pereira de Eça. O destino reunira, na mesma cidade, lado a lado nos riscos da mesma guerra, onde certamente se conheceram, o magistrado e o militar que seriam os avós de Eça.

Terminada a guerra, Queirós, em 1834, vê-se novamente eleito deputado. Condenado à morte pelo governo de D. Miguel, é um dos signatários do projeto de lei pelo qual D. Miguel e seus descendentes foram perpetuamente banidos.

Expirado o mandato, volta à magistratura, funciona em diversos tribunais, é elevado à presidência da Relação do Porto. Reconstrói a casa de Verdenilho, encimada pela fachada com o brasão de armas que requerera à rainha e esta deferira. É feito conselheiro. Teria tudo para uma velhice calma — se houvesse perdido o interesse pela política.

De novo eram duas as facções em luta, pois os liberais se haviam cindido. Uma, que é a mais conservadora, deseja a manutenção da Carta de D. Pedro; a outra, mais extremada, se empenha em restaurar a Constituição de 1822. Os adeptos da primeira são "cartistas" ou "cabralistas", a última designação tirada do nome dos chefes do movimento, os irmãos Costa Cabral. Os partidários da segunda são chamados "setembristas" (porque logram temporário triunfo com a revolução de setembro de 1836):

ou "patuléia", certo pelo maior cunho popular da facção, bem marcado em outra revolta, a da Maria da Fonte.

Cartista é o desembargador Queirós. Setembrista será o seu filho José Maria, como setembrista foi Pedro da Maia. Lembrese, no palacete de Benfica, um papagaio que, muito "patuléia e educado por Pedro, rosnava injúrias aos Cabrais".

Nesse ambiente agitado, formara-se, também em direito, o Dr. José Maria de Almeida Teixeira de Queirós, e fora nomeado delegado do procurador régio em Ponte do Lima. Moço, romântico, poeta, conhece D. Carolina Augusta Pereira de Eça. Entre ambos um romance se estabelece — e dele nasce Eça de Queirós.

É conhecida a carta que, uma semana antes do nascimento, o Dr. Teixeira de Queirós dirigiu a D. Carolina:

Senhora :

Recebi carta de meu pai, que novamente me recomenda a criação de meu filho, e se me oferece para mandar criá-lo no Porto, em companhia de minha família, quando a Senhora nisso convenha. Espero pois a sua resposta para nessa inteligência escrever a meu pai.

Ele me recomenda, igualmente — e também o desejo — que no Assento de Batismo se declare ser meu filho, sem todavia se enunciar o nome da mãe. Isto é essencial para o destino futuro de meu filho, e para que, no caso de se verificar o meu casamento consigo — o que talvez haja de acontecer brevemente — não seja preciso em tempo algum justificação de filiação. Espero se ponha ao nosso filho o meu ou o seu nome, conforme deva de ser.

Adeus. Acredite sempre nas minhas sinceras tenções — e agora mais do que nunca.

Queirós.

Esta carta tem sido objeto de longas especulações, inclusive pela secura de seus termos, só atenuada nas últimas linhas. O aspecto que nela agora destacamos, porém, é o da intervenção do velho desembargador. Nas dezoito linhas do original nada menos de três vezes o moço bacharel se refere ao pai, de quem não o havia separado a divergência política.

Pelo próprio filho, ou por outrem, conhecera o Desembargador aquele romance de amor e as conseqüências que dele haviam resultado. E não se omitiu. Repetidas recomendações (“novamente me recomenda”, diz a carta) fizera ao filho sobre o neto que ia nascer, oferecendo-se mesmo para mandar criá-lo. E o filho insiste em saber a resposta para transmiti-la ao pai.

O que move, nesse interesse, o velho revolucionário, o juiz austero, o homem que, ele mesmo, se enredara outrora em um amor ilícito? Primordialmente a noção do dever, não há dúvida. Mas talvez também um pouco da mesma ternura que, em uma fria tarde de dezembro, aquecera o coração de Afonso da Maia, ao ver o neto pela primeira vez...

D. Carolina Augusta, para manter o segredo que as circunstâncias impunham, vai para a casa de um parente, na Póvoa de Varzim. Ali nasce Eça de Queirós, a 25 de novembro de 1845, dia em que se completavam 19 anos, exatamente, que o desembargador fora condenado à morte.

Alternam-se as vitórias dos “cartistas” e as dos “setembristas”. Em uma daquelas o Dr. José Maria é demitido. Quando de uma das ascensões setembristas, o desembargador é afastado do cargo por algum tempo.

Em 1847, porém, Saldanha — aquele mesmo general revoltoso que a vitória fizera Marechal e Duque — é o chefe do governo. Verificando-se reforma do gabinete, lembra-se do companheiro dos tempos do Belfast, e o nomeia ministro da Justiça.

Nessa época tumultuosa, em que há revoltosos novos todos os dias, pouca lembrança existe de um conspirador de vinte anos passados. É o que testemunha um contemporâneo, o marquês da Fronteira, nas suas *Memórias*: — “O Ministro da Justiça, Queirós, era de tanta idade e vivia tão retirado, que todos nós o reputávamos morto.” E acrescenta: — “mas o Duque pôde descobri-lo no seu retiro e estava ufano por uma tal aquisição.”

É a despedida, a última chamada ao grande palco, e foi tão rápida quanto fora inesperada. Nomeado ministro em 18 de dezembro de 1847, deixa o cargo em 21 de fevereiro do ano seguinte. Volta, desta vez para sempre, à severa casa de Verdemilho.

É geralmente admitido que o pequeno José Maria ali viveu até a morte da avó, D. Teodora Joaquina, em 1855, mas não há

certeza de que tenha ido para Verdemilho ainda em vida do avô, que faleceu em 1850. Todavia, a tradição, transmitida pela maioria dos biógrafos e por um filho do escritor, Antônio d'Eça de Queirós, é que assim ocorreu.

Na obra de Eça de Queirós só há uma referência direta a Verdemilho, ou, mais exatamente, a um dos seus moradores. No artigo "O francesismo", que está nas *Últimas páginas*, ele invoca a sua mais remota recordação, que é a de ter escutado, "nos joelhos de um escudeiro preto, grande leitor da literatura de cordel" histórias de Carlos Magno, dos Doze Pares e de João de Calais. Esse preto, alçado à dignidade de escudeiro — e que ressurgiria no Grilo, de *A cidade e as serras* — só pode ser um dos dois escravos que o desembargador levava do Brasil. No artigo, o ponto a demonstrar era o da influência francesa a que ele, Eça, tinha sido submetido. Histórias francesas, por isso, são as que consigna. Mas o preto escravo forçosamente lhe contaria muitas outras e entre elas haveria de incluir histórias dos lugares de onde viera.

A avó não há referência, embora seja ela, talvez, aquela avó que passa, em uma linha de romance, "espalhando funcho e âmbar para afugentar a *sorte-ruim*". Ao avô igualmente não há menção. Mas um dos seus personagens de maior ternura é um avô, como o desembargador, mais velho que o século: — Afonso da Maia.

Se de fato conheceu o velho Queirós — e faz bem acreditar que neto e avô se tenham encontrado — também ele deve ter falado ao menino das terras longínquas e diferentes em que andara, às quais se chegava após muitas semanas de mar.

Ficam, pois, duas imagens de sentido especial para os leitores brasileiros de Eça, tão acostumados a visualizar a sua obra.

Uma é a do ouvidor Queirós, neste Rio de Janeiro, há cento e cinquenta anos, empertigado na sua casaca de briche, andando por trechos da cidade que ainda se conservam, apenas mudados os nomes. Saindo, por exemplo, do Paço, onde o chamara el-rei, atravessando o Largo rente à Capela Real, e encaminhando-se, pela Rua Direita, para ir distribuir justiça na rua que tinha, e ainda tem, o nome do seu cargo.

A segunda imagem é a de Eça de Queirós menino; em um casarão senhorial, ouvindo as primeiras histórias em que se fala do Brasil. Contadas, algumas, pelo preto escravo que daqui fora levado. E algumas pelo avô, um velho alto, magro, em cujo rosto comprido esmaece uma cicatriz — que é talvez a lembrança de outra aventura, desconhecida e distante.

A ama pernambucana

De Ana Joaquina Leal de Barros, sabe-se tudo do nome mas pouco da vida.

Em outubro de 1906 a Póvoa de Varzim se preparava para inaugurar, na casa até ali indicada, por todos, como a do nascimento de Eça de Queirós, uma placa comemorativa, oferta de poveiros residentes no Brasil. E então, às vésperas da festa, a vizinha Vila do Conde surgiu com a pretensão estarrecedora de que ela, e não a Póvoa, é que teria sido o berço do escritor.

O argumento principal era simples. De acordo com as leis eclesiásticas, em cada paróquia só se podiam batizar as pessoas que nela houvessem nascido; e o batismo, como se provava com a respectiva certidão, tivera lugar em Vila do Conde.

Na certidão, logo divulgada pela imprensa, aparece, pela primeira vez vinculado ao de Eça de Queirós, o nome de Ana Joaquina: "... forão Padrinhos o Senhor dos Afflictos, tocando com o seu resplendor o mesmo batisante e Madrinha Anna Joaquina Leal de Barros, casada com Antônio Fernandes do Carmo".⁽¹⁾

O nome, portanto, já veio completo. Os fatos da sua vida, inclusive os que a ligavam ao menino batizado, é que só aos poucos foram sendo desvendados.

De início, é apenas a madrinha. Mais pormenores não tardaram, porém, a ser fornecidos. Em um dos primeiros lances da polémica que pelos jornais travaram a Póvoa de Varzim e Vila do Conde, um habitante e defensor desta afirmava: "Foi na Rua de S. Pedro [hoje do Costa] e na humilde choupana de sua ma-

(1) ELOY DO AMARAL e CARDOSO MARTHA (orgs.), *Eça de Queirós — In memoriam*. 2ª ed., Coimbra, Ed. Atlântida, 1947, p. 413.

drinha Ana Joaquina Leal de Barros, casada com Antônio Fernandes do Carmo, que nasceu o talentoso romancista Eça de Queirós, nosso ilustre conterrâneo. Era então Ana Joaquina Leal de Barros costureira e o marido alfaiate, mais tarde oficial de diligências, e fazia parte da capela de D. Manuel Gil Ernida, músico espanhol que aqui veio fixar a sua residência." (2) O mesmo correspondente acrescentou, dias depois, outros esclarecimentos. Empolgado pela causa, não se ateu a conveniências. Escreveu, com todas as letras, que a mãe de Eça de Queirós "abandonou o lar paterno para dar à luz o fruto dos seus amores ilícitos com o Delegado da Comarca". Aludiu a que deviam ter influído, para a escolha da casa de Ana Joaquina, as boas relações do pai de Eça com os magistrados locais, cujos nomes citou, e que moravam perto de Ana Joaquina, bem como o fato de em frente a esta residir uma parteira, cujo nome citou também.

Houve réplica, azedou-se a polémica. A Póvoa acusou Vila do Conde de lhe vir, à noite, cobrir os muros do pasquins. Com a imputação de outros horrores deve Vila do Conde ter respondido à Póvoa. Cada uma das localidades brandiu documentos, invocou testemunhos, e um folheto, hoje raro, chegou a ser publicado.

Finalmente venceu a Póvoa de Varzim, que conseguiu acumular provas no sentido de ter sido, realmente, o berço de Eça de Queirós. Este, pouco depois de nascer, fora levado para Vila do Conde, onde se batizara, e onde passara a viver, na casa de Ana Joaquina.

Mais importante, no debate, do que a fixação do local exato do nascimento, tinha sido a revelação, para o grande público, das circunstâncias em que o nascimento se dera, até então conhecidas apenas de alguns, entre eles Camilo Castelo Branco.

Tornado certo que Eça não nascera em Vila do Conde, na casa de Ana Joaquina, certo se tornou, ao mesmo tempo, que nessa casa vivera os primeiros anos. E mais, que Ana Joaquina o amamentara. Fora, pois, ama, além de madrinha: em suma, a pessoa que Eça, nos seus primeiros anos, tivera por mãe.

Apesar do escândalo armado em 1906, os biógrafos se mostraram, a princípio, omissos ou incompletos quanto às circunstâncias

(2) JOÃO GASPAR SIMÕES, *Eça de Queirós: o homem e o artista*. Lisboa, Ed. Dois Mundos, 1945, p. 19.

do nascimento, fosse por falta de maiores informações ou por escrúpulo em divulgá-las. Naquele caso estaria o brasileiro Miguel Melo, autor do primeiro livro de biografia e crítica sobre Eça de Queirós, publicado em 1911, o qual silenciou a respeito. Já Antônio Cabral, que escreveu a primeira biografia portuguesa, confessadamente omitiu, ao aparecer o livro, em 1916, certos pormenores, só divulgados em edição posterior, quando a notoriedade que haviam adquirido fizera desaparecer a razão do escrúpulo.

Nesses primeiros livros e nos que logo se seguiram, o máximo que se dizia, da vida de Ana Joaquina, era a repetição dos dados iniciais.

Só em 1945, com os muitos trabalhos que assinalaram o centenário de Eça de Queirós, surgiram outros pormenores sobre a vida da madrinha e ama, como o relativo à nacionalidade.

Duas obras então publicadas, quase simultaneamente — as de Antônio Ramos de Almeida e João Gaspar Simões — revelaram que Ana Joaquina era brasileira, razão do seu destaque neste livro. Aquele escritor se fundou na tradição oral; Gaspar Simões, documentando-a, encontrou o registro de casamento de Ana Joaquina, efetuado em maio de 1832, que a dá como nascida em Pernambuco, filha natural de Ana Maria da Conceição e pai incógnito.

Com base nesse elemento novo, os dois escritores formularam a hipótese de que o desembargador Queirós, quando andou pelo Brasil, houvesse encontrado Ana Joaquina. Gaspar Simões sugere mesmo que a mãe desta poderia ter sido, no Brasil, empregada da família. Tratar-se-ia, portanto, de pessoa conhecida, o que justificaria a escolha para cuidar do menino.

A hipótese, suscitada para explicar o requisito da confiança, teria exigido um tal conjunto de coincidências que a tornam improvável. Aquele requisito não era o único. Havia outros, como o de morar perto, imposto pela necessidade de levar logo a criança, em fins de novembro, tempo de grande frio, e o da maternidade recente, para poder amamentá-la. Que essas duas condições fossem coincidir em quem já possuía uma terceira, seria pedir muita simetria ao destino.

Mais plausível é outra hipótese, de natureza diversa, que Rocha Martins formula: a de que tenha sido por influência do desembargador Queirós que o marido de Ana Joaquina se tornou oficial de diligências. Já vimos que, ao nascer Eça de Queirós, os biógrafos assinalam, para Antônio Fernandes do Carmo, a profissão

de alfaiate, acrescentando, "*depois* oficial de diligências". O avô Queirós era magistrado influente. É razoável admitir que da proteção dele tivesse resultado a nova profissão do alfaiate.

Ainda por ocasião do centenário é que se soube quando morreu Ana Joaquina. Este foi também mais um elemento para a reconstituição, até hoje muito imprecisa, da infância de Eça de Queirós, pois fixou o período máximo em que poderia ter permanecido em Vila do Conde.

Volta-se ao problema, já aflorado no capítulo anterior, e que neste, sem a história de tantas lutas e conspirações, pode ser considerado com mais vagar. Quando saiu o menino de Vila do Conde? E saiu diretamente para a companhia dos pais, ou foi viver em Verdemilho, na casa dos avós? Se foi para Verdemilho, teria chegado a conhecer o avô?

As circunstâncias que rodearam o nascimento e os primeiros tempos, têm ensejado mais perguntas do que permitido respostas. Contudo, não parece possa haver dúvida razoável, hoje, quanto a ter ido o menino de Vila do Conde para Verdemilho.

É verdade que um dos mais documentados biógrafos de Eça, Antônio Cabral, no último dos seus livros sobre este, se considerou sem elementos para responder a todas as questões relativas à saída de Vila do Conde, inclusive a da ida ou não para Verdemilho. Isso em obra cujo prefácio é datado de 1946. Mas antes, em 1940, citando uma carta do próprio Eça, a que adiante se aludirá, opinara afirmativamente quanto à ida para Verdemilho. A incerteza posterior deve ter resultado menos da falta de elementos que permitissem uma conclusão, que do propósito de não isentar de dúvida qualquer questão relativa a esse período, de vez que tais elementos, embora ponderáveis, são principalmente circunstanciais. Pode ter resultado, também, do pessimismo desde o prefácio existente nesse livro, que o autor sabia ser, como foi, a sua última obra.

Em 1950, porém, houve um depoimento importante a respeito. Importante porque foi prestado por um filho de Eça de Queirós e se baseou em declaração deste. Escreveu Antônio d'Eça de Queirós, em livro publicado naquele ano: "Ele próprio [Eça de Queirós] nos falava em Paris das brincadeiras de Verdemilho, das correrias com os garotos da vizinhança e de certos lindos fatos de veludo, com grande gola, punhos de renda e garbosa cinta de seda."

Também Eça de Queirós, em carta a Oliveira Martins, se dissera educado em região de Aveiro, na qual se localiza Verdemilho.

Outra indicação, no mesmo sentido, fornecida ainda por Eça de Queirós, foi a do escudeiro preto que lhe contava histórias de João de Calais e dos Doze Pares de França. Esse criado, escravo que viera do Brasil, morava com a família do desembargador Queirós, em Verdemilho. Só aí, portanto, Eça poderia ter com ele convivido.

Todas essas pistas confirmam o que simples bom senso já estaria indicando. Os pais de Eça de Queirós só se casaram e passaram a viver em comum em 1849. É evidente o embaraço que causaria, nesse lar recentemente constituído, de pessoas de posição, o aparecimento de um filho com quase quatro anos de idade.

Mais difícil será concluir — e em termos absolutamente positivos é mesmo impossível — quanto à data em que foi para Verdemilho.

Ana Joaquina morreu em maio de 1851. Sendo inadmissível que o menino tivesse permanecido em Vila do Conde após o desaparecimento da única pessoa que, ali, dele poderia cuidar, segue-se que foi para Verdemilho com cinco anos e meses, no máximo. Mas por que não teria ido antes e até bem antes?

Antônio d'Eça de Queirós — nesse ponto com maior reserva e confessando a falta de indicações precisas — acha que pelo menos desde os três ou quatro anos de idade o pai passou a viver em Verdemilho. Se assim foi, conheceu o desembargador Queirós, que faleceu em abril de 1850. A tradição é que isso tenha acontecido, e também João Gaspar Simões a aceitou, em 1945, na obra mais extensa e documentada que se publicou sobre o escritor: *Eça de Queirós: o homem e o artista*. Nesse livro, repetidamente admitiu que Eça conhecera o avô, que com ele convivera “dois anos escassos”, e, até — o que é certamente mais discutível — que ao menino “não tivessem sido indiferentes os exemplos de dedicação sincera a uma causa — a causa da liberdade — que Eça de Queirós não pode ter deixado de conhecer nos anos que viveu com o avô”.

Em obra posterior, porém, que é, na realidade, um resumo daquela, escreveu Gaspar Simões: “Entretanto no Hospital de

Vila do Conde falecia Ana Leal de Barros e é de crer que o pequeno José Maria, com cinco anos incompletos, fosse remetido para Verdemilho, residência dos avós paternos. Já não deve ter conhecido o velho Joaquim de Queirós, seu avô, que falece a 16 de abril de 1850, depois de uma vida aventureira, exilado no Brasil, de onde regressara rodeado de criados pretos que mantinham naqueles subúrbios de Aveiro um vago semblante das terras pernambucanas do Recife, onde o "façanhudo" magistrado desempenhava cargos oficiais." (3)

Se Gaspar Simões concluíra, em 1945, ter Eça conhecido o avô, como se pode pretender, depois, sem aduzir qualquer razão para a mudança, que tal conhecimento não deva ter ocorrido? Tampouco houve subsídio novo que justificasse a reviravolta de opinião. O falecimento de Ana Joaquina, a que alude o trecho transcrito do livro de 1961, já se acha mencionado, e de modo muito mais amplo, na obra de 1945, onde o conhecimento do avô foi plenamente admitido.

Inútil procurar as razões da divergência de Gaspar Simões consigo mesmo. Se existissem, Gaspar Simões não deixaria de indicá-las. Não o havendo feito, só resta concluir que variou de opinião, sem ter para tanto razões — por menos natural ou justificável que seja tal procedimento. Note-se, aliás, que todo o trecho transcrito, da segunda obra, não prima pela exatidão, ou sequer pelo cuidado.

Assim, tendo o falecimento de Ana Joaquina ocorrido em maio de 1851 — como Gaspar Simões revelou e comprovou na obra de 1945 — se após aquele óbito tivesse o pequeno José Maria ido para Verdemilho, teria ido com *mais* de 5 anos (que completara em novembro de 1850) e não, como escreveu Gaspar Simões no livro de 1961, com cinco anos incompletos.

Que o avô Queirós teve existência aventureira, não há dúvida. Mas não parece razoável, quanto a alguém que chegou a ser condenado à morte, só indicar, como exemplo de aventura, o fato de ter estado no Brasil, tanto mais que desse período Gaspar Simões não revela conhecer nenhum pormenor. Aliás, falar-se em "exílio", no Brasil, só em sentido figurado. Exílio ele de fato

(3) JOÃO GASPAR SIMÕES, *Eça de Queirós*, Lisboa, Ed. Arcádia, 1961, p. 24. (Col. "A obra e o homem")

sofreu, mas na própria Europa, quando fracassada a sublevação de 1828. O sentido figurado atinge maior exagero ao ser o desembargador representado regressando a Portugal “rodeado” de criados pretos — que eram apenas dois. A preocupação do pintoresco leva ainda Gaspar Simões a pretender que eles davam, a Aveiro, “um vago semblante das terras pernambucanas de Recife”. Mas a presença de dois escravos não devia ser, em Portugal, coisa assim tão extraordinária. Oliveira Martins, no mural que pintou do terremoto de Lisboa, colocou pretos. Carlota Joaquina, segundo consta, amargurou-se de encontrar, no Brasil, ainda mais pretos do que em Lisboa. E por que, se havia pretos em todo o Brasil, a presença de dois deles evocaria, especialmente, as tais “terras pernambucanas de Recife”, e não, por exemplo, para usar o mesmo estilo, as terras fluminenses do Rio de Janeiro? E por que, ainda, haveria Gaspar Simões de colocar o desembargador em Pernambuco, sem indicar qualquer fonte que a isso o autorizasse? Talvez para esta última pergunta haja explicação. Nas quase setecentas páginas, formato grande, da obra de 1945, não existe uma só palavra sobre ter o desembargador exercido “cargos oficiais” em Pernambuco. Nesse mesmo livro, porém, Gaspar Simões, tendo provado que Ana Joaquina nascera em Pernambuco, levantou, como se viu, a hipótese de haver, no Brasil, conhecido o desembargador. No livro seguinte, voltando ao assunto e provavelmente influenciado pela hipótese que formulara, transferiu o desembargador para Pernambuco, o que tornaria aquela hipótese mais viável. Esta explicação, evidentemente, importa em admitir singulares critérios de pesquisa. Mas que outra explicação existe?

Finalmente, é lícito a Gaspar Simões considerar “façanhudo” o desembargador Queirós. Mas se quiser fazê-lo entre aspas, evidentemente reportando-se à sentença, como citação, terá que dizer “façanhoso”, pois foi assim que ela o qualificou.

Por todos esses reparos parece preferível ficar com a obra de 1945 do que com o resumo de 1961, inclusive quanto à época da ida para Verdemilho.

A este propósito, queremos insistir nas duas informações já aludidas, do próprio Eça, as quais não só mostram que viveu em Verdemilho, como parecem conter indicação no sentido de que foi para ali ainda muito pequeno, a tempo de conhecer o avô.

Ao falar do escudeiro preto, por exemplo, lembra-o como a sua "mais remota recordação". Para que fosse a sua mais antiga lembrança, não deveria datar dos cinco ou seis anos, isto é, de depois da morte do avô. Sabe-se que as recordações mais distantes — e esta ficou marcada em Eça de Queirós, nitidamente, como sendo de todas a primeira — estão situadas, de modo geral, na faixa dos três aos quatro anos de idade.

Há ainda a carta a Oliveira Martins, cujo valor, como indicação autobiográfica, vem não só dos seus termos como — e talvez principalmente — das condições em que foi escrita.

Estava-se em 1884 e uma visita fora combinada, à propriedade de Luís de Magalhães, na região de Aveiro, por um grupo do qual faziam parte Oliveira Martins e Eça de Queirós. Este, à última hora, por motivos de trabalho, não pôde seguir com os demais. Escreveu então, no próprio dia, a Oliveira Martins, insistindo em que não adiassem a partida: "Vocês, com tipóia, barcos no rio, foguetes à espera e talvez literatos locais — não podeis faltar hoje." Quanto a ele, Eça, dirá depois: "Filho de Aveiro, educado na Costa Nova, quase peixe da ria, eu não preciso que mandem ao meu encontro caleches e barcaças."

Dir-se-á, desde logo, que Eça não nascera em Aveiro. Exato; mas fora para ali (Verdemilho é junto a Aveiro) tão pequeno, que com a região completamente se identificara, a ponto de se considerar seu filho. Note-se que o trecho não é de um artigo, ou mesmo de uma carta escrita com vagar. Não houve qualquer preocupação em fornecer — ou eliminar — dados biográficos. Surge no imprevisto de um bilhete escrito à pressa; e é uma declaração espontânea, natural, refletindo o que o autor realmente sentia. E o que ele sentia era aquilo: tinha ido para Verdemilho tão pequeno, que lá se considerava nascido.

Não há dúvida que tudo isso são apenas deduções. Mas deve ser considerado que, se há indicações, embora discutíveis, de que Eça conheceu o avô, nenhuma indicação é fornecida — mesmo discutível — de que tal conhecimento não se tenha verificado. E o conhecimento — note-se também — é que constituiria a presunção, por isso mesmo menos necessitada de prova. E por que a presunção? Porque não seria normal permanesse o menino, mais do que o tempo estritamente necessário, vivendo com estra-

nhos, em casa de pouco conforto, quando tinha perto a do avô, ampla, com a avó e tias que dele poderiam cuidar.

É importante lembrar, por isso mesmo, que o velho desembargador, como transmitira o filho na carta a D. Carolina, se oferecera para mandar criar o neto "em companhia da minha família". Compreende-se que, tendo sido escolhida uma ama casada, com um lar a atender, aquele oferecimento não se pudesse concretizar imediatamente. Mas terminado o período de amamentação, não se vê motivo que pudesse impedir fosse a criança para a companhia dos avós. Nem mesmo o da discriminação ou o do preconceito, pois, se houvesse lugar para qualquer deles, não teria ocorrido o oferecimento do avô.

Na casa de Vila do Conde, portanto, até os dois, três, ou mesmo quatro anos de idade, viveu o menino, tendo por mãe a ama e madrinha e os filhos desta por companheiros e irmãos. Embalados, todos, pela mesma criatura modesta, com as mesmas cantigas, umas da terra em que vivia e na qual breve iria morrer, e outras — não parece excesso de sentimentalismo supô-lo — do Pernambuco natal, que nunca mais veria.

De bem poucos recursos parece ter sido o lar de Antônio Fernandes do Carmo, homem de tantos ofícios. Quanto a Ana Joaquina, costurando, talvez alugando o seio, tomando conta das crianças, atendendo à cozinha, olhando a casa, o seu único luxo deve ter sido o nome. A mãe e o marido tinham apenas especificações religiosas, a fazerem as vezes de sobrenome. A mãe era "da Conceição", o marido "do Carmo". Ela não, era Leal de Barros, apelido que só podia vir do pai. Mas até nisso há humildade na vida de Ana Joaquina. Tanto o seu luxo em vida, que é o sobrenome, como a lembrança que deixou, que é o seu luxo de morta, ela os recebeu como favor, sem que lhe coubesse título para reclamá-los: um veio do pai que não teve, a outra do filho que não era dela.

Paulo Cavalcanti também pernambucano, face ao sobrenome de Ana Joaquina, escreveu que ela "deve ter tido relações de parentesco com a família Leal de Barros, de Pernambuco, cujo varão foi o comerciante português Joaquim Leal de Barros, chegado a Pernambuco nos primeiros anos do século XIX. Desse Leal de Barros, que enriqueceu vendendo carne de porco aos vapores que atracavam no porto da capital de Pernambuco, nasceu Antônio

Leal de Barros, pai de Joaquim Cavalcanti Leal de Barros, professor do velho Ginásio Pernambucano, no Recife, de cujo consórcio com Maria Carmelita Lins, veio à luz o Ministro João Alberto Lins de Barros".(4)

Diz Cavalcanti "que não se pode excluir a hipótese de Ana Joaquina ter sido filha de uma escrava, Ana Maria da Conceição, com o português Joaquim Leal de Barros". Realmente não se pode excluir qualquer hipótese, dado que nada se sabe. Mas por que a mãe de Ana Joaquina haveria de ser uma escrava? O fato — único apontado — de serem freqüentes as ligações de portugueses com mulheres de cor, não basta. Escravas, quando tinham filhos, não eram mandadas para Portugal. Ficavam mesmo na senzala, e era um escravo a mais.

Ana Joaquina deve ter morrido moça. Casara-se em 1832, e é de admitir, pelos costumes da época, não tivesse mais de vinte anos. Assim, ao morrer, entre 20 e 26 de maio de 1851, teria cerca de quarenta anos. Morreu como vivera, pobre, que é palavra duas vezes mencionada no registo do óbito:

Pobre — Ana Joaquina Leal moradora que foi à Rua do Costa casada com Antônio Fernandes do Carmo faleceu de via presente para a [e]terna glória com todos os Sacramentos da Santa Igreja faleceu no Hospital desta Vila do Conde e no seguinte dia foi sepultada no cemitério da Ordem Terceira desta Vila como pobre e para constar em todo o tempo mandei fazer este ano dia mês e ano era *ut supra*. O encomendado, Antônio Xavier Tinoco de Faria. (5)

Assim terminou, na desolação de uma enfermaria de indigentes, a existência humilde de Ana Joaquina. Na vala comum, nenhum sinal marcou o lugar dos seus restos. No entanto, mais de um século passado, quando no mármore dos jazigos outros nomes ali gravados já se vão apagando, o dela continua lembrado. Que o seja com um pouco de ternura, pelo que deu — e dinheiro algum poderia ter pago — quem tão pouco recebeu da vida, ao pequeno José Maria, a sua mãe brasileira.

(4) PAULO CAVALCANTI, *Èça de Queirós, agitador no Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1959, p. 23-4. (Col. Brasileira, 311)

(5) JOÃO GASPAR SIMÕES, *Èça de Queirós: o homem e o artista*, op. cit., p. 27.

O pai carioca

Inocência, no *Dicionário bibliográfico*, deve ter sido o primeiro a consignar, para local e data do nascimento do Dr. José Maria de Almeida Teixeira de Queirós, a cidade do Rio de Janeiro e o ano de 1820.

As duas indicações vieram sendo repetidas, de um modo geral, nas biografias do filho. No entanto, como verificou Pedro Calmon, foram ambas negadas pelo Dr. Teixeira de Queirós, ao se matricular, em fins de 1836, na Universidade de Coimbra. Segundo certidão de batismo que então juntou, passada em 20 de setembro de 1836, teria nascido em Aveiro, a 19 de julho de 1819, e o batismo teria ocorrido a 29 do mesmo mês e ano, na Igreja de São Miguel, sendo batizante o vigário Manuel Maria da Cruz e padrinhos José da Silva Meneses e Maria das Dores.

Calmon, que fez tal descoberta quando se empenhava em apurar, nos arquivos portugueses, os antecedentes brasileiros de Eça de Queirós, não se conformou, apesar do caráter oficial e da riqueza de pormenores, com esses dados que destruíam a versão assente de haver o pai do escritor nascido no Rio de Janeiro. Ocorreu-lhe que se poderia tratar de “uma dessas fraudes inocentes com que, tanta vez, se suprem os documentos que se não encontram”. Não resistiu, fez o que normalmente não seria feito, isto é, foi verificar se a certidão certificara certo — e valeu a pena o ceticismo. “Estimulado pela dúvida” — escrevera — “só poderia resolvê-la vendo o livro de batismos da Igreja de São Miguel no ano de 1819 e naquela folha 22 a que pertencia o traslado — e o resultado da pesquisa não tardou em dissipar a pequena mentira. Lá não consta o original copiado; José Maria de Almeida não foi bati-

zado em Aveiro; nem por aí andava, àquela época, o nosso juiz. O atestado era falso; e falsos os dados que contém. José Maria de Almeida — a despeito da certidão de Coimbra — era mesmo do Rio de Janeiro.”⁽¹⁾

E era. Não bastasse o auto de flagrante mentira lavrado por Calmon; não bastasse, ainda, a retratação do próprio José Maria de Almeida Teixeira de Queirós, que ao se casar, em 1849, se declarou “nascido na cidade do Rio de Janeiro, do Brasil”⁽²⁾, e aí estaria agora, para fixá-lo definitivamente como carioca, o termo do seu batismo no Rio de Janeiro, localizado no curso das pesquisas para a elaboração deste livro.

* * *

É notório ter sido o Rio, desde os primeiros tempos, uma cidade barulhenta. O pretexto favorito, para o barulho antigo, era a religião. Os instrumentos que usou, de preferência, foram os foguetes e os sinos. No Rio colonial, enquanto arrobos e arrobos de cera ardiam nos altares das igrejas e nas tochas das procissões, fogos de artifício, importado da China, riscavam o céu, e os sinos, sem descanso, atroavam os ares. Tocavam ainda, alvissareiros, quando o Sr. bispo saía em visitação; a rebate, pressurosos, quando irrompia um incêndio; comovidos, quando dois destinos se uniam; festivos, nos nascimentos e batismos; compungidos, tangiam a finados.

Nem sempre a alegria ou a tristeza dos sinos estava de acordo com a importância de quem nascia ou morrera. Às vezes o exagero, no dobre ou no repique, era apenas o resultado da espórtula mais larga com que um parente generoso aquinhoara o sineiro.

O hábito colonial prosseguiu no período breve do Brasil-Reino, estendeu-se ao Império. Do barulho dos sinos queixaram-se sempre os estrangeiros que por aqui andaram, como George Stanton em 1792; Boescher, no tempo de Pedro I; e, no começo

(1) PEDRO CALMON, “Eça de Queirós e o Brasil”, in ELOY DO AMARAL e MARTHA CARDOSO (orgs.), *Eça de Queirós — In memoriam*, op. cit., p. 149-58. (Conferência realizada na Academia Brasileira de Letras, em 23 de novembro de 1945)

(2) Cf. certidão de casamento, reproduzida em *Eça de Queirós — In memoriam*, op. cit., p. 414.

do reinado de Pedro II, Francis de La Porte (conde de Castelnau) e Daniel Kidder. A este, missionário metodista, devem os sinos ter molestado, além dos ouvidos, as convicções religiosas. Daí, talvez, a impaciência reiterada com que se queixou dos carrilhões "que perpetram interminável badalar". Morou perto da Igreja da Glória, cujos sinos, segundo ele, "badalavam com veemência".⁽³⁾

Em 1819, uma das mais antigas ermidas do Rio, a da Candelária, está sendo reedificada, agora como igreja, e com as proporções e imponência que chegaram até nós. Essa obra, começada em 1775, só se vai completar no fim do século seguinte. Desde 1811, porém, são trasladadas as imagens para o novo templo, nele se retomam as celebrações do culto. E é assim que, naquele ano de 1819, nele tem lugar um batizado. Sabe-se, por exemplo, que nessa ocasião ainda não fora concluída a capela de N. S. das Dores, que é a situada junto ao altar-mor e à direita de quem olha para ele; mas não sabemos se estariam erguidas as torres, que haviam substituído a torre única da antiga ermida, embora em um desenho de Rugendas, tomado do alto de São Bento pouco depois, elas apareçam.

Ainda, porém, que houvesse torres e que nelas já estivessem os sinos; e ainda que, na época, os sinos, via de regra, repicassem longamente quando o mundo ganhava um novo cristão, o fato é que não devem ter repicado no batismo em causa. E por aí, simplesmente, poderíamos ter começado, pois todo o rodeio foi para dizer que não deve ter havido sinos a anunciar o batizado que se realizou, na Igreja da Candelária, no dia 31 de julho de 1819, num sábado.

O motivo de tal discrição é que se tratava de uma cerimônia "à capucha", com a omissão do nome da mãe do batizado, como consta do Livro XI do Termo de Batizados, a fls. 67, e foi assim certificado:

JOSÉ — Aos trinta e hum dias do mes de Abril digo de Julho de mil oitocentos e dezanove annos nesta Parochia baptizou e pos os santos oleos Pe. José Rodrigues de Freire Menezes, innocente filho natural do Desembargador Joaquim José de Queiros natural da Cidade de Aveiro do Reino de Portugal, e mãe incognita, neto pela parte paterna de José

(3) DANIEL KIDDER, *Reminiscência de viagens e permanência no Brasil*. 1ª ed. São Paulo, Liv. Martins, 1940, p. 94. (Série Biblioteca Histórica Brasileira)

Marcelino Prospero de Queiros e sua mulher Donna Joanna Leonor de Almeida da freguesia de Cyxo, Bispado de Aveiro. Foi padrinho Antonio José Mesquita e protetora Nossa Senhora, do que fis este assento.

O Coad. José da Silva Alvarenga.

Corrija-se logo para "Eixo" o nome da localidade que o copista decifrou como "Cyxo", e aí temos como foi lavrado, há quase cento e cinqüenta anos, e é agora reproduzido pela primeira vez, o termo de batismo do pai de Eça de Queirós.

São muitas as considerações a que dá margem esse termo de batismo, referindo-se a primeira à data do nascimento. Não obstante a ela não haver menção no termo, cremos que deva ter sido a de 19 de julho. Vale dizer, as declarações do Dr. Teixeira de Queirós, ao se matricular na Universidade de Coimbra, seriam inexatas quanto ao local, mas verdadeiras relativamente ao dia, mês e ano em que ocorrera o nascimento.

O raciocínio que leva a essa conclusão é simples. Se a falsa certidão de batismo, em Portugal, correspondesse a assentamento também falso, enxertado no livro de registro, uma vez que os assentamentos obedecem à ordem cronológica, a data poderia ter tido que ser alterada, para a que mais conviesse ao enxerto. Nenhum assentamento tendo sido feito, como Calmon verificou, não havia porque consignar, na certidão, para o nascimento, data diversa daquela em que o mesmo tivesse ocorrido. Ainda quanto ao dia e mês se admitiria alteração, com o objetivo, por exemplo, de aumentar a idade, se inferior à exigida para o ingresso no curso superior. Mas, no caso concreto, vê-se que quanto ao ano não houve divergência: o mencionado em Portugal coincide com o registrado no Brasil.

Ora, o dia e mês do nascimento ninguém os altera, salvo com razão muito especial, que no caso inexistia. O ano pode ser esquecido, pode ser confundido mesmo de boa-fé. Mas o dia e mês não, porque eles é que de fato representam o aniversário; a festa, a comemoração, ou simplesmente a lembrança, todos os anos renovada. O mês referido em Portugal, para nascimento e batizado, foi aquele em que realmente o batizado se realizou: julho. O dia que indicou para o batismo — 29 de julho (em geral ninguém sabe, ou se lembra, quando foi batizado) — apenas se distanciou dois dias da data real do batizado — 31 de julho. Assim, coinci-

dindo o que foi declarado em Portugal e o comprovado no Brasil — coincidência quanto ao ano e ao mês — forçoso é aceitar para o dia do nascimento aquele dia 19 que em Portugal foi referido e no Brasil não consta do registro.

A segunda consideração, que certamente o leitor também notou, é que, embora tenha sempre se assinado José Maria o Dr. Teixeira de Queirós, foi registrado apenas como José. Fosse lapso de quem forneceu os dados para o termo, ou de quem o lavrou, dele não consta o segundo prenome, certamente sugerido pela piedade materna, em louvor da Virgem, que fora a madrinha do menino. Mas a mãe deste não assistiu ao batizado. E assim os bons propósitos de sua fé, confiados aos cuidados masculinos, acabaram desatendidos.

A uma outra observação já se fez referência no primeiro capítulo. Diz respeito ao título de desembargador, atribuído ao pai do batizado. Só em 1822, porém, é que aparece o registro das cartas de nomeação para tal cargo. Conseqüentemente, ou a nomeação antecedeu de muito o registro, ou a atribuição do título — também constante do auto de correição de 1821 — resultou de um tratamento de cortesia.

A última consideração é relativa à semelhança entre o termo de batismo do Dr. Teixeira de Queirós e o de seu filho. É exaustivamente sabido, através da carta que o Dr. Queirós escreveu a D. Carolina — o mais reproduzido dos documentos relativos a Eça de Queirós — que o termo de batismo deste foi lavrado segundo instruções do avô. Escreveu o Dr. Queirós: — “Ele [o desembargador] me recomenda igualmente — e também o desejo — que no Assento de Batismo se declare ser meu filho, sem todavia se enunciar o nome da mãe. Isto é essencial para o destino futuro de meu filho, e para que, no caso de se verificar o meu casamento consigo — o que talvez haja de acontecer brevemente — não seja preciso em tempo algum justificação de filiação.” Comentando esse trecho da carta, diz João Gaspar Simões que talvez tivesse havido “uma certa perfídia nas razões alegadas para o nome da mãe não figurar no assento batismal ao lado do do pai”. E argumenta: “Aí se diz que haverá conveniência em o nome da mãe ficar incógnito, para “no caso de se verificar o meu casamento consigo”, como lá está, “não seja preciso em tempo algum justificação de filiação”. Ora a verdade é que a filiação por sub-

seqüente matrimônio se não verificou no caso de Eça de Queirós, que pelos pais foi legitimado em declaração extravagante, apenas alguns meses antes do casamento do filho, ou seja, em dezembro de 1885. Tal declaração seria escusada, caso no assento de batismo já figurasse o nome de D. Carolina Augusta.”

Não há dúvida quanto ao acerto da última afirmação. Constatasse do batismo o nome do pai e da mãe e o subsequente casamento destes bastaria para legitimar o filho, sem necessidade de declaração especial. Mas a menção do nome da mãe deveria evidentemente ser evitada, pois se tratava de moça solteira e de boa família. A recomendação de omitir a filiação materna — ao mesmo tempo em que se acentuava fosse a paterna consignada — deve ter resultado da preocupação de proteger D. Carolina do escândalo, e não de qualquer possível perfídia. Qual seria esta — que Gaspar Simões não precisa — se o pai, ao determinar a menção do seu nome, dava a demonstração mais evidente de que não fugia às suas responsabilidades de pai? Dir-se-á que, se a esta não fugia, poderia imaginar esquivar-se ao casamento. Mas, se a ele pudesse ser compelido, muito mais fácil seria tentar esquivar-se com a omissão do seu nome, do que com a inclusão dele. Não seria a omissão do nome da mãe que o protegeria, pois é certo que, no caso, e de modo geral, mais fácil seria a prova da maternidade que a da paternidade.

Os argumentos que usou não teriam sido dos mais convincentes. Admite-se. Mas talvez fossem os únicos — reunidos sob a invocação de proteger o futuro do filho — capazes de convencer D. Carolina. Do pouco que se sabe desta, um traço ficou — o da independência de atitudes.

O conhecimento dos termos em que foi lavrado o assento do batismo do Dr. Queirós é um elemento novo — e isso, sobretudo, é o que desejamos salientar — na compreensão dos motivos que ditaram os termos do assento de batismo de Eça de Queirós. Não resultaram estes de qualquer propósito especial, decorrentes da situação especial do Dr. Queirós e de D. Carolina. Foram, apenas, a reprodução do que fora feito há 26 anos, em circunstâncias semelhantes.

O desembargador Queirós não teve em vista possíveis perfídias. Simplesmente determinou que se procedesse, em relação ao neto, como ele próprio procedera em relação ao filho. Exatamente. Em ambos os documentos foi assumida a paternidade; em ambos

foi omitida a filiação materna. E outra circunstância, que não entrara nas recomendações do avô, acabou de igualar as situações. De uma criança fora madrinha Nossa Senhora, à outra serviu de padrinho Nosso Senhor; como se, nos dois casos, a falta de invocação, à beira da pia batismal, dos nomes maternos, tivesse tornado necessária maior proteção divina.

* * *

Do Brasil, nenhuma imagem pode ter guardado o Dr. Teixeira de Queirós, que daqui saiu com 2 ou 3 anos. A sua meninice deve ter sido triste, angustiada mesmo, com o pai envolvido em revoluções, condenado à morte, foragido da justiça, e a própria mãe levada ao cárcere. Formou-se em 1841. Deve ter-se matriculado, portanto, em 1836.

Em Coimbra, demonstrou o que poderia considerar-se, em Eça de Queirós, como o primeiro traço de afinidade com o pai: o pendor literário. Apenas, na semelhança, houve uma diferença. Eça só não fez literatura, praticamente, na Universidade, enquanto o Dr. Teixeira de Queirós quase que só aí a ela se dedicou. Semelhança total foi terem ambos representado em Coimbra no Teatro Académico. Nesse passo, os dois poderiam invocar, como precedente da vocação, na família, um tio e tio-avô, Fernando José de Queirós. Este, irmão do desembargador, não só foi ator profissional e diretor de teatro, como escreveu nada menos de 48 peças. Muito embora tenha sido considerado excelente ator, desancou-o sem piedade o famigerado padre José Agostinho de Macedo, truculento autor de *Os burros* e miguelista exaltado. Há, porém, quem informe que tanto se exaltava o padre porque sempre vira Fernando de Queirós "muito apegado, atendido e bem servido nos amores do palco". Daí traduzir a crítica "talvez ciúmes acirrados do reverendo em relação a qualquer das atrizes, pois andava sempre ébrio de amores de cômicas".⁽⁴⁾ Mas se a ribalta deu a Fernando José de Queirós aplausos, descomposturas e amores, não lhe deu fortuna. O desembargador Queirós, então no Brasil, chegou a pensar em chamar para junto de si o irmão mais novo,

(4) ROCHA MARTINS, *Os românticos antepassados de Eça de Queirós*. 1ª ed. Lisboa, Ed. Inquérito, 1943. p. 110.

arranjando-lhe emprego. Mas a Independência pôs termo a tais planos. O desembargador voltou a Portugal e possivelmente teve influência na nomeação de Fernando para o cargo rendoso que acabou por obter, e no qual morreu, poucos anos depois.

A estréia literária do Dr. Teixeira de Queirós tem lugar em 1840, quando, quartanista, publica, na *Crônica Literária da Nova Academia Dramática*, de Coimbra, a balada "D. Elvira e D. Ramiro". É a história de uma donzela e do seu cavaleiro, por este proclamada, em justa de cavalaria, "das belas a mais formosa". Ensaia-se também na prosa. Publica, na mesma *Crônica Literária*, a novela histórica "O mosteiro de Santa Maria de Tamarães". É uma crônica de feitos heróicos, passada no tempo de Afonso Henriques, em que se contam as ações esforçadas de Gonçalo Hermingues, por alcunha o "Traga-Mouros".

Rocha Martins salienta que, na época, ainda não haviam surgido os romances de Alexandre Herculano. O moço acadêmico deve ter-se inspirado em Walter Scott. A prosa em que se expressa tem cadência e colorido. Veja-se este trecho:

Pela alvorada de um dos dias do começo de junho, ouvia-se o estrondo do compassado andar dos cavalos pelas calçadas das ruas desertas de Coimbra. Iam montados neles alguns cavaleiros que, com as viseiras caladas, não podiam ser conhecidos. Eram Traga-Mouros e seus companheiros de armas, que seguiam a caminho de Lisboa a guerrear a mourisma. Daí a pouco viam-se já trotando para além das ruas e apenas se distinguiam pelo reflexo do sol batendo-lhes na armadura.

No último ano do curso, dos prelos da Imprensa da Universidade sai a sua principal obra, *O castelo do lago*, poema em sete cantos, em cujo prólogo o autor reconhece a influência de Castilho. Também aí há castelos, cavaleiros que pelejam na Terra Santa, duras refregas e juras de amor.

Os que se detiveram no poema do Dr. Teixeira de Queirós, não deixam de assinalar, em obra tão romântica, propriedade realista da adjetivação, em que o filho seria mestre. Um círculo se estabeleceu entre filho e pai. Este de certo modo prenuncia a nitidez com que aquele viria adjetivar. E Eça, numa das suas figuras de poeta romântico, deixa uma imagem que lembra a do pai, nos detalhes da vida, e até no ritmo dos versos que lhe atribui.

É o tio Duarte, da *Ilustre Casa de Ramires*, aquele que “nos seus anos de ociosidade e imaginação”, de 1845 a 1850, entre a sua carta de bacharel e o seu alvará de delegado, fora poeta e publicara em *O Bardo*, semanário de Guimarães, um poema em verso solto, o “Castelo de Santa Irenéia”, que assim começa:

*Na palidez da tarde, entre a folhagem,
Que o Outono amarelece...*

Formado em 1841, o Dr. Queirós ainda poetou em um jornal de província, *O Ramallete*. Em agosto de 1844 registra a sua carta de delegado do procurador régio. Conhece D. Carolina. Tornara-se autor em 1840, com 20 anos; com 25 se torna pai. Em 1847 as suas tendências políticas lhe acarretam a exoneração. Casa-se aos 3 de setembro de 1849. Em 1852 um novo jornal, que se publicará duas vezes por semana, aparece em Aveiro. Chama-se *O Campeão do Vouga*, que aparece tendo no cabeçalho como redator principal o nome do Dr. José Maria de Almeida Teixeira de Queirós. Quinze anos depois, o filho, também na província, igualmente dirigiria um bissemanário, o *Distrito de Évora*.

O trovador plangente desaparecera. Agora é um jornalista fremente, revoltado, quase revolucionário, cujas convicções se extremam. Assim, depois de afirmar que “a artilharia dos potentados da terra tem abafado esses brados de emancipação política e muitos apóstolos das grandes idéias têm expirado nos cadafalsos conservadores”, pergunta:

Quem não crê que dessa luta incessante da igualdade contra o privilégio, da legalidade contra o arbítrio, da razão e da inteligência contra a força bruta há de sair triunfante o princípio que tende a substituir a barbaridade pela civilização, a ignorância pelo ensino, a miséria pelo trabalho, a escravidão pela nacionalidade? Quem não vê que a onda revolucionária há de mais tarde ou mais cedo romper os diques em que por ora está represada e aluir, na ressaca, o velho edifício da sociedade européia?

Mas a sua carreira de diretor de jornal foi breve, como também seria a do filho. Ainda nesse ano de 1852 deixa *O Campeão do Vouga*.

* * *

Em 1858 o Dr. Teixeira de Queirós é juiz no Porto. E dois processos célebres, de curso quase simultâneo, vão divulgar o seu nome no país inteiro. Até ali fora conhecido, na sua jurisdição, como "liberal, corretíssimo e justiceiro". Nas causas em questão, essas qualidades, realçadas pelas de extraordinária independência e coragem, ganhariam notoriedade nacional.

Havia no Porto, por essa época, um homem que lembrava, nas proporções mais modestas de uma edição portuguesa, Fouquet e o Conde de Monte Cristo, como os pintou Alexandre Dumas. Antes de tudo pela desmesurada riqueza. Aparentava-se também com Edmundo Dantès, por um certo mistério que cercava a sua imensa fortuna. E ainda com Fouquet, porque fora, igualmente, tesoureiro de dinheiros públicos — o que explica muitos mistérios. Como o intendente de Finanças de Luís XIV, gostava de agradar a homens de letras, entre eles Camilo.

Esse personagem — Antônio Alves de Sousa Guimarães — negociante forte, comendador de várias ordens, vira a nobreza aliar-se à opulência, recebendo o título ribombante de barão de Bolhão. Mais tarde perdeu a rima, tornando-se conde de Bolhão. A tantos títulos juntava o de ser sogro de um filho do duque de Saldanha, mordomo-mor do Reino, esse militar bravo na guerra e fraco na política, que com as suas arremetidas, as suas indecisões, os seus heroísmos e as suas reviravoltas, dominou e tumultuou a vida pública portuguesa durante meio século.

A consagração de tamanha grandeza veio em 1852, quando, indo a rainha D. Maria II (a nossa princesa D. Maria da Glória) à cidade do Porto, honrou com a sua presença o palácio de Bolhão.

Mas a seguir vêm desgostos. Primeiro é a acusação de que conservava a esposa em cárcere privado, infligindo-lhe maus-tratos. Estoura o escândalo, Camilo defende o titular nos jornais, estabelece-se polémica e de tudo resulta ser Camilo agredido fisicamente à traição, retrucar com a pistola que lhe fora emprestada por um padre (!) e ferir um dos agressores.

Amainado esse escândalo, surgiu outro, e nele a vítima era o Brasil. De há muito havia quem considerasse que a extraordinária opulência estadeada pelo titular não podia provir apenas de rendimentos lícitos. Era notório ser o Porto o centro de exportação de dinheiro falso para o Brasil. Minuciosamente fora contado,

em pleno Parlamento português, como era suplementado o meio circulante brasileiro: o dinheiro vinha em latas, dentro de barris de manteiga; em invólucros de borracha, dentro de tonéis de vinho; dentro de rolos de linho; dentro de imagens de santos. Assim éramos nós, depois de trinta anos de separação, tão vinculados ainda a Portugal, que dele ainda dependíamos no alimento, na bebida, na roupa, na devoção e até no dinheiro falso.

Sob a pressão do clamor público, que encontrara eco no Parlamento, um processo judicial se instaura, em que figura como acusado o conde de Bolhão. Duvidava-se, porém, que houvesse juiz capaz de pronunciá-lo. Mas houve, o Dr. Teixeira de Queirós; e o conde, que cautelosamente se achava em Lisboa, fugiu para a Inglaterra com um passaporte pedido e fornecido à pressa.

Muito grande deve ter sido a coação tentada sobre o Dr. juiz Queirós. Ele deu indicação nesse sentido logo nas primeiras linhas da exposição, como de praxe dirigida ao rei, com a qual sustentou o seu despacho:

Senhor: antes de entrar na questão dos autos são indispensáveis algumas palavras porque, para mim, há aqui uma questão de honra.

Não sei se ficará ofendida alguma susceptibilidade.

Fique ou não fique, desde já declaro que, para quaisquer efeitos, tomo a responsabilidade de todas as minhas ações. No meio da corrupção dos espíritos que lavra neste país e que há de acabar por envolver na corrente homens, doutrinas e instituições, aparecem felizmente ainda como protesto contra essa extrema depravação moral, indivíduos de cuja probidade não é lícito duvidar.

Julgavam, porém, eles, os caracteres ignóbeis, postos ao serviço de quantas torpezas caracterizam a devassidão desta época, poder impunemente macular a reputação de um magistrado honesto e independente, que tem a coragem bastante para dar com a ponta do pé nas injúrias e só as toma nas mãos quando é preciso fazê-las recuar até às faces caluniadoras. (5)

Afirma que atuara no processo como o faria contra pessoa de condição inferior. E acrescenta, veemente, com uma coragem que chega à temeridade:

(5) ROCHA MARTINS, *op. cit.*, p. 239.

Não sei se neste país a justiça é igual para todos. Creio que não. Digo, mesmo afoitamente, que não, porque tenho visto a balança da Lei vergada com oiro dos novos Cresos, a independência dos juizes curvada diante da influência dos poderosos, a consciência dos magistrados humilhada à vista do brilho das fardas agaloadas dos nobres improvisados. (6)

Pronunciara o conde, reafirma, porque se convencera de que para isso havia fundamento bastante. Pergunta, mais direto ainda nas alusões:

E sendo essa minha convicção íntima, devia eu, porventura, traí-la só porque o agravante é um conde, ligado em relações de parentesco, com um dos homens notáveis deste país? (7)

Marca a sua posição, com altivez:

Eu, Senhor, como juiz, não conheço pobres, nem ricos fidalgos, nem plebeus poderosos ou desvalidos.

No meu tribunal, acusadores ou acusados, não têm nomes nem títulos. Chamam-se réus ou autores. (8)

E termina, num desabafo de revolta, que poderia ter sido exacerbada pelo caso dos autos, mas devia exprimir uma decepção mais funda e mais ampla: "Estamos em Portugal no ano da graça de 1860. Desgraçado país!"

O outro processo célebre em que funcionou foi aquele a que responderam, acusados de adultério, Ana Plácido e Camilo Castello Branco. Camilo a conhecera em um baile, em 1850. Disse a alguém, na mesma noite, que aquela seria a sua mulher fatal. Mas Ana Plácido é noiva. Tem 18 anos e vai se casar com um homem de cinquenta, Manuel Pinheiro Alves, negociante enriquecido no Brasil.

E de fato se casa. Contudo, sete ou oito anos depois (os camilianistas divergem entre si) cede a Camilo. A ligação torna-se conhecida de parentes e do próprio marido. O fato de tais amores

(6) op. cit., p. 240-1.

(7) op. cit., p. 241.

(8) op. cit., p. 242

terem sido focalizados em uma peça de Camilo, na qual, sob cores pouco lisonjeiras, também figura Pinheiro Alves, deve ter contribuído para desencadear a vingança deste, que consiste em processar, por adultério, Camilo e Ana Plácido.

A petição do queixoso é distribuída ao 1.º Distrito Criminal, que tem como juiz titular — ou juiz proprietário, como então se dizia em Portugal — o Dr. Teixeira de Queirós, o qual dá o primeiro despacho em 22 de dezembro de 1859.

A 2 de janeiro do ano seguinte, todavia, declara-se suspeito, em despacho de poucas linhas: “Por motivos supervenientes não posso, nem devo, continuar a intervir neste processo como Juiz. Dou-me, por isso, de suspeito. Façam-se os autos conclusos ao juiz competente.”

Quais teriam sido esses motivos? Que não foram “supervenientes” é positivo. Ninguém apontou uma causa, verificada entre 22 de dezembro e 2 de janeiro — e poucas vidas têm sido tão pesquisadas quanto a de Camilo — que pudesse ter motivado a suspeição do Dr. Queirós. Os motivos de constrangimento é dúvida, já os deveria ter ao despachar inicialmente o processo; e acabaram por prevalecer na oportunidade em que lhe cabia proferir o primeiro ato realmente decisório, ou seja, quanto à pronúncia dos réus. Não tendo desde logo declarado suspeição, todavia, forçoso se tornou atribuí-la a motivos supervenientes.

Reitera-se a pergunta: qual a razão que levou o Dr. Queirós a se dar por suspeito? Os biógrafos de Camilo e de Eça não conseguiram encontrar senão a de que o Dr. Queirós se considerara impedido de julgar um caso de amor, face ao que também possuía no seu passado. O motivo não pode deixar de parecer pueril, pois a situação era completamente diversa. Ana Plácido era casada; D. Carolina Augusta era solteira. O caso do juiz teria sido à margem da lei; o que lhe coubera apreciar era contra a lei. No entanto, o motivo da suspeição deve ter sido realmente esse. É mais fácil será aceitá-lo se considerarmos que o Dr. Queirós, embora trocada a lira pela toga, continuava, **indisfarçadamente**, a ser um romântico.

Jurada por ele suspeição, igualmente a jurou o seu substituto. O seguinte na escala também não desejou intervir no caso: alegou que, de acordo com antigas portarias, nos processos preparatórios, que terminavam com o despacho de pronúncia — como era o caso — não podia ser alegada suspeição.

Queirós sustentou com firmeza o seu despacho argumentando com clareza e agilidade como costumava fazer. Mostrou que as portarias invocadas já em si errôneas não podiam ter aplicação ao caso. Atingiu, no mesmo remoque, o ministro que outrora baixara tais portarias e o juiz que agora as invocava:

Já vejo, Senhor, que não é só destes últimos tempos que qualquer indivíduo, de mediana inteligência, se julga habilitado para ser Ministro de Estado e para interpretar Leis... (9)

A Relação do Porto, todavia, negou-se a admitir a suspeição. Expressamente determinou que o juiz prosseguisse no feito. O Dr. Queirós, como lhe cabia, cumpre a decisão superior. A 26 de março de 1860, finalmente, profere despacho surpreendente: pronuncia Ana Plácido, mas impronuncia Camilo.

O processo, com as suas peripécias, vinha sendo acompanhado, como uma novela, pelo país inteiro. Camilo já era escritor conhecido e tinha ainda mais romances vividos do que escritos. A história das suas façanhas de amor e de bordoadas, dos seus duelos, dos seus desatinos, inflamava as imaginações românticas, mas escandalizava a sólida burguesia do Porto. Também no seu processo, como no do conde de Bolhão, o juiz Queirós sentira — mas desta vez contra os réus — a pressão do poder e do dinheiro. A atuação que teve, no caso do conde, atingira a alta finança e, de um certo modo, a aristocracia: no caso de Camilo, iria chocar a classe média.

Enorme celeuma se levantou contra o despacho. Onde se vira adultério sem co-réu? Onde se vira mandar a julgamento a parte mais fraca, e em liberdade o sedutor, o libertino?

Manuel Pinheiro Alves não queria vingança por metade e agravou do despacho. O Dr. Queirós sustentou extensamente a sua decisão, invocando os termos expressos da lei, o § 2.º do art. 401 do Código Penal: "Somente são admissíveis contra o co-réu adúltero as provas resultantes de cartas ou outros documentos escritos por ele." Não havia, mostrou, qualquer dessas provas. Conseqüentemente só lhe cabia, como fizera, impronunciar o acusado.

(9) ALBERTO MÁRIO DE LUSA COSTA, *Camilo no drama de sua vida*. Porto, Liv. Civilização, 1959, p. 270.

Mais uma vez a Relação discordou do juiz, que foi assim obrigado a pronunciar Camilo. Ambos os réus foram encarcerados. Para que ali permanecessem o maior tempo possível, Pinheiro Alves lança mão de medidas protelatórias, inclusive a tomada de depoimentos no Brasil e na Índia — o que é indeferido pelo juiz Queirós. Os réus já estão presos há meses. O julgamento, a ser presidido pelo juiz Queirós, é marcado para 15 de outubro de 1860 — mas apenas cinco dias antes é conseguida a transferência do magistrado para Vila Franca de Xira ... Como se não bastasse, Pinheiro Alves faz reeditar um panfleto no qual, dez anos antes, Camilo, o “técnico do desaforo”, como o classificou Agripino Grieco, dissera as últimas ao Porto e aos seus habitantes. A condenação ao degredo parecia certa. Os lances de surpresa não estavam, no entanto, esgotados. Após três dias de depoimentos e de debates, o júri, por maioria, considera não provado o adultério.

* * *

No casarão de Verdemilho, onde morrera, em 1850, o desembargador Queirós, morre, em 3 de novembro de 1855, D. Teodora Joaquina. O neto José Maria, que nesse mesmo mês completou 10 anos, vai então estudar no Porto, onde moravam os pais, casados desde 1849.

Prepara-se, no Colégio da Lapa, para o exame de instrução primária e para os das disciplinas necessárias ao ingresso na Universidade. Mas o que de mais importante lhe aconteceu, nesse colégio, foi ter ali conhecido o amigo de toda a vida: José Duarte Ramalho Ortigão.

Ramalho era mais velho do que Eça 9 anos, pois nascera em 24 de novembro de 1836. O pai era o diretor do colégio. E ele o ajudava, inclusive lecionando francês. A amizade começou, portanto, de professor para aluno, relação que ainda parece transparecer em certos momentos da vida de ambos, apesar da absoluta e fraternal intimidade que mantiveram, quando por vezes Ramalho censura e doutrina Eça de Queirós, e este, com risonha humildade, se deixa doutrinar e censurar.

Na *Reliquia* talvez tenha lampejado, na recordação que faz Teodorico Raposo da sua vida escolar, uma reminiscência de Ra-

malho. Teodorico, logo que completou 9 anos (no caso de Eça, dez) foi para o Colégio dos Isidoros. Também aí havia um moço filho do diretor, Isidoro Júnior. Era ele que, nos dias de saída dos alunos internos, os submetia a uma última inspeção, dando-lhes, quando era o caso, mesmo na bacia dele, "ensaboadelas furiosas".

Em outubro de 1860 — no mesmo mês em que Camilo e Ana Plácido são absolvidos — Eça presta os exames de admissão na Universidade de Coimbra. Do pouco que se sabe sobre a sua vida acadêmica, não há notícia de camaradagem com estudantes brasileiros. Estes, numerosos no século XVIII — só em vinte anos, entre 1768 e 1788, cento e cinquenta se formaram, em Coimbra — haviam diminuído muito com o progresso do ensino na antiga colônia. De qualquer modo, ainda há quem cruze os mares, em busca de saber, na Universidade secular, fundada por D. Dinis.

Fizeram-no, entre outros, Gonçalves Dias e Odorico Mendes. No tempo de Eça de Queirós eram cerca de 50 os brasileiros que estudavam em Coimbra, e também por parte deles não foi consignada qualquer lembrança de Eça de Queirós, muito embora um, Antão de Vasconcelos, tenha deixado as suas recordações de estudante em livros que aqui publicou, já sexagenário, sob o título *Memórias do Mata-Carochas*, com prefácio de José do Patrocínio. Eça, como é sabido, não se destacou, nos tempos de Coimbra, sob qualquer aspecto. O Dr. Antão de Vasconcelos só lhe menciona o nome uma vez, ao enumerar os alunos daquela época que vieram a se tornar célebres. A ele não mais se refere, embora trate, em um capítulo, do Teatro Acadêmico, setor a que Eça se dedicou especialmente e sobre o qual deixou várias reminiscências. Mas apesar disso não deve ter atingido o relevo dos atores relembrados pelo Dr. Vasconcelos, que se deteve, inclusive, nas "ingênuas", uma das quais se tornou advogado notável e a outra foi coronel de artilharia na África...

A expressão de Eça de Queirós — "durante cinco anos vaguei pelas margens do Mondego" — traduz bem a falta de maior relevo na sua vida acadêmica, terminada em 22 de junho de 1866, quando se tornou bacharel em Direito.

Até então o convívio com os pais — adiado não se sabe exatamente até quando — sofrera as limitações dos estudos. E mesmo

assim Antônio Cabral e João Gaspar Simões mencionam períodos de férias que foram passados com estranhos.

Ao findar o curso jurídico, vale dizer, ainda não tendo completado vinte e um anos, é que Eça vai conviver de modo permanente com os pais e passará a aparecer o endereço destes — Rossio 26, 4.º andar — como o seu endereço.

* * *

O biógrafo, em geral, é um admirador do biografado. Acaba por se afeiçoar aos que lhe quiseram bem ou foram por ele queridos, como passa a encarar sem afeição ou pelo menos com reserva os que de qualquer modo o devam ter feito sofrer.

Talvez isso explique, na maioria dos que escreveram sobre Eça, a ausência de maior calor na apresentação dos pais, a respeito de quem pesa sempre a omissão, na infância do filho. Pouco se tem apurado quanto ao grau de afetividade a que filho e pais vieram a atingir mais tarde, tacitamente se admitindo que ela tivesse ficado comprometida para sempre, por aquela ausência inicial.

Para tal impressão deve ter contribuído, decisivamente, a nota que Camilo escreveu à margem de um dos livros da sua biblioteca, *A geração nova*, de Bruno:

Eça nasceu filho ilegítimo. Foi dado clandestinamente a uma ama de Vila do Conde. Af esteve até aos 6 ou 7 anos, sem conhecer os pais, que o chamaram a si depois do casamento, tendo outros filhos. Eça foi sempre o menos querido dos seus irmãos e também o menos amável com os pais.

De maior peso que a bisbilhotice de Camilo — por mais bem informado que ele estivesse — foi a menção, feita por Antônio Cabral, de que José Luciano de Castro, “que muito bem conheceu Eça de Queirós, tratando-o sempre por José Maria e por tu, sem ter conhecimento da nota de Camilo, confirmava o que dela consta, acerca dos sentimentos para com o filho, do pai do autor de *Os maias*.⁽¹⁰⁾ Isto porque José Luciano fora companheiro do Dr. Tei-

(10) ANTÔNIO CABRAL, *Glórias e sombras de Eça de Queirós*. Lisboa, Liv. Popular, 1941, p. 25.

xeira de Queirós desde os tempos do *Campeão do Vouga*, onde também colaborara; deve ter ajudado o Dr. Queirós na carreira política; e acompanhara, até o último ato, a vida do romancista, a cujas exéquias assistiu, na igreja de Neuilly.

Por outro lado, Eça pouco revelou de sua vida íntima, quer através dos personagens de seus livros, quer diretamente, em reminiscências pessoais. Desaparecido, a incompreensão se estabeleceu entre os biógrafos e a família. Aqueles, entendendo que todos os documentos referentes a Eça de Queirós deveriam ser divulgados, para melhor compreensão de sua vida e obra, uma e outra já não podendo pertencer mais apenas à família, pois se haviam tornado, pelo relevo do escritor, patrimônio nacional. Os filhos, resistindo no seu direito, consideravam que antes de atender à curiosidade sobre o escritor, glória de um país, lhes cabia zelar pela memória do Pai, recordação inapagável de uma família. O azedume do debate foi, de certo modo, agravado por antipatias políticas. O ponto de vista dos pesquisadores era compreensível. Mas seria injusto que também não se compreendesse o da família, tanto mais que, se atendesse ao ponto de vista contrário, com isso colheria benefícios de ordem material.

De qualquer forma, muitos elementos poderão vir ainda a ser divulgados, que esclareçam pontos obscuros ou retifiquem juízos já estabelecidos.

Sobre o Eça chefe de família, embora com a transcrição apenas parcial da correspondência trocada entre ele e a esposa, um quadro definitivo foi traçado pela filha mais velha do escritor, D. Maria d'Eça de Queirós, em livro que contém ainda páginas do outro filho sobrevivente, Antônio.

É o *Eça de Queirós entre os seus*, aparecido em 1948. Desse livro enternecedor surge a figura do homem de família, não apenas cumpridor dos deveres de marido e pai, mas inexcusável no carinho, nas atenções, na delicadeza com que os cumpriu. Os trechos das cartas que reproduz, são, na quase totalidade, de Eça de Queirós ou de sua noiva, e depois esposa, D. Emília Resende. Incidentalmente, porém, há menção à correspondência de outros membros da família. Assim é citada uma frase do Dr. Teixeira de Queirós, em carta ao filho, que bastaria para destruir as suposições de Camilo e de José Luciano. Escrevendo a Eça, então cônsul em Havana, disse-lhe o pai: "Não sei quando secarão as lágrimas que por ti tenho chorado desde que partiste..."

Se considerarmos que Eça era, então, um homem feito, bacharel, representante de seu país no exterior, e que o Dr. Teixeira de Queirós, já passados os cinqüenta, era de feitio austero e retraído, que a idade mais acentuava; e se considerarmos, mais, que o Dr. Queirós, como Eça, tinha a mesma "reserva discreta sobre sentimentos íntimos" que o escritor atribuiu a Fradique — melhor se sentirá, naquela frase simples, a intensidade do amor que o pai dedicava ao filho. A pretendida frieza, nas relações de ambos, é uma lenda; só aquela frase a destruiria, como só uma frase, nas lendas, basta para quebrar um exorcismo.

Uma recapitulação de fatos, ao longo da vida de ambos, completa a demonstração de que, com a restrição imposta pelas circunstâncias nos primeiros anos, nunca faltou, a Eça de Queirós, a assistência paterna, material e afetiva.

De início, a educação. No Porto, frequenta um dos melhores colégios da cidade. Depois, em Coimbra, tem sempre, para pagar a ceia nas tias Camelas, um tostão de prata novo em folha, que maravilha João Penha.

Em 1866, meses antes de se formar, Eça faz a sua estréia literária na *Gazeta de Portugal*. O jornal era dirigido por Antônio Augusto Teixeira de Vasconcelos, que fora, na Universidade e na Academia Dramática, colega do Dr. Queirós. É de presumir que a antiga amizade deste com o diretor do jornal tenha facilitado a publicação de estréia, as "Notas marginaes", a que se seguiram outros folhetins.

Em dezembro de 1866 vai dirigir o *Distrito de Évora*, bissetimânico cujo primeiro número aparece em janeiro do ano seguinte. Ora, o Dr. Queirós, que servira em Évora, de onde foi transferido, em 1862, para Lisboa, naquela cidade teria deixado relações. A sua influência deve ser atribuída a colocação do filho. Em junho de 1867, o Dr. Queirós vai a Évora, como registra o *Distrito*.

Ao fim de sete meses Eça deixa o jornal e volta a Lisboa, para a casa dos pais, onde instala também o seu escritório de advocacia, segundo notícia em jornal da época. Deve ter tido menos clientes, porém, de que Carlos da Maia, cujo consultório funcionou também no Rossio. O que sobretudo o empolga é a boémia literária, os serões na Travessa da Guarda-Mor, o Cená-

culo. Em Évora recebera cem mil-réis mensais para manter a redação do jornal. A fim de obter maiores proventos, ele mesmo, sozinho, redigia o jornal todo. Por mais que houvesse economizado, no entanto, o dinheiro não deve ter durado muito — e a bolsa que o mantém só pode ser a paterna. Entre os rapazes a que se une está D. Luís de Castro Pamplona, conde de Resende, com quem parte, em fins de 1869, para uma viagem ao Oriente. Quem teria custeado a viagem? Não seria impossível que D. Luís, como disse Carlos a João da Ega, tivesse pretendido “ter bastante para o luxo de ambos”. Mas se houve o oferecimento, Eça, como o Ega, certametne o recusou — e nem a aceitação seria compatível com a altivez do Dr. Queirós. Este, portanto, ainda uma vez, é que deve ter financiado a viagem, que foi a grande aventura da mocidade de Eça de Queirós. À mesma conclusão chegou Rocha Martins, que acentua: “Aos outros filhos não proporcionava tais prazeres, o que desmentia a falta de afabilidade do pai pelo seu primogênito.”⁽¹¹⁾

De volta a Lisboa, no começo de 1870, é nomeado, em julho, administrador de Leiria. O exercício de cargo público (pelo prazo mínimo de 6 meses) era essencial à habilitação para o concurso de cônsul, que vinha de ser aberto. A nomeação para Leiria se dá sendo chefe do Ministério o duque de Saldanha, que desta vez — e não era a primeira — tomara o poder por um golpe de estado, cuja caricatura está em *O conde de Abranhos*. Saldanha, “eixo volúvel da política portuguesa”, porque tomara todas as posições, já fora amigo e inimigo de todos, já fora de todos admirado e detestado. Aos Queirós, avô e pai, alternadamente beneficiou e prejudicou. Mas uma recordação não podia nele se ter apagado, que era a do desembargador dos tempos difíceis da Junta do Porto, depois seu ministro. Também andou pelo Brasil, onde governou a província do Rio Grande do Sul. O seu busto, enfileirado com outros, contempla, da balaustrada da Beneficência Portuguesa, as atividades da Rua Santo Amaro, no Rio de Janeiro.

O Dr. Queirós se opusera a Saldanha, quer politicamente quer na judicatura, ao pronunciar o conde de Bolhão. Mas era pai. E não é inadmissível supor tenha sido ele quem, como filho do velho desembargador, haja conseguido, para o neto deste, junto ao duque, a nomeação de administrador civil.

(11) op. cit., p. 257.

Quando Eça estava em Leiria, a mãe adoecce gravemente. E há testemunha de vista quanto à angústia do escritor, as suas constantes idas ao telégrafo em busca de notícias. Todo esse quadro de solidariedade familiar se completa, no ano seguinte, quando o irmão, Alberto, escreve a respeito da conferência que Eça iria realizar, no Cassino, e ainda por causa de Eça se desentende com Antônio Ennes. Eça, de seu lado, sai nas *Farpas* em defesa do irmão.

Nesses dois acontecimentos do ano — o aparecimento das *Farpas* e as conferências do Cassino — a tendência política de Eça se afirmara revolucionária, embora houvesse mais ênfase em se falar de revolução do que nitidez em explicar os seus objetivos. Ela era, como a do pai no *Campeão do Vouga*, pregada com violência na forma, mas com lirismo no fundo. Pai e filho podem ter divergido literariamente, mas, em política, foram ambos românticos.

A nomeação para cônsul — classificado que fora em primeiro lugar — é que foi dificultada por tais atividades. Só se concretiza em março de 1872, e em novembro desse ano é que Eça parte para Havana. Do que sentiu o pai, ao separar-se do filho, aquele deixou, já vimos, confissão escrita.

Ramalho, ao despedir-se publicamente do amigo e parceiro, admitiu, ou fingiu admitir, que a entrada no serviço diplomático significasse a saída do serviço das letras:

Estás me vendo um pouco pálido ao separar-me de ti e sentes de certo ao abraçar-me que me deixas apreensivo e nervoso. Que se não comunique a impressão deste derradeiro contacto do mundo literário e artístico de que te vais desquitar! (12)

Concitava-o mesmo, no tom que até então mantivera a publicação, e do qual Eça era o principal responsável, a que deixasse de fato a literatura:

Se tens no teu coração algum resto de amor à publicidade, a essa caprichosa *lorette* sempre desprezada e sempre querida, arranca do teu peito

(12) RAMALHO ORTIÇÃO e EÇA QUEIRÓS, *As Farpas*: crônica mensal da política, das letras e costumes. Lisboa, Tip Universal, mai. 1871-jun. 1883, 42 fascículos.

esse amor, passa-o para a minha mão, não abotoes sobre ele o teu grave e austero uniforme consular. (13)

O que Ramalho escreveu, gracejando, talvez fosse o desejo do Dr. Queirós, no seu egoísmo de pai. Mas, ainda que tenha sido assim, isso não o impediria de dar ajuda decisiva à carreira literária do filho, quando este publicou, sozinho, o seu primeiro romance.

* * *

Das Antilhas espanholas, Eça é transferido, em 1874, para Newcastle-on-Tyne; em 1878, para Bristol; e em 1888, para o posto final, o consulado de Paris.

O Dr. Teixeira de Queirós prosseguira na carreira judiciária e incursionara na política. Foi deputado nas legislaturas de 1869/1870 e 1882/1884. Em 1887 se tornara par do Reino, eletivo. Foi juiz de direito do 2.º Distrito da cidade do Porto, presidente do Tribunal do Comércio e juiz da Relação e do Supremo Tribunal de Lisboa. Chegara a desembargador, como o pai. Diz-se que teria sido ministro da Justiça — e ainda aí repetiria o pai — se houvesse vencido a revolução republicana do Porto, em 1891.

Entre o juiz-político e o cônsul-escritor, a correspondência se mantém através das alterações na vida de ambos. Embora até hoje não divulgada, a ela há referências nas cartas de Eça aos amigos.

Em fevereiro de 1875, de Newcastle, censura Ramalho por não lhe escrever. Acrescenta só ter dele notícias por intermédio do pai, que “não se esquece nunca de me dar essa satisfação”: (14) A mesma censura, com idêntica referência ao pai, é reiterada em carta de 1877. (15) Novamente em 1879 menciona a Ramalho notícias que dele teve através do pai. (16) É pelo pai que tem notícia da abertura do concurso da Academia, ao qual apresentaria *A relíquia*. (17)

(13) id., *ibid.*

(14) EÇA DE QUEIRÓS, *Obras*. Porto, Lello; Rio de Janeiro, Aguilar; 1958-9, v. 3, p. 506.

(15) EÇA DE QUEIRÓS, *Novas cartas inéditas*. Rio de Janeiro, Alba, 1940, p. 5.

(16) *op. cit.*, p. 51.

(17) *op. cit.* acima nota 14, p. 572.

Mas o Dr. Queirós não lhe escreve apenas a respeito dos amigos. Transmite-lhe também notícias que possam interessar à sua carreira. É ele quem lhe fala do desejo, manifestado por Gonçalves Crespo, de que Eça colabore no *Jornal do Comércio*, do Porto.⁽¹⁸⁾

Sempre que vem a Lisboa, em férias ou em licença, volta a ocupar o seu quarto, em casa dos pais. São muitas as cartas que escreveu, datadas de "Rossio, 26". Mesmo depois que se casa, em 1886, quando vem sozinho a Lisboa, fica em casa dos pais. Só quando traz a família é que o número de pessoas o obriga a procurar hospedagem em uma pensão ou a veranejar em Sintra.

Em geral um antigo empregado da família, que o trata por "menino", vai esperá-lo à estação. Em casa, a aguardá-lo, estão os pais, a irmã — e a ceia. Em uma das vezes o trem atrasa, chega cerca de uma da manhã, faltam carruagens na estação e ele tem que vir, com as malas às costas de carregadores, até encontrar uma viatura cujo cocheiro condescende, por quinze tostões, em trazê-lo à Baixa, ao Hotel Universal, onde pernoita para não incomodar os pais. O episódio, contado em carta à esposa, foi aproveitado para assunto de uma carta de Fradique a M.^{me} de Jouarre. Apenas, na vida real, Eça teve uma desventura suplementar: a de saber, no dia seguinte, que a mãe e a irmã o esperaram até muito depois das duas horas "com um caldinho de galinha quente e outras delícias".

Por essa época já o mano Alberto falecera. Agora, dos seis irmãos, apenas dois sobreviviam: Eça e Aurora Amada, a Miló.

Eça dá notícias à esposa: "meu Pai realmente bem, graças a Deus". Mas nem sempre foi assim. Há uma ocasião em que o pai adoece gravemente. Escreve à esposa, repetindo, na hora séria, a invocação que fizera nas horas felizes: "... o que esperamos em Deus é que este estado agudo melhore".

Deus o atende. O Dr. Queirós ainda se sente mal, ao saber que o filho vai partir, mas finalmente se restabelece.

Eça volta a Paris, recomeça a correspondência com Lisboa. Ainda o irmão Alberto era vivo e em carta à cunhada a Miló recomendava: "Dize ao José que escreva ao Papá, pois ele não compreende a vida sem cartas do José". A neta, D. Maria d'Eça

(18) EÇA DE QUEIRÓS, *Novas cartas inéditas*, op. cit., p. 52.

de Queirós, assim lhes lembra as figuras: “O Avô, muito alto, muito branco, quieto e grave... A Avó, era muito viva e autoritária, e fazia-nos rir com as suas respostas prontas. Muito janota e muito boa dona de casa; eu não me fartava de admirar a mesa onde a Avó não dispensava dezesseis sobremesas.”

E os dois vão envelhecendo... No princípio de 1899, Eça vem a Lisboa sozinho, em férias, e pela última vez. A 16 de agosto de 1900 morre em Paris. Em 30 de janeiro de 1901, menos de seis meses depois da morte do filho — “não sei quando secarão as lágrimas que por ti tenho chorado desde que partiste...” — morre, na sua casa de Lisboa, o Dr. Teixeira de Queirós.

As Farpas em Pernambuco

Se havia problema, no século passado, que preocupasse os escritores portugueses — os de sucesso, bem entendido — era o dos direitos autorais no Brasil. Aqui, com a maior naturalidade, sem que os autores recebessem tostão, freqüentemente se republicavam, em volume ou em folhetins nos jornais, obras que, além-mar, haviam alcançado êxito. Nas mesmas condições subiam à cena as peças portuguesas.

Era verdade, mas de consolo muito relativo, não existir discriminação. Procedimento igual atingia qualquer obra estrangeira. Importava o sucesso, não a nacionalidade. Chegava-se a publicar o que nem fora escrito. Segundo conta Raimundo Magalhães Júnior, tendo sido enorme a repercussão do *Conde de Monte Cristo*, aqui se escreveu e publicou uma continuação, *A mão do finado*. Tal colaboração brasileira, ao criador de Edmundo Dantès, tornou-se tão difundida que não são poucos, ainda hoje, os que a consideram obra realmente de Alexandre Dumas.

Aos portugueses, porém, doía mais. A sua produção literária continuava tendo vasto consumo entre nós, e o mercado brasileiro igualara, passara mesmo a superar o da antiga metrópole.

Tudo decorria da falta de um tratado, e era inegavelmente injusto, embora também por falta de um tratado, como se viu, deixassem de ser punidos em Portugal portugueses que inundavam o Brasil de moeda falsa, o que era ainda mais injusto.

Pela inexistência do tratado, os portugueses responsabilizavam Pedro II. Curiosamente, reconheciam ser a atitude do imperador influenciada por um escritor português, Alexandre Herculano.

As coisas chegaram a tal ponto que irritaram autores de ordinário ponderados, como Pinheiro Chagas. O futuro "homem fatal" ingressara na literatura pelos caminhos amenos da poesia e logo se tornou conhecido e envolvido em polêmica. Não tanto propriamente pelo mérito dos versos, mas em razão do posfácio de Castilho ao seu *Poema da mocidade*, o qual desencadearia a famosa "Questão coimbrã". Da poesia passara ao ensaio, ao romance, à história, à crítica, ao teatro, e a mais iria, se mais houvera. Também não lhe escapou a política, onde chegaria, como os condes de Abranhos e de Gouvarinho, a ministro da Marinha.

Em 1879 já era autor de um retumbante êxito teatral, *A morgadinha de Valflor*. E saber que tal senhora, sem que pecúnia fosse enviada à casa paterna, com freqüência se exhibia em palcos brasileiros, foi possivelmente o fato que desencadeou o protesto de Pinheiro Chagas.

Escritor copioso, mas em geral de boas maneiras, publicou, naquele ano de 1879, sob a forma de carta ao imperador, um folheto irritado, de 70 páginas: *A propriedade literária. Carta a S. M. o imperador do Brasil*.

Ali fixava responsabilidades:

Ninguém ignora, nem em Portugal, nem no Brasil, que é Vossa Majestade quem principalmente se opõe a que se celebre entre nós o tratado de propriedade literária. Ninguém ignora que Vossa Majestade fundamenta a sua resistência na negação da doutrina da propriedade literária, apoiando-se para isso nas opiniões bem conhecidas de Alexandre Herculano, exaradas por ele num célebre folheto.

Depois, exemplificando, citava dois autores brasileiros. Um, naturalmente, Machado de Assis; e, não se esquecendo de que era também historiador, dava-lhe, como par, Pereira da Silva:

Eu sou em Portugal o proprietário incontestável das minhas obras, e o Sr. Pereira da Silva ou o Sr. Machado d'Assis é no Brasil proprietário incontestável das suas, mas o meu direito de propriedade expira às portas do Brasil, o seu direito de propriedade expira às portas de Portugal.

Acentuou não ser justo que a lei brasileira reconhecesse a propriedade literária, e, no entanto, não protegesse a do estran-

geiro. Tanta iniquidade lhe parece insuportável. A eloquência o domina, a veemência o empolga, e não termina a tirada seguinte sem falar em vinho verde, o que, dada a elevação do assunto e a altura do destinatário da carta, já era menos conveniente:

E com que pretexto se faz isso? Invoca-se a opinião de V.M. e V.M. invoca a opinião do Sr. Alexandre Herculano, e ambos dizem, ele o ilustre historiador que descansa das fadigas do mundo no seio da terra que arou com tão vivo afeto, V.M. o ilustre pensador que reina e governa e dirige com acerto feliz os destinos do jovem Brasil, dizem ambos: "A propriedade literária não é uma propriedade." Pois se o não é, permita-me V.M. que lho diga, não a consinta no Brasil. Não prive os seus súditos dos benefícios dessa teoria. Se o direito de propriedade literária não existe, não o reconheça a lei em pessoa alguma. Já se viu coisa mais singular? Não, não fazemos o tratado literário com Portugal porque S.M. entende que a propriedade literária não tem razão de ser. Pois então suprima-a, e não sejamos só nós, os estrangeiros, as vítimas dessa sua preocupação. A propriedade literária não é como as pipas de vinho verde, não estala quando passa o Equador. Ou é legítima ou ilegítima. Se o é, constitui um direito geral que a todos pertence; se o não é, para todos se deve abolir.

Não mencionou Pinheiro Chagas que o livreiro Cruz Coutinho, a que aludira, era português, irmão de um livreiro do Porto conhecido pelo mesmo nome; nem que muitos outros editores e empresários, que fraudulentamente divulgavam as obras lusas, eram também portugueses.⁽¹⁾ Outrossim, não lhe ocorreu acrescentar que, em Portugal, mas evidentemente em escala menor, se procedia do mesmo modo com autores brasileiros.⁽²⁾

Não referiu nada disso e fez bem. Em primeiro lugar, porque lhe perturbaria a veemência. Em segundo, porque tais circunstâncias não alteravam, fundamentalmente, os fatos de que se queixavam os escritores portugueses, nem o direito que tinham de se queixar.

(1) OLDEMIRO CÉSAR, "Onde pára o manuscrito do *Amor de perdição?*", in *Comitiana & Vária*, Lisboa, n. 1, jan.-mar. 1951, p. 25.

(2) RAIMUNDO MAGALHÃES JÚNIOR, *O império em chinélos*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1957, p. 194.

Entre os que tiveram motivos de queixa, anos antes do opúsculo de Pinheiro Chagas, estavam Ramalho Ortigão e Eça de Queirós.

* * *

Em maio de 1871 apareceu o primeiro número das *Farpas*. Do efeito causado em Portugal, disse Ricardo Jorge, em linguagem camiliana, ter sido "o mais violento sacão vibrado a modôrra estuporal do indígena".⁽³⁾

O melhor testemunho do sucesso alcançado pela nova publicação está, porém, nos bilhetes, puramente comerciais, que Ramalho enviava ao representante da revista no Porto, Manuel Fernandes Reis, e que por certo nunca pensou viessem a ser publicados. Ali se menciona como os números se esgotavam de um para o outro. E em três palavras, que valiam pelo período mais eloqüente: "tudo está vendido".⁽⁴⁾

Sucesso em Portugal queria dizer contrafação no Brasil. E ela realmente ocorreu, no Rio e no Recife. Aqui foram *As Farpas* reproduzidas no jornal *A República*, que aparecera em dezembro de 1870.⁽⁵⁾ Refere Raimundo Magalhães Júnior ter sido a reprodução autorizada pelos autores.⁽⁶⁾ Paulo Cavalcanti contesta, lembrando que o contrário fora dito em *As Farpas*. Realmente, no número de julho a agosto de 1872, páginas 92 e 93, *As Farpas* haviam publicado uma "Declaração" que considerava "exploração do trabalho d'outros" a reprodução feita em *A República*, pela qual nada haviam recebido os autores.

Mencionou ainda Raimundo Magalhães Júnior a reprodução, não autorizada, de *As Farpas* em Pernambuco. Mas sobre o que ali aconteceu, passemos a Paulo Cavalcanti, que ao assunto dedicou grande parte de um livro.

* * *

(3) Cf. JÚLIO D'OLIVEIRA, *Ramalho Ortigão e Eça de Queirós*. Porto. Of. Gráf. de O Primeiro de Janeiro, 1945, p. 133.

(4) id., *ibid.*

(5) GONDIM DA FONSECA, *Biografia do jornalismo carioca*. Rio de Janeiro, Liv. Quaresma, 1938, p. 343.

(6) RAIMUNDO MAGALHÃES JÚNIOR, *op. cit.*, p. 190.

Em 1959, na coleção "Brasiliana", da qual é o n.º 311, publicou a Companhia Editora Nacional *Eça de Queirós, agitador no Brasil*, de Paulo Cavalcanti. Antes mesmo de divulgada em livro, a obra merecera, da Academia Pernambucana de Letras, o "Prêmio Joaquim Nabuco", de 1956. Impressa, foi distinguida, pela Academia Brasileira de Letras, com o "Prêmio José Veríssimo", de 1961.

Os fatos que ali se narram, principalmente no que diz respeito a Eça de Queirós, são em resumo os seguintes:

D. Pedro II, em 1871, empreendera, com uma comitiva de quinze pessoas, a primeira viagem à Europa. Quando de sua estada em Portugal, *As Farpas* dele se ocuparam, em vários artigos, os quais foram logo transcritos pelo jornal republicano do Recife *O Seis de Março*. Esses artigos apareceram ainda em volume, mandado imprimir pelo pernambucano Manuel Rodrigues Pinheiro, na tipografia do *Jornal do Recife*, sob o título da publicação original: *As Farpas — crônica mensal da política, das letras e dos costumes*. Contra tais reproduções, não autorizadas, *As Farpas* protestaram, inclusive em forma de carta-aberta ao imperador, que Cavalcanti atribui a Eça. Também na revista houve menção ao jornal recifense *O Movimento*, de cuja direção participava Sílvio Romero, e que classificara Eça e Ramalho como "moedeiros falsos". Se os artigos sobre o imperador haviam despertado aplausos dos republicanos, outras páginas, inclusive as que protestavam contra as reproduções não autorizadas, provocaram repúdio indiscriminado. Entre elas a de um artigo, de Eça de Queirós, sobre o "Brasileiro", que retrataria, segundo então se entendeu em Pernambuco, não o português "torna-viagem", mas o brasileiro mesmo, o cidadão nascido no Brasil. Protestos foram publicados em vários jornais do Recife. José Soares Pinto Correa, "um pernambucano afeito às lutas de imprensa", informa Paulo Cavalcanti, publicou então *Os Farpões*, em cadernos de circulação semanal, mais tarde enfeixados em volume sob o título: "*Os farpões ou os bandarilheiros de Portugal — Resposta cabal aos Srs. Ramalho Ortigão e Eça de Queirós, autores das Farpas ou Fastos da peregrinação de S. M. o imperador do Brasil pelo reino de Portugal*" (p. 88 e fotografia da folha de rosto entre as p. 108 e 109). *As Farpas* noticiaram *Os Farpões* e lhe deram resposta. José Soares treplicou em outro folhetim de *Os Farpões*,

no qual respondia também a um tal Honório Pinto Carreira, que lhe escrevera de Lisboa. As referências à polêmica eram constantes na imprensa e repercutiram também em Goiana, cidade próxima do Recife. Em Goiana se realizou, em 30 de julho de 1872, um banquete seguido de desfile, com discursos e música. Paulo Cavalcanti menciona ter havido várias versões quanto às origens do banquete, umas dando-o como promovido pelos portugueses; outras, como de iniciativa de maçons, portugueses e brasileiros, a propósito do aniversário da extinção da Companhia de Jesus (p. 139). Entende Paulo Cavalcanti, porém, que a verdade é ter sido "o sentimento antilusitano, espicaçado pelos insultos das *Farpas*, o centro das manifestações dos goianenses naquela noite" (p. 139). Nos dias imediatos vários portugueses são espancados em Goiana. Quase todo o comércio cerra as portas. O pequeno destacamento policial mostra-se impotente para conter os distúrbios, sendo que alguns soldados aderem aos agressores. A imprensa do Recife deu larga notícia do acontecido, "ajustando-o, todavia, à orientação política de cada jornal" (p. 144). Igualmente repercutem os fatos na imprensa do Rio de Janeiro. O cônsul português em Recife pede providências ao presidente da Província, desembargador Faria Lemos. Respondendo à comunicação que este lhe fizera sobre os acontecimentos, o visconde do Rio Branco, então presidente do Conselho de Ministros, recomendou, com energia, não ficassem impunes os autores do atentado. Enviado reforço policial para Goiana, foi aberto inquérito. Teme-se que as agressões ali verificadas se repitam em outras cidades de Pernambuco. Começam a correr boatos de que também ocorrerão em Recife, no dia 7 de setembro, tradicionalmente assinalado com desfile das tropas, assistido por grande público. A tais rumores se refere o chefe de Polícia de Recife em ofício reservado ao presidente da Província, no qual menciona *As Farpas* e *Os Farbões*. Em consequência, sob o pretexto de que, no dia 7 de setembro, deveriam ser realizadas eleições para juizes de paz e vereadores, foi cancelada a parada militar (p. 177). Aos acontecimentos de Pernambuco se referiram *As Farpas*, sob a forma de carta ao presidente da Província, publicada no número de julho a agosto de 1872.

Daí em diante o livro de Paulo Cavalcanti relata, minuciosamente, outras lutas e incidentes que por essa época ocorreram em Pernambuco: a "Questão Religiosa", as manobras de conserva-

dores e liberais em busca do predomínio político, a oposição ao sistema métrico, a campanha pela nacionalização do comércio a retalho. Eça de Queirós já deixara, porém, *As Farpas* (o último número em que colaborou foi o de setembro-outubro de 1872) para assumir seu cargo diplomático em Havana. Eco do tempo de sua colaboração é o inquérito que se instaurara em Goiana, pelos acontecimentos de 1872, processo que se arrasta durante anos, ao sabor dos interesses políticos, em peripécias que Cavalcanti também acompanha, e que vem a terminar com o sumiço dos autos e a transferência do juiz da comarca.

* * *

São muitos os méritos do livro de Paulo Cavalcanti. É notável — e raro — o trabalho de pesquisa que empreendeu, através de livros e jornais da época e de manuscritos existentes nos arquivos e bibliotecas de Pernambuco. No que diz respeito ao papel que, em vários dos acontecimentos narrados, foi atribuído a *As Farpas* e seus redatores, o livro de Paulo Cavalcanti é absolutamente pioneiro. Mesmo os mais empolgados admiradores de Eça ou Ramalho, inclusive os que conheciam, nos fascículos originais, a publicação que reuniu os dois amigos, apenas sabiam, quanto aos acontecimentos de Pernambuco, o que nela se continha. A contrapartida brasileira, o que aqui ocorreu e foi escrito, só pela obra de Cavalcanti ficou estabelecido. Sente-se que a sustentá-lo, nessa longa e paciente pesquisa, de vários anos, como ele próprio menciona, houve duas admirações absorventes: a que tem por sua terra natal, pelo seu espírito de liberdade e nativismo — e o livro é a história dessas lutas, em determinado período; e a que dedica a Eça de Queirós, cujo nome, com o de Ramalho, foi envolvido em episódios dessa luta.

O autor, como não esconde no livro e foi salientado, na Academia Pernambucana de Letras, ao lhe conferir o "Prêmio Joaquim Nabuco", é um velho eciano. Em depoimento prestado a Eneida, publicado no Suplemento Literário do *Diário de Notícias* de 10 de abril de 1960, declarou: "Nas lutas estudantis, de mesa de chope, conheci Eça de Queirós através de *Os Maias*." Em 1945, quando das comemorações do centenário, a Prefeitura do Recife abriu um concurso de monografias, no qual um dos tra-

balhos classificados foi “Eça de Queirós, o revolucionário”, de Paulo Cavalcanti.

As duas admirações, porém, assim fortes e nítidas, devem ter influenciado Cavalcanti, no modo pelo qual apreciou os fatos; e, a nosso ver, prejudicaram certas conclusões a que chegou. A sua identificação com o espírito nativista fez com que considerasse depreciativas para o imperador ou para os brasileiros de modo geral, e até mesmo francamente pejorativas, certas páginas de Eça de Queirós que não têm aquele sentido, ou, de fato, não se referem aos brasileiros. Por outro lado, a admiração por Eça de Queirós, o desejo de associá-lo mais estreitamente aos acontecimentos, fez com que o visse como autor de artigos que são realmente de Ramalho.

Num e noutro caso, desnecessário seria dizê-lo, não houve qualquer propósito deliberado em chegar a tais conclusões. Apenas resultaram estas, na melhor boa-fé, de fatores inconscientes, profundamente arraigados em Paulo Cavalcanti.

Mas o que resultou, para Eça de Queirós, segundo tais conclusões, foi o seguinte quadro: teria zombado cruelmente do imperador; teria dito, dos brasileiros do Brasil (e não dos “brasileiros”, isto é, portugueses que voltavam a Portugal depois de enriquecidos no Brasil) entre outras coisas menos lisonjeiras, que eram geralmente maridos enganados; mais tarde, ao publicar esse artigo em volume, o teria deliberadamente alterado, de modo a lhe modificar o alvo, que passou a ser o “brasileiro”, isto é, o português “torna-viagem”; teria sido Eça, por fim, e não Ramalho, o autor da “Carta ao presidente da Província de Pernambuco”, carta de tom inegavelmente áspero, aparecida no fascículo de julho-agosto, 1872, de *As Farpas*, e que Eça teria deixado, intencionalmente, de incluir em *Uma campanha alegre*.

Tal quadro, convenhamos, é bem pouco agradável para olhos brasileiros. Paulo Cavalcanti, no entanto, na introdução do seu livro, concluiu — o que nos parece uma demonstração de amor contraditório — que aquele quadro só tornaria mais efetiva a admiração dos brasileiros e dos pernambucanos por Eça de Queirós. Textualmente: “Sempre faltou à admiração dos brasileiros e dos pernambucanos por Eça de Queirós um motivo de ordem material, que a tornasse mais efetiva. Com este livro, fazendo ressurgir do passado as origens e a narrativa de um dos mais movimentados

episódios de nossas lutas contra os portugueses, não catalogados pelos historiadores oficiais, estamos convencidos de que o nome de Eça deixará de ser o que foi, até agora: o objeto de um culto à distância, vivo e apaixonado, é verdade; mas, no espaço, esvaecente e abstrato" (p. 27).

Permita-nos Paulo Cavalcanti discordar. Verdadeiras que fossem as atitudes imputadas a Eça de Queirós, a admiração por ele talvez subsistisse, porque uma admiração antiga e funda muito pode perdoar. Mas subsistiria *apesar* daquela atuação; não existiria, ou seria aumentada, ou se tornaria "mais efetiva" em consequência dela.

Sem embargo do valor do livro do escritor pernambucano e sem que isso atinja o mérito das revelações que fez, parecem-nos merecer revisão as suas conclusões acima apontadas, que passaremos a considerar separadamente.

* * *

A partida de D. Pedro II para a Europa e o aparecimento do primeiro número de *As Farpas* ocorreram no mesmo mês: — maio de 1871. A revista, que pela graça e pelo estilo vivo, esperto, era qualquer coisa inteiramente nova em Portugal — e é mais exato dizer, em português — prometia, todos os meses, "cem páginas irônicas, alegres, mordentes, justas". Cumpriu a palavra. Não era uma revista social, um registro polido e incolor de fatos; não era, em suma, o lugar-comum em cem páginas, porque tinha muito espírito para isso.

Também não era veículo de agressão indiscriminada ou de descompostura habitual, porque, para isso, tinham os seus autores, além do espírito, uma sincera preocupação de justiça. Desde logo avisaram que fariam, rindo, a campanha que se propunham, pois "o riso é um castigo; o riso é uma filosofia. Muitas vezes o riso é uma salvação. Na política constitucional o riso é uma opinião". Quem assim escrevia era Eça de Queirós. Humoristicamente agarraram em tudo que lhes parecia digno de reparo, como "nos crânios ocios, na Carta Constitucional, nas nizas do rei, na quebra de um banco, nos sete pés e três polegadas do condestável, numa carta de namoro, condecorações prodigalizadas a barbeiros e traficantes, nos sábios cretinos, em toda a ordem de pessoa ou

de coisa, desde o vadio sem guarida, até ao ministro sem crédito"... A discriminação é de Fialho de Almeida.(7)

O número de junho de 1871 dá notícia da passagem de D. Pedro por Lisboa. A demora foi pequena, pois o imperador estava em trânsito para a Espanha e para o resto da Europa. A estada maior em Portugal seria na volta. O tópico, de autoria de Raulinho, foi no tom habitual da revista, mas simpático para com o visitante.

Começava assim:

Esteve em Lisboa S.M.I. o senhor D. Pedro II do Brasil. É um príncipe extremamente liberal, que usa dos requintes democráticos com a mesma profusão luxuosa que um dandy poderia ostentar nas suas gravatas, nas suas luvas ou nos seus perfumes. Põe a coroa na cabeça com a simplicidade despreocupada com que carregaria sobre a orelha um feltro de viagem. Mete debaixo do braço o seu cetro com a sem-cerimónia simpática de quem traz um guarda-chuva. Deseja que o fulgor da realeza fira tão pouco os olhos, que aquele que o notar possa confiadamente aproximar-se e pedir-lhe o seu fogo.

E adiante:

Se ainda estivéssemos nos saudosos tempos em que os reis mimoseavam sempre com uma pequena dádiva os grandes homens de quem se aproximavam, S.M.I. teria gasto em presentes o preço talvez de suas jóias! No lugar do senhor D. Pedro II o rei Luís Filipe ter-se-ia arruinado em caixas de rapé. Luís Filipe por diferentes razões não tinha espírito, e uma delas é que não precisava dele: tinha as caixas. Faziam-lhe um discurso, uma conferência, uma exposição, uma frase: ele mandava dar uma caixa de prata, uma caixa de ouro, uma caixa com pérolas ou com brilhantes. O Sr. D. Pedro II cultivou o seu talento: é filólogo, é naturalista, conhece a história, a filosofia, a química, a medicina. De sorte que, quando um grande homem faz um discurso ao imperador, o imperador remunera-o fazendo um discurso ao grande homem. A ciência para os reis é, pelo menos, isto: uma economia de caixas de rapé.

(7) FIALHO DE ALMEIDA, *Figuras de destaque*. Lisboa, Liv. Clássica, 1923, p. 108-9.

Quanto a esse artigo, Paulo Cavalcanti não consigna referência na imprensa da época. A repercussão ocorreria em 1872, quando D. Pedro volta a Portugal e *As Farpas* lhe consagram o número de fevereiro, subordinado ao título "Fastos da peregrinação de Sua Majestade o imperador do Brasil por estes reinos".

Ramalho e Eça, como é sabido, não assinavam, em *As Farpas*, os seus artigos. Só quando estes foram recolhidos em volume, nas obras dos dois escritores, é que a autoria daquela colaboração se tornou definida. Por esse cotejo se verifica que, dos quinze tópicos ou artigos de que se compõe o fascículo, Eça escreveu oito e Ramalho sete.

Foi esse o número que a imprensa republicana transcreveu, quer a de Pernambuco, quer a do Rio, e que Manuel Rodrigues Pinheiro editou em Recife. A esse número reagiram, em função dos respectivos interesses, republicanos e monarquistas. Os primeiros, pretendendo que os comentários da revista portuguesa eram a confirmação do ridículo que eles, brasileiros, sempre se tinham empenhado em atrair sobre o imperador. Os monarquistas, obrigados a reagir contra os republicanos, reagiram também contra a revista, menos, talvez, pelo que nela estava realmente escrito, do que pelo partido que do caso haviam tirado os adversários. Quanto aos que eram sobretudo nativistas, capazes de discordar de um português mesmo calado, com maior razão haviam de discordar de portugueses que falavam.

Paulo Cavalcanti diz que *As Farpas* transformaram a vitoriosa excursão do imperador do Brasil à Europa num grotesco espetáculo de circo, caricaturando tudo aquilo que Dom Pedro fizera, ou dissera, como primeiro viajante de sua pátria (p. 35); chama a Eça "cruel verrineiro" (p. 38), fala na sua "visão escarvinha" (p. 39). Escreve, ainda: "As duras pasquinadas de Eça e Ramalho devem ter produzido no imperador irritações e ressaibos. A crônica faceta de sua viagem era mais do que uma brincadeira de escritores, passando a constituir-se numa verdadeira afronta ao Império do Brasil!" (p. 42). Fala, também, em "truanice das *Farpas*" (p. 43), em "gaiatices" de Eça e Ramalho contra o imperador do Brasil (p. 59), e adiante evoca "os desafortos das *Farpas*, as pilhérias e as mofas de Eça de Queirós" (p. 135).

Não nos parece, porém, que as crônicas bem-humoradas de *As Farpas* tivessem o sentido que se lhes atribui e merecessem todos os qualificativos com que, de certo modo, se procura justificar a reação, levada a excessos, que despertaram em alguns setores da imprensa e da população de Pernambuco.

Vejamos, no que diz respeito ao tema comum, Eça de Queirós, os trechos transcritos por Cavalcanti. O primeiro, em que, diz ele, Eça reforçava as pilhérias de Ramalho, é o seguinte:

Um instante de atenção! O Imperador do Brasil quando esteve entre nós (e mesmo fora de nós) era alternadamente e contraditoriamente — Pedro d'Alcântara e D. Pedro II. Logo que as recepções, os hinos, os banquetes se produziam para glorificar Pedro II — ele apressava-se a declarar que era apenas Pedro d'Alcântara. Quando os horários dos caminhos de ferro, os regulamentos das bibliotecas, ou a familiaridade dos cidadãos o pretendiam tratar como Pedro d'Alcântara — ele passava a mostrar que era D. Pedro II. De sorte que se dizemos que se hospedou entre nós Pedro d'Alcântara erramos — porque ele asseverou que era D. Pedro II. Se nos lisonjeamos por ter hospedado Pedro II desacertamos — porque ele afirmou ser Pedro d'Alcântara. (8)

D. Pedro, formalmente, viajava incógnito. Daí as situações que surgiam, mencionadas nesse comentário risonho, mas em que não há, evidentemente, nada que pudesse ferir D. Pedro II — ou Pedro de Alcântara.

Outro artigo de Eça, citado por Paulo Cavalcanti, é o que se refere à mala do imperador. Antes de reproduzi-lo, Cavalcanti transcreve trecho da publicação solene, quase oficial, que registrou, passo a passo, a estada de D. Pedro, sob o título: *Viagem dos imperadores do Brasil em Portugal*. A passagem citada é a que descreve o desembarque em Lisboa:

O traje e as maneiras do Imperador eram, como sempre, despreten-siosos e simples; fato preto, chapéu baixo e manta de xadrez branca e preta em volta do pescoço; a sua mala de couro preto na mão direita,

(8) O trecho foi reproduzido tal qual o menciona PAULO CAVALCANTI (op. cit., p. 36), que se reporta à versão publicada em *Uma campanha alegre*. O texto original, do fascículo de *As Farpas* de fevereiro de 1872, é ligeiramente diferente na redação.

chapéu-de-chuva na esquerda, sobraçando um embrulho de papéis, não desdizia da mais natural singeleza de qualquer outro viajante. (9)

Diz então Cavalcanti: "Valendo-se da indumentária de Pedro II, satirizava Eça, aludindo, em particular, à sua mala de viagem:

É uma mala pequena, de couro escuro, com duas asas que se unem. É por ali que ele a segura. Na outra mão trazia às vezes o guarda-sol, debaixo do braço entalava a espaços um embrulho de papel. Muitas vezes depôs o guarda-sol, outras alheou de si o embrulho: a mala nunca! Paris, Londres, Berlim, Viena, Florença, Roma, Madrid, o Cairo — conhecem-na. Ela ficou popular na Europa — como o pequeno chapéu de Napoleão o Grande, ou a grande covardia de Napoleão o pequeno! Mesmo a celebridade da mala encobre um pouco a glória do príncipe. Como disse o bom Beranger da batalha de Austerlitz — "muito tempo se falará dela sob os lustres dos palácios e sob os tetos das cabanas". Dele — menos! (10)

Desde logo se vê que não houve fantasia quanto aos fatos. A mala, o guarda-sol e o embrulho estão no livro palaciano. Cavalcanti intercala o comentário, referindo-se a Eça: "A mala de Dom Pedro servia ao cruel verrineiro para uma série de interpretações maliciosas." E continua transcrevendo:

A mala significa que não só não tem na mão o cetro, mas traz na mão a bagagem; que não só deixou a realeza no Brasil, mas tomou a sem-cerimônia na Europa! A mala é a tabuleta do seu incógnito! A mala diz: apertem-me a mão, tratem-me por Pedro, e não me toquem o hino. (11)

Ainda nesse caso o texto incriminado não corresponde ao comentário que o precede. Não há malícia — que envolve a idéia de maldade, de má fé — na interpretação de Eça, que era aliás verdadeira e evidente. A mala significava de fato, como também

(9) Cf. PAULO CAVALCANTI, *op. cit.*, p. 37.

(10) *Id.*, p. 38.

(11) Reproduzimos o trecho citado por PAULO CAVALCANTI (*op. cit.*, p. 38), que é o constante de *Uma campanha alegre*. Corrigimos, porém, um erro tipográfico da transcrição, pequeno mas que altera o sentido. Onde estava escrito, na citação de Cavalcanti, "tomou-a sem cerimônia", consignamos "tomou a sem-cerimônia", que é o texto exato encontrado em *Uma campanha alegre* (cf. *Das farpas — Uma campanha alegre*, Lisboa, 1891, v. 2, p. 70-7)

interpretaram os autores palacianos da *Viagem dos imperadores do Brasil em Portugal*, que D. Pedro era apenas um viajante e queria apresentar-se com a “natural singeleza de qualquer outro viajante”. Deslocado é ainda o “cruel verrineiro”, pois nesse artigo transparece, sob o humorismo, simpatia para com D. Pedro. Simpatia que se torna expressa, aliás, no final do artigo, que Paulo Cavalcanti não transcreve e é o seguinte:

No entanto — disfarce ou bagagem — a mala é simpática: dá um perfume de honestidade. Uma mala pequena não pode chegar para tudo: tapa por um lado o rei, — descobre por outro o homem de bem! (12)

Prossegue Cavalcanti na citação de trechos, para mostrar como D. Pedro fora tratado pelas *Farpas*, especialmente por Eça de Queirós. Transcreve um artigo, integralmente, precedendo-o do comentário: “Na versão escarninha de Eça, o encontro de Pedro II com Herculano mereceu este registro”:

Sua Majestade Imperial visitou o Sr. Alexandre Herculano. O fato em si é inteiramente incontestável. Todos sobre ele estão acordes, e a História tranqüila. No que porém as opiniões radicalmente divergem — é acerca do lugar em que se realizou a visita do Imperador brasileiro ao historiador português. O “Diário de Notícias” diz que o Imperador foi à *mansão* do Sr. Herculano. O “Diário Popular”, ao contrário, afirma que o Imperador foi ao *retiro* do homem eminente que... O Sr. Silva Túlio, porém, declara que o Imperador foi ao *tugúrio* de Herculano (ainda que linhas depois se contradiz, confessando que o Imperador esteve realmente na *tebaida* do ilustre historiador que...). Uma correspondência para um jornal do Porto afiança que o Imperador foi ao *aprisco* do grande, etc. Outra vem todavia que sustenta que o Imperador foi ao *abrigo* desse que... Alguns jornais de Lisboa, por seu turno, ensinam que Sua Majestade foi ao *albergue* daquele que... Outros, contudo, sustentam que Sua Majestade foi à *solidão* do eminente vulto que... Um último mantém que o Impe-

(12) Texto original. Cf. *As Farpas*, fascículo de fevereiro de 1872, p. 41. Em *Uma campanha alegre* a redação foi modificada, sem alterar o sentido: “No entanto — disfarce ou bagagem — a mala é profundamente simpática. Dá a esta corte em viagem uma nota nobre de simplicidade e de sinceridade. Uma mala pequena não pode chegar para tudo: tapa por um lado o Imperador do Brasil — descobre por outro o homem de bem” (Cf. *Das Farpas — Uma campanha alegre*, Lisboa, 1891, v. 2, p. 72.)

rador foi ao *exílio* do venerando cidadão que... Ora, no meio disto, uma coisa terrível se nos afigura: é que Sua Majestade se esqueceu de ir simplesmente à casa do Sr. Alexandre Herculano! (13)

Ora, é patente que D. Pedro entrou nesse artigo como Pilatos no Credo. O que nele se focaliza realmente — e o que se critica — é o preciosismo da imprensa, a disputa na busca de sinônimos — *mansão*, *retiro*, *tugúrio*, *tebaida*, *abrigo* etc. — em vez de noticiar, muito simplesmente, que o imperador fora à casa de Herculano.

Também nada existe que pudesse prejudicar “a vitoriosa excursão do Imperador”, ou acarretasse desprimor para o homem, no comentário risonho de Eça de Queirós, do qual Paulo Cavalcanti transcreve um trecho, sobre o amor ao hebraico, a “gula de hebraico” que tinha D. Pedro. O tom das *Farpas*, comentando a viagem, era o tom humorístico com que comentava todos os assuntos, pois era uma revista humorística. Assim também tratavam o seu próprio rei, D. Luís I, contra o qual igualmente nenhuma animosidade tinham Eça ou Ramalho. Pouco depois, no número de junho a julho de 1872, *As Farpas* também comentariam uma viagem do soberano português, esta às províncias do Norte de Portugal. Num ponto da viagem, a municipalidade entendeu colocar na estrada pela qual passaria el-rei, e em homenagem a este, “formados em alas, respeitáveis — 160 bois!” Toda a escala de variações humorísticas, sobre esses bois e o seu significado, é percorrida pelo comentarista, que assim termina:

Se por acaso, porém, os bois estavam por ali como ornato, arrebique, com a mesma intenção com que estariam arcos de buxo, parece-nos imprudente da parte de Vila do Conde substituir as grinaldas de verdura — por animais de carne. É inconveniente adornar uma estrada com carne crua. Pode ser um funesto exemplo. A vila seguinte, querendo rivalizar em galas, pode adornar as ruas com carne cozida. E encetando-se estes festejos de carne, pode suceder, desastrosamente, que no futuro numa povoação exaltada — em lugar de atirarem a sua Majestade flores, lhe atirem almôndegas! (14)

(13) PAULO CAVALCANTI, op. cit., p. 39.

(14) RAMALHO ORTIGÃO e EÇA DE QUEIRÓS, *As Farpas*, Lisboa, Tip. Universal, Ano 2, jun.-jul. 1872, p. 17.

O mesmo tom humorístico, portanto, mas absolutamente não desprimoroso, quer para o imperador nosso, quer para o rei deles. Para os brasileiros, aliás, deveria ser difícil ver ofensa onde havia sobretudo espírito, quando é certo que, no Brasil, as coisas mais violentas eram ditas ou escritas sobre o imperador, sem o menor espírito. Seriam fáceis e inumeráveis os exemplos. Mas citemos apenas os que estão no próprio livro de Paulo Cavalcanti. Quando D. Pedro passou em Recife, de volta da Europa, vários poemas foram espalhados pela cidade ou divulgados na imprensa. D. Pedro e sua comitiva eram neles assim tratados: "mísero", "réprobos pigmeus", "hipócritas fatais" (era preciso rimar com "sátrapas reais"), "fantasma exangue", "rei ... que tem n'alma a escuridão da gruta", "esquálido perfil", "abutre", e, ainda para rimar, "rei que em maldições se nutre". (15)

Paulo Cavalcanti menciona que não houve, com relação a *As Farpas*, apenas indignação no Brasil. Também em Portugal ela se teria manifestado, através de Camilo e Latino Coelho. Ora, Camilo, ordinariamente desabusado e violento, tinha razões especiais para "sair em defesa do Imperial visitante". O imperador, quando passou pelo Porto, fora visitar Camilo. Não o obstara o fato de com este morar Ana Plácido e de ser notoriamente irregular a situação em que viviam. Subiu o monarca as escadas da casa do romancista e com ele conversou, na sala modesta. Camilo, por essa época, revia as provas de um livro, *A infanta capelista*, em que não apreciava, com bom humor, a viagem de um Bragança: — atacava a família toda. Usando as palavras dele mesmo, Camilo, o livro relatava, "uma por uma, as tradições vilipendiosas da Casa de Bragança, desde o fundador à atual dinastia". Rocha Martins esclarece que o romance tratava de uma filha de D. Miguel "com uma recapitulação dos maus atos de seus avós". (16)

Mas a visita de D. Pedro emocionara Camilo. Resolveu cancelar a publicação do livro. Considerou que deixá-lo aparecer seria "feia ingratidão naquele que recebeu do Imperador o maior testemunho de estima".

Compreendem-se, portanto, os motivos especialíssimos que o fizeram conter as diatribes próprias e a ver ofensa em palavras

(15) PAULO CAVALCANTI, op. cit., p. 62-3.

(16) ROCHA MARTINS, "Camilo e D. Pedro II do Brasil", in *Camiliana & Vária*, p. 26-8.

alheias. Cabe acrescentar, por fim, que nem todas as censuras de Camilo, mencionadas por Paulo Cavalcanti, dizem respeito a *As Farpas*, Eça, Ramalho ou sequer Lisboa.

Quanto a Latino Coelho, os trechos transcritos por Paulo Cavalcanti não mencionam os nomes de Eça ou Ramalho. É de crer, porém, que também neles pensasse "ao ver com mágoa que a viagem de um príncipe estudioso, diligente em se instruir cada vez inais, despertou o sorriso demasiadamente humorístico de alguns poucos escritores e se converteu em assunto de chança e de remoque aquilo mesmo que da gente popular mais devera granjejar aprovação". Latino Coelho, porém, era sisudo e grave, como o pequeno trecho demonstra, a própria encarnação do espírito acadêmico. Mau juiz, portanto, para apreciar humorismo, chanças ou remoques. Além disso, tinha também as suas razões especiais de gratidão a D. Pedro. Lê-se, na *Viagem dos imperadores do Brasil em Portugal*, de José Alberto Corte Real, Manuel Antônio da Silva Rocha e Augusto Mendes Simões de Castro, que o imperador assistiu, no teatro D. Maria II, de Lisboa, "à representação do *Gladiador de Ravena*, em que o Sr. Latino Coelho ostenta as esplêndidas galas do seu estilo e a nossa primeira atriz, Emília das Neves, revela todas as grandezas do seu talento".

Duplamente mais isenta, no caso, seria a opinião de Pinheiro Chagas, que Paulo Cavalcanti também refere. Chagas não tinha aquelas razões de especial reverência para com o imperador. Por outro lado, já fora objeto de comentários humorísticos da revista de Ramalho e Eça. Não obstante, lastimou houvesse Pernambuco retribuído, com pancadas nos portugueses, as "belas e chistosas crônicas das Farpas".

Por tudo isso era fraca, para levantar o povo contra os portugueses — objetivo permanente dos líderes nativistas — a invocação do possível desrespeito ao imperador. Era necessário encontrar agravo mais amplo, que atingisse a coletividade. Qualquer coisa que pudesse ser agitada como insulto à "honra nacional".

Ora, naquele mesmo fascículo de fevereiro de 1872, que continha as crônicas sobre a viagem de D. Pedro, e, por isso mesmo, fora publicado com o subtítulo "Fastos da peregrinação de sua majestade o imperador do Brasil por estes reinos", havia dois artigos que nada tinham propriamente a ver com a viagem. Um deles, de Ramalho, sob a forma de carta a D. Pedro, era uma

reclamação sobre os horrores a que, no Brasil, era submetida a língua portuguesa. Esse artigo era realmente escrito num tom ácido, destoante, positivamente desagradável. Constava a Ramalho, ou pelo menos ele assim dizia no início do artigo, haver no Brasil alguém com o título de “barão de Minhinhonhá”. Dai partia para uma série de comentários infelizes, sem graça nem cortesia. Citem-se dois trechos, principalmente porque é importante ir estabelecendo desde já um ponto que será adiante tratado: a diferença entre o “tom Ramalho” e o “tom Eça”. Escreveu Ramalho: “Se os Srs. brasileiros não podem coibir-se de vir para o português de frei Luís de Sousa e de Antônio Vieira, deixar escorrer aquele melaço fluido e baboso que lhes sai dos beiços — quando falam — tenham a bondade de pôr entre a sua palavra e a nossa língua — uma bacia! Vocábulos daqueles não se depositam num dicionário respeitável, atiram-se para uma escarradeira”. E adiante: “Os Srs. do Brasil que dêem uma direção à sua linguagem — de modo que não venha cair como um enxurro sobre os nossos dicionários que passam. Em último caso que a canalizem! E assim o brasileiro que tiver a expelir um período eloqüente ou uma frase sublime, já se não aproxima da nossa gramática — dirige-se logo à sarjeta!”⁽¹⁷⁾

Era sem espírito, era grosseiro e era até inexato, dado que, seria escusado dizê-lo, nunca houve barão de Minhinhonhá.

Mas também o zelo pela língua portuguesa, e o modo pelo qual a usávamos, não teriam apelo popular. Restava o outro artigo, de Eça de Queirós, no qual focalizava a figura do “Brasileiro”. Nele se apontaria a desejada injúria coletiva, e sobre ele se concentraria a celeuma.

* * *

Diz Paulo Cavalcanti, ao iniciar o capítulo IV do seu livro, que, “enquanto *As Farpas* se preocupavam exclusivamente com o Imperador do Brasil, distorcendo os fatos ligados à viagem com a intenção de amesquinhá-los, foram poucas, no Recife, as vozes que se ergueram para recriminar a atitude de Eça e Ramalho. A situação se alterou “quando o público de Recife tomou conheci-

(17) *As Farpas*, op. cit., fev. 1872, p. 81-2.

mento da nova realidade, trazida pelas malas postais da Europa, nas *Farpas* seguintes às escritas sobre as andanças do Imperador". Então, "de um instante para outro, as doces verrinas de Eça transformaram-se em acres censuras aos brasileiros, fossem monarquistas ou republicanos; em sátiras endemoniadas; em alusões insultuosas, diante das quais veio a ser indiscriminada a repulsa em Pernambuco". E continua: "Os novos artigos de alusão aos brasileiros não se revestiam das sutilezas anteriores. Talvez indignado com o roubo de seus direitos autorais, tanto no Recife, como no Rio de Janeiro, o escritor desandou-se em facécias, espicaçando o brasileiro e apontando-o ao desprezo público. A página de Eça intitulada "O Brasileiro" alcançou enorme repercussão na Província, quer na cidade, quer no interior." (p. 75/76).

Diz então Paulo Cavalcanti que Eça, ao reunir a sua colaboração em volume, alterou inclusive o sentido daquele artigo. Textualmente: "No artigo denominado "O Brasileiro", o sentido principal que norteava o escrito foi, na reedição, inteiramente modificado. Confrontem-se as duas obras de Eça — *As Farpas*, nos originais de 1872, e *Uma campanha alegre*, nas edições a partir de 1890 — e ver-se-á a extensão dos cortes e alterações. Numa, o objetivo de Eça é o brasileiro, nascido no Brasil; noutra é o "brasileiro", o português de anedotário lusitano, que, enriquecendo no Brasil, volta à pátria de origem" (p. 77). Acrescenta que a modificação se devera à "mera condescendência, ou conveniência", mas deixa claro que prevaleceu, por certo, a última razão, pois pergunta: "Que teria sido de Eça de Queirós e de seu prestígio no Brasil se tivesse procedido à reedição literal desse artigo das *Farpas*?" (p. 81).

Como se vê, não podiam ser menos lisonjeiras, para Eça de Queirós, as atitudes que lhe são emprestadas.

Salvo a atenuação inicial, quando o "cruel verrineiro" do ataque a D. Pedro passa a autor de "doces verrinas", o que se atribui a Eça é apenas isto: injúria aos brasileiros, indiscriminadamente; motivo subalterno para a injúria; e alteração posterior da injúria, ainda por motivo subalterno, transferindo-a dos brasileiros para os seus próprios patrícios.

O equívoco em que incorreu Cavalcanti, para atribuir à lesão de direitos autorais a pretensa injúria é facilmente demonstrável. Diz ele, como se viu, que veio tal injúria "nas *Farpas* seguintes

às escritas sobre as andanças do Imperador". Ora, isto não é exato. Tanto as crônicas sobre o imperador, como a relativa ao "Brasileiro", saíram no mesmo número das *Farpas*, o de fevereiro de 1872. Esse número, subordinado, como já foi dito, ao subtítulo "Fastos da peregrinação de sua majestade o imperador do Brasil por estes reinos", é que foi reproduzido em volume, em Pernambuco, e transcrito pelo jornal *República*, do Rio de Janeiro. E desse número consta, de páginas 83 a 96, a crônica sobre o "Brasileiro". Tal crônica, portanto, não é posterior à lesão aos direitos autorais. Está no próprio número objeto da lesão, e, pois, não podia ser motivado por ela.

Vejamos a pretendida injúria. Escreve Paulo Cavalcanti, reportando-se ao artigo incriminado:

Cada nação — dizia Eça retratando o brasileiro — tem um personagem típico, criado para o riso público. O Brasil possuía o seu: grosso, trigueiro com tons de chocolate, modo ricaço, arrastando um pouco os pés... (p. 78).

Eça não disse, porém, que fosse um tipo que o Brasil possuía. Disse que era um tipo que Portugal possuía, como se verá de citações a seguir. Feito este ligeiro reparo, passemos a transcrições do artigo, o das *Farpas* de fevereiro de 1872. Não tinha título e começava assim:

Há longos anos o "Brasileiro" é entre nós o tipo de caricatura — mais francamente popular (*As Farpas*, fev. de 1872, p. 83 — trecho também transcrito no livro de Paulo Cavalcanti, p. 77).

E imediatamente a seguir:

Cada nação tem assim um personagem típico, criado para o riso público. As comédias, os romances, os desenhos, as cançonetas espalham-no, popularizam-no, acentuam-no, aperfeiçoam-no, e ele fica assim um Judas infeliz de sábado de aleluia, que cada um rasga friamente com a sua gargalhada e vara feramente com a sua chacota. Torna-se o "cômico" clássico; é representado nos palcos, cinzelado em castiçais, aquarelado em caixas de fósforos, fabricado em paliteiros, tornado em castões de bengala (*As Farpas*, id., p. 83; o trecho não foi transcrito por Paulo Cavalcanti, no texto do

seu livro, mas dele consta, entre as páginas 100 e 101, a reprodução fotográfica da página das *Farças*, fotografia em que o dito trecho pode ser lido).

Após mencionar tipos dessa natureza, prossegue o artigo :

Nós temos o Brasileiro: grosso, trigueiro com tons de chocolate, arrastando um pouco os pés, burguês como uma couve e tosco como uma acha, pescoço suado, colete com grillhão, chapéu sobre a nuca, guarda-sol verde, a voz fina e adocicada, ar desconfiado e um vício secreto. É o brasileiro: ele é o pai achinelado e ciumento dos romances satíricos; é o gordalhufo amoroso das comédias salgadas; é o figurão barrigudo e bestial dos desenhos facetes; é o maridão de tamancos traído — dos epigramas (*As Farças*, id., p. 83/84; trecho parcialmente transcrito por Paulo Cavalcanti, p. 78, e reproduzido, também parcialmente, na fotografia entre p. 100/101 do *Eça, agitador no Brasil*).

E continuamos acompanhando Paulo Cavalcanti, nos trechos que reproduziu :

Nenhuma qualidade simpática e de fino relevo se supõe no brasileiro: não se lhe supõe espírito, como não se supõe aos negros corrediços cabelos loiros; não se lhe supõe coragem, e eles são, na tradição popular, como aquelas abóboras de agosto que sofreram todas as soalheiras da eira: não se lhe supõe distinção — e eles são, na persuasão pública — os eternos toscos achinelados da rua do Ouvidor. A opinião pública nega-lhes o caráter e atribui-lhes os negócios de negros. A imaginação irônica suspeita-lhes coletes de veludo verde com matizes escarlates e fachadas de casas riscadas de amarelo com telhas azuis. O povo supõe-no o autor de todos os ditos ilustremente sandeus, o herói de todos os fatos universalmente risíveis, o senhor de todos os prédios grotescamente construídos, o freqüentador de todos os hotéis sujamente lúgubres, o namorado de todas as mulheres gordalhuvemente ridículas, o autor de todos os versos aleijadamente facetos.

Tudo o que se respeita no homem é escarnecido aqui no brasileiro; o trabalho tão santamente justo, lembra nele, com riso, a venda de tapioca numa baiúca de Pernambuco.

Aqui Cavalcanti interrompe a transcrição. Mas no texto das *Farças*, fasc. cit., p. 85, após a palavra "Pernambuco", havia dois pontos, e não ponto. O trecho continuava assim:

O dinheiro, tão humildemente servido, recorda nele, com gargalhadas, os botões de brilhantes nos coletes de pano amarelo; a pobreza tão justamente respeitada, nele é quase cômica e faz lembrar os tamancos com que embarcou a bordo do patacho "Constância" e os fretes de café que carregou para as bandas da Tijuca: o amor tão justamente amado, nele faz rir, e recorda a sua espessa pessoa, de joelhos, dizendo com uma ternura babosa — oh "minina"!

Ora aí está! Releia-se: "... faz lembrar os tamancos *com que embarcou* no patacho "Constância..."

Nada mais seria preciso para mostrar que o personagem não era o brasileiro do Brasil, mas o "brasileiro", isto é, o português "torna-viagem", aquele que um dia *embarcara* no patacho *Constância* para tentar fortuna no Brasil. Aliás isso estava patente na primeira linha do artigo:

Há longos anos o *Brasileiro* é entre nós o tipo de caricatura etc. (Cf. fotocópia, no livro de Cavalcanti, entre p. 100/101).

Fora posto em itálico: o *Brasileiro*. Tanto bastava para evidenciar que a palavra não estava sendo empregada em seu sentido normal, de natural do Brasil, mas no sentido especial que os portugueses lhe davam, do patricio que emigrara para o Brasil.

Nem podia ser de outro modo. Como pode haver um tipo explorado em romances e desenhos, "representado em palcos, cinzelado em castiçais, aquarelado em caixas de fósforos, fabricado em paliteiros, torneado em castões de bengala", sem que esse tipo seja realmente popular, vale dizer, encontrado com frequência entre o povo, sendo familiares a todos, os seus gestos, os seus modos, as suas palavras, o seu aspecto? Poucos, raros, e mesmo assim de passagem, eram os brasileiros em Portugal. Muitos, porém, eram os "brasileiros", os portugueses que retornavam.

Veja-se no mesmíssimo fascículo em que saiu a página de *Eça*, o artigo inicial — de p. 3 a 35 — em que Ramalho apre-

senta Lisboa a D. Pedro II. Em determinado trecho, trata dos tipos. Destaca, “da sombria e triste multidão lisboense algumas das individualidades de que ela se compõe”. Dessa galeria é o seguinte trecho:

O Brasileiro. Conhece por certo Vossa Majestade o brasileiro de Minas Gerais, o de Mato Grosso, o do Catete, o da Tijuca e o da rua do Ouvidor: este não é o nosso brasileiro. Há dias fomos no registro dos leitores de uma biblioteca o seguinte: *Fulano de tal — profissão, brasileiro, naturalidade, Mesão Frio*. Este, imperial senhor, é o nosso brasileiro. Ele habita o Pedro Alexandrino e frequenta os banhos sulfurosos do doutor Lourenço, o *Club Lisbonense* e algumas boticas. Tem muito dinheiro, o que não o impede de ter várias moléstias. As orelhas dele são geralmente lívidas e separadas do crânio. Anda acamaradado com outros, e encontram-se sempre em turmas ou no passeio de S. Pedro de Alcântara [sic], onde costumam sentar-se, ou nas carruagens do caminho de ferro onde descalçam as botas, ou no Pedro Alexandrino onde vagueiam num silêncio misterioso embuçados nas suas capas. Perfeitamente respeitáveis pela sua iniciativa e pelo seu trabalho, constituem uma espécie de tribus [sic], sem pátria que os adote, porque em Portugal chamam-lhes brasileiros, e no Brasil chamam-lhes galegos. São esses que aí vão — de bengalas de unicórnio na mão e alfinetes de brilhantes no peito das camisas (*As Farças*, fascículo de fevereiro de 1872, p. 22/23).

Alguns números mais tarde, dirigindo-se “à alma de D. Pedro IV, nos Elísios”, Eça diria, casualmente: “O Porto, hoje, é uma cidade larga, bem anafada, com ventre, brasileira, um pouco sonolenta, cheia de poetas líricos e ávida de baronatos” (*As Farças*, fasc. julho-agosto de 1872, p. 54; *Uma campanha alegre*, 2.º vol., p. 207 a 221).

Não lhe foi preciso maior explicação, todos entendiam que ele não estava transportando a Cidade Invicta para o outro lado do Atlântico, nem a considerando ocupada pelos naturais do Brasil. Vinha o qualificativo do fato de ser notória, no Porto, além da colônia britânica, a colônia “brasileira”, “constituída por humildes e operosos minhotos, que vinte ou trinta anos antes haviam partido barra fora, de carapuça encarnada na cabeça, chinelas de couro cru, jaqueta e calças de cotim, com uma chave pendente no pescoço por um cordel, pálidos e engoiados, confrangidos de

incerteza e de saudade no tombadilho da galera "Castro" ou do brigue "Carolina", entre uma pequena caixa de pinho e um estreito colchão de embarque. Desses pobres e corajosos pequenos muitos desapareciam inteiramente, não se tornava a saber deles desde que o navio, pondo ao longe um ponto cinzento na bruma cor de pérola, se esvaía de todo na úmida profundidade do horizonte; e as lágrimas choradas no Paredão das Lágrimas pelas mães que lhes acenavam o derradeiro adeus, eram as últimas que a pátria lhes consagrava. Alguns regressavam ricos. Usavam dispendiosamente botinas de duraque gaspeadas de verniz, calças brancas, quinzena de alpaca, chapéu de Chile, bengala de unicórnio em punho, alfinete de brilhantes no peito anilado da camisa. Traziam consigo variadas lembranças da natureza tropical: um ou dois papagaios, latas de goiabada ou de compota de caju, especialidade de café e de mandioca e um cheiro açucarado de abacaxi, de cânfora e de água florida. Os que partiam enchiam em cada viagem todos os navios de longo curso construídos no estaleiro do Ouro. Os que voltavam enchiam apenas um banco de jardim, ou dois, na Praça Nova, na Alameda das Fontainhas ou no Jardim de S. Lázaro" (Ramalho Ortigão, Prefácio à edição monumental do *Amor de perdição*, reproduzido nas Obras Completas, "Figuras e questões literárias", vol. I, p. 237/238).

Relembre-se que Eça não estava criando um tipo, mas recordando um tipo, com os traços que lhe eram atribuídos. Tipo que figurava no anedotário, como diz Paulo Cavalcanti: que os franceses conheciam (camiliana).

Por onde se reconheceriam, os brasileiros do Brasil, no tipo reproduzido por Eça com todos os característicos que lhe emprestava a sátira popular, de "figura gordalhufa", com profusão de brilhantes no peitilho das camisas, atormentados pelos joanetes? A gordura nunca foi peculiar aos brasileiros. E "parrudo" — confira-se no livro de Paulo Cavalcanti, onde a expressão é frequentemente reproduzida — era um dos apelidos que tinham os portugueses em Pernambuco. Brilhantes eram expansões de novorico, forra dos tempos de economia dura, anúncio, aos patrícios que não haviam ousado, do sucesso obtido. Os joanetes eram a vingança dos tamancos ou chinelas de couro cru do embarque, a que se referiram Eça e Ramalho, contra as botinas de polimento, do regresso vitorioso.

Em artigo publicado na revista *Camiliana & Vária*, José Pereira Tavares faz desfilar os “brasileiros” na obra de Camilo. (18). Lá está o personagem, com todos os atributos apontados. João José Dias, de *O que fazem as mulheres* (1858), “foi cachopo para o Brasil” e ao regressar andava pelos 45 anos. Tinha “uma série descendente de panças” e joanetes que “formavam um arquipélago”. José Francisco Andrães, dos *Anos de prosa* (1863), “natural de Coselhas”, entre os 50 e 55 anos, possuía nada menos que “três barrigas”. Hermenegildo Fialho Barroso, de *Os brilhantes do brasileiro* (1868), é “brasileiro grado e dos mais gordos”, que sua profusamente. Bento José Pereira Montalegre, barão de Rabaçal, aparece em *Eusébio Macário* (1879) e em *A corja*, também é gordo, tivera no Brasil negócios de café, açúcar e aguardente, e dizia (ou pelo menos os ouvidos portugueses assim ouviam) “minina”, “cavaliêro”, “mi amará ela?”. Desnecessário é acrescentar que tais personagens eram de boçalidade invariável, havendo sido traçados, como tipos, desde 1858 — e os livros de Camilo tinham grande circulação no Brasil. Não podia haver dúvida, portanto, em 1872, sobre quem era, em Portugal, o “brasileiro”, quando Eça sobre ele escreveu. Teria sido mesmo embaraçoso, para os brasileiros, se considerarem, a sério, retratados em tipo de tantas qualidades negativas e ridículas.

O que importava, porém, aos mais exaltados, não era que tivesse havido ofensa, mas que pudessem alegá-la. A menção a “maridos traídos” era de fato dirigida a homens que regressavam já maduros, de poucas letras, sem outros atrativos que não o dinheiro. Fora o destino de dois dos quatro personagens citados, de Camilo. Este, na vida real, tomara a mulher, Ana Plácido, do “brasileiro” Pinheiro Alves. Mas o que importava era inflamar o povo, fazendo crer que se tratava de injúria atirada, de modo geral, aos brasileiros. Por isso mesmo, quem encaminhou a campanha, nesse sentido, ou foram anônimos ou homens sem maior relevo no cenário intelectual de Pernambuco (ob. cit., p. 88, 90, 91 e 111), publicistas sobretudo conhecidos pela sua exaltação nativista. O mesmo ocorreria, aliás, no Rio de Janeiro.

Após a apresentação do tipo, com as características que lhe eram atribuídas popularmente, Eça explicava a causa que transformava o português em “brasileiro”. Era o calor, era o sol!

(18) Lisboa, n.º 6/7 (1952?), p. 274-82.

Advertia que: “os nossos defeitos, sob o sol do Brasil, dilatam-se, expandem-se, espraíam-se! É como uma bananeira, aqui ressequida e esguia — lá florida e soberba: os nossos ridículos, maus gostos, aqui sob um clima frio, estão retraídos, não aparecem muito, estão por dentro: lá, sob um sol fecundante, abrem-se em grandes evidências grotescas” (*As Farpas*, fasc. de fev. 1872, p. 88)... “É o sol que nos fecunda lá” (id., p. 92). Logo, “rirmo-nos deles é rirmo-nos de nós” (id., ibid.)... “Nós cá contemos o brasileiro; mas ele depois, no Brasil, cresce, alarga, abre em fruto e nós ficamos-lhe dentro. Se descascarmos a maçã, encontramos a semente: se descascarmos o brasileiro encontramos o português” (id., ibid.).

Concluía lembrando que, ainda por outra razão, não deviam os portugueses insistir na campanha de ridículo. Razão simples: — “o brasileiro, que não é formoso, nem espirituoso, nem elegante, nem sábio, nem extraordinário — é um trabalhador: — e tu português que não és um formoso etc. — és um mandrião!” (p. 94).

Esse aspecto foi notado por um escritor estrangeiro, Gerald M. Moser, que acentuou ter Eça, nas *Farpas*, defendido “o caluniado “brasileiro”, isto é, o emigrante português regressado do Brasil, porque ao menos esse trabalhou duramente” (*Livro do centenário*, p. 396).

Apesar de ter dito, como se viu, que no artigo, em sua versão original, “o objetivo de Eça é o brasileiro nascido no Brasil” (*Eça, agitador no Brasil*, p. 77), e que “as farsas de Eça sobre o brasileiro constituíram-se num extremado gravame à honra nacional”, Paulo Cavalcanti diz que o artigo de Eça, “todo ele, era um aproveitamento inteligente de situações equívocas, em que o brasileiro, *brasílico*, e o brasileiro de torna-viagem, se confundiam, dando margem, como realmente deu, às mais incontroláveis reações de cólera em Pernambuco” (p. 79).

Nem mesmo na segunda afirmação, que contradiz a primeira, assiste razão a Paulo Cavalcanti. O que nos parece haver, realmente, é que nas variações sobre o “brasileiro”, alguma coisa escape menos agradável para o Brasil e para os brasileiros. Isso se dá porque, por um curioso fenômeno, desde que um português partia para o Brasil, os seus patrícios passavam a considerá-lo,

para sempre, inteiramente desvinculado dos costumes, dos interesses, das tradições da terra natal e completamente integrado nas tradições, nos interesses e nos costumes da terra em que fora buscar fortuna. Regressava o português com o mesmo sotaque espesso com que chegara ao Brasil; e em Portugal o que lhe ouviavam era sotaque brasileiro, arremedado nos “minina”, “di cá”, “di lá”, “mi dê”, que ilustram os romances de Camilo e outros escritos que focalizaram o “brasileiro”. Voltavam saudosos dos pratos da infância, e os patrícios só lhes admitiam desejos de feijão preto, farinha de mandioca e goiabada. Apetecia-lhes rever as juntas de bois pesadas e lentas, semelhantes àquelas com que haviam ajudado a lavrar a terra, antes de partir; e só lhes atribuíam interesse por papagaios, sagüis e sabiás.

Quando um “brasileiro” elogiava um hábito ou um feito da terra em que vivera, era preciso envolver, no ridículo ao “brasileiro”, também esse feito ou esse hábito. Os portugueses, no Brasil, chamariam “macacos” aos brasileiros. Pois bem, quando regressavam a Portugal, “macacos” era um dos apelidos que recebiam dos patrícios. A desvinculação de Portugal e a vinculação ao Brasil eram julgadas tão completas, que, quando se propunha fossem os “brasileiros” deixados em paz, o apelo não era feito em prol da harmonia que devia existir entre Portugal e seus filhos, mas sim entre Portugal e o Brasil. Acresce que, em Portugal, o Brasil, intelectualmente, não era levado a sério, e Eça, inclusive pela idade que tinha ao escrever *As Farças*, não foi exceção.

Marca de tudo o que dissemos existe no artigo de Eça. Nele há a referência a como fora considerada risível, em Portugal, a guerra do Paraguai. Também se menciona “o macaco”, nas alusões aos “brasileiros”. E, finalmente, pedem-se tréguas em relação ao “brasileiro”, para que “uma paz imperturbável, consoladora e serena, reine entre a nação da batata e a nação da banana” (*As Farças*, fasc. de fev. de 1872, p. 95).

Havia, no artigo, admite-se, sobras de ridículo para o Brasil e os brasileiros. Mas o tipo ali focalizado era, de fato, o português torna-viagem, a quem, junto com outras características menos lisonjeiras, se atribuiu aquela fatalidade de “marido traído”, o insulto supremo para os que vestiram a pele que não era deles.

Os dois volumes de *Uma campanha alegre* foram publicados em 1890-1891. Ali estão reunidos 87 artigos ou tópicos de colaboração de Eça nas *Farpas*. Cotejamos todas as peças com a versão original, nos fascículos da revista. E a conclusão foi a seguinte: nem um só desses artigos deixou de sofrer modificações ao ser publicado em volume. Todos foram alterados. Às vezes são períodos inteiros suprimidos (de modo geral as alterações se processavam no sentido supressivo) ou modificados em sua redação. Em outros casos, são apenas ligeiros retoques na redação. Há mesmo ocasiões em que só uma palavra foi suprimida, acrescentada ou substituída. Mas o fato é que nenhum dos 87 tópicos ou artigos, absolutamente nenhum, apareceu em volume tal e qual aparecera em revista.

Atualmente, pelo menos dois escritores, Helena Cidade Moura e Alberto Machado da Rosa, estão empenhados em ensejar o estudo da evolução da prosa eciana — a primeira organizando a edição crítica do *Crime do Padre Amaro*, através do cotejo dos textos de 1875, 1876 e 1878, e Machado da Rosa fazendo o mesmo com os textos da 1.^a (1870) e da 2.^a edição do *Mistério da estrada de Sintra*. A comparação sistematizada dos textos originais das *Farpas* com a forma definitiva de *Uma campanha alegre* talvez fosse bastante curiosa. Em primeiro lugar porque seria o cotejo entre escritos da primeira juventude e uma revisão só operada quase 20 anos depois, quando o homem e o escritor já haviam atingido a maturidade plena. Em segundo, porque as modificações não se referem apenas ao estilo. No processo de ironia há também alteração. Assim, onde foi dito, em 1871, “reflexões de perfil carregado”, em 1890 foi escrito “reflexões amáveis”. Outras mudanças revelam aprimoramento de informação. Em 1871, falara de um chapéu feminino, “evidentemente saído dos armazéns de Freidor Marcey and Company em Piccadilly” (*As Farpas*, fasc. de outubro 1871, p. 103). Em 1890, já tendo vivido longamente na Inglaterra, substituiria a proveniência, para dizer: “evidentemente saído dos ateliers de Madame Julie, em Bond Street” (*Uma campanha alegre*, 1890, 1.^o vol., p. 302).

O fato de ter sido modificado o artigo sobre o “Brasileiro” não constitui, portanto, exceção. Obedeceu ao impulso irresistível, que o escritor concretizou sempre que teve oportunidade, de emendar, corrigir, aprimorar.

Já transcrevemos o início do artigo, tal como saiu em 1872. Em *Uma campanha alegre*, começa assim:

Há longos anos o “Brasileiro” (não o brasileiro brasílico, nascido no Brasil — mas o português que emigrou para o Brasil e que voltou rico do Brasil) é entre nós o tipo de caricatura mais francamente popular.

O trecho entre parênteses não existia na versão primitiva. Concluiu Cavalcanti que “a ressalva de Eça, em 1890, valia, quase, por uma autocrítica, pesadas as conseqüências do artigo em Pernambuco, em sua primeira feição, em 1872” (ob. cit., p. 78).

Não. Tendo descrito em 1872 uma figura popular, figura tosca de labrego, até no detalhe “dos tamancos com que embarcou no patacho *Constância*”, nela se tinham querido ver retratados, sinceramente ou não, brasileiros que não usavam tamancos e nunca haviam emigrado. Era natural que, em 1890, ao rever o artigo, ao descrever a mesma figura, para evitar se repetisse aquela auto-humilhação constrangedora, ou a exploração proposital, Eça declarasse logo, com todas as letras, o que já era evidente.

Além disso, na revista, o artigo se continha em fascículo onde o tipo do “brasileiro” era caracterizado, logo no artigo inicial, como não sendo “o de Minas Gerais, o de Mato Grosso, o do Catete, o da Tijuca e o da rua do Ouvidor”, mas sim o emigrante que regressava, aqueles a quem “em Portugal chamam-lhes brasileiros e no Brasil chamam-lhes galegos”. Em *Uma campanha alegre* tal artigo não constava, pois era de Ramalho. Razão a mais, pois, para o esclarecimento expresso. Por outro lado, ainda o justificava o fato de haver sido excluída, na versão de 1890, aquela menção do artigo de 1872 ao embarque no patacho “*Constância*”.

O tipo do artigo aparecido em *As Farças* é exatamente o mesmo da versão publicada em *Uma campanha alegre* e é a mesma a armação do artigo. O calor, o sol, fazendo desabrochar, no português, o “brasileiro”. E a mesma a advertência de que não eram melhores do que ele os portugueses que o ridicularizavam, sendo que pelo menos tinha uma vantagem sobre estes: era um trabalhador.

Saiu a menção à guerra do Paraguai, não há dúvida. A versão nova terá amenizado outros respingos de ridículo sobre o

Brasil, admite-se. De um modo geral, aliás, os artigos, em *Uma campanha alegre*, são mais brandos do que em sua versão original. Mas não houve a alegada alteração no objetivo do artigo. No que se quis ver injúria, inclusive na célebre menção a “maridos traídos”, Eça, em 1872 como em 1890, não se referia aos brasileiros sem aspas, cidadãos do Brasil.

Talvez se pergunte: e por que não houve, na época, esclarecimento a respeito? Porque logo depois do fascículo de fevereiro de 1872 ocorreram os distúrbios e o espancamento de portugueses em Pernambuco. Nesse momento, vir a público para dizer que eram eles os retratados, e não os seus agressores, seria bater nos próprios patrícios duas vezes. Se a reação se tivesse processado por outro modo, certamente haveria a explicação. Como foi, a solidariedade de sangue tinha que prevalecer. Além disso, a Eça e Ramalho revoltou a campanha que contra eles se levantara em Portugal e no Brasil, aquela, hipócrita, e ambas descabidas. Eram moços, também se apaixonaram. E talvez lhes tivesse parecido que se os brasileiros, embora claramente deles não fosse o retrato, neste se queriam ver, reconhecendo-se em defeitos e atributos grotescos que manifestamente não eram seus, paciência e bom proveito...

* * *

Vimos os artigos de Eça sobre o imperador e o “brasileiro”, a respeito dos quais não há dúvida quanto à autoria, pois foram incluídos em *Uma campanha alegre*. Vejamos agora dois outros artigos, não constantes daquela coletânea, que Paulo Cavalcanti atribui a Eça.

Antes será conveniente fixar certos fatos. Os artigos apareciam, em *As Farpas*, como já foi dito, sem assinatura. A identificação dos autores, formalmente, só se operou quando estes reuniram, em volume, as respectivas colaborações. Isto ocorreu, pela primeira vez, entre 1887 e 1891, período em que apareceram, na mesma editora e coleção, *As Farpas*, em 11 volumes, de Ramalho; e, em dois volumes, *Uma campanha alegre*, com o subtítulo “Das Farpas”, de Eça de Queirós. Em *Uma campanha alegre*, os artigos são apresentados na ordem cronológica em que apareceram na revista, e o texto desses dois volumes não foi ampliado nas edições posteriores. Nos onze volumes de Ramalho os artigos estão agru-

pados por assunto, em geral cada um deles ocupando um volume: "A vida provincial", "Os indivíduos", "A religião e a arte", "A sociedade", etc. Ramalho quis apresentar a sua obra como realmente foi, um amplo mural da vida portuguesa. Para isso, não só era preciso abandonar a ordem cronológica como a parte da sua colaboração que apenas tivesse tido interesse episódico ou momentâneo. Em 1945, porém, a Livraria Clássica Editora, de A. M. Teixeira & Cia (Filhos), iniciou a publicação das Obras Completas de Ramalho Ortigão. Nelas, *As Farpas*, com a menção "Edição integral", ocupa 15 volumes, havendo ainda um sob o título *Farpas esquecidas* e outro das *Últimas Farpas*. Essa edição integral reproduz o texto da edição de 1887-1891 e apresenta outros artigos, que nela não se continham.

Voltemos a Paulo Cavalcanti e aos dois artigos que atribui a Eça de Queirós. Ambos tinham a forma de cartas. Cavalcanti se refere em primeiro lugar à que era dirigida ao imperador e em segundo à que era endereçada ao presidente da Província de Pernambuco: dá ainda a impressão, ou pelo menos foi a impressão que tivemos, de que mediara algum tempo entre a publicação dos dois artigos. Eles foram publicados, no entanto, no mesmo número da revista — o de julho-agosto de 1872 — e na ordem inversa àquela em que Cavalcanti os referiu. A carta ao presidente da Província era o artigo inicial do fascículo, indo de páginas 4 a 14; e a dirigida ao imperador, já no fim do fascículo, ocupava as páginas 75 a 86.

Ambas eram violentas. Cavalcanti, referindo-se à que tinha como destinatário o presidente da Província, diz que ela foi, "sem dúvida, o estopim, o centro, o grande "pretexto" para inflamar o nativismo. Eça agitava socialmente o Brasil, com a sua longa missiva" (ob. cit., p. 197). Ora, em outro ponto do livro, dissera que os escritos das *Farpas* haviam contribuído "para levantar a Província de Pernambuco contra os súditos de Portugal, em protesto diante das páginas escritas sobre a viagem do Imperador Pedro II à Europa" (id., p. 25). Em outras passagens, porém, escrevera que, "enquanto *As Farpas* se preocupavam exclusivamente com o Imperador do Brasil ... foram poucas, no Recife, as vozes que se ergueram para recriminar a atitude de Eça e Ramalho" (p. 75). Já *As Farpas* de Eça sobre o brasileiro "constituíram um extremado gravame à honra nacional" e despertaram "uma ines-

perada reação popular, envolvendo todas as camadas sociais da Província..." (p. 85). Variaram muito, portanto, os pretextos — para usar a palavra de Cavalcanti, mas sem aspas, por isso mesmo que pretextos.

Não compreendemos bem, outrossim, como a carta ao Presidente da Província possa ter sido "o centro", "o estopim" da exaltação nativista, se o auge desta parece terem sido, pelo relato de Cavalcanti, os distúrbios de Goiana e o cancelamento da parada comemorativa da Independência. Tais fatos ocorreram de 30 de julho (p. 138) a 4 de setembro (p. 177). Sendo assim, só depois deles chegou a Pernambuco o número de julho-agosto de 1872, com a carta ao presidente da Província. Cavalcanti informa que esse número, anunciado, em Recife, em jornais do princípio do outubro, saíra em Lisboa no mês de setembro (p. 179). E acrescenta: "A carta de Eça mal teve tempo de ser lida por seu destinatário", que se exonerou em 25 de novembro (p. 197).

O que principalmente importa, no entanto, é a autoria das duas cartas em causa, que eram realmente desabridas; mais, descorteses; ainda mais, quase ofensivas, e talvez fosse de justiça omitir o quase.

Paulo Cavalcanti chegou à conclusão de que esses dois artigos foram escritos por Eça de Queirós. Relativamente à carta ao imperador, considera que "a presença do estilo de Eça, nesse artigo, é indissimulável" (ob. cit., p. 68). Quanto à carta ao presidente da Província, refere que nela caracterizavam a autoria de Eça os "exemplos de galicismos, a cacofonia, as figuras de aliteração, de eco, de hipálage, o abuso das frases na ordem direta, os neologismos, a adjetivação, o desprezo pelo supérfluo na frase..." (p. 180). De tais características, nos dois artigos, em cotejo com livros posteriores de Eça, Paulo Cavalcanti dá pouco depois numerosos exemplos, de que trataremos adiante.

Tal pesquisa, realmente minuciosa, tornava-se necessária, esclarece Paulo Cavalcanti, pois ditos artigos "não foram recolhidos nem às obras completas de Eça, nem às de Ramalho..." (p. 180). Assim, conclui, "somente o estudo crítico comparativo, o exame das peculiaridades do estilo de cada um, seriam capazes de situá-los quanto à autoria" (id.).

Há equívoco de Paulo Cavalcanti. Ambos os artigos se acham incluídos nas Obras Completas de Ramalho Ortigão. A carta ao imperador está no vol. XIII de *As Farpas* (edição integral), páginas 109 a 119; e a carta ao presidente da Província de Pernambuco está no mesmo volume — o exemplar que temos em mãos é datado de 1945 —, de páginas 75 a 84. Mesmo que tal não ocorresse, os exemplos comparativos, tirados da obra de Eça, não bastariam para demonstrar ser ele o autor dos artigos em referência. Isto porque a tais exemplos poderiam ser contrapostos outros, semelhantes, tirados da obra de Ramalho, até mesmo nas próprias *Farpas*, inclusive depois da retirada de Eça, quando passou a redigi-las sozinho.

É importante fazer o confronto, pois leva a uma conclusão curiosa. O primeiro ponto abordado por Paulo Cavalcanti, no estilo de Eça, é “a ousadia da adjetivação, ampliando os horizontes da frase, distorcendo o sentido da quantidade, transferindo-a do homem às coisas ou repartindo-a singularmente”. Invocando estudos especializados anteriores, prossegue: “Esse fenômeno de desdobramento das funções gramaticais, observado por Ernesto Guerra Da Cal e Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, assumiu, no estilo de Eça de Queirós, um papel inteiramente novo”. E conclui: “Nos seus romances, como nas suas crônicas, o recurso a essa figura de hipálage foi utilizado com o melhor equilíbrio, dando às palavras, muitas vezes frias e convencionais, um cunho de rara impressão subjetivista” (p. 190).

Da carta ao imperador, para caracterizar a autoria que lhe atribui, de Eça de Queirós, Paulo Cavalcanti destaca dois exemplos:

“os seus *fraks* e os seus *roast-beef*, milhares de brancos e de negros têm a honra duramente suada de lhos fornecer” (ob. cit., p. 68/69);

e

“Vossa Majestade tem propriedade onde a araponga cansa o seu vôo silencioso” (id. *ibid.*).

Com referência à última frase, considera “inconfundível” o estilo de Eça. E, como comprovação, cita “uma imagem semelhante”, colhida em *O Egito*:

“homens ricos... passeiam ali a sua indolência” (ob. cit., p. 68, nota).

Veja-se, porém, esta outra imagem:

“a araponga rasga no seu vôo escuro o infinito azul do céu”.

Com esta, a semelhança nos parece muito maior, pelo processo de adjetivação, sem falar na araponga. No entanto, a imagem pertence a Ramalho Ortigão (*As Farpas*, edição integral, vol. x, p. 55).

Agora veja-se esta circunstância: a “carta” ao imperador, de que se está tratando, foi publicada no fascículo de julho-agosto de 1872, com o seguinte título: “Ao mesmo augusto personagem de laudas 30”. À página 30, está outra carta: “A Sua Majestade o imperador do Brasil”. A não repetição do nome do destinatário, substituída pela simples remissão, já dá de certo modo a idéia de que tenha sido o mesmo o autor de ambas as cartas. Ora, a carta a que se reporta aquela que está sendo examinada, é de autoria de Ramalho Ortigão. E nesta se fala em deixar pessoas “numa penumbra desdenhosa”, em “capital desbotada”, em “ventos amargos” que vieram dos “céus inimigos”, em “êxito cheio de trevas” e “intenção cheia de luminárias”, e, novamente, em arapongas, que parecem constituir peça importante na erudição ramalhiana sobre exotismos brasileiros. Desta vez fala-se no “gorjear da araponga”, pelo que se vê ser a erudição apenas de leitura (cf. *As Farpas*, fascículo de julho-agosto de 1872, p. 30 a 33).

Da obra de Eça, Paulo Cavalcanti cita vários exemplos de adjetivação — braço concupiscente, veredas teológicas, sonolentos dicionários, douda magreza, pensativo cigarro, meias sonolentas —, para compará-los com duas frases da carta ao presidente da Província:

Há que nessas províncias semibárbaras, onde só há interesses e instintos, as relações entre os homens estão entregues ao acaso muscular da brutalidade (p. 192).

E foi num *grande silêncio da opinião* que “A Tribuna” continua

a floretear o eu ódio... (ibid.),

Confessamos não ver maior identidade no tipo de adjetivação dessas frases, principalmente a segunda, com os exemplos citados da obra de Eça. É exato que, como menciona Cavalcanti, em *Alves & Cia* foi dito: “O escritório dormia no grande silêncio do dia feriado...” Mas não há, convenhamos, maior originalidade na associação do adjetivo *grande* ao substantivo *silêncio*.

Por outro lado, cotejem-se os exemplos de adjetivação, destacados por Paulo Cavalcanti, das cartas ao imperador e ao presidente da Província de Pernambuco, com os já citados e estes, de Ramalho Ortigão:

“... a úmida profundidade do horizonte” (*Figuras e questões literárias*, vol. I, p. 238).

“... a natureza outonal apresenta uma imobilidade suspensa e meditativa” (*As Farças*, fasc. de novembro de 1872, que foi o primeiro só de Ramalho, p. 23).

“o pernil profético do cerdo lusitano” (*As Farças*, edição integral, vol. X, p. 37).

“... a ignorância palavrosa e arrogante dos burgueses” (*As Farças*, nov. 72, p. 22).

Também se refere Cavalcanti, como uma das características da prosa de Eça, as quais tornam “inconfundível a sua paternidade” relativamente às duas cartas, o “francesismo do *detalhe*, do *massacre*, da *reclame*, da *verve*”, que nelas se encontra.

Ora, é equívoco pensar que Ramalho, ao tempo das *Farças*, fosse isento de “francesismo”. Já mencionamos que o número de novembro de 1872 foi o primeiro que ele redigiu sozinho. Pois bem, logo no artigo inicial desse número, com que Ramalho se despediu de Eça de Queirós, em viagem para Havana, encontramos, à página 8, o indigitado “reclame”. Quanto a “*detalhe*”, pode ser localizado no mesmo fascículo, p. 56. “*Verve*” foi por ele empregada no fascículo de abril do mesmo ano (*Obras Completas de Ramalho Ortigão, As Farças*, edição integral, vol. XIII, p. 15).

Outros vocábulos ou construções inquinados de galicismo — e entre eles alguns que foram censurados também a Eça — se encontram em Ramalho: “constatar” (*As Farpas*, edição integral, vol. x, p. 179), “no fim de contas” (id., p. 17 e 152), “falar verdade” (id., p. 152), “de resto” (id., p. 25, 61, 72), “de sorte que” (id., p. 137).

Quanto às expressões francesas que Ramalho usou, são inúmeras. Para citar algumas que empregou em um só fascículo das *Farpas*, precisamente no já citado fascículo de novembro de 1872, o primeiro que redigiu sozinho: *lorette* (p. 4), *gamineries* (p. 9), *cocotte* (p. 12), *partie fine* (p. 24), *toilette* (p. 35, 40, 42, 91), *greve* (p. 40, 52), *paçotte* (sic, p. 55), *plateau* (p. 55), *abat-jour* (p. 84), *matinéés* (p. 91), *bonbons à la vanille* (p. 91), *cotillon* (p. 91).

O ponto seguinte, do estilo de Eça, focalizado por Paulo Cavalcanti, é o da repetição, existente também em dois trechos da carta ao presidente da Província:

“... a colônia portuguesa é aí repelida, aviltada, deteriorada, esfaqueada...” (ob. cit., p. 193) e

“... que esse partido escreve, argumenta, ataca e atua...” (idem).

Aponta exemplos de repetição na obra de Eça. Mas eles existem fartamente, no entanto, também na obra de Ramalho. Veja-se, só naquele fascículo de novembro de 1872:

“... sérios, pesados, espessos” (*As Farpas*, nov. 1872, p. 9).

“... dócil, complacente e mole” (id., p. 13).

“... mas que se mande, que se ordene, que se legisle, como governo, como estado, como instituição...” (p. 36).

“... odiosa, desmazelada, estúpida e burguesa” (id., p. 6).

“... para desgosto, punição e agonia, da miserável, da sórdida, da estúpida publicidade lusitana” (id., p. 7).

“... e nós temo-la interrompido, temo-la perturbado, temo-la contraditado, temo-la remexido” (p. 12).

A propósito de uma das repetições que localizou na carta — “que esse partido escreve, argumenta, ataca e atua” — Paulo

Cavalcanti acentua a cacofonia e assinala que em muitas páginas de *Eça de Queirós* há o mesmo defeito. Mas que *Eça*, estilista e burilador incansável, tenha apesar disso incorrido em dissonâncias menos felizes, mostra apenas que o mesmo pode acontecer a qualquer um. Jamais seria uma característica para identificar o seu estilo. Para liquidar o ponto, que realmente não merecia destaque, veja-se em Ramalho:

"... sua rica *vaca cozida*" (*As Farpas*, ed. de 1890, 2.º vol., p. 80).

"A independência parece-se com a coragem em ser *como ela um dom...*" (*Figuras e questões literárias*, 1.º vol., p. 78).

"... uma população triste, *linfática, gorda, mole, indolente...*" (Obras Completas de Ramalho Ortigão, *As Farpas*, edição integral, vol. x, p. 14).

Também nos "feios vícios do eco", apontados por alguns críticos na obra de *Eça de Queirós*, viu Paulo Cavalcanti mais um elemento para corroborar a afirmação de ter sido ele o autor da carta ao presidente. Isto porque nela se lia:

"educados nesta tradição hostil, tiveram uma grande ocasião de explosão, por causa da Companhia de Navegação...".

"... e então são responsáveis tanto são levianos" (ob. cit., p. 195).

Ramalho, porém, também ecoou:

"... senão do clarão... neste século de ação e reação, de evolução e revolução..." (*Figuras e questões literárias*, 1.º vol., p. 50).

Cavalcanti, implacável, prossegue: "Outro hábito do romancista, o de utilizar duplamente os advérbios de modo, quase sinônimos, o último completando, com mais propriedade, o sentido do primeiro, num recurso de embelezamento da frase, observa-se igualmente na carta das *Farpas*" (ob. cit., p. 195). Cita exemplos, entre os quais:

"De resto não poderia ele juntar em si bastante coragem para contar tudo a Carlos, logo, nessa manhã, *claramente, virilmente?*" (*Os Maias*).

“Jacinto começou a mostrar *claramente, escancaradamente*, ao seu Zé Fernandes...” (*A cidade e as serras*).

Ora, na carta, fora dito:

“Pois brasileiros e portugueses vivem há cinqüenta anos... *pacificamente, domesticamente* e, de súbito...”.

Acontece que Ramalho usou, por igual, desse recurso — e seja-nos permitido usá-lo também — largamente, fartamente. Confira-se:

“Que cada um trabalhe com sinceridade e com honra a sua obra, *livremente, despreocupadamente*...” (Obras Completas de Ramalho Ortigão, *As Farpas*, edição integral, vol. x, p. 46).

“Assim desaparecerão os reis e os príncipes, *fatalmente, impreterivelmente*, pelo simples efeito das iniludíveis leis biológicas” (id., p. 246).

“... no mundo moderno opera-se, está-se operando *lentamente, pacificamente, cientificamente*, uma revolução profunda na liberdade...” (id., vol. XIII, p. 226).

Cavalcanti traz ainda, para depor, a pontuação: “Como nos romances, a pontuação na carta é arbitrária e indisciplinada, com o abuso dos hifens, os dois-pontos em lugar do ponto-e-vírgula, e as exclamações a qualquer preço”.

Que dizer? Que dizer, no inesperado dessa testemunha que assim aparece, acusadora, senão, talvez, que Ramalho, no artigo de 19 páginas (formato pequeno) com que se despediu, nas *Farpas*, de Eça de Queirós, usou 25 pontos de exclamação, 21 hifens, e deu, a 4 dois-pontos, função não compreendida nas que estritamente lhes cabem? (Cf. *As Farpas*, fasc. de nov. 1872, p. 3-22).

Mais é ainda invocada, para afirmar a autoria de Eça, a grafia das palavras inglesas. Na carta ao imperador, está escrito; em determinado momento, *pic-pocket*. Paulo Cavalcanti imediatamente anota: “Outra prova da autoria eciana do artigo das *Farpas*: a leviandade na grafia das palavras inglesas... Leia-se “pickpocket” (ob. cit., p. 70, nota n.º 10).

Não conhecemos os fundamentos da alegada tradição de leviandade, onde possivelmente houve apenas cochilo de tipógrafo

e revisor. Mas não importa, pois em artigo de Ramalho se lê *knicker bokar*, em lugar de *knicker-bockers* (*As Farpas*, ed. de 1890, 2.º vol. p. 15).

Observação curiosa, feita por Paulo Cavalcanti, é que um trecho de frase, da Carta ao presidente da Província, se encontra reproduzido, com ligeiras modificações, em dois livros de Eça. Na carta, houve referência a “repúblicas espanholas que orlam o golfo do México”. Ora, em *O mandarim*, foi dito: “Fiz empréstimos aos Reis, subsidiei guerras civis e fui caloteado por todas as Repúblicas latinas que orlam o golfo do México”. E nas *Cartas familiares*: “O homem da Venezuela, como geralmente os homens das Repúblicas latinas que cercam o golfo do México...” (Paulo Cavalcanti, ob. cit., p. 194-5).

É sabido, porém, que são muitas as frases ou imagens de Eça de Queirós influenciadas por frases ou imagens alheias. Exemplos foram levantados, em relações extensas e a eles foi dedicado um livro inteiro.

É plenamente compreensível que uma imagem de Ramalho lhe tenha ficado na memória e ele inconscientemente tivesse usado, anos depois, como própria. Isso é tanto mais compreensível — e comprova também a boa-fé — quando se sabe que Eça, em artigo sobre Ramalho, usou da mesma imagem que Ramalho usara, em artigo sobre ele, Eça...

Ramalho disse:

“Quando a gargalhada dos homens sensatos passeia por três vezes em redor de uma instituição — que ela se chame o tribunal, que se chame a força armada, que se chame a igreja, que se chame a coroa — essa instituição cai”.

Três anos mais tarde, escreveu Eça:

“O riso é a mais antiga e ainda a mais terrível forma de crítica. Passe-se sete vezes uma gargalhada em volta duma instituição, e a instituição alui-se.”

Após a prolongada acareação de trechos das obras de Eça com passagens das cartas que lhe atribui, conclui Paulo Cavalcanti: “E se mais não restasse, para indigitar Eça de Queirós como

autor incontestável da carta-aberta ao Presidente da Província de Pernambuco, ainda valeria a observação de que a ele, exclusivamente a ele, é que interessaram os acontecimentos, provocados pelas *Farpas*, aliás de todo ajustáveis ao seu espírito de cronista e panfletário. Tanto isso é verdade que, ao deixar a redação da revista, quando teve de assumir o Consulado português em Havana, morreu a discussão com os pernambucanos, à falta de quem a sustentasse" (ob. cit., p. 196-7).

Ora, para ser exata a primeira afirmação ("a ele, exclusivamente a ele, é que interessaram os acontecimentos, provocados pelas *Farpas*"), era preciso que o comentário de tais acontecimentos, na revista, tivesse sido feito por Eça de Queirós. No entanto, verifica-se exatamente o contrário. Quem os noticiou e comentou foi Ramalho. E pode mesmo ser dito: — exclusivamente Ramalho. É um pequeno artigo que assim começa: "Acabamos de ser mimoseados do Império do Brasil com um exemplar de uma notável obra recentemente saída dos prelos de Pernambuco. O frontispício do livro diz assim: "Ramalho Ortigão — Eça de Queirós. *As Farpas* — Crônica Mensal de Política, das Letras e dos Costumes. Editor: Manuel Rodrigues Pinheiro."

Paulo Cavalcanti, que atribui o artigo a Eça de Queirós, comenta: "Da obra de Eça, *Uma campanha alegre*, e da de Ramalho, que hoje circulam, essas páginas de causticante sarcasmo foram retiradas, inexplicavelmente" (ob. cit., p. 66). Atribui o artigo a Eça. É, no entanto, de Ramalho. Está nas suas Obras Completas (*As Farpas*).

Logo no número seguinte, de março, é de Ramalho Ortigão uma "Carta ao ministro do Brasil em Portugal", a respeito da repercussão que tivera, nos círculos brasileiros, o número anterior. Também é de Ramalho a notícia sobre a indevida reimpressão, em volume, que das *Farpas* se fez em Pernambuco. Esse pequeno artigo, Cavalcanti o atribui a Eça, afirmando não constar da obra de Ramalho. Mas há engano. Está nas Obras Completas de Ramalho Ortigão, *As Farpas*, coleção integral, vol. XIII, p. 11 a 13. De Ramalho é ainda um tópico sobre direitos autorais, p. 15, a que Paulo Cavalcanti se refere à p. 74. O tópico seguinte, sobre Pernambuco, está igualmente no fascículo de junho-julho e é também de Ramalho Ortigão, como, aliás, informa Paulo Cavalcanti. Nele se dá notícia do aparecimento de *Os Farpões* e se

responde a promessas de surras de cipó, formuladas por José Soares Pinto Correia (Obras Completas de Ramalho Ortigão, *As Farpas*, vol. XI, p. 181). As menções seguintes, diretas ou indiretas, aos fatos de Pernambuco, aparecem no fascículo de julho-agosto de 1872. São as cartas ao imperador e ao presidente da Província, que Paulo Cavalcanti atribui a Eça e que constam, no entanto, como foi indicado, das Obras Completas de Ramalho.

Não seria a ausência de Eça que faria “morrer a discussão”, “à falta de quem a sustentasse”. Ramalho sempre foi espírito mais insofrido e polêmico do que o companheiro.⁽¹⁹⁾ E o fato de ter sido ele, e não Eça, o autor dos artigos anteriores sobre o assunto basta para mostrar que *As Farpas* poderiam ter continuado a debatê-lo, se fosse o caso. Não havia, porém, o que discutir mais com José Soares Pinto Correia, o autor dos *Farphões*. A tal publicação já havia sido dada resposta, no fascículo de junho-julho de 1872, em artigo que o próprio Cavalcanti informa ser de Ramalho. Diante da réplica, voltou José Soares com uma nova série dos *Farphões*. Se havia sido violento antes, desta vez foi a extremos inacreditáveis de vulgaridade, que chegaram à pornografia. Confira-se, por exemplo, certo trecho sobre bananas, reproduzido no livro de Cavalcanti. Recebera José Soares, segundo alegava, de Portugal, uma carta impublicável, firmada por um tal Honório Pinto Carreira, o qual, em calão e palavrão, dizia a José Soares o que dele pensava. Curiosamente — porque demonstra a que ponto houve a obsessão de vincular Eça de Queirós a todos os acontecimentos — Cavalcanti escreve que “não é de excluir-se a hipótese de ter sido o próprio Eça o autor da carta”... (p. 124). Seria extraordinário que o dono de um estilo satírico sem igual na língua, tendo à sua disposição uma revista de sucesso, preferisse, a aniquilar um contendor de público, vir dizer-lhe palavrões em surdina, sob pseudônimo.

Exasperado, inclusive talvez porque fora atacado em linguagem ainda mais violenta do que a sua, respondeu José Soares a Carreira, Ramalho e Eça. Quanto aos últimos, para se ter idéia

(19) V. João Luso, Prefácio a *Polêmicas de Eça de Queirós*. Rio de Janeiro, Ed. Dois Mundos, 1945, p. 12. O próprio Ramalho escreveu, em artigo de 1892: “A semelhança de alguns duelistas que fizeram voto de se bater com todo aquele que se apresente, embora seja um cabeleireiro, deliberamos nós responder a todo periódico que nos provoque...” (*As Farpas*, in *Obras Completas*. Edição integral. Lisboa, Liv. Clássica, 1945, v. 12, p. 215.)

da linguagem empregada, citem-se apenas dois dos muitos qualificativos que usou: "pernósticos e hermafroditas".

A isto, evidentemente, era impossível dar resposta, salvo de viva voz e à distância do braço. Ramalho Ortigão, na sua impulsividade, deveria ter desejado dar esse tipo de resposta. Mas resposta escrita não, porque era exatamente o que o adversário desejava para continuar uma discussão que lhe dava importância.

* * *

Dissemos que era importante fazer o cotejo entre as cartas e o estilo de Eça e de Ramalho, porque levaria a uma conclusão curiosa. Esta não dizia respeito à apuração da autoria, já firmada pelo fato de terem sido aquelas cartas incluídas nas Obras de Ramalho. A conclusão a que nos referíamos era outra: era a da semelhança, na época das *Farpas*, entre os estilos de Eça e de Ramalho.

A tal conclusão, aliás, já chegara Alberto Machado da Rosa. As citações de Eça, alinhadas por Paulo Cavalcanti, e as que lhe opusemos, de Ramalho, apenas comprovaram o que Machado da Rosa afirmara em um livro excelente, *Eça, discípulo de Machado?* Mas, comprovado que aqueles dois artigos são de Ramalho, e comprovado, mais, que neles há processos estilísticos de que Eça também usou, aquela conclusão importará em dizer que Eça copiou o estilo de Ramalho? Não. Seria tão inexato quanto afirmar que Ramalho copiou o estilo de Eça. A conclusão mencionada terá, no entanto, interpretação correta na afirmativa de que Eça e Ramalho se influenciaram reciprocamente e que "o momento em que os seus estilos mais se aproximam encontra-se nas *Farpas* em 1871", como assinalou o professor e escritor português (ob. cit., p. 45).

No mesmo ano em que Eça estreava literariamente, em 1866, com os hesitantes folhetins da *Gazeta de Portugal*, Ramalho, já autor e jornalista, intervinha, com autoridade, na Questão Coimbrã, publicando o folheto *Literatura de ontem e de hoje*. Desse opúsculo, Machado da Rosa destaca um trecho, para mostrar que o estilo de Ramalho, "se bem faz pensar em Vieira pela armação retórica, prenuncia o futuro Eça pelo "élan" e pelo

tom cabriolante". Eis o trecho, realmente curioso, porque é antecipação de um outro escritor que ainda não surgira e porque poderia vir a ser, neste, uma página do passado, que ele não escrevera:

Um homem levanta às mãos um machado; brande-o alto acima da cabeça; entra-lhe o gume na casca dum roble; repete o golpe primeira, segunda e terceira vez; tresdobra na resistência a vontade e o esforço; teima, insiste; pelos lanhos da cortiça sai em esquirolas a macerada febra da madeira; a cada golpe responde a dilaceração lenta mas sucessiva de cada um dos mil veios que lhe resistem; assim se vai o tronco esmiolando até que o ferro chega ao coração da árvore; mais um golpe, mais cem, mais outro ainda, e o gigante geme, vacila, range e tomba no chão; aparase-lhe então a copa, esmiúça-se o tronco em achas; pega-se depois numa acha, tira-se da acha uma racha e da racha uma lasca, da lasca uma apara e da apara um estilo; aguça-se o estilo; desgasta-se, lixa-se, pule-se, e tem-se afinal... um palito.

O Padre Amaro em São Paulo

O primeiro número da *Revista Ocidental* foi publicado, em Lisboa, com a data de 15 de fevereiro de 1875. Era um fascículo de 128 páginas, formato 0,15 × 0,23, redigido em português e espanhol. A introdução, de Oliveira Martins, intitulava-se “Os povos peninsulares e a civilização moderna”. Nas primeiras linhas consignava o objetivo do periódico: “Provocar a reunião dos elementos da nova renascença intelectual da península, e a formação das novas escolas espanhola e portuguesa”. O segundo artigo era “El Arte”, de Pi y Margall. O terceiro, o início de um romance, *O crime do Padre Amaro*, de Eça de Queirós.

A revista aparecia quinzenalmente, e o romance foi publicado, sem interrupção, durante sete números, tendo terminado no de 15 de maio de 1875. Consta de 22 capítulos e ocupou cerca de 160 páginas. Ao contrário do que já vimos afirmado, essa primeira versão do *Crime* foi integralmente publicada na *Revista Ocidental*.

Informou Jaime Batalha Reis, no *In memoriam* de Antero de Quental: “Em 1875 o Antero de Quental e eu fomos convidados por uma casa editora de Lisboa para redigir uma revista — a *Revista Ocidental* — colaborada por escritores portugueses e espanhóis e, conseqüentemente, escrita nas duas línguas da Península, porque a casa editora julgava assegurar assim à publicação, em Espanha e na América do Sul, um maior número de leitores” (p. 466).

Na “Bibliografia” do mesmo *In memoriam*, há, entre outras informações, a de que a coleção da *Revista* consta de dois tomos, o 1.º com 768 páginas e o 2.º com 763, “das quais não chegaram a ser distribuídas as últimas 96” (p. XLIV).

A coleção que possuímos, em 2 volumes, como apontado, tem, no primeiro volume, realmente, 768 páginas; no segundo, 640 páginas, terminando com o número de 15 de julho. Os dois volumes totalizam 11 fascículos, que seriam os que de fato circularam. Descemos a esses pormenores porque a *Revista Ocidental*, peça importante na bibliografia de Eça de Queirós, é hoje uma raridade.

A primeira versão do *Padre Amaro* teria sido publicada, na *Revista*, por Jaime Batalha Reis, sem autorização de Eça de Queirós, o que foi contestado pela filha de Batalha Reis. Não cabe aqui discutir o pormenor. De qualquer modo, Eça não ficou satisfeito com a forma inicial do romance. Refundiu-o e no ano seguinte, 1876, fê-lo aparecer em volume, de 362 páginas, com a menção: "Edição definitiva".

O "definitivo" durou apenas 4 anos. Ainda insatisfeito, Eça refez novamente o livro, cuja terceira versão, esta sim, definitiva, foi editada em 1880, com 674 páginas.

Face à pequena circulação presumível da *Revista Ocidental*, sempre se admitiu que o Brasil houvesse tomado conhecimento do romance pela versão de 1876.

Embora isso deva ser exato quanto à maioria dos leitores, cumpre assinalar que Araripe Júnior, no Ceará, onde então residia, leu o romance na *Revista Ocidental*. E, ainda, o que até hoje não fora mencionado, que essa primeira versão começou a ser reproduzida em uma publicação periódica, no Brasil, em 1876. O fato é curioso, por vários motivos.

Em primeiro lugar, porque interessa ao exame da acusação de plágio, formulada, em 1878, por Machado de Assis, a que nos referiremos em outro capítulo. Em segundo, porque a existência de tal reprodução nunca foi referida em qualquer das bibliografias de Eça de Queirós, até hoje publicadas. Em terceiro, finalmente, porque evidencia a atenção que naquela época havia, no Brasil, em relação a Eça de Queirós.

São Paulo, em 1876, ainda era uma cidade acentuadamente provinciana, em que os estudantes, a Academia, constituíam, durante o período das aulas, um centro de animação, inclusive no setor intelectual. Certamente por isso, ao aparecer, em abril daquele ano, *A República das Letras*, que se apresentara como "ensaio

de um gênero ainda não cultivado entre nós”, ou seja, um “periódico puramente literário, de intuítos exclusivamente artísticos”, o *Diário de Santos* noticiou a publicação como sendo acadêmica.

Devem ser hoje extremamente raros os números de *A República das Letras*. Afonso de A. Freitas, no seu documentado trabalho *A imprensa periódica de São Paulo*, mencionou a revista, acrescentando que dela não conhecia nenhum exemplar. As informações que forneceu, no livro citado, são baseadas na notícia, ali transcrita, com que a *Província de São Paulo* saudou o aparecimento da revista.

Pois foi uma coleção de *A República das Letras* que ficamos devendo à gentileza do ilustrado livreiro de São Paulo, Sr. Olinto de Moura, de quem a recebemos já com a informação de que nela se continha matéria de interesse especial para um colecionador de Eça de Queirós.

O primeiro número é de 2 de abril de 1876, sendo os seguintes os dizeres da folha de rosto: “A / REPUBLICA DAS LETRAS / PUBLICAÇÃO PERIODICA / Domingo, 2 de Abril de 1876 / SUMMARIO: / DUAS PALAVRAS, artigo da redação. / CARTA de Americo de Campos. / MULHERES! MULHERES! poesia. / FLOR DE COUVE, romance, por Lucio de Mendonça. / AOS ANOS DE AMELIA, poesia de Guilherme Braga. / AQUELLA MULHER ... por Gaspar da Silva. / JURAMENTO, imitação de Campoamor, por Gaspar da Silva. / SONETO, por João Penha. / EXPEDIENTE / S. PAULO / TYP. DA “PROVINCIA DE SÃO PAULO” / 1876.”

Uma curiosidade desse primeiro número, com 15 páginas, vendido por 200 réis, foi o início do romance *Flor de couve*, com os subtítulos “Romance a esmo / Por diversos”. Na seção “Expediente”, mencionava-se: “O romance que hoje encetamos não é idéia inteiramente original, pois já foi posta por obra no Maranhão, por Joaquim Serra, Gentil Braga e outros, na sua interessante *Casca da gameleira*”. A novidade, acrescentava, é que não haveria combinação entre os que o escrevessem, os quais teriam inteira liberdade quanto à ação, respeitado apenas o que já constasse dos capítulos anteriores. Para o romance era aceita “toda a colaboração que em tais condições se apresente”, avisando-se, porém, que já estava escrito o segundo capítulo.

O número seguinte apareceu na quinta-feira, 13 de abril de 1876, sendo ainda de Lúcio de Mendonça a continuação da *Flor*

de couve. Agradecendo as várias notícias de saudação da imprensa paulista, era retificada a da *Gazeta de Santos*, que considerava a *República* um órgão acadêmico.

O terceiro número é datado de sábado, 22 de abril de 1876, e a *Flor* prossegue com Gaspar da Silva. O quarto número, de 4 de maio de 1876, não teve *Flor*, que reaparece, porém, por conta de Muniz de Sousa, no número 5, de sexta-feira, 12 de maio de 1876.

E aí a revista, ou a coleção de que dispomos, sofre interrupção. Ao lhe noticiar o aparecimento, dissera a *Provincia de São Paulo* que o novo periódico possuía “elementos de próspera carreira e os desenvolverá se lograr da indiferença pública a ventura de um parêntesis”.

Não há dúvida que a publicação esteve interrompida, porquanto, mais de um ano depois, reaparece a menção “Nova Fase”, da qual o n.º 1 saiu em 1.º de novembro de 1877, já então em Campinas, sendo editora a Livraria Internacional, de Gaspar da Silva. O segundo e terceiro números saíram, respectivamente, em 24 de novembro de 1877 e 9 de janeiro de 1878, ambos impressos em São Paulo. E aí morre, definitivamente, *A República das Letras*, ou pelo menos cessa, definitivamente, a coleção de que dispomos.

Eça de Queirós aparece na fase inicial, no n.º 3, ou seja, no de 22 de abril de 1876. Nele, sem qualquer palavra de introdução, se principiou a publicar *O crime do Padre Amaro*, segundo a versão divulgada pela *Revista Ocidental*. O romance continuou nos n.ºs 4 e 5. Não prosseguiu, porém, na 2.ª fase, o que é compreensível, face ao lapso de tempo decorrido. Também não prosseguiu a *Flor de couve*. O trecho do *Padre Amaro* publicado naqueles três números foi bastante curto. Dos 22 capítulos de que então se compunha o romance, apenas houve a transcrição do primeiro e de quase todo o segundo.

Ignoramos qual tenha sido a repercussão em São Paulo. Não foi, porém, bastante forte, como se viu, para manter a revista. Esta, que começara a publicar o romance sem qualquer palavra de introdução, dera no n.º 3, para ser glosado, o seguinte mote, com promessa de prêmio:

O crime do padre Amaro
Deu grande brado no céu.

No número 4, o prêmio, um livro, foi concedido à seguinte glosa, apresentada com as iniciais N. M., talvez de Brasília Machado, também colaborador da revista:

Não conheço o caso raro
De que Eça faz romance,
Mas um tit'lo deste alcance:
O crime do padre Amaro
Faz pensar ao mais ignaro
Dos homens que a tal história
(Se é verídica a memória)
Quando deu-se cá na terra
Trepou montes subiu serra,
Deu grande brado no céu.

* * *

Quando *A República das Letras* apareceu, o artigo de apresentação — “Duas palavras” — não trazia assinatura. Na segunda fase, o “Preâmbulo” foi assinado por Gaspar da Silva, também dono da livraria que passou a editá-la. Essas circunstâncias e o fato de ter sido intensa, desde o número inicial, a colaboração de Gaspar da Silva, faz presumir que, mesmo na primeira fase, estivesse ele à testa do empreendimento.

Gaspar da Silva publicou, em 1879, no Rio de Janeiro, a “Carta d’um emigrado ao Sr. Camilo Castelo Branco, a propósito do *Cancioneiro alegre*”. Camilo deu-lhe resposta, vale dizer pancada grossa, encimada pelo nome, Gaspar da Silva, junto ao qual colocou uma chamada, correspondendo à seguinte nota-ameaça: “Por um sentimento de caridade não direi os motivos que levam um certo *Bartolomeu da Costa*, em Portugal, a chamar-se *Gaspar da Silva*, no Brasil.” Depois, alinha o que dissera Gaspar. Entre outras coisas, que o *Cancioneiro* era indigesto e que, nele, João de Deus, Antero de Quental e Eça de Queirós tinham sido alvo de “umas graçolas lorpas”.

Assim feito o relatório, Camilo desaba: “É um talento português emigrado. Não quer que a pátria lhe possua os ossos e a cascaria. Que pena se este Gaspar se estraga com a cachaça brasileira! Ó nosso irmão d’além-mar, Gaspar! venha, repatrie-se,

recolha-se ao lar. Se aqui não lhe derem a posição que as suas letras reclamam, entretenha-se a cavar, no torrão natal, pés de burro: não precisa sair da sua pessoa: cave-se nos pés como o pelicano no peito..." E na injúria final, para o desaforo maior: "Quanto à indigestão que lhe fez o *Cancioneiro*, Sr. Gaspar, tome um vomitório daquilo que Jeová mandou comer a Ezequiel. Consulte a Bíblia (*Ezeq.*, c. iv, v. 12), e depois misture e beba."

Como se vê, Tomás de Alencar, nos desmandos das suas apreciações críticas, apenas repetia, palidamente, altos exemplos contemporâneos.

De Raimundo Correia ouviria Gaspar coisas muito mais amenas: "nobre e generoso" são qualificativos que lhe dá o poeta, em carta de 1887, na qual apresenta Bilac, que ia estudar Direito em São Paulo. Gaspar, por essa época, segundo Elói Pontes, tornara-se um vencedor. Dirigia o *Diário Mercantil*, que conseguira "tudo quanto é possível reunir de seletos, na literatura nacional e portuguesa". Bilac se tornou redator do *Diário Mercantil*.

Gaspar, segundo *A Semana*, de Valentim Magalhães, em notícia de 1885, lograra "conciliar literatura com o comércio — e o *Diário Mercantil* é uma folha assinada e lida por quase todos os negociantes da gloriosa província dos Andradas". Foi amigo, ainda, de Valentim Magalhães e Filinto de Almeida. Conviveu com Fontoura Xavier, Artur Barreiros (a propósito do qual escreveu em *A Semana*), Alberto de Oliveira, Patrocínio, Lopes Trovão, Artur Azevedo, e muitos outros da brilhante roda literária da época. Recuperara-se, portanto, do insucesso da *República das Letras*. Conseguira abrir, na indiferença popular, o parêntesis desejado pela *Província de São Paulo*.

Nem tudo, porém, lhe foi suave deste lado do Atlântico. Pedro Tavares Júnior, advogado e homem de letras, contra ele usou arma tão perfurante quanto a de Camilo. Sentindo-se injuriado por artigo do *Diário Mercantil*, que atribuiu a Gaspar, a este procurou, armado de punhal. Empenharam-se em luta e Gaspar ficou ferido, mas sem maiores conseqüências.

* * *

Em carta a Domicio da Gama, de 8 de outubro de 1891, Eça mencionou o nome de Gaspar da Silva. A propósito do assunto

que motivara tal menção, escreveu também a Teixeira de Queirós, o romancista de *Bento Moreno*.⁽¹⁾ A história que se pode reconstituir, parte pelo que consta dessas cartas, parte por suposição, é a seguinte:

Eça concluíra combinação, com Ferreira de Araújo, quanto à direção de um "Suplemento" da *Gazeta de Notícias*. Apareceu então notícia de um jornal, *A Mala da Europa*, a ser publicado, presume-se, no Brasil, e por iniciativa de Gaspar da Silva. Segundo tal notícia, Eça, que de nada sabia, seria o diretor do jornal. Teixeira de Queirós teria escrito a Eça, interessando-se em colaboração ao novo periódico.

Pelo que se vê da carta a Domicio, Eça admitiu a idéia de dirigir o "Suplemento" e a *Mala*, achando ser diferente o objetivo de ambos. Informava, porém: "Gaspar da Silva ainda não surgiu do vago." E cautelosamente acrescentava: "Todavia nada prova que o Gaspar da Silva queira os meus serviços."

Mais de dois anos depois, respondendo a Teixeira de Queirós, escrevia: "A tal *Mala da Europa* é, creio eu, uma "blague". Houve decerto a idéia de fundar esse jornal, creio mesmo que o seu iniciador reuniu para isso alguns fundos, e aliciou algumas pessoas, mas suponho que todo esse começo de empresa se dissipou em fumo. E eu, pelo menos, nunca mais ouvi falar dele — desde o dia em que li nos jornais, como V. leu, que o jornal era lançado sob a minha direção."

O episódio não isenta Gaspar da suspeita de leviandade. Elói Pontes o considerou um "agitador". Camilo talvez não deixasse de ter alguma razão...

* * *

Transcrito em Pernambuco em 1872 e em São Paulo em 1876, Eça conquistaria realmente o Brasil em 1878, com a consagração que obteve no Rio de Janeiro, e logo repercutiu em todo o país, *O primo Basílio*.

(1) A carta a Domicio, in *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, Ano 1, n.º 1, 15 set., 1926, p. 10; a carta a Teixeira de Queirós, in LÚCIA MIGUEL FERREIRA e CÂMARA REYS (orgs.), *Livro do centenário de Eça de Queirós*, Rio de Janeiro e Lisboa, 1945, p. 707.

O Rio de Janeiro em 1878

Em 1878 o Rio de Janeiro deve ter cerca de 300.000 habitantes, pois 274.972, exatamente, acusara um recenseamento em 31 de dezembro de 1875.⁽¹⁾

Já com mais de um século como capital, há setenta anos desde o desembarque da Família Real, goza do privilégio que o tornou, longe, a maior, a mais adiantada, a mais invejada cidade do Brasil: — é “a Corte”. Nele se concentra, de direito e de fato, a vida social, política e intelectual do Império.

Logo nos primeiros dias de 1878, em 5 de janeiro, o ministério conservador, presidido pelo duque de Caxias, é substituído por um ministério liberal, chefiado pelo conselheiro Sinimbu. Voltavam assim os liberais ao poder, do qual estavam afastados há quase dez anos.

Figuraram no gabinete Sinimbu, que foi o 27.º do Segundo Reinado, nomes que a História guardou. Osório, marquês do Herval, que faleceria no ano seguinte, ocupava a pasta da Guerra. Na da Justiça estava Lafayette Rodrigues Pereira. O ministro da Fazenda era Gaspar da Silveira Martins, depois substituído por Afonso Celso de Assis Figueiredo, o futuro visconde de Ouro Preto.

A ascensão dos liberais consagra, assim, os seus nomes mais conhecidos. Enseja, também, o aparecimento de novos. Nas eleições que se realizam no fim do ano, ganha, como de praxe, o partido que se acha no governo. Entre os vitoriosos da maioria liberal estão dois moços, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, então pela primeira vez eleitos para a Câmara dos Deputados.

(1) V. *Almanaque Laemmert para 1880*, Rio de Janeiro, Liv. Laemmert.

O Rio ainda lembra muito a cidade colonial, desenvolvida sem plano, de ruas estreitas e arquitetura pobre. Os estrangeiros que passam por aqui extasiam-se com a natureza. Mas, unânimes no deslumbramento perante a obra de Deus, têm, em geral, sérias restrições à obra do homem. Cerca de 30 anos a cidade vai ter de esperar as grandes alterações que irão modernizá-la. Contudo, nelas já se pensa. No gabinete Rio Branco, em 1874, João Alfredo, ministro do Império, constituiu comissão para planejar os melhoramentos que todos sentiam necessários, e dela fazia parte um engenheiro chamado Francisco Pereira Passos. Mas quando a comissão, no ano seguinte, ultimou a apresentação dos seus relatórios, já o ministro fora mudado.⁽²⁾ Em conseqüência o Rio não mudou, ou melhor, esperou muitos anos para mudar. Só no começo do século seguinte é que Passos, prefeito com poderes amplos, se veria de fato habilitado a empreender a remodelação da cidade. As obras então executadas rapidamente, em sucessão impressionante, talvez devessem bastante, lembra Vivaldo Coaracy, àqueles estudos começados na mocidade, ao tempo do Império.⁽³⁾

De qualquer modo, o progresso vai chegando. Quase vinte anos antes, em 1859, corra para a Tijuca o primeiro veículo urbano sobre trilhos. É o *bond* — como o povo o denominaria mais tarde —, que só se impõe definitivamente, no entanto, a partir de 1868, quando liga a Rua Gonçalves Dias ao Largo do Machado. Com ele está selada, na cidade, a sorte dos outros coletivos, também puxados a burro, que são as diligências, as gôndolas e os ônibus, talvez mais românticos. No interior de um desses ônibus, indo do Largo de São Francisco para o Andaraí, inicia-se o caso de amor em torno do qual gira o romance *Cinco minutos*, de Alencar.

Em 1854 haviam sido iluminadas a gás as primeiras ruas do centro. Agora, em 1878, a nova iluminação chegara aos subúrbios.

Em 1874, com grandes festas, estabeleciam-se as comunicações telegráficas com a Europa: o cabo submarino passara a ligar

(2) PEDRO MONIZ DE ARAGÃO, "João Alfredo e a remodelação do Rio de Janeiro", in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 190, jan.-mar. 1946, p. 45 ss.

(3) *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1955, p. 284. (Col. Documentos Brasileiros, 88)

o Velho Mundo a uma praia carioca longínqua e deserta, fora de portas e da baía — Copacabana.

Dois anos depois outra maravilha surgia, ainda maior que o telégrafo: o telefone, apresentado na Exposição de Filadélfia, em 1876. No ano seguinte, em crônica para o jornal *A Atualidade*, do Porto, escrevia Eça de Queirós, então na Inglaterra: “começa a falar-se, com seriedade e espanto, numa nova descoberta americana, o telefone”. Tentando dar idéia do que era este, resumia com simplicidade: “é um telégrafo para a transmissão do som”.⁽⁴⁾

O Brasil, talvez pelo interesse que D. Pedro II, na Exposição de Filadélfia, atraía sobre o inventor e o seu invento, parece ter sentido um carinho especial pelo telefone. Logo em 1877, um comerciante do Rio, fabricando ele mesmo os aparelhos, estabelece comunicação telefônica com o *Jornal do Comércio*, que ficava ... no quarteirão seguinte. Não é o único, no entanto, a negociar com telefones. Outro comerciante, na mesma rua, valorizando a invenção com exageros ortográficos, se declara agente dos “thelephones” de Bell e de Gower e, pouco depois, o seu entusiasmo o levaria a anunciar aparelhos “com sistema aperfeiçoado, coisa nunca vista, fala-se a 200 léguas”.⁽⁵⁾

Tão deslumbrantes novidades vinham em uma época de bem-estar, na década 1870-1880, considerada o período áureo do Império. O problema da escravidão continua sendo agitado, mas o otimismo nacional confia em solução gradativa, sem grandes abalos. A República, prega a imensa maioria, é sobretudo um derivativo para o entusiasmo dos moços. Considera-se que ambas as questões constituem ótimo assunto para o sensacionalismo dos jornalistas, o arroubo dos poetas, a verbosidade dos oradores. Mas, conclui-se, versos, artigos e discursos não abalam a solidez da lavoura, nem a prosperidade do comércio.

A vida social da Corte é animada. Vários são os salões aristocráticos que se abrem à sociedade, não só para grandes festas, como para recepções regulares, semanalmente. O do senador Nabuco de Araújo, na praia do Flamengo, cerra as suas portas em março desse ano de 1878, com a morte do grande chefe liberal.

(4) *Crônicas de Londres*. Lisboa, Ed. Aviz, 1944, p. 11.

(5) *Almanaque ilustrado do Mequetrefe para 1881*, Rio de Janeiro. Nova Tipografia de J. Paulo Hildebrandt

Mas outro, tradicional também, o dos Abrantes, em Botafogo, não desaparecera com a morte do marquês: continuara-o a marquesa, agora, pelo segundo casamento, viscondessa de Silva por título português e baronesa do Catete por título brasileiro.

Na Rua Senador Vergueiro fica o brilhante salão dos viscondes de Cavalcanti. Na mesma rua é o salão, mais intelectual, do barão de Cotegipe, o irônico chefe conservador.

Ao jantar segue-se o sarau: danças, recitativos, números musicais. Para a gravidade dos mais velhos, mesas de voltarete e *whist*. Exibem-se artistas célebres, de passagem pelo Rio. Mas, em geral, a parte artística é suprida pelos próprios convidados, às vezes mesmo pelos anfitriões. Taunay, bela figura de mosqueteiro moço, aureolado pelo prestígio de herói de guerra, deputado conservador pela Província de Goiás, é convidado freqüente em casa de Cotegipe. Em noites de maior intimidade deixa correr os dedos pelo teclado, executando pequenas peças que ele mesmo compusera, ou que vai improvisando.⁽⁶⁾ Não é raro ver a formosa viscondessa de Cavalcanti sentar-se ao piano, com Artur Napoleão, para tocarem a quatro mãos.

Sobretudo dança-se. A cidade continua empolgada pela paixão de que se tomou desde os meados do século. Nas recepções de rotina ou nos grandes bailes, nas mansões tradicionais ou nos salões esplêndidos do Cassino Fluminense, volteiam os nomes mais ilustres do Império, as mulheres mais belas, as jóias mais ricas. Dança-se em todos os níveis sociais como complemento natural das festas de aniversário, de casamento, de batizado.

Reinam a valsa, a quadrilha, a polca. Os nomes das composições são curiosos. Assinalam estados de alma, datas cívicas, fato do dia. Às vezes são tão incompreensíveis como o "Candonças não fazem festas", a que se referiu uma das crônicas de Machado de Assis.⁽⁷⁾ Chega a existir o gênero epistolar. Relata o mesmo cronista que tendo sido lançada uma polca com o título "Se eu pedir você me dá?", logo outra respondeu: "Peça só e você verá".⁽⁸⁾

(6) WANDERLEY PINHO, *Salões e damas do Segundo Reinado*. São Paulo, Martins, 1942, p. 162.

(7) Cf. MIÉCIO TATI, *O mundo de Machado de Assis*. Rio de Janeiro, Liv. São José, 1961, p. 144.

(8) RAIMUNDO MAGALHÃES JR., *Machado de Assis, esse desconhecido*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1955, p. 243.

Com esses ritmos, todos estrangeiros, um nacionalismo insinuante tenta certas acomodações. Lê-se, em publicação do ano, a notícia do aparecimento de uma "polca-lundu", sob o título, em que há implicações carnavalescas, de "O arrelia".⁽⁹⁾

São numerosas as associações recreativas. A mais brilhante e fechada já houve menção. É o Cassino Fluminense, na Rua do Passeio, presidido pelo visconde de Tocantins. Outra, de acentuado caráter artístico, é o Club Mozart, que se orgulha de possuir 400 sócios, dos quais cerca de 150 são artistas amadores. Acha-se instalado confortavelmente na Rua Visconde do Rio Branco, em casa que foi habitada pelo regente Feijó, na esquina da rua que hoje tem esse nome. Quinzenalmente promove partidas musicais, noites de arte finalizadas com um chá. Duas vezes por ano realiza grandes concertos a que assiste a família imperial.

Também freqüentes são as audições patrocinadas pela Filarmonia Fluminense. Há, ainda, grupos especializados, como os Ocarinistas Fluminenses ou a Societé Chorale Française.

Em várias sociedades, ou em casas particulares, cultiva-se o teatro de amadores. Inclusive nos bairros, muitos grupos a ele se dedicam. São da época o Grêmio Dramático Fluminense São João Batista, com teatro próprio no Engenho Novo; também com teatro próprio, na Rua D. Ana Néri, o Recreio Dramático Riachuelense; a Sociedade Dramática Santa Isabel; o Recreio Militar, na Escola da Praia Vermelha.⁽¹⁰⁾

O gosto pelo teatro é uma característica da época. Ao teatro estão ligados os principais nomes literários, mesmo quando a ele não se dediquem com exclusividade. Alencar, que ao morrer, em fins de 1877, era indisputadamente o maior romancista brasileiro, fora também consagrado como teatrólogo. Joaquim Manuel de Macedo, além dos trabalhos que escreveu especialmente para o teatro, nele vê repetidos os seus sucessos de romancista. Duas versões teatrais teve *A moreninha*. Uma delas, a segunda, de autoria do próprio Macedo, está em pleno êxito em 1878. Machado de Assis não recebe, do teatro, admiração proporcional à que lhe devotam, coletiva e parceladamente, algumas atrizes. Mas freqüenta-o com assiduidade, faz crítica teatral e, ao lado de peças originais, traduz muito: Beaumarchais, Musset, Sardou, Feuillet, Racine.

(9) *O Besouro*, Rio de Janeiro, 26.10.1878, p. 234.

(10) J. GALANTE DE SOUSA, *O teatro no Brasil*. Rio de Janeiro, INL, 1960, v. I, p. 211-2.

As temporadas líricas não faltam celebridades estrangeiras. Na de 1878 se faz ouvir, em plena mocidade, ainda com menos de 30 anos, o tenor Francesco Tamagno.

O teatro popular, em que a música e o canto também desempenham papel importante, vai-se concentrando no Rossio e inediações.

Há gêneros que se perderam, como as zarzuelas, e sobretudo as "mágicas", estas exigindo grande maquinaria para que satanás afunde pelo assoalho, entre nuvens de fumaça, ou a boa fada venha das alturas, com uma estrela coruscante na vara de condão.

A revista, de que houvera tentativa em 1860, no Teatro Ginnásio, insiste em 1878, quando Artur Azevedo, com 22 anos, vê ser representado, no Teatro São Luís, o seu primeiro trabalho nesse gênero, em que são focalizados os acontecimentos de 1877.

O interesse pelo teatro não se limita, no público, a assisti-lo; nem, quanto aos autores, nem para ele escrever ou traduzir. Existem os "partidos", que às vezes transferem o espetáculo do palco para a platéia e o prolongam em discussões nas ruas, nos salões, na imprensa.

O mais célebre desses duelos, o de Adelaide Amaral e Eugênia Câmara, travou-se na província, em Pernambuco. Na Corte foram memoráveis, entre outros, o Orsat X Montani, ambas meninas, levado a extremos como o da publicação de dois jornais, *O Orsatista* e *O Montanista*; o Charton X Casaloni; o Delmastro X Candiani, a que se encontram referências logo nas primeiras páginas de *O moço louro*, de Macedo.

Quanto aos escritores, também se empenhavam nas batalhas ou nelas não escondiam as suas preferências. Castro Alves foi o paladino de Eugênia Câmara; Tobias Barreto, o de Adelaide Amaral; e Machado de Assis, em relação à Candiani, confessou ter sido "um dos cavalos temporários do carro da "prima-dona", nas noites da bela "Norma"!"⁽¹¹⁾

Além disso, nunca faltavam os homens de letras com os seus versos de homenagem, principalmente em noites de "benefício" ou de despedida. Os que vamos transcrever, colhidos em publicação da época, bem a retratam pelo que encerram de respeitoso galanteio, de delicadeza, de devotamento romântico, verdadeiro prei-

(11) Cf. MÍRCIO TÁRI, op. cit., p. 161.

to de *chevalier servant*. Escreveu-os o então jovem poeta Múcio Teixeira, a muitos anos de distância do hierofante em que se tornaria:

“A atriz Ap na noite do seu beneficio.”

Eu não vim alistar-me na turma dos felizes,
Para beijar-te a mão, nervosa e delicada,
Que deixa no “boudoir” a luva perfumada
E vai bordar em cena artisticos matizes.

Senhora, eu não pertenco ao grupo dos juízes
Do austero tribunal da comunhão sagrada;
Sou um simples rapaz, sem títulos, sem nada,
Que freqüenta o teatro e gosta das atrizes.

Não quer isto dizer que eu vá aos bastidores,
Assim que o pano cai levar “bouquets” de flores
Ao camarim da Herminia ou d’outras... isso não!

Apenas fiz outrora uns versos à Lucinda,
E — já que vais trocar a Corte por Olinda —
Venho dizer-te adeus, sem que te beije a mão. (12)

Reflexo do gosto generalizado pelo teatro está nos periódicos ilustrados, que nele e na política encontram os principais assuntos.

As publicações do gênero se haviam difundido entre nós, inclusive atraindo, do estrangeiro, desenhistas e caricaturistas notáveis. Da Alemanha, Henrique Fleiuss; da França, Joseph Mill e Michon; da Itália, Angelo Agostini e Luigi Borgomainerio, este logo vitimado pela febre amarela, no grande surto de 1876; da Áustria, Augusto Off, autor de um belo retrato de Eça de Queirós, publicado em *O Besouro*; de Portugal, Rafael Bordalo Pinheiro.

Circulam em 1878, entre outros, o *Figaro*, onde estreara, dois anos antes, como caricaturista, Aluísio Azevedo; *A Lanterna*, que sucede ao *Figaro*; a *Revista Ilustrada*, que teria vida longa, de

(12) *Almanaque ilustrado do Mequetrefe para 1881*, cit., p. 68

Angelo Agostini; o *Zigue-Zague*, animado pelo artista nacional Cândido de Faria; *O Besouro*, com Rafael Bordalo Pinheiro; e, no terceiro ano de uma carreira que só terminaria em 1891, *O Mequetrefe*.

Os grandes nomes que, na poesia, o povo realmente conhecia e recitava, já haviam desaparecido todos em 1878: Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, Casimiro de Abreu, Castro Alves. Para que outros surjam, com a mesma popularidade, terá que ser aguardada a geração parnasiana. É verdade que Alberto de Oliveira publica o seu primeiro livro exatamente em 1878. Mas são ainda, diz o próprio título, *Canções românticas*.

Na prosa, em seu gênero mais popular, o romance, vagara o principado de Alencar, desaparecido em dezembro de 1877. Ele, Macedo e Bernardo Guimarães, são provavelmente os romancistas nacionais mais lidos na época. *A moreninha* e *O moço louro* continuam sucessos, mesmo com mais de 30 anos; *A escrava Isaura* é um êxito recente, de 1875. Machado de Assis já publicou os romances *Ressurreição*, *A mão e a luva*, *Helena*. Cronista, contista, poeta, homem também de teatro e até de crítica — gênero em que então se aventuravam poucos —, é um dos literatos mais conhecidos na Corte. Em 1878 aparece o quarto romance, *Iaiá Garcia*. Só posteriormente, contudo, surgirão os seus livros maiores. E destes, demonstrou-o Raimundo Magalhães Jr., o primeiro, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, deve ter começado a ser escrito ainda em 1878.⁽¹³⁾

Numerosos, para a população da época, são também os jornais. A revista *O Fígaro* os enumera na edição de 12 de janeiro de 1878, indicando a idade que então contavam: *Diário do Rio*, 61 anos; *Jornal do Comércio*, 57 anos; *Pátria*, 22 anos; *Diário Oficial*, 17 anos; *Apóstolo*, 13 anos; *Reforma*, 10 anos; *Globo*, 6 anos; *Gazeta de Notícias*, 4 anos; *Jornal da Tarde*, 2 anos; *República*, 6 meses; *Cruzeiro*, 12 dias.

Dos muitos nomes que neles colaboram, registrem-se, entre os que sobreviveram, os de alguns que foram, mais nitidamente, homens de jornal: Quintino Bocaiúva, José do Patrocínio, Ferreira de Araújo, Macedo, Machado de Assis, Joaquim Serra, Carlos de Laet, Urbano Duarte, Henrique Chaves.

(13) RAIMUNDO MAGALHÃES JÚNIOR, op. cit., p. 308, nota.

Acrescente-se uma legião de colaboradores anônimos, nas “mofinas”. Do mesmo modo que participa dos espetáculos teatrais, através dos “partidos”, o público, pelos apedidos, encontra o meio de se fazer jornalista.

São abundantes e extremamente curiosas essas publicações, que compreendem sonetos e mensagens de amor; pedidos de remoção de quiosques; reclamações contra animais que estragam hortas; cobrança de dívidas; ou pura e simples descompostura, por motivos nem sempre muito claros.

Quais teriam sido as razões que realmente inspiraram estas linhas, aparecidas na *Gazeta de Notícias* de 15 de abril de 1878?

Pede-se por favor a certo paçudo, empregado na estrada de ferro (porteiro de um armazém) que não amole tanto aquela família da Rua das Flores; deve lembrar-se que essa família tem seus trabalhos domésticos para fazer e por isso não pode estar fazendo-lhe companhia até alta noite: se isso fosse uma ou outra vez vá, porém constantemente é maçada; com que fim será tanta dedicação?

O Zé Pereira.

O interessante é que logo no dia seguinte, no mesmo jornal, aparecia a resposta, o que mostra como eram lidas as “mofinas”. O “paçudo”, na Rua das Flores — que é a Santana de hoje —, deve ter tido conhecimento imediato da advertência do “Zé Pereira” e não hesitou em se reconhecer no retrato, nem em replicar:

Il.^{mo} Sr. Redator da *Gazeta de Notícias*. Não tencionava responder ao artigo que ontem veio em sua conceituada folha sobre o porteiro do armazém da estrada de ferro parar e conversar em uma casa da Rua das Flores, o qual artigo é bastante estúpido; porém só peço a V. S.^a queira publicar o seguinte: que o autor infame do supracitado artigo queira tirar a máscara e assinar-se, do contrário não ligarei importância aos artigos, pois talvez não passe de um intrigante e vil caluniador; outrossim quanto ao autor do autógrafa talvez falte dinheiro para publicação dos seus artigos toscos e recorra aos moradores e circunvizinhanças da

Rua das Flores.

Quanto aos anúncios, hoje nos parecem ingênuos, inclusive pela cortesia, ora desaparecida, que faziam questão de demonstrar aos fregueses. Prometiam os proprietários de um armarinho "lealdade para com as pessoas que lhes dispensarem proteção". Um alfaiate declarava: "lutos completos aprontam-se em 12 horas"; mas não se esquecia de acrescentar: "e para fregueses em 6".

Os preços fazem sorrir, parecendo-nos inútil a menção a "tudo por preços resumidos", feita por um anunciante. E temos positivamente que achar um exagero de barateza a garantia, dada por outro, de "preços extremamente baratíssimos".

Característicos do período eram ainda os anúncios sobre escravos fugidos. Leia-se este, que a *Gazeta de Notícias* publicou no domingo, 16 de junho de 1878:

Acha-se fugida desde o dia 21 de janeiro deste ano a escrava Belarmina, cabra, natural da Bahia, com 30 anos, de cor fula, corpulenta, estatura regular, peitos muito grandes, bons dentes, e andar faceiro, tem o vício de beber e cachimbar, é muito prosa, gabola e desbocada, anda sempre de xale na rua e desmazelada no vestuário, consta que troca o nome pelo de Guilhermina e Bela, e que se aluga por sua conta ou como livre, ou mandada pelo seu senhor, por ser perfeitíssima engomadeira e cozinheira; quem dela der notícias certas ou levá-la à Rua do Silva Manuel n. 26, portão de ferro, será generosamente gratificado.

Seis meses já eram passados e o dono não desesperara de encontrá-la. Conhecia-lhe os defeitos e os apregoava. Não esquecera a queda pela bebida e pelo cachimbo. Mas também conhecia e não esquecera as maravilhas da sua cozinha e dos seus engomados. E um pensamento ocorre: assim faceira e largada, quituteira perfeita, não poderia ter sido Guilhermina, a mulata baiana que era escrava fugida em 1878, uma bisavó da Gabriela de Jorge Amado?

Tal é o jornal do tempo, publicando versos na primeira página, despedido do sentido noticioso sem o qual é impossível imaginá-lo hoje. A notícia é escassa e comunicada sem vibração. A ela se sobrepõem a descompostura política, a polêmica literária, o romance em folhetim. O *Cruzeiro*, que nascera com o ano de 1878, logo no primeiro número iniciou a publicação de *Iaiá Gar-*

cia, que a seguir, em abril, apareceria em volume. No *Jornal do Comércio* estavam sendo publicadas as *Memórias da Rua do Ouvidor*, ainda no mesmo ano de 1878 editadas em livro.

Chegou-se por esse modo, naturalmente, ao nome mágico que resume, na sociedade, nas letras, na política, no comércio, na vida, o Rio de há quase 90 anos: — a Rua do Ouvidor.

Wanderley Pinho, no encantador *Salões e damas do Segundo Reinado*, reservou-lhe um capítulo. E bem andou, porque ela foi, de fato, o mais animado salão do Rio e a sua figura feminina mais sedutora. Aos próprios estrangeiros tal circunstância não escapou. Carl von Koseritz, em 1883, resumiria: “O Rio de Janeiro é o Brasil, e a Rua do Ouvidor é o Rio de Janeiro.”

Tudo principia por volta de 1820, quando ali começam a se concentrar as modistas francesas. Seguem-nas comerciantes, também franceses, de fazendas e adornos. Não tardam, ainda franceses, os perfumistas e cabeleireiros.

As senhoras torna-se imprescindível freqüentar a Rua do Ouvidor. Aos homens essa razão bastaria para sentirem a mesma necessidade, se já não houvesse as modistas. Um deles, que foi também imperador, teria tido, na rua, inúmeras aventuras, das quais a mais célebre envolveu os Saisset, industrioso casal que se ocupava de modas e toucados. Segundo uns, D. Pedro I sofreu um acidente de carruagem bem próximo ao estabelecimento dos Saisset, que ficava quase em frente à atual Travessa do Ouvidor. Ferido, recolheram-no à casa daqueles franceses, onde desveladamente o tratou Mme. Saisset, que era jovem e linda. Segundo outros, a história foi mais pérfida, tecida com arrebatamentos tropicais por parte do imperador e astúcias de comédia francesa por parte de Mme. Saisset. De acordo com tal versão, encontravam-se uma tarde a sós, na alcova de Mme. Saisset, ela e o imperador. Mr. Saisset fora chamado ao Paço, sob um pretexto qualquer, e houvera mesmo instruções para que lá o retivessem o maior tempo possível. Mas ou Mr. Saisset se adiantou às previsões ou o imperador as excedeu. O fato é que Mme. Saisset ainda se achava trancada com este, quando foi alertada de que o marido vinha chegando. Não perdeu a calma. Fez em tiras, rapidamente, algumas peças de roupa branca, distribuiu ataduras apressadas pelo corpo do imperador, abriu de par em par as portas do quarto e anunciou ao marido, estarecido, que D. Pedro ia passando na

carruagem, houvera um acidente, D. Pedro se machucara, ela fizera o melhor que pudera, e agora ali estava sua majestade necessitando urgentemente de um médico, D. Pedro, deitado, gemia. O francês, atordoado, correu ao Paço, a buscar o médico. Quando este chegou, fechou-se com o imperador, para examiná-lo. Mas retornou tranqüilo. Foi mesmo quase sorridente que explicou ao casal não inspirar o estado de sua majestade maiores cuidados. Haveria, porém, necessidade de repouso. O imperial enfermo deveria permanecer algum tempo com os Saisset. O dono da casa, esmagado pela honra que literalmente lhe caíra sobre a cabeça, concordou pressuroso. Cedeu a alcova, acomodou-se em um quartinho, nos fundos da casa, e toda a noite, incansável, no quarto do casal, Mme. Saisset cuidou do imperador.⁽¹⁴⁾

Pode haver dúvida quanto às versões. O certo, porém, é que anos depois, ao ser aberto o testamento de D. Pedro, nele se encontrou um generoso legado para Pedro de Alcântara Brasileiro, o filho que Mme. Saisset tivera cerca de um ano depois dos fatos em questão.

Em 1849, de um navio de guerra francês que escala no Rio, desembarca um aspirante de 17 anos, que sonha chegar a almirante. Mas o destino o reservara para ser pintor. Esse aspirante, Édouard Manet, escrevendo à mãe, conta que conhecera vários compatriotas na Rua do Ouvidor. Esclarecendo que uma era modista, sentiu ser necessário ressaltar: "Não te assustes com a sua qualidade de modista. Ela é pessoa de primeira ordem."⁽¹⁵⁾

O susto possível de Mme. Manet bastaria, se outros depoimentos e circunstâncias não existissem, para tornar certo que, da reputação de galanteria granjeada e mantida, durante muitos anos, pela Rua do Ouvidor, foram responsáveis, sobretudo, as prestativas modistas francesas.

Da importância que a Rua do Ouvidor conquistou, o comércio foi, e continua sendo em 1878, motivo e pretexto. Começamos por ele e por onde ele começou, ou seja, pelas lojas de modas.

São muitas, evidentemente, as tabuletas francesas. Uma das mais antigas, e que até hoje subsiste no mesmo local, é a da No-

(14) ASSIS CINTRA, *Revelações históricas para o centenário*. Rio de Janeiro, Liv. Freitas Bastos, 1922, p. 61.

(15) AFONSO d'E. TAUNAY, *No Rio de Janeiro de D. Pedro II*. Rio de Janeiro, Liv. Agir, 1947, p. 33.

tre Dame de Paris, de Mr. Décap, a “loja-lojíssima” de 1878. Quem lhe dá tal qualificação, Joaquim Manuel de Macedo, chega a reclamar seja editado um guia para melhor orientação dos que a visitam. A la Ville de Bruxelles, que se envaidece com o título de “Camiseira de S. Majestade o Imperador”, fica no lado ímpar, no ponto de bondes de Botafogo, vale dizer, na esquina da Rua Gonçalves Dias. Ou, mais exatamente, como então se dizia, da Rua de Gonçalves Dias. É especializada em “roupas brancas, camisas sob medida, enxovais completos para casamentos e batizados”. Uma ou outra referência se encontra a “vestimentas para banho”. Como especificam os anúncios, sua proprietária, Mme. Creten, reside em Paris, onde se incumbem das compras. A gerência, aqui, é exercida pela filha, Mme. Coulon. Os leitores maiores de 50 anos, que conheceram o estabelecimento, já com este último nome e em outro local, devem se lembrar da perfeição de suas camisas, de cambraia ou de seda. Mme. Creten ainda tinha, na Rua do Ouvidor, outras pessoas da família. Uma irmã, Eugênia Dol, estabelecera-se com O Trovador, também conhecido como Casa Dol, no 1.º andar do prédio 107. Mas em 1878 a casa já se transferira para o n.º 99, e ainda hoje existe, cremos que exatamente no mesmo local. Outra loja, no mesmo lado, próxima à Rua dos Ourives, é Au Monde Élégant, que oferece “confecção, leques, camisinhas e roupa branca”.

As ruas próximas constituem províncias, nesse império da elegância de que a Rua do Ouvidor é a capital. Na Rua da Quitanda, por exemplo, sob a tabuleta Aux Tuilleries, os Srs. Gafrée & Guinle vendem “fazendas francesas e inglesas, modas e artigos de Paris”.

São tantas as casas que se oferecem ao público feminino — costureiras, armarinhos, lojas de miudezas e novidades —, que é impossível enumerá-las. Do mesmo modo é impossível enumerar o que oferecem à venda. Por isso mesmo conclui um anúncio: “em resumo, tudo quanto possa idear uma senhora de bom gosto”.

Os homens também encontram muito que comprar. Se não quiserem, como D. Pedro II, recorrer, para as suas camisas, à loja de Mme. Creten, podem adquirir, na casa dos Srs. Figueira de Melo & Cia, n.º 79, sobrado, “camisas brancas superiores”, a 24\$000 a dúzia; ou, por 20\$000, também a dúzia, “ceroulas de superior cretone trançado”. Preços que se compreendem, pois uma

sobrecasaca ou “croisé”, com a calça e colete de pano fino, pode ser obtida por 50\$000; um terno por 30\$000; e “um rico fraque de pano preto finíssimo ou diagonal”, por 25\$000.

Talvez paguem um pouco mais, é verdade, se quiserem uma tesoura famosa, como a da Casa Raunier, na esquina de Uruguaiana. O prédio em que funciona apresenta, aliás, um outro motivo de interesse. Ali moraram algum tempo, quando chegaram de Portugal, dois homens com os quais o Ouvidor Queirós se viu envolvido nos acontecimentos de 1821: José Clemente Pereira e o padre Macamboa.⁽¹⁶⁾

Quanto a charutos, outra paixão do tempo, não falta onde comprá-los. A los Cubanos é no ponto dos bondes de Vila Isabel, o que quer dizer, no próprio cruzamento de Ouvidor e Uruguaiana. Bem próximo, descendo em direção à Primeiro de Março, há a Casa Havanesa. Quem quiser, porém, o requinte supremo, ande um pouco mais e entre no n.º 78, já depois de transposta a Rua dos Ourives. É a loja famosa do Bernardo, onde se vai abastecer de charutos o duque de Caxias. O Bernardo, por extenso Bernardo Ribeiro da Cunha, fora caixeiro do Desmarais, o cabeleireiro mais famoso do Rio imperial, talvez do Rio de todos os tempos. Deixando o mestre, que abandonou os negócios pelo meio do século, Bernardo montou casa própria, também na Rua do Ouvidor e próximo ao local em que servira como empregado. O seu estabelecimento, que prosperou extraordinariamente, compunha-se da loja, que ficava na frente; seguia-se o “salão de cortar cabelos”; depois deste, um terceiro e último aposento, destinado ao encontro de fregueses, principalmente para discretas conversações políticas. Na loja podiam ser obtidos os mais finos charutos de Havana. Muitas outras coisas, todavia, podiam ali ser compradas: “porcelanas, cristais, bronzes, escrivatinhas, bijuterias, perfumarias, objetos de marfim, madrepérola e tartaruga, bocetas para rapé, vinhos, champanhas, conhaques, chocolates, esponjas, bengalas, objetos para crianças”.

A variedade e a mistura das mercadorias, a falta de nexos e até mesmo o antagonismo entre elas, são um dos característicos do comércio de então e refletem a própria variedade e contradições da rua. Há, por exemplo, quem ofereça “colchas, cortinas, cortina-

(16) JOAQUIM MANUEL DE MACEDO, *Memórias da Rua do Ouvidor*. Rio de Janeiro, Tip. Perseverança, 1878, p. 198.

dos, transparentes, reposteiros, galerias e ... bandeiras de todas as nações"! É comum as tabacarias venderem perfumes e ainda "colarinhos, gravatas e mais miudezas". Lojas de papel e objetos de escritório, como a de J. C. Chaigneau, no n.º 55, também anunciavam "águas e tinturas, banhas e pomadas, preparações para tingir, lustrar, perfumar os cabelos e marcar as roupas". A casa sob o título A Lyra d'Apollo, da Viúva Canongia & Filhos, declarava-se "grande estabelecimento de pianos, músicas e águas mine-rais". Uma loja de novidades — a que oferecia telefones — oferece também "mamadeiras dos melhores sistemas". Encontravam-se remédios em casas de bordados. E podiam ser adquiridos guarda-chuvas em livrarias.

Já que se falou em música, mencione-se a casa dos Srs. Artur Napoleão & Miguez, no número 89, que tem à venda grande coleção de músicas e partituras, bem como pianos de marcas famosas: Pleyel, Herz, Erard, Gaveau.

Ainda na linha dos prazeres do espírito estão as livrarias, se bem que, como já se viu, possam atender igualmente, em atividade suplementar, ao conforto e proteção do corpo.

Quase em frente à Rua Nova do Ouvidor — a Travessa do Ouvidor de hoje — em prédios contíguos, n.ºs 74 e 76, estão, respectivamente, a Livraria Contemporânea, de Faro & Lino, e o estabelecimento dos irmãos Laemmert. Do lado oposto, no n.º 69 e depois no 71, fica a livraria de B. L. Garnier.

Há ainda menção, nos indicadores da época, aos estabelecimentos de A. M. Fernandes da Silva, nos n.ºs 25 e 27, e de Barbosa & Irmão, no n.º 81.

Na Livraria Garnier, de todas a que deixaria maior fama, é que também se podiam comprar guarda-chuvas e bengalas. A Laemmert, além do sortimento de livros, dispõe de grande aparelhamento tipográfico. É editora do *Almanaque Laemmert*, volumes alentados que documentaram, ano a ano, a vida do Rio. Mas, ao lado de livros, vende remédios e águas minerais. É impressionante como a cidade deve ter então consumido águas minerais, assim oferecidas por toda a parte e em espantosa variedade: águas de Carlsbad, Püllna, Creuznach, Marienbad, Vals, Vichy, Saint Galmier...

Se há uma preocupação séria com os progressos científicos (o Dr. Silva Araújo, consultório à Rua General Câmara 63, anun-

cia empregar o microscópio, nos seus exames, sempre que necessário), a invocação desses progressos igualmente serve para enredar o público com promessas mirabolantes. Há o exemplo na própria Rua do Ouvidor. São duas lojas no mesmo quarteirão, entre Ourives e Gonçalves Dias, mas em lados opostos, cuja rivalidade é sentida na redação dos anúncios, cada qual se intitulado única e advertindo o público para que não se deixe enganar. A competição, aliás, já é visível na semelhança dos títulos: *Ao Rei dos Mágicos*, no n.º 106, de Ribeiro Chaves & Cia; e *Ao Grande Mágico*, no n.º 107, de F. Rodde.

Eletricidade é então palavra mágica, que serve para todas as promessas e vale para todas as esperanças. O *Ao Rei dos Mágicos* — de onde partira a ligação telefônica para o *Jornal do Comércio* — talvez ainda lembre o passado ao se declarar “Importador de Bichas Hamburguesas”. Logo a seguir, porém, anuncia “porta-voz, pára-raios, motores e telégrafos, aparelhos elétricos medicinais e científicos, pilhas elétricas, bobinas de Ruhmkorff, luz elétrica, colares elétricos para crianças, correntes e canetas elétricas”.

Fica-se pensando, sob essa avalanche de eletricidade, digna do Jacinto e do 202, o que seriam aqueles “colares elétricos para crianças”... A resposta é dada pelo concorrente, F. Rodde, o mesmo dos telefones com dois agás, capazes de falar a 200 léguas de distância. A sua casa, *Ao Grande Mágico*, de maior e mais espalhafatosa publicidade do que a rival, intitula-se fornecedora de suas majestades imperiais e privilegiada pelo governo francês; promete tudo em “ótica e magia, polioramas e lanternas mágicas”; afirma ser “a primeira em eletricidade no Império do Brasil”; põe-se à disposição do público para o fornecimento de “iluminações a giorno”; não hesita em revelar que fornece “os aparelhos elétricos que servem para tratar S.A.I. o Príncipe do Grão Pará”; e tem à venda “máquinas eletro-medicais, anéis elétricos, canetas elétricas, escovas e luvas elétricas para fricção do corpo e colares elétricos, Vitória, para a dentição das crianças”.

Aí está. Os colares elétricos se destinavam a colaborar com a natureza, que por milênios tinha cumprido, desajudada, a sua missão. Era assim que, em nome do progresso, eletricamente se perturbava, em 1878, a dentição das crianças.

Já que em dentição se falou, fale-se nos dentistas. A moda, na época, eram os dentistas norte-americanos. A Rua do Ouvidor não poderia deixar de ter pelo menos um, o Dr. Missick, cujo consultório era no número 145, em frente à Notre Dame de Paris. Perto da Rua do Ouvidor, na Rua da Quitanda 51, ficam mais dois, os Drs. Harrison Alexander e Carlos Koth, que possuíam também consultórios no Porto e Lisboa e se declaravam "cirurgiões-dentistas de S.M.I. e Sr. D. Luís I e SS. AA. RR. de Portugal".

Extremamente fatigante devia ser a atividade desses homens, obrigados a se desdobrarem, com o oceano de permeio, nos seus cuidados à família reinante de Portugal e à sociedade fluminense. É verdade que, aqui, talvez muita gente pudesse passar sem maiores tratamentos, utilizando um aparelho que devia ser extraordinário, denominado Magnetizador dos dentes, encontrado na Casa da Garrafa Grande, à Rua do Hospício n.º 71.

Não esqueçamos os remédios, numa cidade que sempre deles abusou e que deles não prescinde, mesmo na Rua do Ouvidor. A época era dos preparados de nome estrangeiro, que desde o rótulo, pelo exotismo das denominações, sugestionassem o doente. É o caso de Ungüento de Nuremberg e das Pímulas de Redlinger. Estas, que podem ser encontradas na Casa Laemmert (Ouvidor, 66), entre outras propriedades tem a de "sutilizar os humores estagnados".

A tendência é para as panacéias. Os fabricantes se preocupam, sobretudo, em que nenhum mal lhes escape, na lista dos que pretendem curar. Para se precaver contra possíveis omissões, o Bálsamo Homogêneo Simpático de Pedro Garbazza, depois de desfilar considerável número de achaques nos quais é definitivo, acrescenta cautelosamente: "... e dores de toda a qualidade".

O Elixir Vegetal Suíço (que pode ser encontrado no n.º 87, na casa "Ao Bastidor de Bordar") pertencia a esse gênero prestimoso. Servia para "dores de estômago, indigestões, cólicas; epilepsia, reumatismo, dores de cabeça e enjões".

Remédio que deve ter sido muito popular, era um com nome de guerreiro asteca: opodeldoc. Havia opodeldoc ordinário, e, pelo menos, uma variedade, pois de guaco era o opodeldoc de A. G. de Araújo Pena, que curava reumatismo, nevralgias e queimaduras.

Primor de versatilidade, porém — e isso certamente lhe valera ser privilegiada por S. M. el-rei da Saxônia, segundo se gabava —, era a Água Cosmético-Aromática de Bruxelas, também comprável na Casa Laemmert, que podia ser utilizada como “fortificante da vista e dentifricio”.

Às vezes as drogas iam procurar prestígio em ervas nativas, evocadoras de segredos guardados pelos primeiros donos da terra. Dessa espécie era o Elixir Depurativo de Mauro Sayão, do qual os fabricantes encareciam o sucesso em virtude de terem sido vendidas, como garantiam, 3 523 garrafas em dois meses. A fórmula lembrava um decassílabo de poema indianista: suma, salsa, caroba e japecanga.

Outras composições, ecléticas, aliavam a simplicidade indígena à sugestão de requintes europeus: como Vinho de Quina, Calumba e Absinto, aconselhado “para convalescença das febres e nas moléstias do estômago”.

As referências a vinho e absinto facilitam a transição para cafés e confeitarias. Quem vem do Largo de São Francisco, encontra à sua direita, logo na esquina com Ouvidor, o Café de Java. Ali terá, se quiser, “mingaus de maisena e de araruta”; ou “comedorias finas e doces”; ou as delícias, hoje quase perdidas, de uma “especial canja de galinha e sopa de marmelo”. Se for mais intelectual, ou curioso, pode prosseguir até o Café de Londres, que fica do mesmo lado, entre as ruas Gonçalves Dias e Ourives. Ponto de encontro de jornalistas e políticos, é um centro de notícias, boatos e tertúlias. Se ainda aí não se sentir atraído, atravesse a rua — são quatro passos, se tanto —, pois em frente ao Londres está a Confeitaria Castelões, onde, aliás, também pode comprar bilhetes para o teatro. Se antes de se decidir a entrar quiser olhar duas confeitarias célebres da rua, tem logo ao lado a Confeitaria Francesa, de Joseph Cailtau. Pouco mais longe, voltando agora para o Largo de São Francisco e apenas transposta novamente a Rua Gonçalves Dias, está a Confeitaria Pascoal.

Se nenhum desses estabelecimentos o tentar, é porque prefere tomar o seu refresco em casa. Poderá comprá-lo perto. Em qualquer outro lugar seria um refresco banal. Mas na Rua do Ouvidor, que gosta de dar uma aura de refinamento a tudo que vende, ele terá o privilégio de adquirir, no n.º 126, a Imperial Orchata em Massa, fabricada desde 1840 por José de Sousa e Silva Braga,

substância “abundante em princípios emulsivos”, e que, “quando dissolvida em água, além de saciar a sede, é dos mais agradáveis calmantes para as febres e excitações nervosas”.

A Rua do Ouvidor tem preferências. No primeiro trecho, entre o mar e a Rua Primeiro de Março, que ela realmente repudia, que não pertence à sua elegância, fica o comércio bruto dos secos e molhados. Perto da Rua dos Ourives aparecem cabeleireiros, jornais, livrarias. Ali estivera a celebrada casa dos Desmarais e está o Bernardo. Ainda está, também no n.º 53, o velho Charles Guignard. Foi discípulo e caixeiro deste seu xará Charles Schmitt, que se tornou cabeleireiro do Paço, estabelecido por conta própria, desde 1876, à Rua Gonçalves Dias, e que regularmente, vestido a rigor, vai a São Cristóvão pentear a imperatriz e suas damas.

O jornal *O Cruzeiro*, que aparecera no primeiro dia de 1878, logo adquire casa na Rua do Ouvidor, n.º 63, e nela se instala. Também próximos estão o *Jornal do Comércio*, no n.º 61, e a *Gazeta de Notícias*, no n.º 70. As polêmicas em que estes dois se empenham poderiam ser travadas, de sacada para sacada, sem levantar a voz.

Transposta a Rua dos Ourives vem a maioria das casas de modas. Daí até o Largo de São Francisco é o trecho de maior animação. Nele se admiram os mostruários luxuosos, de madeira de lei, com primorosos trabalhos de talha. São de jacarandá, peroba, pau-cetim, divididos em dois ou três caixilhos, pois ainda não existem os grandes vidros inteiros das vitrinas modernas.⁽¹⁷⁾ Exibindo-se, faiscam jóias em estojos de veludo ou, pouco menos que jóias, acumulam-se, artisticamente dispostas, rendas, fitas, leques, bordados, luvas e plumas de entontecer.

Os interiores das lojas quase não variam. Armações, também caprichosamente trabalhadas, vão até o teto. Junto a elas, paralelamente, estendem-se os balcões, com o tampo forrado de pelúcia. Ao pé destes, como as senhoras fazem as compras sentadas e não saem sozinhas, alinham-se as cadeiras austriacas, numerosas, para toda a família.

Quanto ao pecado, localiza-se entre Gonçalves Dias e o Largo. Evidente que ele pode estar em qualquer ponto da rua; mas ali é a sua morada oficial. Coincide com a das artistas francesas,

(17) ERNESTO SENA, *O velho comércio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Garnier, s. d., p. 5.

que preferem residir nesse ponto, próximo ao teatro a que pertencem, o Alcazar, situado no lado par da Rua Uruguaiana, entre as ruas do Ouvidor e Sete de Setembro. É verdade que a grande época do Alcazar já passou; é verdade que Mlle. Aimée, que virou tantas cabeças e algibeiras, há muito regressou a Paris; é verdade que aquele centro da opereta francesa, da cançoneta *grivoise* e do *cancan* fechará as portas dentro de dois anos. Mas isto a Rua do Ouvidor ainda não sabe. E as francesas que nela continuam, se não têm o renome de Mlle. Aimée, talvez não tenham menos encantos.

Nesse trecho da Rua do Ouvidor há, ainda, dois hotéis. Muitos outros tem a rua. Pequenos, como devem ser o Hotel de Sintra ou o Hotel do Comércio, nos sobrados dos n.º 33 e 24, ou o Hotel Particular, no n.º 50. Ou um grande estabelecimento, como o Hotel da Europa, na esquina de Carmo com Ouvidor, que ainda pretende ser o primeiro do Rio. Aqueles dois, contudo, perto do Alcazar e de suas artistas, no ponto mais em evidência da Rua do Ouvidor, têm uma notoriedade, digamos, boêmia; uma reputação, digamos, alegre, realçada pelo sorriso com que deles se fala, por olhares quando neles se fala, e até pelo silêncio dos que neles não falam.

Um, o Hotel des Frères Provençaux, é na Rua Gonçalves Dias n.º 79, esquina da Ouvidor, mesmo no ponto dos bondes de Botafogo. O outro, o Hotel Ravot, fica entre Uruguaiana e o Largo de São Francisco, no n.º 149, um grande sobrado em que habitou o visconde de Cachoeira.

São ainda os contrastes da Rua do Ouvidor. Bem em frente ao Ravot está a Notre Dame de Paris, freqüentadíssima por senhoras. Não longe do Provençaux, nos números 40/42 da Rua Gonçalves Dias, funciona o conhecido Colégio Vitório, onde depois foi o prédio da Associação Comercial.

As senhoras que vão a compras na Notre Dame, não deixam de arriscar, para o Hotel Ravot, um olhar scandalizado por fora mas curioso por dentro. Por sua vez, os rapazes, alunos do Colégio Vitório, não deixam de passar pela Rua do Ouvidor, de lhe sentir a atração, de abrir com os olhos — talvez curiosos por fora e scandalizados por dentro — as janelas do hotel da esquina, o Frères Provençaux. Um deles, mocinho de quase quinze anos, está concluindo os estudos para ingressar na Faculdade de Medi-

cina. É franzino, tem nome comprido e sonoro, contribuirá como poucos para manter o prestígio da rua célebre: Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac.

Tudo isso faz o encanto especial e único da Rua do Ouvidor: a sua variedade, o seu movimento, os seus contrastes. A ela se vai para fazer compras ou para vê-las fazer; para adquirir um vestido novo e depois para exhibi-lo; para namoro ou encontro de amigos; para conversar, debater o assunto do dia, colher a última notícia, espalhar o último boato; ou, simplesmente, para ver e ser visto. Vendem-se mercadorias, armam-se combinações políticas, lêem-se sonetos, transmitem-se confidências, trocam-se olhares.

O mundo literário também a elegeu como centro. Rapazes de jornal acotovelam-se nos cafés, escritores conhecidos freqüentam as livrarias. Graves sobrecasacas alternam com os longos vestidos de seda. Paletós curtos, calças de boca larga, colarinhos decotados, gravatas de nó imenso, os elegantes do dia agrupam-se nas esquinas, perfilam-se nas calçadas. De vez em quando a formosura de uma senhora da sociedade, ou a graça de uma artista do Alcazar, abrem pausas de silêncio intenso nas conversas masculinas. Passa, sorriso largo, charuto nos dentes, a figura espadáuda de Rafael Bordalo Pinheiro. À porta das lojas, caixeiros atarefados e mesu-reiros, para o exame das freguesas que desejaram ver a fazenda "na luz", desdobram peças de seda, linho, madapolão, cassa, morim, percale ou "nanzouk".⁽¹⁸⁾ Vendedores de loteria oferecem a fortuna. Poetas inéditos, perseguindo a glória, coletam assinatura para a publicação do livro de estréia. Aumentando a confusão na rua estreita, desfilam também veículos. Ora tîlburis, ora "bispos", que são, esclarece um cronista da época, "pequenas vitórias arrastadas por um burro magro". Um *coupé*, conduzindo personagem oficial que atrai cumprimentos das calçadas, vem a passo, seguido de uma ordenança a cavalo.⁽¹⁹⁾ Ferreira de Araújo, sorridente, é centro de uma roda, à porta da Castelões. A eterna criança condenada a ir com a mãe ao dentista, encalorada, dentro da roupa de veludo, desespera-se por um brinquedo ou um cho-

(18) V. anúncios no *Almanaque Laemmert para 1879*. Rio de Janeiro, Liv. Laemmert, v. II, p. 123.

(19) AMENÓPIS EFÊNDI, (Ataliba Lopes de Gomensoro), crônica in *A Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 14.6.1878.

colate. Discreto, ainda moço, sai de uma livraria o cronista máximo da rua e do Rio, Machado de Assis.

* * *

Assim era a Rua do Ouvidor, em 1878, quando um livro a abalou e a toda a cidade que ela resumia, como antes ou depois, guardadas as proporções, nenhum outro o conseguiu. Foi ele *O primo Basílio*, de Eça de Queirós.

O primo Basílio *chega à Rua do Ouvidor*

O primo Basílio foi posto à venda, em Portugal, no dia 28 de fevereiro.⁽¹⁾ Em abril, já amplamente lido no Rio de Janeiro, aqui provocava polêmica nos jornais e ensejava até ameaças de bordoadas.

Uma das revistas da cidade, em número de 5 de abril, publicava o seguinte tópico:

Encarecendo o merecimento do romance *O primo Basílio*, de Eça de Queirós, dizia antontem no ponto dos bondes um cavalheiro a uma dama:

— V. Ex.^a não faz uma idéia! Que verdade, que estudo e que observação tem *O primo Basílio*! Tudo aquilo são cenas que podem um dia acontecer entre mim e V. Ex.^a.⁽²⁾

Entre as muitas razões para o sucesso do romance estava o escândalo que causou pela audácia de certas passagens. Esse aspecto escandaloso seria exatamente o mais glosado nas seções humorísticas e daria causa a restrições, até entre admiradores do livro.

Na *Gazeta de Notícias*, do dia 12 do mesmo mês, aparecia, encimado pelo título do romance, um folhetim inteiro sobre ele. Era assinado apenas por uma letra — L. — que talvez encobrisse Ferreira de Araújo.⁽³⁾

(1) LOPES DE OLIVEIRA, *Eça de Queirós*. Lisboa, Vida Mundial, 1944, p. 115.

(2) *O Besouro*, 6 de abril de 1878, p. 6.

(3) J. GALANTE DE SOUSA, *Fontes para o estudo de Machado de Assis*. Rio de Janeiro, INL, 1958, p. 20, admite a possibilidade de ser de Ferreira de Araújo uma crônica publicada, sob a inicial L., na *Gazeta de Notícias*, em novembro de 1876.

Desde logo assinalava o êxito que o romance estava obtendo, pois "dias depois de anunciado era lido com avidez pouco usada para com a generalidade dos livros escritos em língua portuguesa; exceção salva de Herculano e Garrett, Alencar e Macedo".

Nessa ressalva paritária, havia sobretudo cautela para com admirações tradicionais, nativas e lusas. Mas falar em avidez na leitura de Herculano e Garrett era positivamente exagero.

Procurava o crônista destacar o aspecto mais saliente do livro: "o que sobremodo nos fascina, seduz, atrai, eleva e por assim dizer nos enleia é a forma". Fazia restrições, porém, à crueza de certas passagens, para concluir: "E por causa do "Paraíso" a obra perde muito do seu grande valor."

As mesmas passagens, no entanto, possivelmente inspiraram a Rafael Bordalo Pinheiro uma "charge" que apareceu, no dia imediato, em *O Besouro*.⁽⁴⁾ Nela se via uma senhora jovem, bonita, trazendo pela mão um peralvilho, trajado à última moda, para apresentá-lo a um senhor já de idade, o marido, tipo de fazendeiro bonacheirão, de chapéu desabado, barba "passa-piolho" e chinelas. O título era: "Depois da leitura de *O primo Basílio* de Eça de Queirós". E a legenda:

— M.^{me} — O primo Quineas que volta de Paris.

— O Comendador (à parte) — Mau... Maul"

No dia 16 de abril o jornal *O Cruzeiro* publicava a crítica de melhor qualidade literária que apareceu sobre o livro, no Brasil e em Portugal. Era desfavorável, severa, firmada por Eleazar. Tratava-se de pseudônimo novo, aparecido nesse ano de 1878; e com o qual fora firmado, naquele próprio mês de abril, no mesmo jornal, a fantasia "Um cão de lata ao rabo".⁽⁵⁾ Apesar disso não houve dúvida, desde logo, quanto à identidade do crítico: Joaquim Maria Machado de Assis.

As censuras de Machado tiveram grande repercussão. Entre os admiradores de Eça de Queirós, dois, pelo menos, acudiram a defender o livro. O primeiro foi S. Saraiva, cujo artigo — "Ainda

(4) *O Besouro*, 13 de abril de 1878, p. 9.

(5) J. GALANTE DE SOUSA, *Bibliografia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro, INL, 1955, p. 29-30 e 504.

o primo Basílio" — apareceu na *Gazeta de Notícias* de 20 de abril. O segundo defensor, Amenófis Efêndi, respondeu a Machado em 24 de abril, também na *Gazeta*, em uma das "Cartas egípcias" que então ali publicava. A desse dia tinha como subtítulo: "Eleazar e Eça de Queirós — Um crítico do primo Basílio".

Machado de Assis, sempre como Eleazar, replicou a ambos os contendores no dia 30, pelo *Crusoeiro*, mas advertiu que não voltaria ao assunto. Amenófis Efêndi ainda insistiu, na *Gazeta de* 3 de maio, porém Machado de Assis cumpriu a promessa de silêncio.

Quem eram os contraditores de Machado nessa polêmica que ficou célebre? Qualquer obra especializada consigna, hoje, o verdadeiro nome de Amenófis Efêndi. Mas quando apareceram os seus folhetins, poucos deviam saber quem se escondia sob tal pseudônimo. Tanto assim que *O Besouro*, em 29 de junho de 1878, dedicava à revelação de sua identidade uma página de caricatura, assinada por Bordalo Pinheiro. "Radamés, Radamés, já sei quem és", dizia-se no alto da página. E no fim vinha a informação: Amenófis Efêndi era "o doutor de Gomensoro", de quem se publicava o retrato entre hieróglifos.

O Dr. Ataliba Lopes de Gomensoro, médico então bastante conhecido, dava-se também às letras e à sociedade. Entre outros artigos, na época, publicou alguns sobre a Rua do Ouvidor. Em um deles informava o horário supremo da rua: das 3 às 5 da tarde. Devia realmente ser, pois o Dr. Gomensoro, homem elegante, que morava na aristocrática Rua Senador Vergueiro, fazia questão de acentuar, nos anúncios profissionais, que só atenderia os clientes, em seu consultório à Rua da Candelária n.º 18, das 12 ... às 3 da tarde.⁽⁶⁾

Era oculista, e a nota curiosa é que tratou de Machado de Assis, nesse mesmo ano de 1878, segundo se vê de notícia da *Revista Ilustrada*: "graças ao Dr. Ataliba Gomensoro está quase restabelecido de um gravíssimo incômodo, que o ia privando da vista do olho direito, o ilustrado Sr. Machado de Assis".⁽⁷⁾

Embora Machado, na polêmica, tenha deixado transparecer alguma irritação contra o médico-literato, com ele devia manter

(6) *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 29 de maio de 1878.

(7) Cf. RAIMUNDO MAGALHÃES JR. *Machado de Assis, esse desconhecido*, op. cit., p. 308.

relações já antigas, admite Raimundo Magalhães Jr. Em 1864 criticara, favoravelmente, duas peças do Dr. Ataliba, então ainda acadêmico.⁽⁸⁾

Com relação ao segundo opositor de Machado, o caso é menos claro. Tancredo de Barros Paiva não registra S. Saraiva como pseudônimo. Também não o faz Antônio Simões dos Reis, quer nas suas coleções de pseudônimos, quer na *Bibliografia brasileira de Eça de Queirós*. Igualmente não o faz Galante de Sousa nas *Fontes para o estudo de Machado de Assis*. Nesta extraordinária obra de pesquisa, inúmeros são os pseudônimos revelados. Mesmo quando a identidade não é consignada, há a indicação de se tratar de pseudônimo. Ao mencionar Amenófis Efêndi, logo Galante de Sousa esclarece, entre parêntesis: pseudônimo de Ataliba Lopes de Gomensoro. Mas no item anterior, ao tratar do artigo firmado por S. Saraiva, não consigna qualquer dessas indicações: "S. Saraiva. "Ainda o primo Basílio". *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. 20-abril-1878".⁽⁹⁾

Elói Pontes, todavia, recordando os nomes que compunham, na época, a redação da *Gazeta de Notícias*, escreveu: "Henrique Chaves, o Henrique Chaves que todos aplaudiram como intrépido e fulgente comentador, cronista, crítico e polemista, tesouro inextinguível de verve, domina no teatro. É o S. Saraiva."⁽¹⁰⁾

Não obstante, em outra obra notável é dedicada exatamente ao teatro, Galante de Sousa, no verbete relativo a Henrique Chaves, não menciona S. Saraiva como sendo um dos seus pseudônimos. Refere porém três outros, que Chaves usou na *Gazeta de Notícias*.

Não parece deva haver dúvida quanto a se tratar de pseudônimo. Se afirmação, nesse sentido, só conhecemos a de Elói Pontes — que certamente a fez com fundadas razões —, não conhecemos qualquer notícia biográfica de S. Saraiva. De que era pseudônimo encontramos ainda indicação na seguinte quadra que O Besouro publicou em 1.º de junho de 1878:

*Dão-se jóias de valor
Avaliadas pelo Paiva,*

(8) Id., *ibid.*

(9) J. GALANTE DE SOUSA, *Fontes para o estudo de Machado de Assis*, op. cit., p. 22, itens 80 e 81.

(10) *A vida esuberante de Olavo Bilac*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1944, v. 1, p. 171

*A quem disser no Cassino
Quem é o S. Saraiva.*

O Cassino mencionado era evidentemente o Teatro Cassino, que ficava onde está hoje o Carlos Gomes. O autor da quadra, em comentário, previa que a resposta seria dada por alguém, “bela e loura” — atriz, provavelmente, daquele teatro.

Também em *O Besouro* se colhem elementos que permitem deduzir ser S. Saraiva pseudônimo de Henrique Chaves. Na coleção dessa revista, notavelmente ilustrada por Bordalo Pinheiro, a lista dos redatores e colaboradores está logo no início, à página III. Não é disposta por ordem alfabética e dela faziam parte nomes, como os de Ferreira de Araújo e José do Patrocínio, tão conhecidos, pelo menos, quanto o de Henrique Chaves. Não obstante é o deste que figura em primeiro lugar, circunstância que tornaria natural presumir ser ele o principal redator. Tal presunção é, aliás, confirmada por Galante de Sousa, ao informar que Henrique Chaves “com Bordalo Pinheiro empreendem aqui a publicação de *O Besouro*”.⁽¹¹⁾

Ora, na p. 86 da coleção há referência a “S. Saraiva, o arrais”. Em outros números da revista são muitas as menções ao “arrais da casa”, a “*O Besouro* e seu arrais” e “ao nosso homem do leme”.⁽¹²⁾ O arrais, isto é, o patrão do barco, o homem do leme — vale dizer, o redator-chefe ou redator principal —, seria, portanto, S. Saraiva. Mas este nome não constava da lista de redatores; e dela constava, em primeiro lugar, o nome de Henrique Chaves, a quem esse fato e a informação de Galante de Sousa conferem a situação de redator-chefe ou redator principal. A conclusão, portanto, é que Henrique Chaves e S. Saraiva eram realmente uma só pessoa.

Acresce que Chaves, jornalista militante, sempre foi um apaixonado do teatro, a tal ponto que encontrou meios de residir em um deles, o Teatro Lírico, onde aliás veio a falecer, em 1910.”⁽¹³⁾ Em S. Saraiva havia a mesma paixão. “O arrais tinha cadeira certa no teatro”⁽¹⁴⁾, o que indicava ser também crítico teatral.

(11) *O teatro no Brasil*, op. cit., v. II, p. 175.

(12) *O Besouro*, cit., p. 111, 143 e 163.

(13) J. GALANTE DE SOUSA, op. cit., p. 175.

(14) *O Besouro*, p. 171.

E realmente era, pois na *Gazeta de Notícias* de 18 de maio de 1878 pode-se ler, firmada por S. Saraiva, uma crítica da peça *Os lazarisistas*.

Do mesmo modo que com respeito ao Dr. Ataliba Gomensoro, as relações entre Machado e Henrique Chaves devem ter sido cordiais. Quando Artur Azevedo, em 1893, lançou o semanário *O Album*, uma característica da publicação (e que lhe justificava o nome) era estampar, em cada número, acompanhado de artigo biográfico, o retrato de uma personalidade conhecida. "Retratos em fototipias", como esclarecia com orgulho a revista, dela constituíam a única ilustração. O retrato de Henrique Chaves saiu em maio de 1893, no n.º 20, sendo o artigo correspondente firmado por Machado de Assis. Em 1900 Henrique Chaves era gerente da *Gazeta de Notícias*. E foi assim a ele, que teria sido o defensor, nesse mesmo jornal, 22 anos antes, de Eça contra Machado, que este, ao morrer o seu criticado de 1878, escreveu a carta na qual chamou a Eça de Queirós "o mais esbeltó e belo da família".

Se a polêmica entre Machado, S. Saraiva e o Dr. Gomensoro foi civilizada, o mesmo não ocorria entre outros que se ocuparam do *Primo Basílio*, e sobre ele, a crer nas referências da época, escreviam todos.

Em 28 de abril dizia um folhetim da *Gazeta*:

É um "tolle" geral. Todo o mundo escreve. É já prurido e têm notado os malignos que foi acabar a febre amarela e logo surgir o "basilismo". É bom o primo Basílio? É mau? É sério? É decente? É imoral? Tudo é problema, e como todos discutem, nenhum se entende. Já da China e do Egito nos veio remessa de escritor para a lide, e um outro, que é talvez de Holanda, esparramou a tese "Qual é o maior defeito do primo Basílio?"

Na referência ao Egito era clara a alusão a Amenófis Efêndi; a menção à Holanda talvez se destinasse a Carlos de Laet, que não formava entre os admiradores do livro. Note-se que um neologismo já fora cunhado — "basilismo".

Dois jornais, *O Cruzeiro* e a *Gazeta*, que haviam publicado, respectivamente, a crítica de Eleazar e as respostas de Amenófis e S. Saraiva, francamente se desentendiam. *O Besouro* dirigia remoques a Eleazar. Comentando tais divergências, explicava alguém que se assinava D. Filho:

É causa desta quebra de relações entre eles, principalmente o *Primo Basílio*, que aqui apareceu como verdadeiro pomo de discórdia. Desde então não há um acordo entre os Srs. escritores; e o motivo é um e único: é que todos querem manifestar-se *sobre ele* — como se isso fácil fosse. Alguns já o tomaram completamente para o seu uso particular, e já agora o disputam como coisa que é de sua propriedade, deles: tal já escreveu 5 — cinco!! — estirados artigos a respeito, e ainda não está saciado e parece querer mais... Pois se é do seu uso particular, o *Primo Basílio*. (15)

Um tópico, na *Revista Ilustrada*, de Ângelo Agostini (n.º 109, de 27.4.1878, focalizava as três grandes questões do momento: dissolução da Câmara; emissão de papel-moeda e o *Primo Basílio*. Salientava, porém, que a última era a mais importante.

Igual ao fervor dos admiradores — entre os quais formavam geralmente os moços — era o dos adversários do livro e da nova escola. Assim *A Lanterna*, revista ilustrada que sucedera ao *Figaro*, logo no número inicial desancava o *Primo Basílio* com mais veemência do que espírito:

“O *Primo Basílio* não é um escândalo gordo, pesadão e indigesto, porque é um acervo de escândalos, de indigestões e de indignidade.” (16)

A isto se poderia verdadeiramente chamar, aplicando frase da vítima, “um resumo brutal que varria tudo”.

Talvez fossem críticas de tal ordem que exasperassem os “basilistas”, levando-os até ao desforço físico a que aludiu F. M. (Ferreira de Meneses?) no folhetim “A Semana”:

“O “basilismo” alastra por toda a parte, enriquecendo os livreiros... Ai porém de quem ousar dizer que o romance de Eça de Queirós é um exemplo d'immoralidades, ai delel que logo será esbordado”. (17)

Dos mais apaixonados não se mostrou Luís Andrade. Em folhetim intitulado “Palestra”, considerava o *Primo Basílio* “um excelente livro, um romance de sensação, de um interesse despó-

(15) *O Besouro*, de 4 de maio de 1878.

(16) Rio de Janeiro, n.º 1, de 17 de maio de 1878.

(17) *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, de 26.5.1878.

tico, admiravelmente arquitetado, cheio de belezas superiores e escrito com febre e encarniçamento”. Entendia, porém, que lhe faltava um ideal superior. Os tipos descritos, dizia, eram desconsoladores, infames uns, outros porque sofrem injustamente, parecendo até que o autor não se compadece deles. Quanto ao final do romance, fazia observação idêntica à de Machado de Assis: “o dito final é cínico como o do Padre Amaro, porém de menos alcance. Devíamos esperar que Eça de Queirós, como Zola pusesse as suas qualidades ao serviço da justiça...”

Quanto aos tipos, considerava Basílio falso. No comércio “seria impossível enriquecer”, pois “fugiria com o primeiro cheque que tivessem a ingenuidade de confiar-lhe. É positivamente um pelintra”. Luísa e Juliana lhe pareciam tipos de grande merecimento. O segundo “talvez sobrecarregado”. O primeiro “correto, justo, fotográfico”.⁽¹⁸⁾

É interessante não ter sido posto em relevo, por Luís Andrade, o personagem que se tornaria o mais conhecido do livro e de toda a obra eciana. Também não o foi por Machado de Assis e, de modo geral, pelos outros que, na época, se ocuparam do livro. O conselheiro Acácio talvez tenha parecido tão da vida, tão de todos os dias, que não foi logo notado como criação literária.

Na atoarda sobre *O primo Basílio*, não faltaram os poetas, sobretudo humoristas. Um deles, servindo a todos os gostos, em dois trabalhos publicados lado a lado, advertia entusiastas e maldizentes. Aos primeiros, assinando-se “Um bom guarda nacional”, falava “na vesga inspiração dos Eça de Queirós” — o que era forte; aos segundos, assinando-se “Um bom pai de família”, falava “na santa inspiração de um Eça de Queirós” — o que era demais.⁽¹⁹⁾

Grande motivo de inspiração, porém, era “a página 320”. Ela foi citada, assim, sem maiores explicações, inúmeras vezes, deixando ao leitor o trabalho — se dúvida tivesse — de ir verificar, no seu volume, o motivo da alusão.

Correia de Meneses, por exemplo, comunicava a seguinte “Resolução”:

(18) Id. de 23.4.1878.

(19) *O Besouro*, cit., p. 31.

Depois de ler o romance
De Eça — *O primo Basílio*
Já não deito mais idílio
Ao meu amor; que descanse...
Pois hei de agora n'um lance
Perder toda a minha "prosa"
Quando ali 'stá o segredo
De conduzir-nos sem medo
Onde todo o mundo goza?
Que ferro! P'ra (quê) maçar-me
Em fazer verso amoroso
Se nisso não está o gozo
Que deva enfim compensar-me?
Devo portanto atirar-me
À escola positivista;
Embora meu bem resista,
Ensinar-lhe em três lições
As mais "novas sensações"
De professor realista. (20)

Luis de Albuquerque, poeta que se destacou, mesmo na geração boêmia, pela intemperança, terminaria assim o caloroso apelo a um amor não correspondido:

Amo-te muito, morrerei te amando!
Depois que eu sumir, no eterno exílio,
Saudosa pensa em mim, de vez em quando,
E foge do teu primo... Olha o "Basílio". (21)

Muitos outros poetas glosaram o mote, mas, em geral, com pouca arte e menos espírito. Seria monótono e inútil transcrevê-los. Um houve, porém, ilustre, que colocou Basílio em soneto que tinha a sua marca habitual de perfeição. Desses versos, de Olavo Bilac, escritos mais tarde, trataremos em outro capítulo.

(20) *Almanaque Ilustrado do Mequetrefe, para 1881, cit., p. 76.*

(21) ELÓI PONTES, *A vida contraditória de Machado de Assis*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1939, p. 219.

A prosadores e poetas, na exaltação ou ataque ao livro, juntaram-se, já se viu, caricaturistas. Entre eles nenhum como Rafael Bordalo Pinheiro.

Bordalo viera para o Brasil ainda sem ter completado trinta anos. Já era então artista ilustre. Iniciador da caricatura em Portugal, publicara, entre outros trabalhos, duas coleções que causariam enorme repercussão, algumas vezes escândalo: "O calcanhar de Aquiles" e "A berlinda"; e duas publicações periódicas, *O Binóculo* e *A Lanterna*.

Foi ele, aliás, quem primeiro caricaturou Eça de Queirós, o que aconteceu em "A berlinda". Esta, esclarece Manuel de Sousa Pinto, "não é bem um jornal. A sua coleção, hoje raríssima, compõe-se de sete grandes folhas ou *páginas*, litografadas só de um lado, e subtintuladas: *Reproduções d'um álbum humorístico ao correr do lápis*". (22)

A sétima e última das folhas, que se vendiam avulsas e eram publicadas irregularmente, intitulava-se "Conferências democráticas". Datada de julho de 1871, focalizava o rumoroso fechamento das célebres Conferências do Cassino, das quais Eça fora um dos promotores e participantes.

É uma dessas folhas, quase centenária, presente com que o acaso favorece, às vezes, os colecionadores, que o autor desdobra diante de si ao escrever estas linhas. Mede 0,511 de largura por 0,390 de altura. Nela está em cinco colunas, sentido horizontal, a história das Conferências, até a sua proibição pelo marquês d'Ávila. Eça é representado várias vezes, inclusive socando, com o pilão do "realismo", figuras que se acumulam no almofariz do "idealismo"; e, no fim, aparece de rolha na boca.

Tendo feito a primeira caricatura de Eça de Queirós, fez também a última. Em "A Paródia" desenhou o enterro do escritor, inclusive o carro fúnebre, que ele, Bordalo, fraternalmente ornamentara. Vêem-se ainda o Paula dos móveis e Acácio. A um canto, curva-se, curiosa, a sombra de Eça de Queirós, que trava com "Zé-Povinho" o seguinte diálogo:

— Quem morreu? Algum burocrata, algum comerciante, algum banqueiro? De quem é este enterro?

— É o seu.

(22) MANUEL DE SOUSA PINTO, *O caricaturista Rafael Bordalo Pinheiro*. Lisboa, Liv. Ferreira, 1915, p. xxxvi.

- O meu!
- Como lhe digo. Pois não reconhece os seus colegas?
- Os meus colegas? São todos cônsules?

Fosse por espírito de aventura ou porque a voga das publicações ilustradas, aqui, lhe oferecesse maiores oportunidades, Bordalo resolveu, em 1875, vir para o Rio de Janeiro. Colaborou primeiro em *O Mosquito*, depois lançou o *Psitt!!!*, que durou apenas 9 números. Em 1878 apareceu *O Besouro*, terceira e última revista em que trabalharia no Brasil. Cessada a publicação, em 1879, regressou no mesmo ano a Portugal.

Bordalo era jovial, impetuoso, extrovertido. Das suas aventuras no Rio, da vida que levou em divertidas “repúblicas”, quer na Rua do Senado, quer em outra, suntuosa, nas Laranjeiras, ficou memória quase lendária. Uma vez um parlamentar, certo irritado com as audácias do seu lápis, declarou, na Câmara, que, ao português intelectual, preferia o que aqui desembarcava para o trabalho rude, na sua jaleca de trinta botões. Bordalo mandou então fazer um casaco azul, com trinta enormes botões de madre-pérola e assim de azul e calças brancas — as cores portuguesas de então — exibiu-se na Rua do Ouvidor, à hora de maior movimento. O incidente deu causa a uma peça e certamente também à sociedade dançante “Trinta botões”, que em 1878 anunciava pelos jornais as suas festas. Outra vez, conta-se, Bordalo teria roubado da ante-sala do camarote imperial, no Teatro Lírico, as botas de Sua Majestade. Dom Pedro foi obrigado a sair do teatro como assistira ao espetáculo: digno, mas de chinelas.

Bordalo já devia conhecer pessoalmente Eça de Queirós, de quem seria, ao regressar a Portugal, companheiro de ceias boêmias. Mas conhecesse ou não, o fato é que se revelou um dos mais ardorosos admiradores e propagandistas do *Primo Bastião*. Das páginas ilustradas que lhe dedicou, já falamos de algumas e de outras ainda falaremos. Mas ainda por outros modos Bordalo encontrou meio de aumentar a celeuma em torno do livro. *O Besouro*, cuja redação, como de esperar, ficava na Rua do Ouvidor, em um sobrado, possuía uma preguiça na janela. Exato, uma preguiça. Viva, naturalmente. Disse alguém, comentando o caso, que “a preguiça começava às nove da manhã a subir por um mastro erguido da sacada, chegava ao topo do mastro ao meio-dia,

e tornava a descer de modo que ao cair da tarde estava outra vez no ponto de partida".⁽²³⁾ Se havia mastro, não podemos garantir. Talvez a fantasia do narrador se tenha acrescentado à de Bordalo. Mas que existia a preguiça não há dúvida. A ela são feitas várias menções na revista. Pois um dia, por certo preguiçosamente, morreu o animal. O *Besouro* deu notícia tarjada de preto, publicou desenho da preguiça no seu leito de morte. Passam-se semanas e novo bicho aparece na janela. Agora é um macaco; "quase um gorila", diria o cronista português já transcrito. E esse macaco tem nome, que a revista anuncia. Chama-se "Basílio". Conta-se que o macaco às vezes fugia e punha a rua em polvorosa. Ou lançava projéteis, de toda a ordem, sobre os transeuntes. Tudo isto, que escandalizava muitos e divertia outros tantos, passava-se em plena Rua do Ouvidor, no seu ponto mais elegante, pelas alturas da Rua Gonçalves Dias, pois a revista, que começara no n.º 50, se transferira para o n.º 130.

O sucesso do livro e seu autor tornavam a menção a qualquer deles chamariz seguro para o que quer que fosse.

Nesse ano de 1878, imprimira-se em Recife, sem indicação de autor e sob o título *Leitura para homens*, um "ensaio histórico, filosófico, moral e arqueológico" sobre "cultos indecentes e costumes obscenos".⁽²⁴⁾

Pois obra de tão sólida cultura e elevados propósitos não desdenhou de se amparar no prestígio do romance. O *Diário do Rio* de 31 de maio de 1878 dela publicou um anúncio que assim terminava: "Todos os homens devem comprar, pois é *uma irmã* do Primo Basílio."⁽²⁵⁾

Continuavam os artigos, de ataque ou de louvor, não raro degenerando em discussões ásperas. Dos "remoques" a Machado de Assis, em *O Besouro*, já houve menção, usando-se, aliás, referência constante da própria revista. Não tiveram, porém, o tom agressivo tão comum na época. Transcrevemos um deles, assinado "O Mateus Aguiar" em que há alusões a trabalhos de Machado.

(23) GUILHERME D'AZEVEDO, "Rafael Bordalo Pinheiro", in *O Contemporâneo*. Lisboa, Ano 5 (1876?) n.º 77.

(24) TANCREDO DE BARROS PAIVA, *Achegas a um dicionário de pseudônimos*. Rio de Janeiro, J. Leitão, 1929, verbete 1.363, p. 182.

(25) Cf. *O Besouro*, de 8.6.1878.

Pelo menos a dois deles, "Antes da missa" e "Filosofia de um par de botas", que haviam sido publicados recentemente:

DEPOIS DA MISSA

Depois daquele par

Eleazar

faz tudo agora aos pares:

fez as *botas* — fez as *damas*

— umas coisas singulares.

Qualquer dia Eleazar

deita um par

de *damas*

bem românticos e iguais:

um drama duma Francisca

com duas mães e dois pais.

E Eleazar

que, depois daquele *par*

de botas tão singulares,

tão bem *risca* e tanto à *risca*

enredando tudo aos pares,

Eleazar

é capaz de dar

um par

de maridos à Francisca. (26)

Em geral as alusões a Machado de Assis não eram feitas sem trocadilhos, o que mostra como o visado devia usar e abusar deles. E quando um trocadilho era terrível, consideravam-no "feito a machado".

Trocadilho demolidor foi considerar alguém que o personagem do momento, pela facilidade que tinha em extrair artigos e polémicas, não devia ser "Basílio" e sim "Basilicão"... O autor dessa barbaridade desabafava: "Isto não é romance, é uma epi-

(26) *O Besouro*, 11.5.1878, p: 43

demia... Ele é no Castelões, e no ponto das Barcas, e no hotel, e na rua, e no teatro, e em toda a parte — o primo Basílio e o Sr. Eça de Queirós.”(27)

Bordalo Pinheiro também incluiu Machado em uma de suas charges. Intitula-se “Literatologia” e representa o casamento de *Iaiá Garcia* com *Mota Coqueiro*, romances que Machado de Assis e José do Patrocínio acabavam de publicar. Iaiá Garcia, embora dando a mão a Mota Coqueiro, parece de fato interessada é no primo Basílio, que está ao lado, em rigor de janotice. No último plano, um tanto esbatidas, distinguem-se as figuras dos pais dos nubentes, Machado e Patrocínio.

Assinale-se, a propósito, que embora juntos nessa página em que também figurava o primo Basílio, juntos não estavam, todavia, Machado e Patrocínio, na opinião quanto ao livro. Se Machado lhe fizera restrições profundas, Patrocínio era ardente “basilista”. Araripe Júnior, ao falar da “febre” que a obra de Eça provocara nos moços, destacou Patrocínio. Descreve-o no Café de Londres, no máximo de entusiasmo, a celebrar Eça de Queirós e o seu romance”. (28)

Com tanto alarido, a vendagem do livro, no Brasil, tinha de ser enorme. Aqui se mencionou, na época, que ele saía aos milhares. No entanto, em novembro de 1878, escrevia o autor a Ramalho: “Do Primo Basílio foram vendidos até agora 3.000 exemplares, que eu saiba.”(29)

Ora, esses três milheiros teriam sido insuficientes, mesmo apenas para o Brasil. Talvez Eça admitisse que o milheiro de Chardron pudesse ser superior a mil, e daí o “que eu saiba”. A explicação mais provável, porém, é outra: aqui, no Rio, aparecera logo, em dois volumes, “uma contrafação do *Primo Basílio*”.(30) É a primeira contrafação conhecida da obra eciana. Não fazia mal fossem insuficientes os livros de Chardron. Era só um aviso rápido, movimentavam-se as máquinas, e sem as delongas transatlânticas havia sempre exemplares para atender à procura incessante.

(27) Id., 4.5.1878, p. 35.

(28) Cf. ELÓI PONTES, *A vida exuberante de Olavo Bilac*, op. cit., v. 1, p. 266.

(29) *Novas cartas inéditas de Eça de Queirós*, Rio de Janeiro, Alba, 1940, p. 36.

(30) *O primo Basílio*. Rio de Janeiro, Tipografia Central de Evaristo da Costa, Travessa do Ouvidor 28, 1878, 2 v., 349-384 p.

Dissemos ter a contrafação aparecido logo, porque reproduziu a 1.^a edição e não a 2.^a, lançada no mesmo ano, provavelmente em outubro, e que, a julgar pelos trechos iniciais, introduziu modificações numerosas, embora ligeiras.

Celebrado por uns, até o delírio, como superobra-prima; repellido, por outros, como o máximo de abjeção; alvo de polêmica; motivo de pancada; objeto de edição clandestina —, só faltava, para completar a consagração do *Primo Basílio*, que ele fosse levado ao palco. Mas também isso aconteceu, e aconteceu em duas peças, ainda em 1878 e ainda no Rio de Janeiro.

Eça nos teatros do Rio em 1878

O Rio de Janeiro foi a primeira cidade em que se representou Eça de Queirós.

Menos de seis meses depois do aparecimento de *Primo Bastião*, aqui foram levadas à cena a versão teatral do romance e ainda outra peça, que nele se inspirou. Uma terceira foi escrita, também em 1878, mas não nos consta tenha sido representada.

Os principais teatros então em funcionamento eram o São Pedro, o Ginásio, o Cassino, o Alcazar, o Variedades, o São Luís, a Fênix Dramática e o D. Pedro II. O São Pedro — por extenso, o Imperial Teatro São Pedro de Alcântara — fica na Praça da Constituição, hoje Tiradentes, mas que todos então se obstinavam em continuar chamando, simplesmente, o Rossio. Nasceria Real Teatro de São João, “em obséquio do nome do Príncipe Regente, Nosso Senhor”, como disse o incorrigível palaciano que foi o padre Perereca.⁽¹⁾ “Traçado com gosto e constituído com magnificência”, inaugurou-se a 12 de outubro de 1813, para comemorar o aniversário de D. Pedro, então príncipe da Beira.⁽²⁾

Tornou-se palco também de agitações políticas, pela época da Independência. Pegou fogo três vezes. O povo, para justificar tão repetidos desastres, lembrava o sacrilégio de terem sido usadas, na construção de uma casa de cômicos, peças de cantaria destinadas à Sé Nova, que se pretendia erguer no Largo de

(1) LUIS GONÇALVES DOS SANTOS (padre Perereca), *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro. Ed. Zélio Valverde, 1943, v. 1, p. 414.

(2) Equivocou-se LAFAYETTE SILVA, ao mencionar que a inauguração se deu “a 12 de outubro de 1813, aniversário de D. João” (*História do teatro brasileiro*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1938, p. 27). O natalício de D. João era a 13 de maio, dia “no qual, por felicidade da nação portuguesa, o céu nos concedera o nosso augusto Príncipe Regente, o senhor D. João”, como escreveu ainda o padre Perereca (op. cit., p. 252).

São Francisco. No tempo do prefeito Prado Júnior, a reconstrução que sofreu mostrou que a maldição não findara.

O Ginásio Dramático e o São Luís estão quase juntos na Rua de Sousa Franco, antes e atualmente Rua do Teatro, ambos com saída também para a Rua Sete de Setembro. Acham-se tão próximos que às vezes se ouvem, em um deles, os aplausos que irrompem no outro. Dos dois o mais recente é o São Luís. Inaugurado em 1.º de janeiro de 1870, fora construído por Furtado Coelho. O Ginásio era bem mais antigo. A construção inicial, quando se chamou Teatro de São Francisco de Paula, datava de 1838. João Caetano reconstruiu-o em 1846. Passou a chamar-se Ginásio Dramático em 1855.

O Variedades ⁽³⁾, que nascera Variétés em 1877, está situado no fundo da Rua do Espírito Santo, hoje Pedro I. Nacionaliza o nome em princípios de 1878, mas por pouco tempo, pois no fim desse mesmo ano passa a se chamar Brazilian Garden. Em 1880 tornou-se Recreio Dramático ⁽⁴⁾ e apenas como Recreio chegou até nós, já que era impossível conservar-se dramático com todas as revistas alegres de que foi palco.

O Cassino está igualmente na Rua do Espírito Santo, mas logo no início, do lado direito. Fora antes o Cassino Franco-Brasiliense. Depois seria o Teatro Santana. Atualmente ali se ergue o Carlos Gomes.

O endereço do Teatro da Fênix Dramática é Rua da Ajuda n.º 59 ⁽⁵⁾, localização correspondente à do Teatro Fênix que existiu e desapareceu em nossos dias.

O Teatro Francês — designação oficial, pelo menos em 1878 — é o nome pelo qual ninguém conhece o Alcazar Lyrique ou, como todos o chamam, o Alcazar, *tout court*, de saracoteante memória. Agita-se na Rua Uruguaiana, do lado direito de quem se dirige para o Largo da Carioca, mais ou menos no meio do

(3) Também tiveram o nome de Variedades (Variedades Dramáticas), no Rio, pelo menos dois outros teatros: a Fênix Dramática, no período de 12 de abril a 6 de maio de 1888; e, a partir do mesmo ano, o teatro que existiu onde é hoje o Cinema São José, teatro esse que se inaugurou com o nome de Príncipe Imperial, mudou para Éden Fluminense em 1886, para Recreio Fluminense no ano seguinte, para Variedades Dramáticas em 1888, e foi ainda Moulin Rouge antes de se fixar, em 1903, no nome de São José (Cf. LAFAYETE SILVA, op. cit., p. 78-9).

(4) Id., p. 68

(5) *Almanaque Lacmmerl para 1878*, cit., p. 489-90.

quarteirão compreendido entre as ruas do Ouvidor e Sete de Setembro.

Também um outro nome — Teatro Lírico — substituíra, popularmente, a designação oficial do Teatro D. Pedro II, na Rua da Guarda Velha.

Tais casas de espetáculos têm muitas vezes características próprias, gêneros preferidos ou mesmo exclusivos.

No São Pedro sempre haviam predominado as formas nobres da tragédia e do drama, inclusive com João Caetano, e a da ópera, com as companhias estrangeiras. Quanto a esta modalidade, porém, o seu privilégio fora arrebatado, inesperadamente, pelo Teatro D. Pedro II, que principiara a funcionar em 1871. Construído pelo proprietário de um circo, o Olímpico, no mesmo local em que este funcionava, o Pedro II destinara-se a atividades circenses e teatrais. Para atender às primeiras é que havia duas largas portas laterais, destinadas a permitir a entrada das jaulas e demais equipamentos do circo. Acontece que logo se verificou possuir o novo recinto acústica perfeita. Não tardaram as companhias líricas a preferi-lo. Passou a ser naturalmente conhecido como Teatro Lírico, denominação que se oficializaria com a República. No ano em que estamos — 1878 — ali despertaria o maior entusiasmo a Companhia Ferrari, com Tamagne e De Sanctis.

O Ginásio, onde se representara a primeira peça de Alencar, é sobretudo teatro de dicção, drama ou comédia. Um cronista contemporâneo chegara a considerá-lo "o primeiro da Capital", propusera "a qualquer pena em disponibilidade" um livro que se intitulasse: "As noites do Ginásio". Esse mesmo contemporâneo evocou a saída do teatro, assistida sempre pelos galãs da época, saída que era "procissão de rendas, e seda, e leques, e véus, e diamantes, e olhos de todas as cores e linguagens".(6)

O Alcazar é diferente e único. Brejeiro, divertido, estonteante Alcazar, misto de teatro e café-concerto, principado da opereta, reino do *cancon*, possível deleite de bisavós, seguro pavor de bisavós! O Alcazar, em que se exibiram mais pernas do que pode ter um livro de páginas, esse não caberia nem mesmo em todas as páginas de um livro... Para as suas artistas, a imprensa de então criou um gentílico especial: "alcazarinas". Ninguém, depois

(6) MACHADO DE ASSIS, *A mãe e a filha*, cf. MÍRCIO TÁTI, op. cit., p. 160.

ou antes delas, com exceção possível dos arrecadadores de impostos do Sr. D. João v, extraiu do Brasil tanto ouro e tanta pedra preciosa.

O sucesso do Alcazar, atraindo imitadores, desencaminhou por algum tempo outros teatros fluminenses. A Fênix Dramática, quando começou, com os nomes de Eldorado, Recreio do Comércio e Jardim de Flora, tentou repetir o gênero do endiabrado teatro da antiga Rua da Vala. O Cassino teve o seu período de café-concerto, do que o salvou Lucinda Simões, segundo contou em suas *Memórias*.⁽⁷⁾

Exatamente no Cassino, cuja salvação, aludida, fora em 1877, acha-se em 1878 a Companhia Lucinda Simões — Furtado Coelho. Esses dois artistas, que são marido e mulher, representam *Demi-monde*, de Dumas Filho, mais uma vez a providencial *Moreninha*, de Macedo, e estréiam, sob grande expectativa, pois a peça fora antes proibida, *Os Iazaristas*, do escritor português Antônio Enes. Tudo isto em pouco tempo. Sendo numerosos os teatros, relativamente à população, é necessário que as peças mudem com frequência. Mesmo quando alcançam êxito, a carreira geralmente não é ininterrupta.

Sucesso como poucos é obtido por *Os sinos de Cornville*, que está sendo representada na Fênix Dramática e atinge, em 1878, 300 representações. Na Fênix, ocupada pela empresa Jacinto Heller, atuam dois celebrados cômicos: o Vasques, talvez o ator mais popular da época, e Silva Pereira.

O Alcazar desfila o seu alegre repertório, do qual *La fille de M.^{me} Angot* é uma das peças de resistência. Ali seria celebrado, pela Companhia, nesse ano de 1878, o centenário da morte de Voltaire. Deve ter sido a maior homenagem que lhe foi prestada, no mundo inteiro, pois provavelmente foi a única que teria feito Voltaire sorrir...

No Pedro II representa uma companhia da qual fazem parte Adelaide Amaral e o Martinho, também de enorme popularidade e que é irmão do Vasques.

A todo esse movimento teatral não podia faltar o *Primo Basílio*, que era no momento a sensação, palavra esta que então

(7) RAIMUNDO MAGALHÃES JR., *Ao redor de Machado de Assis (pesquisas e interpretações)*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1958, p. 132.

se empregava muito, exatamente por causa dele e da tal página 320.

Relembre-se que o livro fora posto à venda, em Lisboa, no último dia de fevereiro. Pois bem, nos primeiros dias de maio já se anunciava, no Rio, que uma peça, baseada no livro, subiria à cena ainda nesse mês. *O Besouro*, número de 18 de maio, mencionava que dali a uma semana, a 24, na festa de benefício do ator Silva Pereira, seria representado, na Fênix, o *Primo Basílio*.

O caso já fora objeto de comentário irritado em *A Lanterna*, na seção "Teatros":

Entre as outras diversas peças há vários Primos Basílios, por autores diversos. Para a Fênix há um, arranjado de propósito para o Silva Pereira, e quem Deus ajude, e o público também. Dos outros, um destina-se ao Cassino... (8)

Ainda no mesmo número, a revista, que era obstinadamente antibasilista, dizia, referindo-se à *Gazeta de Notícias*, que elogiava o romance:

... ela fez tudo o que tem feito e ainda por cima levou o Primo Basílio para o teatro. É verdade que o fez envergonhada. Meteu-se em um *coupé* à 1 hora da noite, mandou rodar até a porta de certa casa e aí, mostrando apenas a mão, empurrou o primo para dentro do corredor. E o estimado autor Silva Pereira ainda hoje ignora que foi a *Gazeta de Notícias* quem lhe meteu em casa o Primo Basílio.

Explicam-se as alusões: a peça, anunciada para o benefício de Silva Pereira, era de autoria de Ferreira de Araújo, que pontificava na *Gazeta de Notícias*. O jornalista, porém, não a assinara. Seria apresentada como "da autoria de uma hábil pena".

O curioso é que a referência à entrega furtiva da peça não foi feita apenas pela *A Lanterna*. Outra revista da época — a *Revista Ilustrada*, de Ângelo Agostini — também contou que, já de madrugada, uma carruagem parara onde morava o ator. Quan-

(8) *A Lanterna*, n.º 1, de 17.5.1878.

do este ocorreu, não pôde ver o rosto de quem a ocupava. Apenas viu a mão — mão feminina — que lhe fez entrega do manuscrito, enquanto uma voz — do mesmo sexo da mão — murmurava: “— Para a sua festa.” E logo a carruagem partiu, envolvida em mistério, segundo a melhor tradição dos folhetins da época.

Essa coincidência de versões afasta a idéia de uma fantasia por parte do primeiro articulista. O episódio deve ter mesmo ocorrido. Terá sido realmente uma tentativa de anonimato? Ou uma “partida” de Ferreira de Araújo, sempre jovial? Ou, ainda, uma antecipação dos modernos truques de publicidade, para criar expectativa em torno da peça?

Fosse o que fosse, não enganou a muitos, nem por muito tempo. *A Lanterna*, como se viu, logo mencionou a *Gazeta de Notícias*. E *O Besouro*, pelas alusões feitas ao comentar a peça, mostrou não ignorar ser Ferreira de Araújo o seu autor.

João Pedro de Andrade, em artigo sob o título “Eça e o teatro”, escreveu muitos anos mais tarde:

Já *O primo Basílio* fora adaptado (?) em terras do Brasil, como se vê por um prospecto litografado existente no Museu Rafael Bordalo e desenhado por este artista. Tratava-se de uma peça num ato (1), que no dito prospecto figura como “original duma hábil pena” e cujas únicas personagens eram: Basílio, Luísa, Juliana e o Conselheiro Acácio, para o caso crismado em comendador Batista! (9)

Perdeu esse escritor português dois parêntesis, um ponto de interrogação e pelo menos um de exclamação. Muito embora Galante de Sousa também mencione a peça de Ferreira de Araújo como sendo uma adaptação do romance(10), o fato é que se tratava apenas de um “a-propósito”, gênero então em voga, que focalizava episódio relacionado com um acontecimento qualquer da atualidade. Tratava-se, além disso, de uma peça cômica, o que não seria condizente com a versão teatral de uma história de cunho fundamentalmente dramático. Nem seria admissível, por outro lado, que a versão teatral do romance pudesse ser feita apenas com quatro personagens e em um só ato. Ato, aliás, que não podia

(9) in *Livro do centenário de Eça de Queirós*, op. cit., p. 685.

(10) J. GALANTE DE SOUSA, op. cit., v. I, p. 225; v. II, p. 56.

ser longo. Era comum, nos "benefícios", em que se procurava obter variedade no espetáculo, serem representadas duas ou mesmo três peças. Assim aconteceria na própria Fênix Dramática, naquele mês de maio, no benefício do Vasques, quando o espetáculo constou de uma peça em dois atos, de uma cena dramática e ainda de uma cena cômica.⁽¹¹⁾

A festa de Silva Pereira, inicialmente marcada para o dia 24 de maio, só foi realizada a 27, por ter adoecido a atriz Isabel Porto.⁽¹²⁾

Sobre a récita, limitou-se a *Gazeta de Notícias*, no dia 19, ao seguinte registro:

Esteve extraordinariamente concorrido o espetáculo que houve antes na Fênix em benefício do ator Silva Pereira, que recebeu inequívocas manifestações de apreço. O espetáculo agradou muito.

O *Besouro* deu notícias mais pormenorizadas, de que transcrevemos a maior parte:

O Primo Basílio

Comédia em um ato, original de uma hábil pena, representada pela primeira vez no Teatro Fênix Dramática em benefício do ator Silva Pereira (inédita — 78)

.....
A tal senhora "hábil pena", que, como abaixo se verá, não é a mesma que traduziu a *Volta* do Sr. Furtado, mas outra de igual qualificação, aproveitou com tanta graça o assunto, fez uma comédia tão viva, que podia ser assinada até pelo hábil Pena.

As diretoras do Colégio da Imaculada Conceição de Botafogo não poderão, porém, fazer representar esta composição pelas suas educandas no respectivo teatrinho.

.....
Quanto ao desempenho:

O Silva Pereira fez do Basílio um homem inteligente; não é papel para ele. Ao Sr. Filipe é que assentava como uma luva.

(11) *Gazeta de Notícias*, d: 3.5.1878.

(12) *Id.*, de 25.5.1878.

O Vasques estava no seu elemento e a Villiot nos seus elementos: medalhas e paixões.

A Sra. Isabel Porto só é portuguesa no nome; por isso não podia dar o tipo da Juliana.

No fim da representação chamaram a cena o autor.

Apareceu um médico.

— Bem! disse o público; curou-nos o *spleen*.

E aplaudiu o filho de Esculápio, que é pai da *Gazeta de Notícias*.

E retirou-se convencido de que o cartaz não mentia: a peça fora escrita por uma hábil pena. (13)

Ferreira de Araújo era, de fato, formado em medicina.

Artur Azevedo, com a dupla autoridade de teatrólogo e contemporâneo, deu testemunho sobre a natureza cômica da peça. E mais: falou na sua representação fora do Rio, informação absolutamente nova. *O Album*, em seu n.º 31, de julho de 1893, estampou o retrato de Ferreira de Araújo. No artigo que o acompanhou, escreveu Artur Azevedo, sob as iniciais A. A.:

Há aí quem ignore que Ferreira de Araújo é o Lulu Sênior do *Mosquito*, e das *Balas de estalo*, o José Telha dos *Macaquinhos no sótão*, o A. do *Jornal do Ausente*, o espirituoso escritor de tantas crônicas elegantes, de tantas novelas engraçadas e conceituosas, o autor daquele a-propósito cômico, o *Primo Basílio*, que fez as delícias das nossas platéias e escandalizou as de Campos dos Goitacases?

Já então estava sendo anunciado, e se encontrava em ensaios, no Teatro Cassino, um outro *Primo Basílio*. Este sim, é que seria a versão teatral do romance, em 5 atos e 9 quadros.

Um dos atores mais ativos da época, além disso empresário, autor, ensaiador, compositor, e até pianista, era Furtado Coelho, português, que em 1856 viera para o Rio. Aqui construiu dois teatros: o São Luís, a que já se fez referência e, mais tarde, em homenagem à esposa, a atriz Lucinda Simões, o Teatro Lucinda, na Rua do Espírito Santo.

(13) *O Besouro*, de 1.6.1878, p. 55.

Em 1878 a Companhia Lucinda Simões — Furtado Coelho ocupava o Cassino, como se mencionou, e era um dos melhores conjuntos da cidade.

A rapidez com que a versão foi concluída evidencia ter-se procurado aproveitar a repercussão obtida pelo livro e faz presumir que se tratava de obra encomendada. Quem deu a encomenda só poderia ter sido Furtado Coelho; quem a recebeu foi um rapaz bastante conhecido nos meios teatrais de então, Antônio Frederico Cardoso de Meneses e Sousa. Era filho de João Frederico Cardoso de Meneses e Sousa, que em 1884 seria feito barão de Parapiacaba.⁽¹⁴⁾

Paulista de Taubaté, bacharel em Direito, funcionário público, Antônio Frederico, que ainda não completara 29 anos, procurava conciliar os seus pendores artísticos com a burocracia. Embora tenha escrito e traduzido várias peças, destacou-se mais como músico. Era, afirma Artur Azevedo, um grande pianista. Compunha com extraordinária facilidade. Frequentemente pedia que lhe dessem apenas três notas e sobre elas improvisava em qualquer gênero.⁽¹⁵⁾ Compôs a música de peças que lograram grande sucesso, como *A pêra de Satanás*, *A cabeça que fala*, e *A moura encantada*. Boêmio, assíduo nas rodas teatrais, o seu nascimento permitia-lhe frequentar também os salões. Não raro podia ser encontrado, ao piano, nas reuniões do barão de Coatim.⁽¹⁶⁾

A música, que lhe deu tantos aplausos, também lhe deu sabores. Durante o curso jurídico, em São Paulo, quando de um motim de estudantes, compôs a Marselhesa Acadêmica. Aos ouvidos dos lentes esses acordes revolucionários não soaram bem. Antônio Frederico teve que ir completar o curso em Pernambuco e passou pelo susto de naufragar no caminho — tudo por causa da música.⁽¹⁷⁾ O seu talento musical chegou até nós. Seu filho,

(14) A versão teatral do Primo Basílio já tem sido atribuída, por equívoco, ao barão de Parapiacaba. Assim consta de nota ao artigo "Eça de Queirós e o teatro", de RODRIGUES CAVALHEIRO (in *Revista do Teatro*, Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), n.º 315, maio-junho de 1960, p. 7). HEITOR LYRA incidiu no mesmo engano (*O Brasil na vida de Eça de Queirós*, Lisboa, Livros do Brasil, 1965, p. 180).

(15) in *O Album*, Rio de Janeiro, n.º 29, julho de 1893.

(16) WANDERLEY PINHO, op. cit., p. 163.

(17) ARTUR AZEVEDO, in *O Album*, cit.

Frederico Antônio Cardoso de Meneses, seria co-autor da celebradíssima revista *Pé de anjo* e comporia inúmeras músicas de imenso sucesso popular. Da família é também a exímia pianista Carolina Cardoso de Meneses.

Mas voltemos aos primeiros meses de 1878. O futuro barão de Paranapiacaba, por quem Bilac experimentaria uma das mais intensas alergias literárias de que há notícia, era então presidente do Conservatório Dramático, órgão ao qual cabia o exercício da censura teatral. Dizem que Furtado Coelho gozava, junto ao futuro barão, de grande prestígio. Citava-se, como exemplo, o fato de o Conservatório ter proibido, em 1875 (com o voto de Machado de Assis), *Os lazaristas*. E de ter liberado a peça em 1878, quando por ela se interessou Furtado Coelho.⁽¹⁸⁾

Ou porque fosse amigo de João Frederico e desejasse dar uma oportunidade ao filho; ou porque considerasse simplesmente os méritos do rapaz; ou porque calculasse que a escolha poderia evitar maiores problemas com a censura, o fato é que Furtado Coelho escolheu o jovem teatrólogo e músico Antônio Frederico, filho de João Frederico, para levar ao palco a história que empolgara a cidade.

Ele mesmo, Furtado Coelho, faria Jorge. Embora grande ator, já beirava os cinqüenta anos, o que o tornava um pouco maduro para marido de Luísa e dava uma vantagem suplementar a Basílio. Além disso, o que era pior, tinha pouquíssimo cabelo. Um dos detratores do romance, a quem Furtado também não devia ser muito simpático, escrevera, com bastante falta de caridade para ambos, que "o Primo Basílio é simplesmente imundo e só lhe falta aparecer à luz do tablado e sem cabelos para não haver mais dúvidas sobre quanto é nojento".⁽¹⁹⁾

Já Luísa reunia o talento à mocidade. Coube o papel a ... Aqui faz-se uma pausa, dedicada ao leitor que anda pelos cinqüenta, para que ele não verifique, sem preparação, que muitas vezes aplaudiu aquela que foi, há quase noventa anos, a primeira atriz a viver em cena, a sério, integralmente, a desventurada Luísa.

(18) *O Besouro*, em página de caricaturas do número de 18 de maio de 1878; insinuou claramente a propósito desse episódio (fazendo também alusão a Machado de Assis), a influência de Furtado sobre o futuro barão, este apresentado como João Censura.

(19) F. M., "A semana" in *Gazeta de Notícias*, de 26.5.1878.

Que a aplaudiu, não há dúvida. Talvez o tenha feito quando ela trabalhou com Leopoldo Fróes, no Trianon; ou no mesmo teatro, com a Companhia Abigail Maia; ou ainda em São Paulo, no conjunto de Palmeirim Silva. Viu-a em comédias de cujos títulos não se esqueceu: *Flores de sombra*, *O simpático Jeremias*, *Manhãs de sol*, *Onde canta o sabiá*. . . Enterneceu-se com ela nos seus papéis de avó, a mais encantadora e convincente avó que já pisou um palco, ela que fora, quando moça, a mais encantadora ingênua do seu tempo. A Luísa de 1878 foi Apolônia Pinto.

Filha de artistas, nascera em São Luís do Maranhão, no teatro em que seus pais trabalhavam. Nasceu mesmo durante um espetáculo, que, por isso, não terminou. A atriz Rosa Adelaide, mãe de Apolônia, sentiu-se mal durante o segundo ato. Não chegou o pano a se levantar para o terceiro, pois no intervalo nasceu Apolônia, no camarim n.º 1 do Teatro São Luís. (20)

Iniciou-se, ainda criança, na carreira que era um destino, e com 16 anos incompletos estreou na Corte. Em breve se tornou ídolo, com "partido" próprio. Estabeleceram-se, à moda da época, os duelos Apolônia X Ismênia dos Santos, depois Apolônia X Emília Adelaide. No Cassino esboçou-se o Apolônia X Lucinda Simões, que só não assumiu proporções maiores porque as duas atrizes se admiravam e porque Furtado Coelho, com habilidades de empresário e de marido, evitava, sempre que podia, colocá-las na mesma peça.

Admitiu um biógrafo que Apolônia "tinha mais encantos que beleza". (21) Mas como tinha encantos, e como despertou paixões!

Era de pequeno porte, esbelta, graciosa, voz que agradava falando ou cantando. Os que conheceram Apolônia na velhice ainda se lembram dos seus olhos — expressivos, meigos, tristes. Sente-se a atração que eles deviam despertar, na mocidade, quando os vemos, e eles a nós, no belo desenho, extraordinariamente vivo, que ilustrou a capa de uma velha revista, a *Vida Fluminense*, de 15 de junho de 1872. Só que então esses olhos eram alegres, espertos, refletindo a juventude e jovialidade de sua dona.

Bisconti Coaracy, jornalista, teatrólogo, que foi um dos mais dedicados admiradores de Apolônia, resumiu-a como "uma risada

(20) JOSÉ JANSEN, *Apolônia Pinto e seu tempo*. Rio de Janeiro, Serviço Nacional do Teatro, 1952, p. 11.

(21) JOSÉ JANSEN, *op. cit.*, p. 13.

vestida de musselina e chapéu cor-de-rosa".(22) Risada que, disse outro, "ressoava como guizos de ouro".(23)

Poucas artistas terão recebido tantos versos. Era ela a "atriz Ap..." a quem se dirigiram os de Múcio Teixeira, transcritos em outro capítulo. Afonso Celso, que seria conde, presidente perpétuo do Instituto Histórico, deputado, acadêmico, diretor da Faculdade de Direito, dedicou-lhe estes, quando tinha, como título, apenas os seus 19 anos, e, como posição, unicamente a do estudante em São Paulo:

Vai tarde e mal trajada a minha humilde oferta.
Nas leis da impolidez incurso estou, confesso;
E antes, pois, de traçar a saudação incerta,
Joelho em terra, perdão, minha senhora, eu peço...

Mas sinto que a etiqueta a inspiração me aperta.
Ao tu familiar vou dar, portanto, ingresso
Para tratar-te: "Artista, o teu condão desperta
Sempre as palmas febris de um colossal sucesso!"

Sorriste de desdém?!... os versos são mesquinhos?
Pois rasga-os... entre as mãos sacode os pedacinhos
E dispersa-os no ar, dos dedos através...

Verás que apesar disso em mil volteios lentos
— Borboletas de neve — a medo, os fragmentos,
Girando irmão lamber-te os pequeninos pés.(24)

Mas retornemos à adaptação de Cardoso de Meneses. Grande era o número de personagens, por imposição do próprio romance. O adaptador, além disso, permitiu-se incluir um personagem que não figurava no livro. Verifica-se, com efeito, pela distribuição

(22) GRYPHUS (Visconti Coaracy). *Galeria teatral — Esboços e caricaturas*. Rio de Janeiro, Tipografia de Moreira Maximino & Cia., 1884, p. 101. Cf. TANCREDO DE BARROS PAIVA, op. cit., p. 72.

(23) JOSÉ JANSEN, op. cit., p. 21.

(24) JOSÉ JANSEN, op. cit., p. 69.

da peça, a existência de "Marguerite", a cargo de Lucinda Simões.⁽²⁵⁾

Alongavam-se os ensaios, e os ecos teatrais, na imprensa, insistiam nos gracejos sobre certas passagens do livro. Um deles, por exemplo, dizia:

A novidade maior neste assunto é o "Primo Basílio", drama extraído a dois palitos pelo Sr. Cardoso de Meneses, no qual, drama, vêm intercalados uns quadros vivos que devem fazer furor: há um intitulado: "a página 320"... faze tu idéia!⁽²⁶⁾

Afinal veio a estréia, no dia 4 de julho de 1878, e constituiu um desastre. Desta vez houve praticamente unanimidade na condenação. Apenas uns consideravam o insucesso a confirmação do que haviam escrito contra o livro, enquanto os admiradores deste culpavam exclusivamente a adaptação feita, que consideravam um atentado.

Em *O Besouro*, alguém que se assinava Santier, foi incisivo. Classificou-a como "um desacato literário" e não teve atenuações na crítica: "De um romance realista, cujo principal mérito está na observação, no estudo, no desempenho dos caracteres, fez o Dr. Meneses um reles melodrama insípido, sem ação, sem graça, sem *verve*. Se não fosse publicado o nome do autor, todos julgariam o drama, a comédia, a farsa, ou o que quer que é, oriunda da pena de um idiota."

Como severidade era impossível querer mais. Concluía assim:

E houve um músico distinto para escrever semelhante coisa! e houve um empresário ganancioso para a fazer representar! e um teatro para acolhê-la de braços abertos! e atores para desempenharem-lhe os papéis! e um público para encher a sala! e uma claque para aplaudir! e uma crítica sensaborona para louvar! Pela nossa parte apresentamos com todo o respeito os nossos sinceros pêsames ao Sr. Eça de Queirós; que o golpe foi profundo e mortal. Um inimigo que quisesse desacreditar o livro, não teria feito tanto.⁽²⁷⁾

(25) Cf. "Eça de Queirós teatralizado no Brasil" artigo publicado, sem assinatura, in *Revista do Teatro*, cit., n.º 324, nov-dez. 1961.

(26) *O Besouro*, de 25.5.1878, p. 59.

(27) *id.*, de 13.7.1878, p. 118-9.

Também em verso não faltaram os comentários. Este triolé, assinado por "Toby", fez com que Raimundo Magalhães Júnior pensasse em Fontoura Xavier:

Não é drama, é uma *peça*
O *Basilio* do Meneses,
Uma troça feita ao Eça,
Não é drama, é uma *peça*.
Ri o povo e diz: "Hom'essa!"
Uma troça tantas vezes!
Não é drama é uma *peça*,
O *Basilio* de Meneses. (28)

Havia pouco que funcionava na Rua de São Joaquim, dando frente também para a Rua do Costa (hoje Marechal Floriano e Alexandre Mackenzie) o Skating-Rink. A inauguração constituiu um acontecimento, com a presença do imperador. A julgar pelos desenhos da época, tratava-se de estabelecimento amplo, com galerias para que o público pudesse apreciar, confortavelmente sentado, as evoluções — e sobretudo os trambolhões — dos patinadores. Atraíu muita gente e enquanto constituiu novidade foi freqüentemente focalizado pelos caricaturistas. Qualquer desastre, político ou literário, era representado como uma queda no Skating-Rink: *O Besouro*, no número de 13 de julho, figurava o escorregão e queda da peça de Cardoso de Meneses. Já a *Revista Ilustrada*, de Ângelo Agostini, publicava uma outra cena, que era o enterro da peça no "Cemitério do Cassino".(29)

Houve até, no coro das críticas e gracejos, a sugestão de se tentar a representação da peça em travesti.(30) Lida hoje, tal como foi feita, não se atina com o sentido da sugestão. Aos contemporâneos, porém, não se tornava preciso explicar. É que o Alcazar, pelo tempo, resolvera fazer uma diabrura, ou melhor, mais uma diabrura. Levou à cena *La fille de M.^{me} Angot*, um dos

(28) RAIMUNDO MAGALHÃES JÚNIOR. *O Império em chinelos*, op cit., p. 193.

(29) id., *ibid.*

(30) *O Besouro*, de 20.7.1878, p. 127.

maiores sucessos da casa, com inversão de sexo na distribuição dos papéis. Assistir às encantadoras "alcazarinas" de trajes masculinos e bigodes, e os atores de saias, esforçando-se nos agudos, foi um requinte de estroinice que pareceu encantador. O público e os aplausos, nessa noite, foram maiores que nunca.⁽³¹⁾

Quanto ao *Primo Basílio*, ainda se tentaram cortes e ajustes na adaptação. Tudo inutilmente. Dizia *A Lanterna*, triunfante: "Parece que tanto se lhe cortou na pele e nos atos, que afinal ficou em coisa nenhuma."⁽³²⁾

O número de representações foi extraordinariamente reduzido. Tendo sido a estréia no dia 4 de julho, uma revista, em número do dia 13 do mesmo mês, já anunciava ter sido retirada de cena a adaptação de Cardoso de Meneses.

Fizemos ainda referência, no início deste capítulo, a uma terceira peça. A primeira notícia que dela tivemos continha-se em uma linha, no expediente de *O Bésouro* de 31 de agosto de 1878. Entre outras obras cujo recebimento era acusado pela redação, estava: *A ressurreição do primo Basílio*, por um "calouro". Não se mencionava sequer a natureza da obra. Nas *Achegas a um dicionário de pseudônimos*, de Tancredo de Barros Paiva, todavia, encontramos:

213) CALOIRO — Maria Angélica Ribeiro — *Ressurreição do primo Basílio*, comédia. Rio de Janeiro, Dias da Silva Jr., tipógrafo editor, 1878, in 8.º de 75 págs.

Galante de Sousa confirma os dados acima e fornece outros. D. Maria Angélica Ribeiro, ou simplesmente Maria Ribeiro, era natural do Estado do Rio, onde nascera em 1859. Casara-se com um cenógrafo e escreveu várias peças, sendo algumas representadas nos teatros do Rio.⁽³³⁾ Aliás, o jornalista que sugerira a representação em travesti, lembrara fosse Cardoso de Meneses substituído por Maria Ribeiro.

(31) *Gazeta de Notícias*, de 27.6.1878.

(32) *A Lanterna*, n.º 10, de 18.7.1878.

(33) J. GALANTE DE SOUSA, op. cit., v. II, p. 455.

Não se pode dizer, pois, que tenham sido muito felizes as peças que Eça inspirou — as primeiras levadas à cena — no Rio de 1878. Mesmo depois, aqui ou em Portugal, nenhuma peça, extraída de seus livros, teve de longe sucesso comparável ao deste. As do Rio daquele ano serviram, porém, quando menos, para demonstrar a extraordinária repercussão aqui alcançada pelo *Primo Basílio*. E o atordoante êxito desse livro seria o primeiro grande sinal de uma admiração literária que nunca cessou.

A crítica de Machado de Assis

Em capítulo anterior, relativo ao aparecimento de *O primo Basílio*, houve menção à crítica de Machado de Assis, sob o pseudônimo de Eleazar, e às respostas de S. Saraiva e Amenófis Efêndi, isto é, de Henrique Chaves e de Ataliba Lopes de Gomensoro. Naquela oportunidade procurou-se dar uma notícia geral das reações aqui provocadas pelo romance. O comentário pormenorizado da que foi, sob vários aspectos, a mais importante, exigia capítulo à parte.

As páginas de Machado são bem conhecidas e de fácil consulta. Foram incluídas, por Mário de Alencar, no volume *Crítica*, da edição Garnier, e repetidas no volume *Crítica literária*, da edição Jackson.

O mesmo não ocorre com as escritas por S. Saraiva e Amenófis Efêndi. Publicadas em jornal, em 1878, só uma vez foram reproduzidas, ao que sabemos, e segundo o que informa Antônio Simões dos Reis. Assim mesmo, há sessenta anos e numa revista: *Os Anais*, de Domingos Olímpio.⁽¹⁾

Eleazar, no primeiro artigo, embora o título só mencionasse *O primo Basílio*, também se referia a *O crime do Padre Amaro* declarando-o “imitação do romance de Zola, *La faute de l'Abbé Mouret*”. Quanto ao *Primo*, considerava Luísa “antes um titere que uma pessoa moral”; e a sua ligação com Basílio, “fato inicial e essencial da ação”, era apenas “um incidente erótico, sem relevo, repugnante, vulgar”. Apontava o “defeito capital da concepção”:

(1) ANTÔNIO SIMÕES DOS REIS, *Éça de Queirós no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Zélio Valverde, 1945, p. 31 e 71. (Série Bibliografia Brasileira, 1).

o incidente das cartas. Se estas não fossem descobertas, ou mesmo se não houvesse Juliana, estaria acabado o romance. Havia ainda o "mais grave", o "gravíssimo", que era o tom do livro, "o espetáculo dos ardores, exigências e perversões físicas". Terminava com as seguintes palavras:

Digo isto no interesse do talento do Sr. Eça de Queirós, não no da doutrina que lhe é adversa; porque a esta o que mais importa é que o Sr. Eça de Queirós escreva outros livros como o *Primo Basílio*. Se tal suceder, o realismo na nossa língua será estrangulado no berço; e a arte pura, aproveitando-se do que ele contiver aproveitável (porque o há, quando se não despenha no excessivo, no tedioso, no obsceno, e até no ridículo), a arte pura, digo eu, voltará a beber as águas sadias do *Monge de Cister*, do *Arco de Sant'Ana* e do *Guarani*. A atual literatura portuguesa é assaz rica de força e talento para podermos afiançar que este resultado será certo, e que a herança de Garrett se transmitirá intacta às mãos da geração vindoura.

Em folhetim sob o título "Ainda o Primo Basílio", S. Saraiva respondeu na *Gazeta de Notícias* de 20 de abril de 1878.

Começou dizendo que poucas vezes tinha visto exercer tão severamente a crítica. Eleazar, "distinto e erudito folhetinista do *Cruzeiro*", só encontrara, no romance, "reminiscências de outras obras, incongruência na concepção e até motivos para o leitor se enfadar". Não discutia, ele Saraiva, preferências de escolas. Mas parecia-lhe que, havendo a respeito pontos de vista diferentes, a crítica não podia "ser exercida com imparcialidade e sem preocupações de gênero". Sendo Eleazar evidentemente adverso à escola do autor, via-se obrigado "a combater causa e efeito, a escola e o livro". Ora, "o adversário não poderá ser nunca o melhor juiz". O *Primo Basílio* era "a mais acentuada manifestação do gênero de literatura que se pretendia implantar". A indagação cabível é se, "como produto do realismo, é o novo livro uma obra mal feita, ou corresponde exatamente às exigências do seu gênero"; esse deveria ser o único ponto sobre o qual se poderia "assentar uma apreciação despreocupada, desembaraçada de quaisquer laços que prendam o espírito da crítica a esta ou aquela escola". Depois de uma notícia rápida sobre o enredo, dizia: "É inverossímil a ação do romance? São falsos os caracte-

res que nele figuram? Estão as suas palavras em contradição com a sua maneira de agir? É isto ou o contrário que convém demonstrar?" Tratando de Luísa, que fora considerada "títtere" e "carácter negativo", perguntava: "o carácter de Luísa, que tão extraordinário pareceu ao ilustre Eleazar, é ou não o carácter ordinário da mulher moderna, fraca, fútil e leviana? Há mulheres como Luísa ou não as há?". Parecia-lhe verdadeiro o carácter e não lhe parecia "que a crítica tenha o direito de perguntar ao artista porque escolheu estes ou aqueles caracteres, esta ou aquela maneira de os pôr em movimento. Por certo que não pode ir até lá nosso direito, que apenas está limitado a aceitar a obra de arte como um fato, a ver se ele é falso ou verdadeiro, e se está em harmonia com o meio onde se fez a sua elaboração". Eleazar dissera: "Suponhamos que tais cartas não eram descobertas e estava acabado o romance". Saraiva, pedindo perdão "ao ilustre crítico", dizia que "a suposição, por fútil que é, chegava a parecer cômica". E perguntava, por sua vez: "Se Eça de Queirós não tivesse escrito *O primo Basílio* estaríamos nós tratando dele?"

O folhetim de Saraiva considerava outros reparos do crítico. De modo geral parecia-lhe que:

Confessar, reconhecer que uma obra filia-se a uma escola e não a considerar sob esse aspecto, para só a condenar, pode ser muito cômodo, mas por certo não é justo. O próprio articulista o confirma, quando admite a possibilidade "de não serem atendíveis os seus reparos, desde que é diferente o seu ponto de vista". E basta esta razão para afoitamente impug-narmos as acusações feitas ao novo livro, "sem que por isso nos julguemos obrigados à minuciosa descrição de todos os personagens e detalhes dele".

Poucos dias depois da resposta de Saraiva appareceu, a 24 de abril, ainda na *Gazeta de Notícias*, a de Amenófis Efêndi. Também publicada em folhetim, tinha como título "Cartas egípcias" e como subtítulo: "Eleazar e Eça de Queirós — um crítico do Primo Basílio". Figurava-se o autor um viajante egípcio que dá contas, a um patricio, do que viu em terras estranhas. Essa carta começava assim:

Cumpro a promessa que te fiz quando deixei nossa pátria, desterrado por ordem do Quediva; desterro conseqüente a uma vingança mesquinha do Seraskier, como sabes.

Que te relate o que me tem chamado aqui a atenção pediste-me tu. Começarei a cumprir hoje a promessa, e, como ouço constantemente, quando dois conhecidos se encontram, quer nas ruas, nas praças, nas mesquitas, uma só pergunta: já leste o Primo Basílio? Tendo ontem acabado de ler o romance português a que se referem, e em seguida um folhetim crítico de uma publicação diária, *Cruzzeiro*, analisarei às largas essa crítica e assim terás uma idéia do romance do distinto escritor português e do seu crítico.

Eleazar, prosseguia, “que não parece ser protegido por Deus”, chamara “títtere” à heroína. No entanto logo depois lhe atribuiria nervos e músculos, no que se mostrara mais hábil que Vaucanson. E, apesar de haver admitido a existência de nervos no personagem, negava-lhe “a possibilidade de ter paixões, remorsos e mesmo consciência”. Enumera antecedentes de Luísa, capazes de provocar as reações negadas por Eleazar, ou por ele consideradas inexplicáveis. Quanto às suposições do crítico — se não houvesse as ‘cartas etc. —, lembra que, se Alexandre Herculano casasse Hermengarda no primeiro capítulo, também teria acabado o romance quase antes de começá-lo. E ainda: “se Eleazar, o irmão de Judas Macabeu, não tivesse querido matar o elefante sobre o qual estava Antioqus, para aprisionar o rei da Síria, não teria o valente guerreiro morrido esmagado por esse animal, que caía morto”. Protesta contra a inanidade de caráter atribuída a Luísa, cujo tipo não acha inverossímil. Considera que “incontestavelmente Eleazar sonha Amazonas em todas as mulheres, quer de hoje, quer de outrora, e só em esse gênero é que compreende a existência do que ele chama vínculo moral”. Depois de considerações sobre “o proceder da escola romântica positiva” (denominação que dá ao naturalismo), refere-se às acusações de imoralidade. Transcreve trechos — que certamente Eleazar também consideraria de “erotismo onissexual e onímodo” (expressão usada no folhetim) — os quais, no entanto, pertencem à Bíblia, pois são do *Cântico dos cânticos*. Terminava o artigo com uma última dengue egípcia: “Não conheço o ilustre crítico cujo folhetim acabei de analisar e muito menos sou por ele conhecido, pois estrangeiro recém-chegado a esta terra hospitaleira a poucos homens de letras conheço;

entendo porém ser dever meu pedir desculpas ao filho do país se critiquei uma crítica que pretendeu fazer.”

Machado de Assis respondeu a ambas pelo *Cruzeiro*. Contes-
tou, de início, a afirmação de que nada achara bom no livro. Advertiu que, “além de proclamar o talento do autor (seria pueril negar-lho) e de lhe reconhecer o dom da observação”, notara “o esmero de algumas páginas e a perfeição de um dos seus caracteres”. Criticara também, “com a clareza e franqueza a que têm jus os espíritos de certa esfera”. Havendo assim criticado e louva-
do, acreditava ter provado duas coisas: “a lealdade da minha crítica e a sinceridade da minha admiração”.

Sobre os reparos à concepção do romance, ou seja, a questão do extravio das cartas, pedia que o relesem:

Releiam-me: lá verá que, depois de analisar o caráter de Luísa, de mostrar que ela cai sem repulsa nem vontade, que nenhum remorso nem ódio a abala, que o adultério é ali uma simples aventura passageira, chego à conclusão de que, com tais caracteres como Luísa e Basílio, uma vez separados os dois, e regressando o marido, não há meio de continuar o romance, porque os heróis e a ação não dão mais nada de si, e o erro de Luísa seria um simples parêntesis no período conjugal. Voltariam todos ao primeiro capítulo: Luísa tornava a pegar no *Diário de Notícias*, naquela sala de jantar tão bem descrita pelo autor; Jorge ia escrever os seus relatórios, os freqüentadores da casa continuariam a ir ali encher os serões. Que acontecimento, logicamente deduzido da situação moral dos personagens, podia vir continuar uma ação extinta? Evidentemente nenhum... Ora, a substituição do principal pelo acessório, a ação transplantada dos caracteres e dos sentimentos para o incidente, para o fortuito, eis o que me pareceu, incongruente e contrário às leis da arte. (2)

(2) E que dizer do papel do fortuito nas *Memórias póstumas* — o fortuito de ter sido o decreto do Lobo Neves, supersticioso, datado de 13? E se fosse de 12 ou 14? Lá se alterava o romance. Novamente o fortuito: a outra nomeação do Lobo Neves. E, ainda o fortuito: não é de 13. No *Dom Casmurro*, Capitu, prodígio de dissimulação, continuará traindo; também traindo continuará Ezequiel; Bentinho, por necessidade, por temperamento, continuará confiando. Sem o fortuito, no *Primo*, o romance acabaria. Sem o fortuito, em *Dom Casmurro*, seria pior: não acabaria. Houve então o banho de mar, o afogamento de Ezequiel. O fortuito, o acaso, ou o destino — que entre os gregos era até personificado no coro — não dita apenas os acessórios do drama, mas é ainda responsável pelo principal. Em *O primo Basílio*, é responsável tanto pelo episódio das cartas, quanto pelo encontro dos personagens, pelas circunstâncias que ensejam o “caso” etc. Luísa se comporta diante do fortuito, como se comportaria diante do principal.

Não negava pudesse o autor lançar mão do extravio das cartas. No modo de fazê-lo é que a crítica lhe tomava contas. Exemplificando: "O lenço de Desdêmona tem larga parte na sua morte; mas a alma ardente e ciosa de Otelo, a perfídia de Iago e a inocência de Desdêmona, eis os elementos principais da ação."⁽³⁾ Quanto às observações que fizera, sobre páginas "menos próprias ao decoro literário", lembra que, para refutá-las, não era preciso citar a Bíblia. O contendor que o fizera podia ter invocado passagens de Shakespeare, Gil Vicente ou Camões. Mas, "diferente coisa é a indecência relativa de uma locução e a constância de um sistema que, usando aliás de relativa decência nas palavras, acumula e mescla toda a sorte de idéias e sensações lascivas: que, no desenho e colorido de uma mulher, por exemplo, vai direito às indicações sensuais". Não pedia "os estafados retratos do romantismo decadente". Mas "sair de um excesso para cair em outro, não é regenerar nada; é trocar o agente da corrupção".

Amenófis Efêndi ainda insistiu, na *Gazeta de Notícias*, em outra das "Cartas egípcias", publicada no dia 3 de maio de 1878. Diferentemente da primeira, em que o livro fora o assunto único, tratava também de política. Quanto ao *Primo*, dizia que tinha sido e era, "ainda hoje, a 'coqueluche' dos habitantes desta terra". Comprovam-no até mesmo os que juravam, "em altas vozes, ser esse um livro perigoso". Em consequência "todos os exemplares do romance foram imediatamente vendidos". Estava convencido de que, se dele fossem tiradas mais seis edições, igualmente se esgotariam. Quanto a Eleazar, considerava o segundo folhetim muito superior ao primeiro, que lhe parecera ingênuo. Novamente se referia às críticas sobre a concepção e moralidade do romance. Agradecia, finalmente, os conselhos que lhe dera Eleazar: "pagá-los-ei brevemente quando der-te conta dos romances brasileiros escritos há pouco meses, romances que começo a *reler com pausa* [grifo do original]. Sabe de antemão que o autor de um desses romances é o literato mais mimoso deste país". A alusão final

(3) Machado lembra o papel do lenço de Desdêmona, para acentuar que de nada teria valido, não fosse a indole dos personagens. Também em função destes está a questão das cartas no *Primo*. Se Luísa fosse calculada, não as escreveria; e destruíria logo as que recebesse de Basílio. Este, se não fosse egoísta e mesquinho, não regatearia no preço, teria logo pago a importância pedida.

só podia ser ao próprio Machado, que recentemente publicara *Iaiá Garcia*. Machado, como antecipadamente avisara, não respondeu mais.

Em junho, Eça, de Newcastle-on-Tyne, escreveu a Machado. Começou estouvadamente, datando a carta de 29 de junho de "1870", ou seja, de oito anos antes.⁽⁴⁾ Havia ainda, no texto, referência a três artigos de Eleazar — publicados a 16, 23 e 30 de abril —, quando os artigos foram apenas dois, na primeira e última das datas mencionadas. Esse equívoco, porém, era da informação publicada na imprensa portuguesa, a que Eça aludia.

O tom da carta era elevado, cerimonioso, de uma polidez que procurava sorrir. Começava dizendo que em correspondência do Rio para o jornal *Atualidade*, do Porto, fora revelado ser "o Sr. Machado d'Assiz, nome tão estimado entre nós, o autor do belo artigo sobre o *Primo Basílio* e o Realismo publicado no *Cruzeiro* de 16 d'abril assinado com o pseudônimo d'Eleazar". A mesma correspondência mencionava haver ainda, sobre o romance, mais dois outros folhetins de Machado, nos números de 23 e 30 de abril.

Segundo acreditava, outros escritores brasileiros que lhe haviam dado a honra de criticar o *Primo Basílio*, mas ele conhecia apenas o primeiro artigo de Machado, "que foi transcrito em mais d'um jornal português". O seu editor, Chardron, encarregara-se de coligir tais apreciações sobre as quais Eça confessava "ter uma curiosidade quase ansiosa". Não as conhecendo, não poderia naturalmente falar delas. Mas, acrescentava, "não quis estar mais tempo sem agradecer a V. Ex.^a o seu excelente artigo do dia 16". E logo a seguir: "Apesar de me ser em geral adverso, quase severo, e de ser inspirado por uma hostilidade quase partidária à Escola Realista — esse artigo todavia pela sua elevação, e pelo talento com que está feito, honra o meu livro, quase lhe aumenta a autoridade." Quando conhecesse os outros artigos de Machado, poderia permitir-se discutir as opiniões deste sobre arte, impessoalmente, "não em defesa dos graves defeitos dos meus romances, — mas em defesa da Escola que eles representam e que eu considero como um elevado fator do progresso moral na socie-

(4) V. reprodução fac-similar no catálogo *Exposição Machado de Assis*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1939, a seguir à p. 186. O texto é também reproduzido à p. 198 da publicação.

dade moderna”. Formulava um pedido: “Quero também por esta carta rogar a V. Ex.^a queira em meu nome oferecer o meu reconhecimento aos seus colegas de literatura e de jornal, pela honrosa aceitação que lhes mereceu o Primo Basílio. Um tal acolhimento da parte d’uma literatura tão original e tão progressiva como a do Brasil é para mim uma honra inestimável — e para o Realismo, no fim de tudo, uma confirmação esplêndida d’influência e de vitalidade.” Por fim, o último período: “Esperando ter em breve a oportunidade de conversar com V. Ex.^a — através do oceano — sobre estas elevadas questões d’Arte, rogo-lhe queira aceitar a expressão do meu grande respeito pelo seu belo talento.” Seguiam-se a assinatura e a menção, para resposta: “Adresser au: Consulat du Portugal.” Machado, que se saiba, nem acusou o recebimento da carta.

Eça, alegando que não conhecia todos os artigos de Machado, anunciou o debate mas não o travou. É possível que não o tivesse feito pelo fato de Machado não lhe haver respondido à carta; é possível, também, que por ter pressentido a maior cultura literária e o superior espírito crítico de Machado. Este, por sua vez, talvez não tivesse respondido apenas por questão de temperamento, para evitar a polêmica; talvez também não tivesse querido travá-la, pois conhecia, pelas *Farpas* e pelas próprias figuras cômicas do *Padre* e do *Primo*, o poder de sarcasmo do adversário. Talvez tenha sido, portanto, um debate que os dois, cada um ciente dos seus pontos fracos e das armas do adversário, resolveram não travar.

Isto foi o que houve em 1878. Dois anos mais tarde, em nota à 2.^a edição de *O crime do Padre Amaro*, Eça aludiu, com uma conclusão dura, às acusações de plágio. Não citou nomes, mas a referência sempre se entendeu como uma resposta a Machado. Sua defesa foi serena nos argumentos e violenta na conclusão. O *Crime*, disse, fora “escrito em 1871, lido a alguns amigos em 1872 e publicado em 1874”. O livro de Zola fora escrito e publicado em 1875. Mas, acrescentava, embora parecesse sobrenatural, considerava aquela razão insuficiente e subalterna, porque, enfim, poderia ter penetrado no cérebro, no pensamento de Zola. “Tais coisas são possíveis. Nem o homem prudente as deve considerar mais extraordinárias que o carro de fogo que arrebatou Elias aos céus — e outros prodígios provados.”

Ferreira de Castro, pela dupla razão do confronto de datas e da diferença de concepção, considerou "idiota" a acusação de plágio ("Eça de Queirós e a cultura de seu tempo", em *Livro do centenário*, p. 421); Phileas Lebesgue também discordou da acusação, por ser o livro de Eça anterior ao de Zola ("Eça de Queirós vu de France", id., p. 413); Santos Werneck não vê entre os dois romances semelhanças que a justifiquem (*As idéias de Eça de Queirós*, p. 51/2); Elói do Amaral só se refere à questão das datas e se fundamenta na *História da literatura portuguesa*, de Mendes dos Remédios ("O amor de Eça à terra portuguesa", em *In memoriam*, 2.^a edição, p. 9). As duas razões, data e diferença de concepção, são invocadas por Laura Marchiori, em prefácio à tradução italiana do *Crime*. Repete, resumidamente, a argumentação de Eça (*La colpa di Don Amaro*, Milão, 1962, Biblioteca Universale Rizzoli, n.^{os} 1810/14, p. 6). Outro tradutor e prefaciador italiano, Giacomo Pampolini, acha que o confronto dos dois romances apenas demonstra a orientação diferente dos seus autores. Entende que a analogia entre as duas obras é só a de terem um padre como protagonista ("Eça de Queirós e a Itália", ensaio de Giuseppe Carlo Rossi, em *Eça de Queirós no centenário do seu nascimento*, p. 82). Quanto a Agrippino Grieco, considerou "incompreensível que o arguto Machado, antigo passeante das letras gaulesas, enxergasse no *Crime do Padre Amaro* a imitação de *La faute de l'Abbé Mouret*, de Zola, trabalho redigido depois e sem nenhuma semelhança essencial de texto". Augusto Meyer, sem citar Machado, admitiu que, por causa do livro de Zola, Eça alterou, nem sempre para melhor, trechos do *Crime*. Conclui: "resta o consolo de saber, com a mais serena das certezas, que *O Crime do Padre Amaro* é uma obra-prima e *La faute de l'Abbé Mouret* 'um idílio de mau gosto', cheirando a falsa obra-prima" (*À sombra da estante*, p. 218).

Com a consagração de Eça e de Machado, a apreciação deste último sobre os dois livros daquele tem sido objeto de inúmeras menções, por parte de críticos e biógrafos. Por fim, em 1963, Alberto Machado da Rosa fez do incidente o centro de um livro.⁽⁵⁾

(5) *Eça, discípulo de Machado?* Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1963, 250 p.

Não foram poucos os que falaram em má vontade de Machado para com Eça de Queirós. Vários a explicaram pela sua aversão ao Realismo, como fez, aliás, logo o primeiro que tratou do assunto, S. Saraiva.

Da intensidade de tal aversão Machado de Assis dera, anos atrás, manifestação extremamente curiosa. No estudo *Literatura brasileira — O instinto de nacionalidade*, publicado em 1873. depois de dizer que “as tendências morais do romance brasileiro são geralmente boas”, escrevia: “Os livros de certa escola francesa, ainda que muito lidos entre nós, não contaminaram a literatura brasileira, nem sinto nela tendências para adotar as suas doutrinas, o que já é notável mérito.”(6)

“Certa escola francesa”... Assim Machado, como Tomás de Alencar, não desejava, do naturalismo, sequer pronunciar o nome. No arrebatado autor da “Flor de Martírio”, admitia-se a atitude: não em um crítico. Se a aversão pelos novos princípios o fizera faltar ao próprio dever de precisão, fácil é compreender o tivesse influenciado ao julgar obras que se proclamava constituírem a vitória da escola adversa.

Sem entrar no mérito da crítica ao *Primo Basílio*, há sinais externos, nos dois folhetins, que tornam bem visível a paixão partidária. Veja-se, por exemplo, o caso dos superlativos. Machado, de ordinário sereno e comedido, usou nos folhetins de dois superlativos. Considerou “gravíssimo” o tom do livro e classificou Eça como “discípulo aspérrimo” de Zola. Há indiscutível parentesco entre esse “discípulo aspérrimo” e o “dever amaríssimo” com que José Dias faz a sua entrada em *Dom Casmurro*.

Machado foi além dos superlativos, chegou à interjeição. Dissera, no primeiro folhetim: “Para que Luísa me atraia e me prenda, é preciso que as tribulações que a afligem venham dela mesma: seja uma rebelde ou uma arrependida; tenha remorsos ou imprecações; mas, *por Deus!* dê-me a sua pessoa moral.”

Não passou despercebido aos críticos esse tom diferente de Machado, que ainda nem fora contraditado. Josué Montello falou

(6) *Crítica*. Rio de Janeiro, H. Garnier, (1910?), p. 17. Ver também J. GALANTE DE SOUSA, *Fontes para a bibliografia de Machado de Assis*, op. cit., p. 465, verbete 430.

em "vivacidade polêmica",⁽⁷⁾ e aludiu a que, em certos pontos, a crítica foi feita "em termos que raiavam pela rispidez".⁽⁸⁾

A ênfase na defesa da moralidade é também característica, no combate ao naturalismo. Não apenas no Brasil, universalmente. Nélson Werneck Sodré, invocando as polêmicas travadas em França, mostrou que uma das linhas de fogo era a do patriotismo, outra a da moralidade. Machado não podia usar a primeira (que em Portugal foi utilizada), mas não deixou de colocar-se na segunda, talvez um pouco contrafeito ("o moralista é sempre um convencional"; "reproduzo, não moralizo").

Não fosse também o espírito de combate, e Machado, tão sensível, teria visto a falsidade da posição em que se colocava ao explicar assim, no segundo artigo, os seus propósitos: "Disse comigo: Este homem tem faculdades de artista, dispõe de um estilo de boa têmpera, tem observação; mas o seu livro traz defeitos que me parecem graves, uns de concepção, outros de escola em que o autor é aluno, e onde aspira a tornar-se mestre; digamos-lhe isto mesmo, com a clareza e franqueza a que têm jus os espíritos de certa esfera."⁽⁹⁾ Ou ainda, no primeiro artigo: "Digo isto no interesse do talento do Sr. Eça de Queirós, não no da doutrina que lhe é adversa; porque a esta o que mais importa é que o Sr. Eça de Queirós escreva outros livros como o *Primo Basílio*. Se tal suceder, o realismo na nossa língua será estrangulado no berço. . ."⁽¹⁰⁾

Ora, quando se diz, falano de dois livros, que um deles é imitação de obra alheia, e o outro é tão mau que os adversários só podem desejar que ele se repita, não só se disse o pior, como houve requinte no modo de dizê-lo. No caso do *Crime*, não se concluiu pela possibilidade de influência; mas, de modo formal — e inexacto — pela de imitação. No caso do *Primo*, houvesse apenas a intenção didática, bastava apontar os defeitos do livro; não era preciso concluir ser este tão mau, que os adversários só poderiam desejar outros semelhantes. As ressalvas sobre o talento do autor e seus dons de observação apenas visam demonstrar

(7) JOSUÉ MONTELO, *O presidente Machado de Assis*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1962, p. 202.

(8) *id.*, p. 63

(9) *Crítica*, op. cit., p. 73.

(10) *id.*, p. 71.

imparcialidade, e de certo modo agravam o ataque. Também quanto ao *Crime do Padre Amaro*, admitiu Machado houvesse alguma originalidade de Eça, na imitação. Mas logo atribuiu a tal originalidade o maior defeito na concepção do livro...

Que Machado de Assis tivesse feito crítica tão severa, chegando à afirmação inexata, já trairia o partidatismo; mas vai a ponto de não se aperceber da falsidade em que se colocava, ao afirmar, após a demolição do autor, que a empreendera em benefício deste. Veja-se também como soa falso aquele fim do primeiro artigo, quando Machado se manifesta certo de que "(...) a arte pura (...) voltará a beber as águas sadias do *Monge de Cister*, do *Arco de Sant'Ana* e do *Guarani*". Machado não podia evidentemente usar o argumento do patriotismo, em termos geográficos; mas apelou para uma espécie de patriotismo literário, derivado da identidade da língua falada pelos dois povos, inclusive quando declara que "a herança de Garrett se transmitirá intacta às mãos da geração vindoura". Ao escrever estas palavras, já estava praticamente desligado do romantismo. A transição, iniciada com *Iaiá Garcia*, em 1878, estaria completada com as *Memórias póstumas*, que apareceram em 1880 e devem ter começado a ser escritas em 1878. Ele próprio, portanto, não continuaria a se dessedentar apenas em Herculano ou Alencar, nem se satisfaria só com a herança de Garrett.

A apreciação de Machado de Assis tem sido colocada entre as suas mais brilhantes páginas de crítica. Há mesmo quem as considere o que de mais brilhante escreveu no gênero. Agrippino Grieco vai além: classifica-a, "como estilização", "a melhor página da crítica brasileira".⁽¹¹⁾ O que em Machado, analista de Eça, tem sido exaltado, não é a isenção, ou mesmo a serenidade, condições em geral indispensáveis ao crítico, por ofício, e habituais em Machado, por temperamento. O que se destaca é a engenhosidade da argumentação, a vivacidade com que foi sustentada, o polemista aparecendo sob o crítico, mas traindo-se até no tom, muito diverso do que habitualmente usava. Daí Grieco ter esclamado que fazia o elogio "como estilização". Considerava o estudo

(11) AGRIPPINO GRIECO, *Machado de Assis*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959, p. 131.

“magistralmente composto”, mas “um primor de argumentação sofisticada”.⁽¹²⁾

Machado de Assis ainda não tinha 19 anos quando escreveu o primeiro artigo de crítica literária.⁽¹³⁾ A si mesmo, embora endereçados à *Crítica*, daria, pouco depois, estes conselhos: “Sê entusiasta para o gênio, cordial para o talento, desdenhosa para a nulidade, justiceira sempre, tudo isso com aquelas meias-tintas tão necessárias aos melhores efeitos da pintura. Comenta os fatos com reserva, louva ou censura como te ditar a consciência, sem cair na exageração dos extremos. E assim viverás honrada e feliz.”⁽¹⁴⁾

Dez anos antes. Alencar conferira-lhe o título de “primeiro crítico brasileiro”, segundo relembra Alfredo Pujol⁽¹⁵⁾, que diz ainda: “O seu ensaio tão verdadeiro sobre o naturalismo de Eça de Queirós provocou mais de um protesto. Retraiu-se a sua sensibilidade magoada...”⁽¹⁶⁾

José Maria Bello considerou a apreciação do *Primo Basílio*, por Machado, como a mais típica das críticas acerbas feitas ao romance. “A má vontade do romancista brasileiro para com o seu confrade português é tão grande que lhe perturba o critério comum de julgamento.”⁽¹⁷⁾

Álvaro Lins entende que Machado usou de um critério que nenhum crítico pode usar: o de imaginar, para personagens alheios, destinos diferentes. Levantava, assim, hipóteses indefinidas: “e se Juliana não tivesse descoberto a carta, e se Luísa a tivesse resgatado com dinheiro? A única resposta possível seria mesmo esta: e se Brás Cubas tivesse casado com Virgília, e se o Bento, de *Dom Casmurro*, se tivesse tornado padre?”⁽¹⁸⁾

(12) id., p. 130-1.

(13) ALFREDO PUJOL, *Machado de Assis*. São Paulo, Sociedade de Cultura Artística, 1917, p. 250; J. GALANTE DE SOUSA, *Bibliografia de Machado de Assis*, op. cit., p. 318.

(14) id., p. 251.

(15) id., p. 255.

(16) id., p. 256.

(17) JOSÉ MARIA BELLO, *Retrato de Eça de Queirós*. Rio de Janeiro, Agir, 1945, p. 175.

(18) ÁLVARO LINS, *História literária de Eça de Queirós*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1939, p. 71.

Do confronto entre *O primo Basílio* e as *Memórias póstumas*, frente ao princípio da “moralidade”, tão do interesse de Machado, é possível chegar a concludentes observações. Tanto num como noutro romance, há um Paraíso. No *Primo Basílio* é ele sórdido nas instalações; nas *Memórias*, é bonito. Mas no *Primo* não aparece um alcoviteiro. Nas *Memórias*, há o espetáculo confrangedor que é a degradação proposital, a esse papel, de D. Plácida. Brás Cubas e Virgília já encontram D. Plácida infeliz. Mas requintam em fazê-la descer. “Não se contará tudo, ela adivinhará o resto.” Depois há a gratificação, que lhe acaba com os escrúpulos, os 5 contos, que nem eram de Brás Cubas, ele os achara na rua. Note-se que ele achara 5 contos na rua: deu 5 contos a D. Plácida. Podia haver apenas semelhança nas cifras, mas Machado faz questão de acentuar que eram *os mesmos* 5 contos. Assim, o preço de uma desonestidade — uma importância não devolvida ao dono — devia servir para o pagamento de outra — o envolvimento de D. Plácida. Depois de tornar a esta alcoviteira, faz Machado com que os 5 contos lhe arranjem um marido; faz com que o marido lhe gaste os 5 contos e em seguida a abandone; faz com que ela adoença; joga-a no hospital; dá-lhe morte lenta e sofrida. Brás Cubas não se apieda. Irrita-se quando sabe da doença. Só ajuda, porque Virgília pede. Considerava tudo pago com os 5 contos, aqueles 5 contos que não eram dele.

Intellectualmente, os personagens das *Memórias* são superiores a Basílio e Luísa; moralmente, não. Luísa é apenas influência do meio. Mas sofre. Se os seus remorsos são relativos, Virgília simplesmente não os tem. Começa a namorar Brás Cubas. Parece gostar dele. Mas vem o futuro marido (Lobo Neves), fala-lhe à ambição (“Marquesa, porque eu serei marquês”) e ela se esquece de Brás Cubas. Depois se encontram, ela já mãe. Amavam-se? De que espécie de amor? A carne pesou muito, porque Machado fala logo nos braços de Virgília. No *Primo Basílio*, Jorge perdoou por amor; nas *Memórias*, Lobo Neves ignorou por conveniência.

Um escritor português, José Osório de Oliveira, declarou trocar Eça de Queirós por Machado de Assis.⁽¹⁹⁾ O Brasil é mais ambicioso: quer os dois. Tem Machado, que é seu pelo nascimento

(19) J. GALANTE DE SOUSA, *Fontes para o estudo de Machado de Assis*, op. cit., p. 248, verbete n.º 1.580.

e pelo culto — de que Portugal não participa em termos apreciáveis; e tem Eça de Queirós pela admiração, que precedeu e nunca foi inferior à de Portugal. Tem Machado por nascimento e Eça por adoção. A admiração por Machado, a crescente exaltação de sua glória, são orgulhosamente brasileiras. Ninguém tem títulos para partilhá-lo conosco. Não assim Eça de Queirós, por quem a admiração em Portugal nunca foi maior do que no Brasil. Não precisamos, portanto, nem dar o que é nosso, nem obter o que já temos.

Uma sátira baiana

O romantismo cansara. Repetira-se, deformara-se, exagerara. Fora um belo dia, com as suas "horas de arrebatamento, de cansaço e por fim de sonolência, até que sobreveio a tarde e negrejou a noite". A citação é de Machado de Assis, que registrava não querer a geração que surgia se dar "ao trabalho de prolongar o ocaso de um dia que verdadeiramente findou".⁽¹⁾

Aos que tinham talento e sinceramente desejavam exprimi-lo por um meio novo, juntavam-se os que, não tendo talento, acreditavam poder adquiri-lo apenas com a mudança de escola. Em uns e outros a impaciência foi traço comum, com maior exacerbação nos últimos. Não tardou o desacato aos que ainda oficiavam no velho culto, em geral mais idosos, dos quais se exigia deixassem, no meio dele, substituir o altar. Era de esperar resistissem e revidassem, como fizeram. Muitas vezes, justificando-se, invocaram mais a intransigência dos novos sacerdotes, do que desacordo total com a doutrina recente. Admitiriam, alegavam, certas mudanças; mas nem tantas, ou nem tão amplas, ou nem tão rápidas.

O sucesso de Eça de Queirós transmitiu aos adeptos das modernas idéias um ímpeto inesperado. Até ali, se já tinham bandeira, não tinham chefe. Ou não o tinham entre eles, mas em outras terras, de outra língua. Eça era o chefe que chegava, da própria língua, nela travando a primeira batalha, com tanto brilho e alarido. Já não era preciso depender de Zola e da invocação dos seus sucessos distantes.

Eça passou a ser sistematicamente atirado à cabeça dos adversários; estes retribuíram tornando-o alvo essencial. Equívoco

(1) MACHADO DE ASSIS, "A Nova Geração", in *Crítica*, op. cit., p. 99.

de ambos. Eça não era o ortodoxo que se fazia necessário a um chefe; e as duas obras iniciais não seriam seguidas por outras nos mesmos moldes, com rígidas filiações partidárias. A nova escola, que no Brasil já se manifestara sem ele, atingiria aqui o auge quando Eça nela não mais acreditava; e verdadeiramente não o teria como influência maior, e sim a Zola.

Os fatos ainda não tinham adquirido perspectiva. Ainda não se podia, com nitidez, estabelecer distinções entre realismo e naturalismo. Ambos os nomes foram usados para a nova escola; alguns preferiram denominá-la socialismo, expressão que na época muito se encontra, por exemplo, em publicações da juventude acadêmica de São Paulo; outros a chamaram positivismo; outros ainda — e um deles foi Amenófis Efêndi, defensor de Eça contra Machado —, talvez presos, inconscientemente, ao passado que pretendiam destruir, designaram-na como escola romântica positiva. Denominação que devia irritar os realistas (Tomás de Alencar a usava e Eça não resistiu ao comentário de que ele o fazia “na sua confusão mental”) era “Idéia Nova”.

A expressão é também usada na “Advertência” a *O pseudo-realismo*, sátira publicada na Bahia em 1883, de autoria de Castro Rebelo Júnior. Como sátira a mencionamos, porque assim o autor a classificou. Mas não se espere nada agressivo ou cáustico. É o protesto romântico de um romântico bem educado, que não perde a elevação, a despeito dos agravos de que se queixa na “Advertência”. Esta, aliás, é talvez mais violenta do que a própria sátira. O autor, poeta, melhor se conteve perante a sua Musa do que em prosa. Transcrevemos integralmente a “Advertência”, como um documento de época:

Alcancem estes versos a maior publicidade, ou deixem de alcançá-la, não pode faltar-me a esperança de que sejam lidos, — tão poucos me parecem eles.

De qualquer forma sai hoje a lume o meu protesto, como um desafogo a náuseas, por assim dizer, do espírito.

Cegos na propaganda desabrida, ature-os quem puder, os homens da insurreição literária, isto é — do exagero monstruoso, do alarde pessimista, do abuso iconoclástico, da gira extravagante, das aberrações da *Idéia-Nova*. Quanto a mim, dando provas, aliás, da mais sobeja tolerância, hei de fazer o possível para que se não deslustrem os foros da poesia

nacional: e, se não sou dos que soltam asas à musa brasileira, sou, pelo menos, dos que timbram em não enlameá-la.

Felizmente não cabe a todos a alusão. Refiro-me — e escusado era dizê-lo — aos amotinadores da seita, aos desbragados, aos que nem sequer trepidam na inglória faina de energúmenos.

Condenando, pois, em meia dúzia de páginas realistas, os fanáticos da moderna escola, assino-as com plena efusão da consciência.

Bahia — 1883

Castro Rebelo Júnior.

Seguia-se a sátira, em verso, datada “Bahia — 1881”. Esta data figurou também na capa do folheto. Abaixo dela aparece, porém, a de 1883, igualmente constante da “Advertência”, e que foi, portanto, a da publicação. O intervalo é talvez mais uma demonstração da “sobeja tolerância” mencionada pelo autor, que teria aguardado dois anos com a sátira pronta, possivelmente impressa.

Agora, os versos, que assim começavam:

Pretendem abolir a fantasia na arte.
E assim, rouca, mordaz, bramindo em toda parte,
Sem freio algum, possessa, indômita, feroz,
Cheia de baba irrompe extravagante voz
A maldizer à-toa o belo idealismo,
Em nome de não sei que estranho pessimismo!

Confessava-se aborrecido com esse clamor:

Trave-se a discussão, mas sem idéia oculta.
Não posso acreditar na boa fé que insulta.

Por isso, ele, que também aceitava a propaganda, “mas sem palavra dura e sem paixão nefanda”; que também rebatia o vício, que ria da inveja e a quem a opressão afligia,

Eu, que também copio a natureza na arte,
Deixando muita vez a fantasia à parte;

Que estudo o meu papel no drama universal,
 E creio no progresso, e creio na moral;
 Em suma: eu que professo em coisas literárias
 O pensamento erguido em seitas as mais várias...
 Sou verdadeiramente eclético: não vou
 Endeusar qualquer desfeiteando Hugo!
 Não. Que viva Zola, que viva Dumas filho,
 Mas que Feuillet não morra. Impõe-se todo brilho.
 Nunca serão demais as grimpas aos faróis.
 Que importa Gomes Coelho a Eça de Queirós?
 Como não dar um — Bravo! — ao ler Tomás Ribeiro,
 Se exclamo — salve poeta! ao ler Guerra Junqueiro?

Como se vê, não faltou a citação nominal de Eça de Queirós. Quanto ao “Gomes Coelho”, que lhe foi dado como antítese, adverte-se, para um lapso de memória do leitor, que era o sobrenome verdadeiro de Júlio Diniz. Talvez o poeta tivesse tido consolo se soubesse que Eça, realista em prosa mas romântico na poesia, era tão incapaz, quanto ele, de desfeitear Vítor Hugo...

Prosseguindo, admitia o poeta:

Posso esaldar o sangue e alucinar a vista
 Nesses quarenta graus de febre realista;
 Mas acho bom, divino, o coração vogar
 Nas páginas azuis de um livro de Alencar...

Adiante, patético, invocava as glórias pátrias:

E, por maior que seja o entusiasmo, a fé
 Que se alevanta — ó Castro, ó Glória, estás de pé!
 Nem podem mais cair teus versos, ó Tobias!
 Como revê-se a pátria em ti, Gonçalves Dias!
 Quanto favo de mel e quanta flor, Abreu,
 Nas *Primaveras*! sim, que doce é o livro teu!
 Ó Azevedo, basta a *Lira dos vinte anos*
 Para que o gênio ensaie uns vôos sobre-humanos!
 E tu Junqueira, ó astro enorme, que amplidões,
 Que imensidade augusta abrangem teus clarões!

Repete que também ele copiava a natureza, “porém fotografando o amor como a beleza”. E convidava:

Fitai a natureza: embora grasne o corvo,
O lírio desabrocha imaculado. É torvo
Aquilo: porém, se isto é puro, hei de mentir?
Há pétalas de rosa e garras de tapir.
Há trombas de elefante e bicos de canário.
Pois não difere — ó Deus — um santo de um sicário?
Pois são a mesma coisa o abutre e o colibri,
A borboleta e o sapo, a cobra e a juriti?

E sobrevinha o ataque:

No entanto a escola é outra, infelizmente. Sim:
Não reproduz. Escolhe o que acha de mais ruim
Sobre este mundo, agarra em tudo que não presta,
E brada, exagerando, — A humanidade é esta!

A infâmia, a apostasia, o roubo, a injúria, o cárcere, o monturo, o lupanar, o abismo, o enxurro,

Todas as podridões e todos os reveses;
A toga do juiz mercando-se em leilão;
As carnes da mulher expostas no balcão;
Estólida a velhice, a infância malcriada;
O amigo, traçoceiro; o cônjuge, infiel;
Tudo que é falso, hediondo, ilícito, cruel,
Tudo que abala o crânio e entenebrece a vista!
Eis o romance, o poema, o drama realista!

A isso dava o autor um basta, exclamando: “Nem tanto!”
Se o monstro devia ser exibido, também o deviam ser o justo,
o sábio, o herói:

Existe a esposa como existe a barregã.
Caím é irmão de Abel. A lágrima é irmã

Do riso. Ao que há de mais esdrúxulo no crime
Opõe-se na virtude o que há de mais sublime.

Vinha nova referência a Eça:

O clero não é todo o *padre Amaro*. O nobre,
Sem luvas, muita vez aperta a mão do pobre.

E assim prosseguia a sátira, no jogo de contrastes, até a tirada final:

Se a humanidade é aquilo, a humanidade é isto!
Por força: a humanidade é Judas mas é Cristo!

Castro Rebelo Júnior⁽²⁾ era poeta conhecido. Machado de Assis o mencionou e teve razão, pelo visto, em classificá-lo na escola condoreira.⁽³⁾ Deixou vários livros e se dedicou também ao jornalismo. Frequentemente era citado na imprensa do Rio. Em um retrospecto do ano literário de 1880, publicado, sem assinatura, no *Almanaque da Gazeta de Notícias para 1881*, é referido o aparecimento de um dos seus volumes de versos. Nesse ano de 1880 haviam sido publicadas, na *Revista Brasileira*, as *Memórias póstumas de Brás Cubas*, aliás mencionadas no retrospecto. No entanto — e o fato é curioso porque documenta a incompreensão da época —, o autor da resenha considerava que o ano fora mais feliz na poesia, pois haviam sido editados dois livros de Valentim Magalhães, um de Castro Rebelo Júnior, o *Diário de Lázaro*, de Varela, e as *Rimas*, de Luís Guimarães Júnior.

A sátira do poeta baiano ainda hoje se lê com prazer, ao qual se mistura certo enternecimento, pelos seus versos fluentes e pela reconstrução, que é, das reações de uma época, de lutas que pareceram tão sérias e hoje quase nos fazem sorrir, hoje que sabemos que o romantismo não estava assim tão morto, nem o realismo

(2) João Batista de Castro Rebelo Júnior nasceu na Bahia em 25 de novembro de 1853, sendo *Livro de um anjo*, *Poema do lar*, *Ardeurias e Louros e Mirtos* as suas obras principais (Cf. ALMACHIO DINIZ, *A cultura literária da Bahia contemporânea*. Bahia, 1911, p. 27).

(3) *Crítica*, op. cit., p. 109-10.

ficaria assim tão vivo... E há que render homenagem ao poeta nacional, pela sua urbanidade, mesmo indignado. Muito diferente foi o procedimento do poeta romântico Tomás de Alencar: sob o pseudônimo de Bulhão Pato desfecharia, sobre o seu criador, uma sátira "pessoal e crudelíssima", como disse o bom Pinheiro Chagas.

A aversão de Castro Rebelo Júnior ao realismo — e por via de conseqüência a Eça de Queirós — não seria confirmada por alguém do seu sangue. E isto nos leva a consignar que o mesmo ocorreu em outros casos.

Quando Machado de Assis criticou *O primo Basílio*, Luís Guimarães Júnior ("Como a ave que volta ao ninho antigo / Depois de um longo e tenebroso inverno...") escreveu ao crítico: "Quanto à tua crítica ao livro de Eça de Queirós, só tenho que te dizer uma coisa e é que te beijo de todo o meu coração e com um glorioso entusiasmo." (4) Um filho do poeta, no entanto, e ele também poeta, Luís Guimarães Filho, publicaria versos em homenagem a Eça de Queirós, quando este morreu. (5)

A Carlos de Laet igualmente não teriam agradado Eça e o realismo. Mas a Carlos Rocha Mafra de Laet, seu neto, ecista em último grau, caberia a responsabilidade da fundação do "Clube do Eça", no Rio de Janeiro. E do "Clube do Eça" seria aclamado presidente o professor Edgardo de Castro Rebelo — sobrinho-neto de Castro Rebelo Júnior, o autor da sátira baiana...

(4) J. GALANTE DE SOUSA, *Bibliografia de Machado de Assis*, op. cit., p. 30.

(5) "Coroa de saudades (in memoriam de Eça de Queirós)", in *Gazeta de Notícias*, 24.8.1900. Cf. A. SIMÕES DOS REIS, *Eça de Queirós no Brasil*, op. cit., p. 43, verbete n.º 142.

Do Primo Basílio à Revista de Portugal

O sucesso do *Primo Basílio* não ensejou apenas a contrafação desse livro. Editores ativos logo empreenderam colocar o nosso público absolutamente em dia com a obra de Eça de Queirós até então publicada.

A primeira edição, em volume, do *Crime do padre Amaro*, fora em 1876 e de menos de 800 volumes.⁽¹⁾ Pois não houve dúvida. Em 1878, no mesmo ano em que aparece o *Primo* — na edição oficial de Chardron e na contrafação carioca — é lançada também no Rio a contrafação do *Crime*, reproduzindo o texto de 1876. Com a impudência da época, não é omitido o impressor. E há o cuidado de colocar, sob o nome de Eça de Queirós, a menção destinada a garantir o sucesso: “Autor do Primo Basílio”.⁽²⁾

Mas não ficaram aí. Em 1870, Eça e Ramalho haviam publicado, no *Diário de Notícias*, o *Mistério da estrada de Sintra*, que no ano seguinte apareceria em volume. Igualmente não deveria ser fácil obtê-lo em 1878. Pois mais uma vez não houve problema: também ele foi objeto de contrafação, aqui no Rio e ainda em 1878.⁽³⁾ Com a mesma candura foi referido o nome do impressor e houve ainda o pitoresco de ser mencionado — “2.^a edição” —, a qual só realmente ocorreria em 1884, e em Portugal.

(1) Embora a tiragem prevista fosse de 800 exemplares, só se puderam completar 785, dos quais foram postos à venda 750, sendo 35 destinados a ofertas (cf. EÇA DE QUEIRÓS. *O crime do padre Amaro*. Porto, Lello & Irmão, 1946, v. 1 da Edição do Centenário, nota à p. 584).

(2) *O Crime do Padre Amaro* / por / Eça de Queirós / autor do / *Primo Basílio* / Rio de Janeiro / Typografia da Gazeta de Notícias / 72 Rua Sete de Setembro 72 / 1878, 557 págs.

(3) *Ramalho Ortigão — Eça de Queirós / o Mistério / da Estrada de Sintra / Cartas ao Diário de Notícias / (2.^a edição) / Rio de Janeiro / Typografia de Domingos Luis dos Santos / 44 — Rua de São José — 44 / 1878. 294 págs. + nn.*

De uma feita, em casa de quem escreve este livro, foi improvisada uma reunião para um encontro com Guerra da Cal, o autor brilhante de *Lengua y estilo de Eça de Queirós*, que se achava de passagem no Rio. Os presentes eram todos ecistas e entre eles, naturalmente, estava Jaime Adour da Câmara. Depois de ter mostrado a este as contrafações do *Primo* e do *Crime*, perguntou-me Jaime Adour se eu conhecia a contrafação do *Mistério*, parecia-lhe que também de 1878. A vaidade de colecionador — que é a mais fácil e a mais vaidosa de todas as vaidades — fez com que não me limitasse a responder negativamente. Afirmei que o livro, não mencionado em qualquer bibliografia e que eu não possuía, de que nunca tivera notícia, não existia. Ele insistiu, tinha o livro. Garanti-lhe que estava equivocado, chamei Guerra Da Cal, de quem estava no prelo (de onde infelizmente ainda não saiu) a mais completa bibliografia de Eça de Queirós, com mais de 5.000 verbetes. Também ele não conhecia o livro. Jaime Adour não discutiu mais, passou a folhear outras obras, e, alguns dias depois, mandou-me o livro que “não existia”. Não tripudiou, exibindo-o, para que eu me consumissem de inveja. Mandou-o, de presente, nem sequer acrescentando: “eu não disse?” Mandou-o com a seguinte carta, datada de 19 de novembro de 1958:

Faro ilustre:

Passo às suas mãos a segunda edição falsificada de “O Mistério da Estrada de Sintra”, impressa no Rio de Janeiro, em 1878, pela tipografia de Domingos Luís dos Santos, rua de S. José, 44. É igual à primeira de 1871. A Bibliografia Queirosiana, organizada por Victor de Sá, Braga, 1945, não menciona essa contrafação.

Eça e Ramalho na carta-prefácio à segunda edição retocada, datada de 14 de dezembro de 1884, não se referem à esperteza do tipógrafo carioca, mas aludem às “provas de uma terceira edição” que lhes enviava o editor, o qual perguntava “o que pensavam da obra escrita nesses tempos”, recordados com saudade pelos autores. Não estariam eles contando como a primeira a versão publicada no *Diário de Notícias*?

A edição do Rio foi feita longe das vistas de Eça e Ramalho, e não Ramalho e Eça, tanto que saiu com os excessos estampados na primeira tiragem do livro. Logo, nas linhas iniciais da 2.^a edição autêntica, vemos os retoques. Na impressão do Rio está: “Venho pôr nas suas mãos a narração de um caso verdadeiramente *estranho, inaudito e único*, em que

intervim como facultativo”, etc. Na segunda edição da Livraria Antônio Maria Pereira vem simplesmente: “Venho pôr nas suas mãos a narração de um caso verdadeiramente *extraordinário* em que intervim”, etc. As emendas se sucedem nessa edição definitiva. O livrinho foi mais tarde incluído na “Coleção Antônio Maria Pereira”, onde tomou o número 26 e acredito não ter sofrido mais nenhum retoque.

Examine, veja e compare.

Incorpore esta minha modesta dádiva à sua bela e preciosa coleção.

Com um afetuoso abraço,

Jayme Adour da Câmara

Na carta estão a bondade do homem e o saber do bibliófilo. Com a transcrição fica a saudade do destinatário e é renovado o seu agradecimento.

Assim, portanto, em 1878, quando o êxito do *Primo Basílio* firma de modo definitivo a reputação literária do seu autor, este podia ser lido muito mais facilmente no Brasil do que em Portugal. Lá dificilmente se reuniria tudo o que até então publicara. Aqui nada mais fácil, graças às contrafações. Esta seria, pois, uma razão a mais a justificar a afirmação, feita por tantos, de ter sido Eça primeiro e mais bem compreendido no Brasil.

É conhecida a apologia do “pistolão” que Eça foi obrigado a fazer, em carta a Oliveira Martins. Pelo motivo já mencionado, caberia o elogio da contrafação. Mas há ainda um outro: é que as contrafações permitiram maior divulgação de textos que vieram a ser modificados, os quais se tornariam extremamente raros — como o da edição do *Crime*, de 1876, e o do *Mistério*, de 1871 —, e que só em data recente foram reconstituídos por Helena Moura Cidade e Alberto Machado da Rosa.

A Eça as contrafações não podiam evidentemente agradar, já que o atingiam no bolso. Mas lhe deviam dar, com muita nitidez, a medida de sua popularidade no outro lado do Atlântico. Quando parecia iminente a publicação de *A Capital*, refere que dela serão mandados para o Brasil 3.000 exemplares, e admite que a edição da *Batalha do Caia* possa ser de 9 ou 10.000 exemplares.⁽⁴⁾

(4) Carta de 10.11.1878, a Ramalho, in *Novas cartas inéditas de Eça de Queirós*. Rio de Janeiro, Alba, 1940, p. 36-7.

Ainda quanto à *Capital*, descobre que o tipógrafo, “um hábil”, ia mandando para o Brasil, a outro “hábil”, as folhas, à medida que se imprimiam, de modo que o livro apareceria aqui antes da chegada da edição de Chardron.⁽⁵⁾

Quando planeja a publicação de *Os Maias*, em 1881, menciona, para evitar contrafações, que seja o livro remetido primeiro para o Brasil.

Do mesmo modo vêm ainda outras cautelas, como, por exemplo, a de ter sido mencionado, na 2.^a edição do *Primo Basílio*, que é do mesmo ano da 1.^a, 1878: “Declaramos, para todos os efeitos da lei, que a propriedade literária desta obra, no Império do Brasil, pertence ao Ex.^{mo} Sr. J. M. Machado d’Assis — (aa) Eça de Queirós, Ernesto Chardron.”

Josué Montello tratou longamente desta estranha declaração, que atribuía a Machado de Assis a propriedade de um livro que tanto lhe desagradara. Como Josué Montello, também pensamos que, no caso, a responsabilidade pela ironia inconveniente foi do editor e não do escritor.

Também a 1.^a edição de *A relíquia* apareceu com a referência de ser titular da propriedade literária, no Brasil, Ferreira de Araújo.

Igual menção foi feita, quanto a Francisco Alves, na 1.^a edição de *A cidade e as serras*.

Em 1880 vieram novos laços com o Brasil, com o Rio sobretudo. Eça começou a escrever diretamente para os brasileiros, especialmente para eles, na *Gazeta de Notícias*. Das caracterizações literárias, nenhuma permite contacto mais direto com o leitor, nenhuma dá maior tom de intimidade a esse contacto, que a do cronista. E na *Gazeta*, durante cerca de 20 anos, Eça foi o cronista que falou de Londres, de Paris, raras vezes de Portugal, e até mesmo do Brasil. No gênero, a parte melhor da sua obra foi a que enviou para o jornal de Ferreira de Araújo, quase toda reunida em *Cartas familiares e bilhetes de Paris*, *Cartas de Inglaterra*, *Ecos de Paris* e *Notas contemporâneas*.

A primeira crônica apareceu no dia 24 de julho de 1880. A quarta, “Um artigo do *Times* sobre o Brasil”, publicada em 31 de outubro, daria lugar à primeira polêmica (antes, apenas haviam ocorrido ligeiras escaramuças, nas *Farpas*) com Pinheiro Chagas.

(5) Carta de 8.6.1882, a Ramalho, op. cit., p. 73-4.

Em fevereiro de 1880 aparece a 2.^a edição, em volume, de *O crime do padre Amaro*. Dessa vez é, realmente, o texto definitivo. O simples cotejo do número de páginas dá idéia das modificações e acréscimos pelos quais passara o romance: a 1.^a edição, de 1876, tinha 362 páginas; a de 1880, 674. O sucesso, no Brasil, já era uma certeza. Para aqui Chardron mandou logo 3.000 exemplares.⁽⁶⁾

Ainda no mesmo ano, novo romance. No *Diário de Portugal*, em julho, aparecera *O mandarim*, pouco depois publicado em volume. O êxito do livro é atestado pelo fato de a 2.^a edição ter sido também em 1880. Aos naturalistas exaltados, porém, causou provavelmente alguma decepção, de vez que não se mantinha na trilha do *Primo Basílio* e do *Padre Amaro*. Era, em Eça de Queirós, “a primeira evasão ao naturalismo para o domínio da fantasia”.⁽⁷⁾

Em 1885, em polémicas que se travam entre o *Jornal do Comércio* e a *Gazeta de Notícias*, e nas quais intervém *A Semana*, de Valentim Magalhães, Eça de Queirós volta à balha. Alguém que usava o pseudônimo Quidam, admitira, no primeiro daqueles jornais, que *O crime do Padre Amaro* era “primorosamente escrito”, e acrescentava: “mas hão de permitir que lhes diga que esse talento Eça de Queirós o emprega mal”. Outro cronista, que se assina Chico Férula, e mantém a seção “Bolos”, em *A Semana*, onde mimoseia o *Jornal do Comércio* com a designação de “O Paquiderme”, não se contém: pede a Quidam que escreva a Eça e lhe diga como empregar devidamente o seu talento. Como no *Jornal do Comércio* continuassem aparecendo críticas a Zola e a Eça de Queirós, Chico Férula volta a intervir. Ataca a “pedanteria literária de Maximiano Pimenta”, assim se referindo a Carlos de Laet, por extenso Carlos Maximiano Pimenta de Laet. Diz que a este se juntara “a ignorância, inépcia e desonestidade de crítica de Quidam, o qual escrevera ser *O crime do Padre Amaro* um plágio de *La faute de l'Abbé Morin*”. Chico Férula gozou com alarido o engano do colega, que nem sequer sabia direito o nome do romance de Zola. A resposta, acrescentou, só podia ser a dada por Eça no prefácio da 2.^a edição (1880) do seu romance. Ou Quidam não lera os dois livros ou estava entre os considera-

(6) LOPES D'OLIVEIRA, op. cit., p. 152.

(7) “Apresentação” in *O mandarim*. Rio de Janeiro, Biblioteca Universal Popular, 1963.

dos por Eça como possuídos da "obtusidade córnea ou má fé cínica".⁽⁸⁾

Alguns números depois, dando demonstração de como interessava ao público tudo o que dissesse respeito ao escritor português, dele registrava um "pensamento", que nunca vimos reproduzido em outro lugar. Não tem, aliás, maior valor. Se verdadeiro, foi frase improvisada, talvez com impaciência, para se livrar de um caçador de autógrafos: "A folha branca de um álbum, as mais das vezes, é maculada pelo epitáfio do Espírito."⁽⁹⁾

De 1883 a 1886 não houve colaboração de Eça na *Gazeta de Notícias*. É retomada em 1887 com a publicação de um novo romance — *A relíquia* — em folhetins que vão de 24 de abril a 10 de junho.⁽¹⁰⁾ Afirmou Miguel Melo que o texto veio a ser todo refeito para a publicação em volume⁽¹¹⁾, que foi posto à venda ainda no mesmo ano.

Não é de admirar que assim tenha sido. Eça nunca perdeu uma oportunidade de refundir o que escrevera. As velhas páginas da *Gazeta de Notícias* encerram, portanto, mais uma forma primitiva de Eça de Queirós. É outro texto, no estudo da evolução do escritor, a ser cotejado com a versão definitiva.

A relíquia daria margem a uma polêmica de Eça de Queirós com Pinheiro Chagas, relator do concurso da Real Academia de Ciências de Lisboa, a que o livro concorrera, não tendo sido premiado. No Rio provocaria nova celeuma e ataques, principalmente por parte do *Apóstolo*, jornal católico que aqui se publicava há muitos anos. Como não é raro, foi apreciado às ocultas por pessoas que o condenavam de público. Um escritor brasileiro, Romeu de Avelar, contou ter travado conhecimento com Eça através da *Relíquia*, que encontrara escondido no cesto de costura de uma tia, senhora extremamente beata, "a mais fanática serva de Jesus que nunca dantes ou depois florescera na família".⁽¹²⁾ É como se se soubesse que a tia Patrocínio se deliciara, furtivamente, com as relaxações contadas pelo seu criador...

(8) *A Semana*, 7.3.1885.

(9) *A Semana*, n.º 28, 11.7.1885.

(10) MANUEL BANDEIRA, "Correspondência de Eça de Queirós para a imprensa brasileira", in *Livro do centenário de Eça de Queirós*, op. cit., p. 167-82.

(11) MIGUEL MELO, *Eça de Queirós — A obra e o homem*. Rio de Janeiro, Liv. Italiana e Tip. Ramori, 1911, p. 108.

(12) ROMEU DE AVELAR, "Eça de Queirós do meu tempo", in *Crônicas de ontem e de hoje*. Maceió, Imprensa Oficial, 1948, p. 49.

Em 1886, na capela da aristocrática mansão de Santo Ovídio, no Porto, Eça de Queirós se casava com D. Emília de Castro Pamplona, filha do 4.º conde de Resende. Agora, por aliança, mais se ligava ao Brasil e especialmente ao Rio de Janeiro. D. José Luís de Castro, segundo portador do título, fora vice-rei do Brasil, de 1790 a 1801. Prestou grandes serviços ao Rio. Foi quem começou, realmente, a iluminação pública; continuou os aterros nos pantanais de Pedro Dias, tendo aberto, entre outras, as ruas do Senado, Inválidos, e a que tomou o seu nome, a do Resende, “que foi um dos logradouros da cidade preferidos para moradia das famílias abastadas”⁽¹³⁾; na segunda daquelas ruas construiu um asilo para os soldados que se invalidassem em serviço; ergueu o chafariz do Largo do Moura; alteou e reformou o palácio dos vice-reis; cobriu o aqueduto da Carioca; aterrou o Campo de Santana, etc. Era, porém, homem de mau gênio, violento e bisbilhoteiro. Melo Morais, pai, chama-o “essa peste da fidalguia”. E o que os contemporâneos e os vindouros não lhe perdoaram, foram as luminárias que obrigou os moradores da cidade a colocarem em suas casas, em regozijo pelo enforcamento de Tiradentes. No Passeio Público fez erguer as duas pirâmides de pedra que ainda lá estão, com as inscrições: “A saudade do Rio” e “O amor do público”. Ele não teria, no entanto, nem uma nem outro.

Mas os Resende iam bem mais longe, pois tiravam o seu brasão de Martim Afonso de Sousa, o qual foi o donatário da capitania em que se viria a erguer o Rio de Janeiro. É verdade que as terras que este compreendia sempre foram consideradas capitania real. Mas também é verdade que o título de conde de Resende foi concedido por D. José I exatamente em compensação por ter a família aberto mão dos seus direitos sobre terras do Brasil.

E é assim que se pode dizer que, se havia Rio de Janeiro, na vida de Eça, antes mesmo que ele nascesse, também é verdade que ele conseguiria se vincular ao Rio quando este nem sequer era cidade.

Eça de Queirós seria uma admiração apaixonada de dois de nossos mais notáveis poetas, Bilac e Raimundo Correia, participantes das reuniões em que o talento verbal de Artur de Oliveira, “o saco de espantos”, pregava o parnasianismo, nas mesas do Café

(13) LUÍS GONÇALVES DOS SANTOS, *op. cit.*, p. 117 (nota de Noronha Santos).

Cruzeiro ou do Café Londres, prosseguindo as discussões, à noite, na Maison Moderne, no largo do Rossio, Bilac, em 1887, estará em São Paulo, estudando Direito, sem, no entanto, interromper sua produção literária, que continua intensa, e de Musa nem sempre grave. A *Vida Semanária*, da capital paulista, publica então estes seus versos — “Esperando a viúva” —, em que o poeta se acoberta sob o pseudônimo de Flamínio:

Domingo. Chove. Triste coisa a chuva.
É triste dia, o dia de domingo!
Tine a chuva a cair de pingo em pingo...
Ah! se chegasses, pálida viúva!

Durmo. Sonho: tremendo, sob a capa,
Chegas. As roupas úmidas te arranco
E ficas nua... E o teu pezinho branco,
Da bota, como um pássaro, se escapa.

E eu te beijo o cabelo, as mãos, a face
O seio duro, o braço feiticeiro,
Os lábios quentes, os rendados cílios...

Porém acordo... Ah! se eu não acordasse,
Na fúria de beijar-te o corpo inteiro
Desbancaria todos os Basílios. (14)

A referência mostra como, quase dez anos depois de publicado, o romance continuava em plena evidência. Bilac, como Eça de Queirós, emendava, porém, permanentemente, o que escrevia. Mais tarde refundiria o soneto, tirando-lhe a brejeirice da referência a Basílio e suas implicações. Ficaram assim os dois tercetos:

Tremes de frio, entrechocando os dentes...
Bâtegas de água, tépidas, lá fora
Rufam nas pedras, encharcando a rua;

E dos meus lábios, trêmulos, ardentes,
Outra chuva te cai, quente e sonora,
— Chuva de beijos, sobre a espádua nua. (15)

(14) ELÓI PONTES, *A vida exuberante de Olovo Bilac*, op. cit., v. II, p. 535.

(15) Id., p. 536.

No mesmo ano — 1888 — Eça atinge o máximo na sua arte e na carreira consular. Em junho publica *Os Maias* — anunciados há 8 anos! —, romance que se tornaria o preferido da maioria de seus leitores. A 28 de agosto é nomeado cônsul em Paris, onde constituiria um grupo de amigos brasileiros e onde morreria. Mas a morte ainda está a doze anos de distância. Em 1888 o encontro com Paris se dá num grande momento para a vida de ambos. O escritor já constituiu uma família feliz. Nascera-lhe a primeira e única filha — Maria —, a “querida menina”, que com tanta ternura viria a mostrar o lado humano de Eça de Queirós, o pai e marido que ele foi. A publicação de *Os Maias* firmara definitivamente a sua obra. Quanto a Paris, preparava-se para a grande Exposição do ano seguinte. Cem metros da Torre Eiffel já estavam prontos, as obras dos pavilhões já se haviam iniciado no Campo de Marte, jornais e revistas celebravam, por antecipação, o que seriam as grandes celebrações do centenário da Revolução Francesa.

Os Maias deram causa a uma polémica triangular: Pinheiro Chagas e Bulhão Pato contra Eça. O início foi no Rio de Janeiro, no jornal *O País*. Em crônica ali publicada, Pinheiro Chagas denunciava ter Eça de Queirós retratado, no poeta Tomás de Alencar, o poeta Bulhão Pato, e falava de uma sátira, “direta e crudelíssima”, com que Pato respondera a Eça. Deixava clara a sua simpatia pelo retratado.

Eça respondeu, em carta que é uma obra-prima, dirigida ao *Tempo*, de Lisboa, e logo reproduzida pelo jornal *Novidades*, do Rio de Janeiro. Começava dizendo que, até ler o artigo de Pinheiro Chagas (“sempre este homem fatal”), ignorava totalmente “a ofensa contra o simpático autor da *Paqueta* e o castigo retumbante que recebera do autor cruel dessa andaluza”. Realmente alguém, rindo, lhe falara da sátira. Ele supusera, porém, que se tratasse de uma sátira literária, impessoal, continuando um conflito de escolas, “uma sátira em que o nosso Pato, na provinciana e acadêmica suposição que em arte há duas grandes falanges com duas grandes bandeiras, a dos Românticos e a dos Naturalistas, vinha uma vez mais, paladino da Alma, arremessar seu dardo de ouro contra a soldadesca da Matéria”. Que fosse uma sátira pessoal, “direta e crudelíssima”, atacando sem dúvida a sua moral, a sua vida, os seus princípios, ele só o soubera pelas “amargas repreen-

sões de Chagas”, e logo murmurara consigo mesmo, imensamente divertido e imensamente contente: “Ainda bem! O que o nosso Pato gozou em se imaginar retratado nos *Maias*”. Ser retratado, no romance ou no teatro, era com efeito, continuava Eça, “a mais decisiva evidência da celebridade”. Seguiam-se exemplos, que começavam com Aristófanes, pondo Sócrates em cena. Bulhão Pato estava, portanto, há meses, saboreando um “contentamento inefável”. A sátira, “com os seus alexandrinos mais eriçados que as cerdas bravas de um javali”, com a aparência de um protesto revoltado, apenas visava a chamar a atenção de todos para a homenagem de que fora alvo o seu autor. Assim, enquanto a sátira, “diante do público, ruge com um som de latão — o estimável autor da *Paqueta* banha-se todo ele num mar de leite, de mirra e de rosas”. Pois bem, perturbando esse enlevo, ele, Eça, sentia-se obrigado a declarar que Tomás de Alencar não era em absoluto Bulhão Pato. Nem uma só vez, quando fora pondo de pé, traço a traço, a figura de Alencar, lhe passara pela idéia a imagem ou o nome sequer de Bulhão Pato. Nunca poderia ter feito o retrato deste, pois mal o conhecia, praticamente nada sabia dele e era mesmo obrigado a confessar, “suando de vergonha”, que nunca lera a *Paqueta*. Alencar era um velho poeta que ele conhecera na província, e que passava em algumas linhas do *Crime do padre Amaro*, envolto no seu xalemanta, seguido do seu terra-nova. O trabalho dele, Eça, fora transportá-lo para a cidade, desembaraçá-lo do xale e do cão, dar-lhe um horror ao Naturalismo que ele nunca tivera — “porque nesses tempos ditosos ainda não se parolava em Portugal acerca do Naturalismo, nem o nosso bom Chagas conhecia ainda, para dele se rir, de alto para baixo, o épico do *Germinal*”. Perguntava então onde se reconhecera Pato em Alencar? Nas virtudes ou nos defeitos? Se fora nas primeiras, tinha-se um homem que, perante os amigos e o público, solenemente proclamava: “Apareceu aí um romance em que há um tipo de poeta que tem lealdade, generosidade, uma honradez perfeita!... Ora, com tão esplêndidas qualidades só eu existo em Portugal.” Nesse caso, “nunca nas idades modernas se teria visto um tão burlesco exemplo de pedantismo e farófia”. Se fora nos defeitos, tínhamos um homem que em meio dos amigos se acercava do público, para dizer, com serenidade: “Apareceu aí um romance em que há um poeta que é um mediocre, um palrador, um farfante e um piteireiro. Ora,

com tão pífiyas qualidades só eu existo em Portugal". Nesse caso "nunca no mundo se teria visto um tão doloroso exemplo de rebaixamento e de aviltamento próprio". Terminava: "É visto que nada agora pode justificar a permanência do Sr. Bulhão Pato no interior do Sr. Tomás de Alencar, causando-lhe manifesto desconforto e empanturramento — o meu intuito final com esta carta é apelar para a conhecida cortesia do autor da *Sátira* e rogar-lhe o obséquio extremo de se retirar de dentro do meu personagem."

Pato ainda rugiu outra sátira. Eça, como advertira na carta, não voltou ao assunto "para dedicar-lhe de novo uma só linha, ou honrá-lo com um só pensamento".

No entanto, Alencar era mesmo Bulhão Pato... Antero de Quental, escrevendo a este palavras de solidariedade — e pouco amigas para com Eça de Queirós, que o canonizaria em artigo célebre —, nem tentou negá-lo. Preferiu dizer que Eça, nessas coisas, era de uma leviandade incontrolável.

Mas não era preciso invocar Antero. Basta ler as sátiras: *O Grande Maia e Lázaro Cônsul*. Dá-se uma coisa curiosíssima: em lugar de se reconhecer o retratado no retrato, como normalmente acontece, reconhece-se o retrato no retratado. Realmente só Tomás de Alencar poderia ter escrito aquelas sátiras, em que estão todos os seus arroubos, os seus tiques, as suas exuberâncias. Imagine-se que Tomás de Alencar fosse retratado por "um dos da Idéia Nova". Podemos vê-lo, em fúria, galgar as escadas do seu prédio à Rua do Carvalho 30, até o 3.º andar, onde morava; abancar, de repelão, à mesa de trabalho; e escrever — podemos ler um trecho sobre o seu ombro — a sátira vingadora:

Vinte anos lhe apertei cordialmente a mão.

Supus que era um amigo. E morde-me, o vilão!

Obriga-me, cachorro, a rebaixar o estilo!

Mas que lhe hei-de eu fazer, tratando-se daquilo!

Isto só Alencar poderia escrever. Bulhão Pato, positivamente, plagiou o próprio retrato. Eça atingiu, na carta, a perfeição máxima como polemista. Nem gritos, nem imprecacões, nem nomes. Frio, polido, na aparência imperturbável transpassava, sorrindo, o adversário. Ele descobrira, por exemplo, que feria muito mais o antagonista dizer que lhe ignorava a obra, do que criticá-la. Fez

isso com Antônio Enes e com Pinheiro Chagas. Fê-lo também com Bulhão Pato — e talvez seja o que a este mais tenha doído. Volveu, exasperado, na segunda sátira:

Cônsul magano e burlão, replicas, prenda rara,
Mas seis meses depois de eu te cuspir na cara!

.....
Nunca leste a *Paqueta*. E dizes-me, tirano!...

Pois leu-a e prefaciou-a Alexandre Herculano.

Eça, na realidade, lera a *Paqueta*. Ele mesmo deixara disso testemunho, mais de vinte anos antes. Quem consultar a coleção do *Distrito de Évora*, logo no número inicial, de domingo, 6 de janeiro de 1867, encontrará na página 2, a “Correspondência do Reino”, simuladamente de um correspondente de Lisboa, mas de fato redigida por Eça de Queirós. Ali poderá ler, na primeira coluna: “podia falar-lhe dos novos livros — da *Paqueta* que é um poema frouxo, líquido, imitado, vulgar, escrito por um espírito meigo e simpático, por um moço de bela alma e de honesta consciência”.

Também a sátira, Eça provavelmente já a conhecia. Não é de admitir que fosse tratar do assunto sem se inteirar do que fora escrito contra ele. Nem seria tão sorridentemente implacável se não conhecesse a violência da agressão. Aliás, em determinado momento, falou nos “alexandrinos” da sátira. Se não a conhecia, como soubera o metro em que fora escrita? Respondendo diretamente a Bulhão Pato, teria porém que revelar esse conhecimento; e a sua posição, para o ataque, não seria tão boa como aproveitando a intervenção de Pinheiro Chagas. Este, mais uma vez, apanhou também; mas já era hábito.

Em 1889 Eça realizou um sonho de que fez participar até dois personagens de sua criação: Carlos da Maia e João da Ega também imaginaram a *Revista de Portugal*, cujo primeiro número é datado de 1.º de julho de 1889 e tem a menção: Eça de Queirós — Diretor.

Logo no segundo número na face interna da capa dianteira eram mencionados os colaboradores brasileiros: Alberto de Oliveira, Aureliano de Campos, barão do Rio Branco, Capistrano de Abreu, Domicio da Gama, Eduardo Prado, Ferreira de Araújo, João

Ribeiro, Machado de Assis, Medeiros e Albuquerque, Olavo Bilac, Raul Pompéia, Raimundo Correia, Tancredo de Melo e Sr. Teixeira de Melo. Só houve, porém, nos 24 números que durou a revista (julho de 1889 a maio de 1892), três colaboradores brasileiros. De Oliveira Lima, que não figurava na lista divulgada, apareceu, no n.º 6, da dezembro de 1889, um estudo sob o título "A evolução da literatura brasileira". Medeiros e Albuquerque contribuiu, para o número 4, de outubro de 1889, com uma poesia, "Vorrei morire". O terceiro, e único de colaboração constante, inclusive sob o pseudônimo de Frederico de S., foi Eduardo Prado.

A primeira colaboração de Prado — "Destinos políticos do Brasil" — saiu também no número de outubro de 1889. Escrito dois meses antes de proclamada a República (é datado de Leipzig, setembro de 1889), considera os "incidentes diários de uma crise grave", em torno da questão republicana e da questão federativa, crise que poderia ser fatal "se a inconsistência do moderno caráter latino, em terra tropical, não desse garantia de que, por qualquer modo, com uma solução qualquer, ou talvez sem ela, tudo acabará em completa calma, por falta de persistência nervosa na massa da população brasileira e nas classes capazes de dirigi-la". Nas longas considerações que se seguem alude ao papel e à influência do bacharel na política. O romance nacional e o teatro ainda não criaram o tipo, acrescenta, "mas ele, sob os seus aspectos tropicais, é um misto do Julião de Eça de Queirós e do Homais de Flaubert". Alude a que, ao imperador, talvez repugnasse a representação material de uma tentativa revolucionária. Colocado diante dela, talvez dissesse, como o rei Juba, no *Catão* de Garrett:

Nasci, amigo,

No trono; mas se o trono há de custar-me

Uma só violência, um só gemido,

abjuro o trono.

Dando balanço às forças monárquicas e republicanas, concluía: "É tal a inconsistência dos elementos conservadores mas de outro lado é tão artificial e desnecessária a agitação republicana, que, por certo, não errará quem disser que a república, possível de um dia para outro, poderá nunca vir a ser uma realidade brasileira."

No número 6, de dezembro, há a repercussão do advento da República. Pela primeira vez aparece na *Revista* o pseudônimo Frederico de S., com o qual Eduardo Prado firmava o artigo "Os acontecimentos do Brasil". Já não escrevia com a mesma serenidade de outubro. E, no final, mostrava, claramente, a sua esperança de uma reviravolta na situação: "Quem garante ao Brasil que a revolução de 15 de novembro será a última?... Apesar do exército ou da marinha, ou sobretudo graças a eles, talvez um dia, nestas mesmas páginas, um outro cronista (quem sabe se o mesmo?) venha contar aos leitores da *Revista* como se desfaz uma revolução."

No mesmo número aparecia uma nova seção — "Notas do mês" —, cujo titular era também novo: João Gomes. Ainda aí se tratava de pseudônimo. O autor era Eça de Queirós e as notas versavam exclusivamente sobre o Brasil e a República. O artigo está hoje nas *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais Páginas esquecidas*. Começava entre sério e jocoso. Considerava o movimento "menos uma revolução do que uma transformação — como nas mágicas". Achava a revolução "simultaneamente grandiosa — e divertida". Mas o final era absolutamente sombrio. Com o Império, segundo todas as probabilidades, acabava também o Brasil: "Os Deodoros da Fonseca vão-se reproduzir por todas as províncias. Já decerto em Mato Grosso há um Deodoro que afivela a espada." O Brasil tenderia a esfacelar-se numa quantidade de países: "uns prosperarão, outros deperecerão. Haverá talvez Chiles ricos e haverá certamente Nicaráguas grotescas. A América do Sul ficará toda coberta com os cacos de um grande Império".

O número seguinte trazia outro artigo de Frederico de S. O título era o mesmo; a violência maior. Havia ainda um estudo de Ramalho Ortigão, "O quadro social da Revolução Brasileira". Não demonstrava animosidade em relação ao "acidente militar de 15 de novembro". Parecia-lhe que este, "perante a história e perante a filosofia", nada mais fizera "senão acelerar o progresso, simplificando, pela supressão de qualidades supérfluas, a resolução do problema social na civilização brasileira". Não obstante, tinha observações desagradáveis. A escravidão dera ao trabalho, à disciplina e até a certas manifestações naturais de respeito, um sentido de indignidade e servilismo. Fizera perder a noção de hierarquia e, conseqüentemente, a de autoridade e de governo. Incentivava o

parasitismo social. No Rio de Janeiro, afirmava, “ninguém trilha o solo sob o vigor de passadas regulares e firmes. Caminham todos sinuosamente, em perpendicularidade e sem força, como quem vai convalescente e debilitado, com os pés doloridos, por um terreno escabroso”. E, não satisfeito: “De resto na maioria dos homens do Rio de Janeiro, os ombros são estreitos, os pulsos finos, as mãos esguias, fragilmente articuladas e moles.” Por sua vez, o abolicionismo fora um novo elemento de desordem; tornara-se uma ocupação de desocupados, um meio de vida, uma carreira política.

Ramalho era ótima pessoa; mas o seu dogmatismo científico e o seu pedantismo atlético o tornavam, às vezes, insuportável. Ilustrava as afirmações com exemplos chocantes, colhidos em sua viagem ao Brasil. Os moços de café não usavam avental, que consideravam infamante: “reservam-se o inauferível e como que sagrado direito de trajarem como lhes apraz, uns de fraque, outros de jaquetão, outros de sobrecasaca, e alguns, mais negligentemente, em sem-cerimônia de alcova, de pijama e chinelos”. Uma noite, no Teatro D. Pedro II vira chegar a família imperial. Um só espectador se levantou, em sinal de deferência: ele, Ramalho. Os demais considerariam esse ato de urbanidade, comum na Europa, “uma extravagante afetação palaciana”. Nos dias de recepção do palácio de São Cristóvão um criado detinha as pessoas que chegavam para lhes anotar o nome “com uma ponta de lápis umedecida na língua, sobre um pedacinho de papel”. Esse criado, tinham dito a Ramalho “acumular as funções de fâmulos da casa imperial com as de repórter do *Jornal do Comércio*”.

Não é de admirar que tudo isso repercutisse pessimamente entre nós. Eça escrevia à esposa, em abril de 1890: “A *Revista* tem feito grande ruído no Brasil. O artigo de Ramalho suscitou uma medonha polémica através de toda a imprensa, e em que o Ramalho é desancado sem misericórdia. “Asno” e “poseur” são os nomes mais doces com que o esmagam. Eu também tenho sido suficientemente maltratado nos jornais de São Paulo, pátria de nosso Prado.”⁽¹⁶⁾

Prado continuava a publicar, na *Revista*, até outubro de 1890, os artigos que depois constituiriam o volume *Fastos da dita-*

(16) *Eça de Queirós entre os seus*: cartas íntimas, apresentado por sua filha (D. Maria d'Eça de Queirós). Porto, Lello, 1948. p. 352.

dura militar no Brasil. Já lemos que, por isso, a revista chegou a ser aqui proibida de circular. Mas não conhecemos comprovação disso: e conhecemos uma coleção completa, com as capas, nas quais existe invariavelmente o carimbo: "Agência de publicações mundiais Braz Lauria — R. Gonçalves Dias, 78 — Rio". Não é de crer, se a venda houvesse sido proibida, que as agências distribuidoras continuassem a receber a publicação.

O Padre Amaro em cena

Em 1890 Eça voltou aos palcos cariocas. O Largo do Rossio triunfara definitivamente como centro do teatro popular e da vida noturna. Ganhara novas casas de espetáculos. Assim, em 1881, o Teatro Príncipe Imperial, que foi depois Éden Fluminense, logo a seguir Recreio Fluminense, mais tarde Variedades Dramáticas, nome que ostenta na época. Depois, seria um café-concerto, o Moulin Rouge. Ficava entre a Travessa da Barreira e a Rua do Espírito Santo (atuais Silva Jardim e Pedro 1), onde é hoje o cinema São José. Na Rua do Espírito Santo, Furtado Coelho construíra um novo teatro, a que deu o nome da grande atriz que era sua esposa, o Teatro Lucinda.

Pois foi nele que estreou, numa sexta-feira, 25 de abril de 1890,⁽¹⁾ *O crime do padre Amaro*, drama em 6 atos e 7 quadros, extraído do romance de Eça de Queirós. Mais uma vez quem encomendara a peça fora Furtado Coelho. Escreveu-a Augusto Fabregas, teatrólogo e colaborador de *O País*. Tinha ainda a adaptação um número musical de Francisca Gonzaga.

A crítica, de modo geral, não foi favorável. Bilac, por exemplo, dizia, na *Gazeta de Notícias* do dia 28: "Não espere o Sr. Fabregas que Eça de Queirós o absolva do seu crime." Quem mais atacou a peça, porém, foi Artur Azevedo, no *Correio do Povo*. Considerou-a "uma farsalhada", que desfigurara inteiramente uma obra-prima. Demais era obscena, francamente obscena. Em suma, Fabregas perpetrara um sacrifício literário, muito menos desculpável do que o próprio crime do padre Amaro.

(1) V. artigo sem assinatura, sob o título "Eça de Queirós teatralizado no Brasil", in *Revista do Teatro*, n.º 324, nov.-dez. 1961.

A inimizade entre Fabregas e Artur Azevedo era antiga e notória. Em 1887 Fabregas e o ator Bernardo Lisboa haviam apresentado, sob pseudônimos, na Fênix Dramática, a revista *Há alguma diferença?*, na qual eram atacados outros escritores teatrais, especialmente Artur Azevedo, Moreira Sampaio e Valentim Magalhães. O primeiro era mesmo posto em cena, na pele de um personagem designado como Carioca. O retrato era indisfarçável, quer pelas alusões com que o tipo era apresentado, como pela caracterização do ator que o desempenhava e até pelo próprio nome, pois de Artur fora representada, nesse mesmo ano, a revista *O Carioca*.

Colhidos de surpresa, os atacados, na noite da estréia, apenas puderam esboçar uma assuada. Mas na segunda representação, mobilizados os amigos, Artur Azevedo e Moreira Sampaio, em pessoa, comandaram a vaia, completa, ruidosa, com intervenção policial.

Armado o escândalo, a polícia, para evitar novos distúrbios, suspende a representação da peça. Contra a decisão aparecem protestos na imprensa, pois a censura, inclusive a da própria polícia, aprovara a peça. Entre os que protestam estão Carlos de Laet, Ferreira de Araújo e Filinto de Almeida. Artur Azevedo investiu contra Laet, lembrando uma confidência que este certa vez lhe fizera: se alguém se lembrasse de encarná-lo em cena, esperava-o à saída e desencava-lhe os ossos. Valentim, diretor de *A Semana*, estranhou que, na sua própria revista, da qual Filinto era redator, este se colocasse ao lado dos que o haviam atacado. Filinto invocou a liberdade de opinião. Ferreira de Araújo aplaudiu a Filinto e censurou Valentim. Alcindo Guanabara saiu em defesa de Artur. Laet esclareceu que a ameaça de bordoadas fora dirigida ao próprio Artur Azevedo. Este negou e respondeu que gostaria de ver se a bengala de Laet era tão pronta quanto a sua pena e convidou-o a experimentar. No fim... bem, no fim polícia e autores chegaram a acordo... A peça voltou a ser representada suprimindo-se o Carioca, substituído por um personagem que passou a ser o Dramalhão. O novo quadro tinha como título: *Desmancha-se a diferença*. Filinto voltou à *Semana*. O público, porém, cansado de tanto alarido, não voltou mais ao teatro, certamente considerando que melhor espetáculo já fora representado fora dele. A peça, remendada, teve de deixar o cartaz.

Ao ver atacada, por Artur Azevedo, a adaptação do *Padre Amaro*, Fabregas veio pelas colunas de *O País* defender-se e, lembrando os antecedentes, atribuiu a severidade do crítico a inimizade pessoal. Artur Azevedo retrucou que não era nada disso. Tivesse a peça sido escrita pelo pai dele, Artur, e não diria coisa diferente. No dia em que Fabregas escrevesse peça digna da posição que ocupava em jornal de destaque, ele seria o primeiro a aplaudir-lo, “porque nesse dia o Sr. Fabregas será, para mim, não o sujeitinho que me insultou gratuitamente (vê-se que Artur estava sereno) mas o brasileiro que veio trazer a sua pedra para a construção do nosso teatro”. Se quisesse mal a Fabregas, continuava, não faria à peça a estrondosa propaganda que resultava dos seus artigos. Concluía: “Possa Furtado Coelho, a quem muito prezo e respeito, ganhar muito dinheiro com o “Crime do Sr. Fabregas” e possam assistir à representação todos os habitantes do Rio de Janeiro, todos... à exceção de minha filha.”

Continuaram os anúncios da peça e num deles se mencionou que, contra ela, “procuraram espíritos obcecados levantar o aleive de imoral”. Artur Azevedo atribuiu a frase a Furtado Coelho e respondeu. Não dissera que a peça era imoral. Dissera que era obscena, francamente obscena. É no auge da indignação desabafava: “Numa das situações do drama, pouco falta para que o público assista à fatura do filho do padre Amaro!”

Pois apesar de tudo isso — ou exatamente por tudo isso — a peça fez sucesso. Aliás o próprio Artur Azevedo já consignara, na primeira crítica, que o público “aplaudiu muito, muito, muito” e chamara o autor à cena.

Em 1890, como em 1878, os teatros tinham que mudar constantemente de peça, para garantir público. É fácil imaginar o trabalho e despesa que isso acarretava. Para estimular o aparecimento de êxitos mais duráveis, Dias Braga, também ele autor, ator e empresário, prometera o prêmio de um conto de réis para as peças de autor nacional que, na sua empresa, dessem mais de trinta representações seguidas. Outros lhe seguiram o exemplo, entre eles Furtado Coelho. *O crime do padre Amaro*, tendo tido mais de quarenta representações, ganhou o prêmio.

Bem, a respeito de todos esses acontecimentos, que pensaria Eça de Queirós? Eça, em carta a Fabregas, pensava que lhe fora “extremamente grato” saber que *O crime do padre Amaro* tivesse merecido de Fabregas “uma atenção tão contínua e fiel”. Nunca

lhe parecera o *Crime* suscetível de dramatização. Acreditava que a isso só se prestavam *Os Maias*. Estava, porém, certo de que Fabregas, com os seus “elevados recursos”, pudera tirar do *Crime* uma “ação de teatro interessante e viva”. E passava à questão dos direitos de autor, a respeito dos quais Fabregas o consultara. Era regra na Europa e lhe parecia “muito equitativa”, que autores do romance e da peça dividissem igualmente os direitos. Desse modo, ele, Eça, teria a receber dois e meio por cento da renda bruta. Quanto à récita de autor, ignorava o costume. Deixava ao seu representante (Alfredo Prisco Barbosa, Rua da Alfândega n.º 33) e a Fabregas, que lhe arbitrassem o que fosse considerado razoável. Parecia-lhe, porém, “em consciência”, que a melhor parte dessa récita de autor deveria caber a Fabregas.

Talvez Eça nem houvesse sabido (e nem lhe importava saber, já que não as podia evitar) as coisas extraordinárias acontecidas com o *Padre Amaro* naquela aparentemente tão apropriada Rua do Espírito Santo. Que a peça tinha música; que, na distribuição, como assinalara Artur Azevedo, o moço padre Amaro coubera a Furtado Coelho, que beirava os sessenta anos, enquanto a madura São Joaneira era desempenhada por Gabriela Montani, “tão nova, tão elegante, tão brasileira”; que Amélia fora a mesma Luísa do *Primo Basílio*, isto é, Apolônia Pinto; que em cena — para extrema indignação de Artur Azevedo — fora colocado o Libaninho, com todos os seus ademanos e meneios; e, finalmente, que, se no romance o padre Amaro terminava impune, sob o olhar de Camões a ouvir o Sr. conde de Ribamar, no Rossio as coisas eram bem diferentes: acabava sendo morto por João Eduardo, com um tiro nas costas.

A Eça, o que deve ter parecido realmente extraordinário é que alguém se lembrasse de lhe escrever, do Brasil, para lhe falar em direitos autorais. E mais, que ele chegasse de fato a recebê-los. Informa Cardoso Marta⁽²⁾ que, pouco depois de escrever a Fabregas, o representante de Eça, no Rio, enviou a este “cerca de 500\$000 réis fortes, metade do produto dos direitos de autor até o dia da remessa, distribuídos por vinte e quatro representações”. A peça totalizou, porém, quase o dobro desse número de récitas. Por outro lado, há notícia de que o representante de Eça também

(2) “Notas queirobianas”, no *In memoriam*, op. cit., 2ª ed., p. 263.

participou do recebimento do prêmio de um conto de réis. Eça deve ter recebido, portanto, mais do que os 500 mil-réis fortes. Mesmo que assim não tenha ocorrido, já era uma bela soma. Eça recebia na ocasião, como diretor da *Revista de Portugal*, seiscentos mil-réis *por ano*.

* * *

A celeuma levantada em torno do *Padre Amaro*, de Fabregas, fez com que aparecesse uma comédia a respeito. Era um comentário teatral, um "a propósito", em um ato. Intitulava-se *A prisão do padre Amaro* e foi representado pela primeira vez no dia 26 de maio de 1890, no Recreio Dramático.⁽³⁾ Escreveu-o João Campos Navarro de Andrade, jornalista e teatrólogo nascido em Portugal e que no Rio se radicou e faleceu.⁽⁴⁾

* * *

As minas de Salomão, que Eça acabara de traduzir na *Revista de Portugal*, também teria sido objeto de adaptação teatral, por parte de Aluísio Azevedo. No verbete a este consagrado, J. Galante de Sousa, em *O teatro no Brasil*, menciona: "*As minas do Salomão*, comédia maravilhosa em 5 atos, 17 quadros e 1 apoteose extraída do romance do mesmo nome, de Ridder Haggard."⁽⁵⁾ Não consta referência, porém, a que tenha sido representada.

(3) *Revista do Teatro*, art. cit., p. 16. Galante de Sousa refere ter sido *A prisão do padre Amaro* representada no Teatro Lucinda. Preferimos mencionar aquela informação, que parece mais precisa porque, inclusive, referiu a data. E nesta ainda se deveria estar representando, no Lucinha, a peça de Augusto Fabregas.

(4) J. GALANTE DE SOUSA, *O teatro no Brasil*, op. cit., v. II, p. 51.

(5) *id.*, p. 72.

Um concurso literário durante a Revolta da Esquadra

Se alguém pudesse ser literato apenas por assiduidade, poucos nomes superariam o de Valentim Magalhães. Foi, infatigavelmente, poeta, romancista, contista, cronista, crítico e teatrólogo. Tinha, ainda, a paixão dos periódicos literários.

No dia 3 de janeiro de 1885 apareceu o primeiro número de *A Semana*. Como diretor lá estava o nome de Valentim Magalhães. Eram redatores Alfredo de Sousa, Aluísio Azevedo, Filinto de Almeida, Luís Murat e Urbano Duarte.

Os concursos literários deviam ser da predileção de Valentim, pois foram instituídos quer nessa fase da revista, quer na outra, anos mais tarde, que também o teve como diretor. Com o número de 11 de abril de 1885 era lançado este: "Qual o maior poeta do Brasil?" O princípio era o do voto universal, qualquer um podia mandar o seu voto. As apurações foram sendo anunciadas nos números seguintes, até que, no dia 11 de julho, apareceu o resultado final. Em primeiro lugar, Gonçalves Dias, com 146 votos. A seguir Castro Alves com 108; Luís Delfino com 74; Casimiro de Abreu com 46; Teófilo com 14; Fagundes Varela com 11 e Álvares de Azevedo com 10.

A outra fase de *A Semana*, tendo Valentim como diretor e Max Fleiuss como redator-gerente, iniciou-se em 5 de julho de 1893. Logo no segundo número apareceu novo concurso, ou "plebiscito literário", para empregar a exata denominação com que foi anunciado.

A pergunta era: "Quais são os seis melhores romances escritos em língua portuguesa?" Como no concurso anterior, qualquer

um podia votar. Havia, porém, peculiaridades quanto ao modo de apurar os vencedores. Estes não seriam os seis mais votados, de modo geral, e sim os que, para cada um dos seis lugares, tivessem sido os mais votados. Ou, reproduzindo a explicação da revista: "Cada chapa deverá indicar claramente a ordem de merecimento de modo que na apuração não venha por exemplo a alcançar o 1.º lugar o romance que obtiver maior número de votos em absoluto, mas sim o que tiver obtido para o primeiro lugar; e assim para o segundo, o terceiro etc."

O prazo para o recebimento dos votos era, de um mês, encerrando-se a 12 de setembro.

Dois números adiante, no de 26 de agosto, davam-se notícias do concurso: "Tem despertado vivo interesse, a julgar pelas chapas recebidas e pelas discussões travadas em nosso escritório, o plebiscito oferecido pela *Semana* aos seus leitores. Cabala-se fortemente em favor de *Os Maias* e do *Primo Basílio*, do *Eurico*, do *Amor de Perdição*, do *Retrato de Ricardina*, das *Pupilas do Senhor Reitor*, do lado dos romances portugueses; em favor do *Guarani*, do *Brás Cubas*, da *Casa de Pensão*, do *Ermitão de Muquem*, do lado dos brasileiros." Citava a revista três chapas que estavam circulando: "Primeira: I — *Eurico*; II — *Amor de Perdição*; III — *Primo Basílio*; IV — *Pupilas do Senhor Reitor*; V — *Guarani*; VI — *Casa de Pensão*. Segunda: I — *Os Maias*; II — *O Primo Basílio*; III — *Brás Cubas*; IV — *A Relíquia*; V — *O Ateneu*, VI — *Casa de Pensão*. Terceira: I — *Eusébio Macário*; II — *O Monge de Cister*; III — *O Guarani*; IV — *Os Maias*; V — *A Moreninha*; VI — *O Cortiço*."

Note-se que Eça, embora mais favorecido na segunda chapa, entrava em todas elas.

Os tempos corriam difíceis, com a situação político-militar extremamente tensa, a boataria solta. Não seria das melhores épocas para cuidados literários. Floriano decidira completar o mandato de Deodoro, em vez de promover nova eleição. Sabia-se que a Marinha com isso não se conformava. Na noite de 6 de setembro parte da esquadra se revolta, sob o comando de Custódio José de Melo. No dia imediato praticamente toda a esquadra está em poder dos revoltosos. O serviço de barcas é interrompido, Rio e Niterói ficam sem comunicação entre si. Seguem-se os combates da Armação e o bombardeio de Niterói.

A literatura, como Floriano, resiste. Já declarada a revolta, ainda circula em dia o n.º 6 de *A Semana*.

No dia 10, Rio e Niterói ficam sob estado de sítio. No dia 13 a esquadra abre fogo contra a fortaleza de Santa Cruz e contra a própria cidade do Rio de Janeiro. Há mortos e feridos nas ruas. A população, tomada de pânico, invade a estação da Central do Brasil, querendo fugir para o interior. Muitos são os que vão de carro, ou mesmo a pé, para os subúrbios ou para os arrabaldes mais protegidos. Há quem, não conseguindo teto sob o qual pou-sar, procure abrigo nas matas.⁽¹⁾ Os que moram em lugares privilegiados, como a Tijuca, têm a casa invadida por parentes, amigos e conhecidos. De um se conta que recebeu mais de 30 pessoas; o banheiro virou quarto; à noite dormiam oito na mesa da sala de jantar, enquanto as balas chovem sem muita coerência partidária.⁽²⁾ Em compensação, outros se mantêm imperturbáveis. É o caso de Artur Azevedo, florianista, que continua morando em Santa Teresa, em lugar exposto: uma bala raspa-lhe a casa, corta uma árvore na vizinha chácara de Carlos de Laet, que deve ser simpático aos revoltosos, e acaba por abrir enorme rombo em um outro prédio, cujo dono, possivelmente, é neutro.⁽³⁾

A Semana faz anunciar que o número 7 não poderá sair na data normal, que seria a 16. Aparecerá junto com o número 8, no sábado, 23 de setembro. Na véspera houvera novo bombardeio da cidade, matando 3 populares e ferindo muitos. Dois dias depois a Alfândega é bombardeada. Uma bala põe abaixo a torre da Igreja de Nossa Senhora da Lapa dos Mercadores, na Rua do Ouvidor. Outra cai no Largo do Rosário e mata um vendedor de jornais. Tudo isso não longe da redação de *A Semana*, que fica na Rua dos Ourives, n.º 71, 2.º andar.

Enquanto circulam as notícias de bombardeios e mortes, *A Semana* divulga, no anunciado número duplo do dia 23, o resultado do concurso. A apuração, esclarece, tivera lugar no dia 14. Desse modo, quando todos, apavorados, contavam tiros, os redatores contavam votos, certamente alternando comentários sobre as façanhas do Aquidabã com observações sobre os progressos elei-

(1) CARLOS SARTORI, *Passado e presente da baía da Guanabara*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1965, p. 77.

(2) *O Album*, n.º 40, set. 1893.

(3) id., *ibid.*

torais de Machado de Assis ou Eça de Queirós. As preocupações cívicas não teriam, no entanto, prejudicado a contagem, feita com "o maior escrúpulo", segundo acentua a revista. "Com a maior exatidão", insistiria Max Fleiuss mais tarde, "para evitar ludíbrios ou fantasias".⁽⁴⁾

Eis o resultado do concurso, tal como apareceu em *A Semana* de 23 de setembro de 1893:

Votação para 1.º lugar:

<i>Os Maias</i> , de Eça de Queirós	94	votos
<i>Eurico</i> , de A. Herculano	53	"
<i>Guarani</i> , de J. de Alencar	50	"
<i>Primo Basílio</i> , de E. de Queirós	31	"
<i>Monge de Cister</i> , de A. Herculano ..	19	"
<i>Brás Cubas</i> , de Machado de Assis ..	14	"
<i>Vulcões de Lama</i> , de Camilo C. Branco	13	"
<i>Memina e Moça</i> , de B. Ribeiro	9	"

Para 2.º lugar:

<i>Primo Basílio</i> , de Eça de Queirós	81	"
<i>Os Maias</i> , de Eça de Queirós	73	"
<i>A Carne</i> , de Júlio Ribeiro	44	"
<i>Eurico</i> , de A. Herculano	39	"
<i>Amor de Perdição</i> , de C. C. Branco	25	"
<i>Pupilas do Sr. Reitor</i> , de J. Diniz ..	15	"
<i>Guarani</i> , de J. de Alencar	8	"
<i>O Cortiço</i> , de A. Azevedo; <i>Senhora</i> , de J. de Alencar; <i>Arco de Sant'Ana</i> , de Garrett; <i>Queda de um Anjo</i> e <i>Eusé- bio Macário</i> , de C. Castelo Branco; <i>Memórias de um Sargento de Milícias</i> , de Almeida, e <i>Ateneu</i> , de R. Pompéia, 1 voto cada um	7	"

Para 3.º lugar:

<i>Memórias Póstumas de Brás Cubas</i> , de Machado de Assis	68	"
---	----	---

(4) MAX FLEIUSS, *Páginas brasileiras*. Rio, Imprensa Nacional, 1919, p. 15.

<i>A Carne</i> , de Júlio Ribeiro	63	"
<i>O Cortiço</i> , de Aluísio Azevedo	56	"
<i>Os Maias</i>	31	"
<i>A Relíquia</i>	22	"
<i>O Crime do Padre Amaro</i>	17	"
<i>Amores de Júlia</i> , de Sousa Monteiro	11	"
<i>Amor de Perdição</i>	7	"
<i>Lendas e Narrativas</i> , de A. Herculano	5	"
<i>Morgadinha dos Canaviaes</i> , de J. Diniz	3	"
<i>Guarani</i>	2	"
<i>O Sertanejo e a Senhora</i> , um voto cada um	2	"

Para 4.º lugar:

<i>A Relíquia</i>	50	votos
<i>Amor de Perdição</i>	43	"
<i>Eurico</i>	41	"
<i>A Moreninha</i>	36	"
<i>O Ateneu</i>	35	"
<i>O Crime do Padre Amaro</i>	22	"
<i>Os Maias</i>	19	"
<i>Brás Cubas</i>	14	"
<i>Guarani</i>	13	"
<i>Pupilas do Sr. Reitor</i>	8	"
<i>Quincas Borba</i>	4	"
<i>Tristezas à Beira-Mar</i> , de Pinheiro Chagas	3	"
<i>O Gaúcho e Iracema</i> , de J. de Alencar; <i>Indio Afonso</i> , de B. Guimarães, e <i>Seca do Ceará</i> , de J. do Patrocínio, 1 cada um	4	"

Para 5.º lugar:

<i>A Mão e a Luva</i>	49	votos
<i>Guarani</i>	47	"
<i>Eurico</i>	45	"
<i>Ateneu</i>	38	"
<i>A Carne</i>	27	"

<i>Família Medeiros</i> , de Júlia Lopes	22	"
<i>Os Maias</i>	19	"
<i>O Primo Basílio</i>	14	"
<i>Casa de Pensão</i>	14	"
<i>Morgadinha dos Canaviaes</i>	10	"
<i>Iracema</i>	6	"
<i>Ermitão de Muquém</i> , de B. Guimarães; <i>Memórias de um Doido</i> , de Lopes de Mendonça, e <i>Livro Negro</i> , de Camilo Castelo Branco, 1 cada um	3	"

Para 6.º lugar:

<i>O Ateneu</i>	51	votos
<i>O Homem</i>	50	"
<i>Casa de Pensão</i>	47	"
<i>Amor de Perdição</i>	47	"
<i>O Guarani</i>	35	"
<i>O Cortiço</i>	27	"
<i>Helena</i>	15	"
<i>Iracema</i>	8	"
<i>Memórias de um Sargento de Milícias</i>	3	"
<i>O Sertanejo</i> ; <i>O Cromo</i> , de Horácio de Carvalho; <i>Tristezas à Beira-Mar</i> , de Pinheiro Chagas, 2 cada um	6	"
<i>Inocência</i> , de Silvío Dinarte; <i>Reden- tora</i> , de Ferreira da Rosa, e <i>Múmia da Freira</i> , de C. Castelo Branco, 1 cada um	3	"

Apuração final:

1.º — <i>Os Maias</i>	94	votos
2.º — <i>O Primo Basílio</i>	81	"
3.º — <i>Memórias Póstumas de Brás Cubas</i>	68	"
4.º — <i>A Relíquia</i>	50	"
5.º — <i>A Mão e a Luva</i>	49	"
6.º — <i>O Ateneu</i>	41	"

Quem não se conformou com o resultado, que achou “simplesmente ridículo”, foi Artur Azevedo. Na sua revista, *O Album* (n.º 40, de setembro de 1893), estranhou, sob o pseudônimo de Cosimo, que se fizesse um concurso para saber quais os seis melhores romances da língua, quando o que interessava era saber quais os seis melhores romances brasileiros. Lamentou que entre os classificados não estivesse um romance de Aluísio. No resultado via a manifestação dos “caixeirinhos”. Sendo o comércio fortemente português e tendo um português obtido três colocações, não é difícil ver que Artur Azevedo, com a menção desdenhosa, queria não só tirar autoridade à escolha, pela qualidade dos votantes, como atribuí-la, pela nacionalidade dos mesmos, a motivos patrióticos e não literários.

A Semana deu resposta mansa. Prometeu novo concurso (ela adorava concursos!) só para romances brasileiros. Se os literatos haviam deixado a urna aos caixeiros, que culpa tinham estes? Ela, *Semana*, não acreditava, porém, que os caixeiros tivessem sido grandes eleitores, pois inclusive não tinham tempo para essas coisas. Terminava dizendo: “quase podemos afirmar que a maior parte dos nossos votantes foi composta pela mocidade das escolas superiores”.

Artur Azevedo não tinha razão. Florianista exaltado e irmão de Aluísio, o seu comentário refletia mágoas de irmão e prevenções nacionalistas. Por que não estranhara, antes do resultado, as finalidades do concurso? E por que não interessaria saber quais os seis maiores romances do idioma, sobretudo sendo nós ainda tão vinculados à literatura portuguesa? Ele não dera, aliás, na sua revista, exemplo de nacionalismo literário, pois quando *O Album* abriu um concurso de poesia, fora para a tradução de uma poesia francesa...

Se fosse de “caixeiros” a maioria de votantes, como explicar que Artur se magoasse tanto por não haver Aluísio logrado classificação? Resta acrescentar que se aqueles “caixeiros” fossem portugueses (como estaria subentendido se Artur houvesse deixado bastante claro) não teria sido Eça o escolhido. Nas camadas portuguesas mais simples, o *Amor de perdição*, *As pupilas do Sr. reitor* — e até *A rosa do adro* — sempre foram mais lidos do que qualquer livro de Eça de Queirós.⁽⁵⁾ Entre os portugueses da

(5) ANTÓNIO RAMOS DE ALMEIDA, *Eça*. Porto, Liv. Latina, 1945, p. 10 e 17.

burguesia havia a superstição reverente para com os clássicos, que arrepiavam bem menos do que o embaraçoso autor do *Primo Basílio*.

Em um eleitorado predominantemente português, Eça não obteria, pelo menos no Brasil, a colocação que obteve. Isso foi comprovado, aliás, em concurso semelhante, promovido por um jornal de Coimbra em 1884, no qual votaram também portugueses residentes no Brasil. Perguntava-se quais os três maiores escritores portugueses. A respeito do resultado escreveu um dos promotores do concurso, Trindade Coelho: "Incluindo todos os votos, ou quase todos, o nome de Camilo, os do Brasil carregaram, porém, muito sobre Pinheiro Chagas e Latino Coelho, — de modo que o Sr. Eça de Queirós, que era em todo o país e principalmente em Coimbra, o candidato dos "novos", veio a ficar, feito o apuro, o primeiro da minoria, tendo por mediatos, em número de votos, os senhores Ortigão e Teófilo Braga." (6)

Ora aí está. Camilo, não há dúvida, foi o primeiro. Eça, "o primeiro da minoria", eufemismo para 4.º lugar. Ramalho e Teófilo, 5.º e 6.º, respectivamente. Quanto ao 2.º e 3.º não está muito claro, mas parece que ficaram — graças aos portugueses do Brasil — com Pinheiro Chagas e Latino Coelho.

Ao concurso e aos seus resultados pode ser feita uma série de críticas, como a todos os pleitos dessa espécie. Mas, no que respeita a Eça de Queirós, refletiu, realmente, a idolatria de que o cercavam a nossa mocidade acadêmica e os brasileiros em geral. Lúcio de Mendonça, por exemplo, votara deste modo: 1) *Os Maias*; 2) *O primo Basílio*; 3) *Os fidalgos da casa mourisca*; 4) *O gaúcho*; 5) *A mão e a luva*; 6) *Memórias de um sargento de milícias*. Outro voto brasileiro divulgado foi o do boêmio Raul Braga: 1) *Os Maias*; 2) *O primo Basílio*; 3) *O crime do padre Amaro*; 4) *O ateneu*; 5) *Casa de pensão*; 6) *O cromo*.

O prestígio de Eça de Queirós se evidenciava, aliás, qualquer que fosse o modo de considerar os números apurados. Assim, somados os votos dados a cada obra, nas várias colocações, o resultado seria este:

(16) "Plebiscito", in *Revista Moderna*, dirigida e editada por Martinho Botelho. Paris, Ano I, n.º 10, 20 nov. 1897, p. 306 (número dedicado a Eça de Queirós).

1.º — <i>Os Maias</i>	236 votos
2.º — <i>Eurico</i>	178 votos
3.º — <i>O Guarani</i>	155 votos
4.º — <i>A Carne</i>	134 votos
5.º — <i>O Primo Basílio</i>	126 votos
6.º — <i>O Ateneu</i>	125 votos
7.º — <i>Amor de Perdição</i>	122 votos
8.º — <i>Brás Cubas</i>	96 votos
9.º — <i>O Cortiço</i>	84 votos
10.º — <i>A Reliquia</i>	72 votos
11.º — <i>Casa de Pensão</i>	61 votos
12.º — <i>A Mão e a Luva</i>	49 votos
13.º — <i>O Crime do Padre Amaro</i> ...	39 votos
14.º — <i>A Moreninha</i>	36 votos

O primo Basílio e *A reliquia* seriam deslocados do 2.º e 4.º lugares para 5.º e 10.º, respectivamente. Em compensação via-se como fora destacada a votação de *Os Maias*.

Se fossem considerados os autores e não as obras, somando-se todos os votos para as várias obras dos romancistas sufragados, resultaria a seguinte classificação:

1.º — <i>Eça de Queirós</i>	473 votos
2.º — Alexandre Herculano	202 votos
3.º — Aluísio Azevedo	195 votos
4.º — José de Alencar ..	174 votos
5.º — Machado de Assis	164 votos
6.º — Camilo Castelo Branco	139 votos

Tivesse Artur Azevedo se dado ao trabalho de jogar com os números, como hoje é hábito fazerem os políticos para o encarecimento de vitórias ou a justificação de derrotas, e encontraria consolo. Pelo critério do concurso, Aluísio deixara de ter um dos seus livros colocado em 6.º lugar. No entanto, pelo conjunto de sua obra, teria sido classificado entre os seis maiores romancistas da língua, em posição superior a Alencar, Machado e Camilo...

Quanto a *Eça de Queirós*, com mais do que o dobro dos votos do imediatamente seguinte, ainda sob esse aspecto se configurava o modo pelo qual era considerado no Brasil: primeiro, longe.

Candidato a presidente e crítico de Sarah Bernhardt

A Revolta da Esquadra findara em março de 1894. Em novembro desse ano, Prudente de Moraes, primeiro presidente eleito pelo voto popular, assume o governo. Há muita exaltação entre os florianistas. Mas também há um grande desejo de pacificação, um grande anseio de que o País se recomponha das tropelias financeiras do Encilhamento e da insegurança resultante dos pronunciamentos militares.

O Brasil está de relações rompidas com Portugal. Os florianistas excitam o sentimento antiportuguês, inconformados com o asilo que fora dado aos revoltosos, em navios portugueses surtos na Guanabara. E ainda com o fato de, a bordo de tais navios, terem os revoltosos ido engrossar, no sul, as hostes federalistas, contrárias a Floriano.

A admiração que envolve Eça de Queirós consegue que ele não seja atingido pela paixão política, apesar da pouca simpatia que demonstrara para com a República e do apoio que dera a Eduardo Prado. Ao contrário, tal admiração faz com que até se procure associar o escritor à nova forma de governo.

A prova disso é que em 1895, ao correr aqui o boato de ter caído a monarquia portuguesa, logo alguém levanta a candidatura de Eça de Queirós para presidente de Portugal:

Circulou com insistência
Uma nova... sem igual;
Espalhada sem prudência
Circulou com insistência.

Se proclamou sem violência
República em Portugal!
Circulou com insistência
Uma nova sem igual.

O velho guerreiro luso
Frígio barrete deitou!
Devia ficar confuso
O velho guerreiro luso,
Quando, em vez do elmo de uso,
Na cabeça o colocou!
O velho guerreiro luso
Frígio barrete deitou.

Eu ao Eça — Presidente
Designava, e muito bem;
Louvaria francamente
Eu ao Eça — Presidente.
Ministros — Ribeiro, o ingente,
Victor, Papança também.
Eu ao Eça — Presidente
Designava e muito bem.

Rosa, Mendonça, Bordalo,
Que ministério de truz!
Darão ao mundo abalo
Rosa, Mendonça, Bordalo.
Não hesito em declará-lo
O ministério da luz.
Rosa, Mendonça, Bordalo
Que ministério de truz.

E a notícia até agora
Não teve confirmação!
Que detestável demora!
E a notícia até agora

Dizem falsa! A nova aurora
Nos tire desta aflição!
E a notícia até agora
Não teve confirmação.

Apareceram estes versos, sob a assinatura "Lu-No", na seção "Chinoiseries" do *Don Quixote*, de Ângelo Agostini, n.º 25, de 20 de julho de 1895.

Nesse mesmo ano, com diferença de poucos dias, morriam Floriano e Saldanha da Gama. Ainda em 1895, Brasil e Portugal reatavam relações.

* * *

Eça retomara, em 1892, a correspondência regular para a *Gazeta de Notícias*, interrompida em 1889. São crônicas, a *Correspondência de Fradique Mendes*, um ou outro conto.

Em 1895, por exemplo, a publicação de *O tesouro* arranca de Olavo Bilac, na revista *A Cigarra*, que dirige com Julião Machado, este brado de entusiasmo: "Que novela! Nunca o poderoso mestre de *Os Maias* e do *Crime do Padre Amaro* produziu trabalho de tamanha sobriedade de estilo, de tão espantoso vigor de descrição e, ao mesmo tempo, de tão fina sutileza artística."⁽¹⁾

A penúltima correspondência de Eça para a *Gazeta*, publicada em fevereiro de 1897, é uma das mais vivas e mais alegres. É a célebre "Carta aos estudantes do Brasil, sobre o caso que deles conta M.^{me} Sarah Bernhardt". Os estudantes, o caso, a carta, era tudo risonho pretexto para trocar da grande Sarah, que era genial, mas que era também um monumento de vaidade e cabotinismo.

Sarah já estivera no Brasil duas vezes, em 1886 e 1893, e voltaria ainda no princípio do novo século. Em 1896, por ocasião de homenagem prestada em Paris (e, segundo Eça, procurando justificar uma condecoração que ambicionava), resumira, para o *Figaro*, o que fora o seu papel, no Universo, como embaixatriz da arte e da cultura francesa. Desfiava as diversas homenagens — que Eça reproduz e comenta — tributadas nos países que percorrerá em suas *tournées*. Entre elas lá estava a do Brasil, onde

(1) R'º de Janeiro, 22.8.1895.

os estudantes, para substituírem os animais que puxavam o carro de Sarah, teriam até lutado com a polícia.

Durante algum tempo tivemos dúvida quanto à absoluta exatidão de Eça, ao reproduzir o relato da atriz. Não tanto pelo que tocava ao Brasil, onde a homenagem apontada não teria nada de extraordinário na época. O próprio Machado de Assis confessou que também puxara um carro, o da Candiani. Mas os outros tributos eram tão mirabolantes, que sempre admitimos tivesse havido algum exagero do comentarista, para aguçar o efeito cômico.

Uma crônica de Artur Azevedo — que era grande admirador de Sarah e aqui a defendeu em vários incidentes, quando das visitas da atriz ao Rio de Janeiro —, a qual foi publicada em *O País* de 18 de junho de 1899,⁽²⁾ transcreve o seguinte trecho do documento que Eça mencionara, firmado por Sarah e publicado no *Figaro* de 8 de dezembro de 1896:

En Amérique du Sud, au Brésil, les étudiants se sont battus à coups de sabre parce qu'on voulait les empêcher de crier "Vive la France" en trainant ma voiture.

Aí estão até os sabres, que, como Eça notou, os estudantes não possuíam. Apenas, pelo trecho citado, a batalha teria sido menos para puxarem a carruagem, do que para vitoriarem a França enquanto puxavam.

Reproduz Artur Azevedo outras passagens, narradas por Sarah em longa entrevista concedida a Jules Huret, e que este publicou em folheto. Em tais passagens, que se Eça conheceu não comentou, disse ela que, no Brasil, depois da representação de *Fedra*, foi chamada à cena 200 vezes.

Cada uma de tais chamadas — desde os aplausos que se manifestam e crescem, aparecimento da atriz, curvaturas, até a saída do palco — suponhamos que leve um minuto. E aí temos que Sarah Bernhardt pretendeu ter ficado três horas e 20 minutos sendo aplaudida.

Dos nossos patricios foi dito isto:

(2) Cf. *Revista de Teatro*, n.º 315, mai.-jun. 1960, p. 30, onde a crônica de Artur Azevedo foi reproduzida.

Des hommes d'une richesse ridicule, des hommes à favoris noirs, couverts de pierreries comme des idoles, attendent Sarah Bernhardt à la sortie du théâtre et étalent leurs mouchoirs par terre, de peur que la poussière ne souille les pieds de Phèdre ou de Théodora.

Por menor que fosse a distância, para que houvesse um tapete razoável seria necessária uma quantidade não pequena de lenços. Os seus portadores constituiriam uma pequena multidão masculina, toda de suíças negras e faiscante de jóias...

Mais generosos, porém, teriam sido os argentinos:

L'enthousiasme des Argentins est tel, qu'ils découpent dans l'admirable territoire des Missions — le plus beau de la République Argentine — un domaine de 6.000 hectares, qu'ils offrent à la tragédienne. Et Sarah promet à ses donateurs de profiter de son premier mois de loisir pour aller se reposer au milieu des gazelles devenues les siennes, à l'ombre des gardénias et des diamelas qui sont maintenant sa propriété!

Tocante, sem dúvida. O pior, comentava Artur, é que Sarah perdera todo esse hipotético Paraíso. Com a decisão arbitral, que restituíra ao Brasil o território das Missões — ainda que verdadeira a afirmação da extraordinária atriz —, terras, gazelas, gardénias e diamelas eram agora brasileiras...

Sarah Bernhardt, "a considerável senhora", era, como concluía Artur, uma grande artista e tinha todas as virtudes — todas, exceto a de Epanimondas. O episódio dos estudantes, ele o classificou de "carrapetão". Eça concluiu do mesmo modo ao terminar o "Bilhete de Paris" que, durante os três dias da publicação na *Gazeta* — de 20 a 22 de fevereiro de 1897 — prendera, com um interesse apaixonante de folhetim, a atenção do público fluminense. Guardem-se, além do encanto da crônica, as expressões de Eça quando o navio de Sarah se aproxima do Rio de Janeiro: "Salve, terra amável!... terra que é quase a minha terra." (3)

(3) *Cartas familiares e bilhetes de Paris*. Porto, Lello, 1907, p. 228.

Uma revista brasileira em Paris

Martinho de Arruda Botelho fazia parte da aristocracia paulista. O pai, Antônio Carlos de Arruda Botelho, barão, depois visconde, e finalmente conde do Pinhal, era um homem empreendedor e ativo que abria fazendas, construía estradas de ferro, fundava cidades e bancos, dirigia e ganhava eleições. Assim, com essas palavras, a condessa do Pinhal, ao atingir cem anos, lúcida e forte, evocaria a figura do marido⁽¹⁾.

O filho, moço, vivendo na França com a largueza permitida pelos recursos da família, talvez com ambições literárias, decidiu lançar-se a uma empresa que, se não tinha os mesmos acentos heróicos das iniciativas paternas, nem por isso deixava de ser também extraordinária: fundar e dirigir uma revista brasileira em Paris.

Chamou-se *Revista Moderna* e o primeiro número apareceu em 15 de maio de 1897. Era uma publicação de luxo, 36 páginas em papel *couché*, com muitos desenhos e fotografias.

O artigo de apresentação, uma crônica intitulada "A revista", trazia as iniciais de Eça de Queirós, que colaborava ainda com um conto, "A perfeição", ornado de belos desenhos, dos quais três assinados L. Mignon. Martinho Botelho apresentava o "Sumário social e político". Domicio da Gama comentava "O salon dos Campos Elísios" e incumbira-se da seção "Livros novos". Havia ainda uma seção sob a rubrica "Sport", que no primeiro tópico se ocupava de hipismo e no segundo da luta que haviam travado em Carson City, aos 17 de março de 1897, pelo campeonato mundial de boxe, Jim Corbett e Bole Fitzimmons.

(1) WANDERLEY PINHO, *op. cit.*, p. 100.

Merece igualmente referência a seção: "Elegância e moda", tanto mais que nela é que se marcava a intenção brasileira da revista. Aludindo à falta de coincidência entre as nossas estações e as européias, esclarecia haver sido contratado, com "uma das primeiras casas de Paris", o fornecimento de informações e desenhos exclusivos "sempre de acordo com as estações no Brasil". Ainda nessa crônica se referia "a título de curiosidade" — e a esse mesmo título é feita aqui a menção — que as cores de maior sucesso, no momento, eram o "*vert ancien, o violet* de todas as nuances e o cinzento". Acrescentava-se: "o vermelho, que fez enorme furor nas duas últimas estações, começa a ser abandonado".

A *Revista* foi inicialmente mensal. Logo, porém, a impaciência (e os recursos) de Martinho Botelho acharam pouco um número só por mês. Do número cinco em diante passou a quinzenal. Eça era o principal colaborador da *Revista*, mas não participava da direção, tanto que não teve conhecimento prévio da mudança. Disso ficou prova em carta datada de 25 de agosto de 1897, na qual dizia à esposa: "Hoje, tarde, já de mala quase feita, passei pela *Revista* para falar com o Serra, quando soube, com surpresa, que devia dar, até além d'amanhã, outra Crônica (ainda há oito dias dei uma!) porque agora a *Revista* é quinzenal! É de certo um acréscimo de ganho — mas um bom acréscimo de trabalho." (2)

Segundo Eça diria em outra carta, Eduardo Prado exercia sobre o moço diretor da *Revista*, seu conterrâneo, uma forte influência. Provavelmente por intermédio de Prado é que Martinho se aproximou de Eça de Queirós e do grupo brasileiro que frequentava a casa de Neuilly. Magalhães de Azeredo e Domício da Gama foram colaboradores assíduos da publicação. Eduardo Prado também nela escreveu. Mas a sua maior atração, o seu "criador literário", como disse o próprio Martinho Botelho, foi indiscutivelmente Eça de Queirós.

Em nenhum número deixou de estar presente. Sente-se que ele, que toda a vida sonhara com publicações dessa natureza, teve um interesse muito especial pela *Revista* com que não sonhara, da qual não era pai, mas padrinho, onde podia apreciar os requintes artísticos permitidos pelos recursos do dono, sem ter que se preocupar com a circulação e as contas.

(2) *Eça de Queirós entre os seus*, op. cit., p. 352.

Na crônica de abertura apresentara a *Revista*, “esta simplificação concentrada da História”, aos amigos “que ela já pressente e risonhamente espera no Brasil e em Portugal”. A propósito da publicação “que nasce em maio, com as flores de maio”, exaltou longamente as revistas, de modo geral, e o papel por elas desempenhado “para todos aqueles, inumeráveis, que no imenso *in-folio* do Mundo apenas têm o vagar de percorrer açodadamente o Índice!” Para o mesmo número, já foi dito, contribuiu ainda com o conto “A perfeição”. Depois, sempre um conto, ou uma crônica, ou um capítulo de *A ilustre casa de Ramires*.

Assim, o número dois trouxe “José Matias”, também com ilustrações de L. Mignon. No número três apareceu a “Carta a Bento”. No quatro a crônica “Na praia”. Em 8 de agosto de 1897, Canovas del Castillo, homem forte da agitada política espanhola, presidente do Conselho, era assassinado, em tranqüila estação balneária, por um anarquista italiano que se instalara como seu companheiro de hotel. Eça escreveu então, e foi publicada no número cinco, uma crônica impressionante: “No mesmo hotel”.

A visita do presidente da França, Félix Faure, à Rússia, constituiu um grande acontecimento na época. A visita do rei do Sião, vindo à Europa em iate próprio, foi ainda mais sensacional por todo o exotismo de que se cercou, a começar pelo nome do soberano: Sondeth Maha Fschulalonkorn.

A viagem do presidente francês Eça consagrou a crônica “Antigas visitas”, aparecida no número seis. A propósito da outra, da visita “semipasmada, semi-enfasiada” do soberano oriental, escreveu “França e Sião”, que veio no número sete.

Provocada pelo papa Leão XIII foi a crônica seguinte, “Encíclica poética”.

A do número nove era dedicada ao marquesinho de Blandford, primogênito do duque de Malborough, que acabava de nascer com “um luxo inédito na História do Luxo”. Para criar e realizar o enxoval fora levado a efeito — contava Eça entre divertido, irritado e apiedado — um concurso de arte entre todos os artistas de raça anglo-saxônia; e assim tal ilustre pintor de arte sacra “velou meses para conceber o feitio sublime de um couro”. Outro, arquiteto, interrompendo uma catedral, “espremeu todo o seu gênio nos ornatos de um sapatinho”. Tudo isso porque a mãe do menino era uma Vanderbilt. Daí, dos milhões vanderbiltianos,

os sublimes cueiros de que o menino, muito providentemente, possuía doze dúzias; daí as camisinhas que os jornais de Nova Iorque, "com um justo rubor de glória", confirmavam terem custado cento e cinqüenta ou mesmo duzentos mil-réis cada uma, "camisinhas de gala para os dias nobres em que um Imperador, ou um Rothschild, ou mesmo talvez um poderosíssimo fabricante de chouriços de Chicago, tome nos seus braços augustos, por um momento, com inquietação e afastando as calças, o herdeirinho da casa de Malborough".

Esse número 9, de 5 de novembro de 1897, tinha ainda a assinalá-lo a circunstância de nele se prestar homenagem a Machado de Assis. Havia um retrato (desenho, não assinado) em página inteira, *hors-texte*, e Magalhães de Azeredo firmava um artigo de três páginas com os maiores elogios ao escritor e ao homem.

Em determinado momento aproximava Eça e Machado: "Portugal tem hoje o seu grande humorista: Eça de Queirós; mas este não é porventura tão amargo no brilho violento e militante dos seus períodos, como Machado de Assis na mansidão quase ingênua com que expõe os seus trechos de doutrina."

No número 10 havia também homenagem. Com maior exactidão se dirá que o número todo era de homenagem, desta vez a Eça de Queirós.

Eça recebeu poucas manifestações em vida. Se, para atrair a atenção do público, imaginou, quando moço, o stratagem de apresentar um romance como sendo a crônica de um crime real; se, ainda pensando no público, solicitava aos amigos anúncio e comentário para os livros que escrevia — por outro lado era capaz de ser tão discreto que um diplomata estrangeiro, tendo com ele convivido durante anos, na Inglaterra, surpreendeu-se ao saber, muito depois, que Eça era escritor. Em Paris é notório como se alheou do mundo literário; como enviava o vice-cônsul, em seu lugar, a todas as solenidades que podia, emprestando-lhe a condecoração, não vendo mal algum em que ele se fizesse passar pelo cônsul, se tanto fosse necessário.

Pela falta de maiores homenagens, ele próprio, Eça, deve ter sido o principal responsável por sua modéstia real e íntima, e por seu sentido de ridículo, que não perdia sobretudo em causa própria. Conhecem-se movimentos improvisados, espontâneos e inevi-

táveis: assim a manifestação de um grupo de estudantes de Coimbra, comovidamente contada por Alberto d'Oliveira, quando uma noite descobriram Eça à janela de um trem.⁽³⁾ Outra foi a de participantes do cortejo cívico, quando das comemorações do 4.º Centenário da Descoberta das Índias. Eça deixou registro risonho, em carta à esposa: "Aqui, no Rossio, o Cortejo passou num silêncio glacial, quase sombrio, um silêncio de 30 mil pessoas. Eu, todavia, se me faz favor, tive a minha pequena ovação, que agradei do quarto andar, com modéstia. Os pequenos teriam apreciado consideravelmente estes "vivas"!"⁽⁴⁾

Homenagem em sentido amplo, coletiva, formalizada e metódica, das que comportam talher, discurso e retrato, nenhuma houve como a da *Revista Moderna*, assim mesmo sem talher e substituídos os discursos por artigos.

Carinhosamente a direção da *Revista* providenciou a colaboração do maior número possível de escritores brasileiros e portugueses; ilustrou o texto com inúmeras fotografias de Eça de Queirós e da casa de Neuilly.

As palavras iniciais, de Martinho Botelho, reafirmavam a gratidão da *Revista*, "natural gratidão da criatura para com o criador, pois Eça de Queirós é, direta ou indiretamente, o criador literário da *Revista Moderna*".

Dos escritores portugueses mais conhecidos, colaboraram Maria Amália Vaz de Carvalho, Batalha Reis, Jaime de Seguíer, Xavier de Carvalho, Arnoso, Ficalho, Mariano Pina, Sabugosa. A contribuição deste último, que tem sido pouco reproduzida, consistiu em um alegre soneto. A homenagem da *Revista* era figurada como uma romaria, na qual ele, Sabugosa, atirava a sua girândola de três tiros ou

De três respostas

Há festa rija. O adro da *Revista*
Empavesa-se alegre em arraial.
É orago da festa um romancista,
Festeiros todos nós em Portugal.

Em frente ao nicho do dileto artista
Arcos de buxo tece cada qual;

(3) ALBERTO D'OLIVEIRA, *Eça de Queirós — Páginas de memórias*, Lisboa, Portugal-Brasil Ltda., s. d., p. 19 ss.

(4) *Eça de Queirós entre os seus*, op. cit., p. 381.

Queimam alguns no ar fogo de vista,
Outros incenso em forma ritual.

Fui chamado também à romaria.
Concorro a ela com foliar discreto,
Opa vermelha e trunfa luzidia;

E sem a pena besuntar d'Himeto,
Deito em honra de São José Maria,
Em guisa de foguete, este soneto.

Dos colaboradores brasileiros o primeiro era Eduardo Prado, que firmava o artigo principal do número: "Eça de Queirós — O passado — O presente". Seguiu-se Oliveira Lima, que dava testemunho do que era, no Brasil, a admiração pelo escritor: "Conheço no Brasil pessoas, que não são propriamente homens de letras mas indivíduos de inteligência e ilustração, que sabem de cor páginas inteiras dos *Maias*, do *Primo Basílio*, do *Crime do Padre Amaro* e deliciam-se em repeti-las." Magalhães de Azeredo contribuía com um longo artigo. Nele é que apareceu a primeira referência — depois muito repetida — à preocupação de Eça em saber, quando se proclamou a República, o que achara a respeito Machado de Assis. De Domicio da Gama era a colaboração sob o título "Na falta de idéias claras". Raimundo Correia confessava-lhe admirador entusiasta de Eça de Queirós e acrescentava: "No Brasil, especialmente, não imagina talvez o notável escritor quanto é festejado o seu nome e como são lidas e apreciadas as suas obras."

O grande acontecimento desse número de homenagem foi, porém, o início da publicação de *A illustre casa de Ramires*. Havia quase dez anos, desde o aparecimento de *Os Maias*, em 1888, que Eça estava ausente do romance. A nova obra, cujas páginas iniciais eram apresentadas com ilustrações de Dillon, teria necessariamente de provocar enorme curiosidade.

O texto constante da *Revista Moderna* (onde o romance não chegou, aliás, a ser totalmente publicado) possui, hoje, um outro motivo de interesse, que é o de apresentar diferenças em relação ao texto do livro, aparecido em 1900. Não fomos procurá-las ao longo dos números da *Revista Moderna*. Mas nesse primeiro trecho, publicado no número de homenagem, elas logo aparecem.

Há sensíveis diferenças de redação e até de nomes de personagens. Sabe-se como Eça era capaz de melhor caracterizar as suas figuras com a alteração de um simples traço, fosse este adjetivo ou nome próprio. É notório, por exemplo, que Basílio esteve para se chamar João Carlos. Ora, é inegável que Basílio (e que nos perdoem todos os Basílios) transmite uma frieza muito mais compatível com o personagem do que a sonoridade romântica de João Carlos. Não é impossível que, no caso, tenha havido ação do subconsciente. Na escolha do melhor nome para um personagem antipático, poderia ter afluído a velha antipatia para com Basílio Alberto, o reitor detestado da Universidade de Coimbra.

Da *Ilustre casa* guarda-se memória de José Lúcio Castanheiro, aquele homem que foi o responsável por ter Gonçalo escrito a "Torre de D. Ramires"; aquele terrível "Castanheiro patriotinheiro" que com tanto sentimento e veemência proclamava "a necessidade, caramba, de reatar a tradição! de desatulhar, caramba, Portugal da aluvião do estrangeirismo!"

Pois bem, este sonoro José Lúcio Castanheiro, chamou-se magramente, na *Revista Moderna*, T. Pinheiro. Ao retocar o romance, para a publicação em livro, Eça manteve a filiação vegetal. Mas é inegável que o personagem ganhou com a simples mudança da espécie.

O "severo genealogista" que assegurava a antigüidade da linhagem dos Ramires, era, na *Revista*, o barão de São Prudêncio; no livro passou a ser o morgado de Cidadelhe.

Até pormenores de cor foram modificados. A livraria de Gonçalo, em que o encontramos logo no primeiro capítulo a escrever a sua novela, é, na *Revista*, "rebocada de escarola amarela", enquanto no livro tornou-se "escaiolada de azul". Talvez a mudança fosse consequência da mudança na cor dos cravos. Sim, porque na *Revista* havia sobre a mesa de Gonçalo "uma tigela de cravos vermelhos", que no livro foi substituída por "um copo de cravos amarelos". Esta última alteração se torna mais sugestiva ao nos lembrarmos que, em outro ponto da obra, foi mencionado ser o amarelo a cor heráldica dos Ramires.

Do número 10 em diante (peló menos até o n.º 24, que é o último que conhecemos) a *Revista* nunca deixou de incluir o prosseguimento do romance. Contudo, tendo cessado as atividades, não chegou a publicá-lo integralmente. A colaboração de Eça, a partir

daquele número, passou a ser, quase exclusivamente a dos capítulos da *Ilustre casa*. No "quase" se incluem os artigos sobre Eduardo Prado e sobre a rainha D. Amélia.

Um trecho deste último mostrava a serena coragem moral do escritor. Mostrava, ainda, que, quase no fim da vida, o desabusado folhetinista de outrora e incoercível humorista de sempre mergulhava por vezes no que ele chamou, tratando de outrem, "um profundo lago de tristeza quieta". Eram, ao findar o artigo, estes períodos: "Depois, a presença angustiada das misérias humanas, tanto velho sem lar, tanta criancinha sem pão, e a incapacidade ou indiferença de Monarquias e Repúblicas para realizar a única obra urgente do mundo, "a casa para todos, o pão para todos", lentamente me têm tornado um vago anarquista entristecido, idealizador, humilde, inofensivo... Anarquismo, mesmo vago; tristeza, mesmo filosófica; idealização, mesmo escondida, não compõem um bom cortesão."

Estas linhas, repetidamente citadas, são da maior importância para o conhecimento do homem. Já houve quem considerasse que, pelo fato de haver casado com uma senhora da mais alta nobreza; de haver, pelo casamento, podido tratar a duquesa de Palmela como "querida prima" — Eça se tornou um "conformista", a antiga revolta esmaecida pelo deslumbramento ante a fidalguia de parentes e amigos.

Só as palavras do artigo à rainha bastariam como desmentido. Poderia ter deixado de escrevê-las. Era escritor consagrado, ocupava cargo oficial, ninguém se empenhara mais que ele em que a homenagem resultasse perfeita, como se vê de carta a Arnoso, quando insiste no envio das melhores fotografias da rainha. Aquelas palavras, porém, eram um sentimento; mais, uma convicção. No sarcasmo com que celebrou os cueiros brasonados do marquês de Blandford, havia revolta e piedade, pela lembrança de todas as crianças desprotegidas do mundo, piedade que se estendia até mesmo ao pequeno marquês, por estarem estragando a criança que existia sob tantos braços e tantos milhões. Na homenagem à rainha, o preito à senhora que, com suas qualidades pessoais, enobrecia o trono que ocupava, não traduzia absolvição de instituições, nem reverência generalizada a governantes. Daí mais uma vez o protesto, já agora sob a forma de uma ressalva de desencanto.

Não tendo hesitado em escrever tais palavras, embora certo do desgosto que poderiam provocar, também delas não se arrependeu quando causaram a reação prevista. Limitou-se a registrar, escrevendo de Lisboa para a esposa em Paris, que o artigo “desagradou aqui soberanamente”. E quase divertido: “Até mesmo aqui em casa têm mantido sobre esse fato um silêncio pudico.”⁽⁵⁾ Só a rainha, mostrando-se reconhecida, compreendeu ou pareceu compreender — e se realmente compreendeu era de fato uma rainha.

Continuou a *Revista* na missão, que lhe fora traçada no artigo de abertura, de dar notícias e imagens, “resumos supremos, postos em curtas linhas e em finos traços, de vastos e complicados movimentos do Pensamento e da Ação”.

Passam nas suas páginas as guerras, como a de Cuba, ou a da Turquia com a Grécia, ou revoltas contra os ingleses na Índia, e as notícias se enchem de retratos de generais e de desenhos de batalhas; as expedições de Nansen e Andrée ao Pólo; as viagens do kaiser à Rússia e à Hungria, ou as manobras do seu regimento de hussardos. Desfila o cortejo triunfal da rainha Vitória, nas festas do seu jubileu; choram-se as vítimas do terrível incêndio do Bazar de Caridade, em Paris, no qual pereceu a duquesa de Alençon; não são escondidas, no noticiário sobre o processo Dreyfus, as simpatias pelo acusado.

As descobertas que se sucedem, abrindo perspectivas deslumbradas, encontram também espaço na *Revista*. Fala-se de “um jovem e inteligente inventor, o Sr. Marconi” e de seus trabalhos quanto à telegrafia sem fios. Talvez cético, mas prudente, o noticiário remata: “Em todo o caso a invenção do jovem italiano tem de certo bastante valor, pois conseguiu ocupar, nestes últimos tempos, os espíritos cultivados mas pouco entusiastas dos sábios ingleses.” Mais calorosa se mostraria a *Revista* para com outra invenção: a do “emprego do balão como motor em caminhos de ferro, nas montanhas”. Também veio notícia e retrato do professor Roentgen, “o descobridor dos raios luminosos a que ele deu o nome vago de X, à espera, talvez, de denominação que de modo preciso os caracterize”. Ao enumerar algumas das aplicações da recente e misteriosa invenção, mostrava-se o comentarista impressionado com “o papel que lhe é atribuído nas alfândegas, nas quais constitui o terror dos contrabandistas”.

(5) *Eça de Queirós entre os seus*, op. cit., p. 366.

Dos nascentes automóveis, a “veloz máquina”, foi publicada notável fotografia de dois, a vapor, no Central Park de Nova Iorque. O fabricante, ainda preso às idéias convencionais, colocava os passageiros na frente e o motorista atrás, em plano mais elevado, de cartola, como se fosse cocheiro. Eram, em suma, carruagens em que apenas faltavam os cavalos. Não deixava de ser noticiado, porém, e com deslumbramento, o feito de um esportista norte-americano, que em seu *mail-coach*, “puxado por quatro valentes trotadores ingleses”, conseguira cobrir em meia hora os 30 quilômetros que separam a cidade de Búfalo das cataratas de Niágara.

Na direção da *Revista Martinho Botelho* sempre se manteve impavavelmente discreto. Nunca se valeu dos seus direitos de proprietário para impingir conto ou soneto. Salvo uma ou outra nota de apresentação, curta e sóbria, como a que redigiu para o número dedicado a Eça de Queirós, limitava-se à habitual crônica política. Escrevia de modo simples, sem veleidades literárias. Em publicação que patrocinou tantas homenagens, nunca promoveu homenagem a si mesmo. Nela nunca apareceu sequer o seu retrato. Este fomos encontrá-lo em outra revista da época, *Brasil-Portugal*, editada em Lisboa, número de 16 de maio de 1899.

O retrato, de busto, é o de um belo moço. Feições finas, cabelo repartido ao meio, costeletas comedidas, bigode com as pontas levemente arqueadas para cima. Dá igualmente idéia da sua elegância: colarinho duro, *plastron*, colete fantasia trespassado.

O artigo que acompanhava o retrato “deste ilustre e simpático brasileiro”, não poupava elogios à *Revista Moderna* e ao seu diretor. Daquela dizia ser “capaz hoje de rivalizar com as melhores revistas congêneres, como a *Illustration*, a *Black & White*, etc. Quanto a Martinho, era “um rapaz na força da vida, talentoso, ativo, enérgico, e ao mesmo tempo um consumado homem de sociedade”. Fornecia informações biográficas: Martinho nasceu em São Paulo, onde cursara a Faculdade de Direito. Depois completara, “em criteriosas viagens de estudo pelo estrangeiro, a sua bela educação”. Casara, em São Petersburgo, “com uma senhora da primeira sociedade russa”. Recentemente fixara residência em Paris, “onde com ardente amor continua a consagrar-se à prosperidade e expansão de sua querida Revista”.

Exatamente no momento em que era assim louvada, a *Revista* morria; mais exatamente, já morrera. Até completar um ano aparecera com bastante regularidade. Publicado o primeiro número em 15 de maio de 1897, o número 24 saiu em agosto de 1898; o número 25, todavia, só foi posto à venda em novembro desse ano; e o número 26 — o último — circulou em março de 1899.

Não devem ter sido estranhos, ao desaparecimento da luxuosa *Revista*, os golpes sofridos pela fortuna do conde de Pinhal. Quase subitamente Martinho Botelho se encontrou em situação de ter de ganhar a vida. Conseguiu, porém, manter-se em Paris ainda por muitos anos. Chegou mesmo a fundar uma nova revista, *Brasil-Magazine*. Só voltou à pátria depois de iniciada a guerra de 1914.

Estas últimas informações são fornecidas por J. F. de Melo Nogueira, em artigo no qual declara ter sido amigo de Martinho.⁽⁶⁾ Regressara a São Paulo, diz ainda o artigo, envelhecido e alquebrado. Não perdera, contudo, a elegância: usava sempre ótimas roupas, embora de corte antiquado. Compelido a angariar anúncios para o *Brasil-Magazine*, que passara a publicar aqui e só saía quando conseguida suficiente matéria paga, fazia-o com a altivez antiga de grande senhor. Era um *causeur* primoroso e infatigável. No fundo um temperamento boêmio, rejuvenesciam-no as conversas, alta noite, nas redações de jornais, principalmente na do *Correio Paulistano*, onde era assíduo; ou depois, recolhendo com os companheiros, em geral moços, pelas ruas adormecidas, nas madrugadas frias de São Paulo.

Vinham-lhe, naturalmente, irresistivelmente, as reminiscências da sua grande época em Paris, da sua hora suprema que fora a da *Revista Moderna*, quando moço, rico, e íntimo de tanta gente ilustre. E era como se todo o passado voltasse, quando ele, nas roupas e no monóculo que já em si evocavam o passado, recordava de súbito uma história do Paris daquele tempo:

— Lembro-me que, uma noite, o José Maria...

Bem ganhara o direito de assim se referir, com a intimidade do prenome, a Eça de Queirós. Porque de fato fora ele, o paulista

(6) "Martinho e Eça", in *Inteligência*. São Paulo. Ano XI, n. 123, mar. 1945, comemorativo do centenário de nascimento de Eça de Queirós.

Martinho Botelho, quem tivera a audácia de fundar uma revista brasileira em Paris, na qual páginas de Eça foram apresentadas com um apuro tipográfico que até então não haviam conhecido: e porque, finalmente, fora ele, com o número que a sua *Revista* publicara em 20 de novembro de 1897, quem promovera a maior homenagem que Eça de Queirós recebeu em vida.

Começo de século, fim de vida

No dia 14 de maio de 1898 circula o primeiro número de mais uma revista carioca. Intitula-se *Rua do Ouvidor*. Na ocasião, todavia, não existe oficialmente rua com esse nome. Pelo decreto municipal n.º 375, de 18 de março de 1897, a denominação centenária de Rua do Ouvidor fora mudada, em homenagem ao malogrado chefe da terceira expedição contra Canudos, para Rua Coronel Moreira César.

Na história da luta de uma cidade contra desatinos de governo, a resistência passiva a alguns deles, constituindo pura e simplesmente em ignorá-los, tem sido arma eficaz. No caso, durante mais de 19 anos, até o decreto 1117, de 10 de outubro de 1916, a Rua do Ouvidor continuou a ser, oficialmente, Moreira César. Mas por este nome não houve carioca que em um só dia, daqueles sete mil, se lembrasse de chamá-la. Conta-se mesmo a história de um estrangeiro que sublinhava a diferença existente, no Brasil, entre a palavra escrita e a falada. E como o interlocutor não concordasse, exemplificou: em uma placa de rua estava escrito Moreira César e todo mundo pronunciava Ouvidor.

Pois então continuava a rua, em 1898, se não de direito, de fato, do Ouvidor, como antes e para sempre. A mesma buliçosa, faceira e irrequieta Rua do Ouvidor em que se tornara aquele modesto "caminho que vai do mar para o sertão", de que falam velhas escrituras.

Mais que nunca dedicava-se à moda. Mais que nunca é francesa. Vinte anos antes o francesismo estava dentro das lojas, nos seus donos e caixeiros. Agora está sobretudo no exterior, na freguesia. O Sr. Coelho Neto e outros inspirados prosadores e

poetas poderão ser gregos ou orientais. O Rio mundano não. Esse, infalível na Rua do Ouvidor, timbra em falar francês, esforça-se por pensar em francês, sorri, desdenha e olha — em francês.

A parada de elegâncias, na Rua do Ouvidor, à tarde, é sensacional e obrigatória. Surgiu — e vai crescer de importância — o cronista social. É ele quem anota, na revista que tem o nome da rua, as *toilettes* que desfilam. Obrigatoriamente o faz em francês, um francês duvidoso, meloso e pedante. Passa, por exemplo, M.^{lle} Luísa Duval e ele consigna: "*En taffetas lilas avec le corsage plissé à plis, ceinture drappée. Chapeau orné de roses rose et d'un noeud de ruban satin.*" Passa pouco depois M.^{lle} Jandira Guimarães, devia estar um encanto de frescura e simplicidade no seu vestido claro. Para o cronista, que se assina "Flaneur", ela está "*tout en blanc*". E acrescenta: "*On dirait Cupidon, tellement elle était fière.*"

Mas, como sempre, o fútil não exclui o grave, na Rua do Ouvidor e na vizinhança, que ela domina. Na Travessa do Ouvidor, que é um dos seus apêndices, fundara-se, em 1896, num escritório de advocacia, a Academia Brasileira de Letras. Ainda nesse escritório, a 25 de outubro de 1898, dela Eça de Queirós é eleito sócio correspondente, ocupando a cadeira n.º 2, que tem como patrono Antônio José da Silva.⁽¹⁾

* * *

Em 1898 Eduardo Prado sonha transformar Eça de Queirós em ministro de Portugal no Brasil. Foi um dos maiores riscos que correram as relações entre país e escritor. Já antes, no começo da carreira, Eça esteve para ser cônsul na Bahia, cujos "aspectos venezianos" mencionou, positivamente confundindo Salvador com Recife. Felizmente nem na oportunidade inicial, nem na outra, quase no fim da vida, o encontro se concretizou. Eça tinha a patriótica impossibilidade, que o tempo exacerbou, de viver bem no estrangeiro. De Havana, a que chamou "um estúpido paliteiro de palmeiras", fez um paliteiro de injúrias. Da Inglaterra, industrial e urbana, disse horrores. Quanto à França, concluiu poder o que tinha de melhor ser recebido pelo correio.

(1) FERNÃO NEVES, *A Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1940, p. 144.

Por outro lado, ainda havia jacobinismo bastante para um desacato. Poucos anos antes, Tomás Ribeiro, vindo como ministro de Portugal para o reatamento de relações, aqui sofreu tão duras desfeitas que caiu doente. Em antiga versalhada inofensiva vislumbrou-se aleive às donzelas de Campinas. Na própria Câmara dos Deputados o autor de *D. Jaime* foi objeto de gracejo e de ataque.

Isto, tratando-se de um meigo poeta, cujos versos langorosos não havia piano, no Rio de Janeiro, que tivesse deixado de acompanhar com sentimento. Com Eça de Queirós, se possuía aqui um número enorme de partidários decididos, não é menos verdade que apresentaria flanco mais extenso para o ataque. Primeiro seriam certamente lembradas as *Farpas*, cujos divertidos artigos não faltaria quem apresentasse como desrespeito ao imperador e ao Império. Depois havia o desapareço recente pela República. Ainda no ano anterior, na crônica sobre Sarah Bernhardt, Eça considerara o restabelecimento da monarquia a coisa mais natural do mundo, numa época em que os zelos republicanos continuavam inflamando os ânimos. Dirigindo-se aos estudantes, indagara tranqüilamente: "Que fareis vós, então, quando de novo possuireis um imperador ou um rei, e esse imperador, na sua amorosa visita de reconciliação à mocidade..." etc. etc.

Foi melhor que ele e o Brasil não se tivessem conhecido pessoalmente. Assim não temos agora uma página desagradável a esquecer. E assim o Brasil permaneceu, para o escritor, como ele sempre vagamente o imaginou, terra amável de largas fazendas e bastante calor, de lânguidas mucamas e de modinhas dolentes, terra que tinha por ele, Eça, uma incorrigível e às vezes compensadora admiração.

* * *

Em 1900 a *Gazeta de Notícias* continuava a ser o jornal de sucesso que era em 1878, quando tanto se ocupara do *Primo Basílio*. Duas menções, constantes do cabeçalho, marcavam, porém, a passagem desses 20 anos, mostrando como a cidade crescera e como haviam mudado as finanças do país. Em 1878, a *Gazeta* custava 40 réis e anunciava uma circulação de 18.000 exemplares. Em 1900 a tiragem subira para 40.000 e o preço para 100 réis.

O número de 18 de agosto de 1900 — era um sábado — anunciava para aquela noite, no Clube dos Fenianos, um “envipecado forrobodó-baile”, promovido pelo Grupo dos Isolados. Quanto a finanças, as notícias eram menos festivas. Referia a *Gazeta* terem-se tornado “sensivelmente críticas as condições do mercado”, que passara na véspera — estava-se em pleno reinado da libra — “por sensível depressão: 10 15/32 a 10 1/d”. O escudo português variara de 380 a 400 réis. O dólar de 4\$823 a 4\$931.

Informava-se que o ministro da Guerra despachara com o presidente da República. E, ainda, que aquele titular autorizara o gasto de 30 contos de réis para a adaptação do 7.º Batalhão de Infantaria, no morro da Conceição, além da verba anterior de 10 contos de réis.

Outra notícia importante era a relativa aos resultados do jogo do bicho. Na véspera, no “Antigo”, dera a Vaca; no “Moderno”, o Leão; no “Rio”, o Touro; e no “Salteado”, o Tigre.

Para que se tenha idéia da escassez do serviço telegráfico, basta mencionar que ele se continha, todo, em duas estreitas colunas do jornal. E para que se avalie o atraso do serviço, veja-se que só a 18 se tinha notícia do que ocorrera, na Europa, a 16. Com efeito, nessa edição de 18 de agosto, havia dois telegramas datados de “Lisboa, 17”. No primeiro, lia-se: “Faleceu hoje em Paris o ilustre escritor Eça de Queirós”. Havia inexatidão na referência a “hoje”, relacionada com 17, pois Eça falecera a 16. Quanto ao segundo telegrama, dizia: “Faleceu em Paris o notável escritor português Eça de Queirós. A notícia causou dolorosa impressão nesta capital, onde o finado era geralmente estimado pelos seus trabalhos”.

Um dia depois de morto, Eça já revivia através dos seus personagens. Só um deles poderia ter redigido tal telegrama, com a “dolorosa impressão” e o “geralmente estimado pelos seus trabalhos”. Fora talvez o conselheiro Acácio, que após sair de São Carlos, satisfeito de si e antegozando os cuidados com que o esperava a senhora Adélia, na Rua do Ferregial de Cima, passara na redação da agência telegráfica e sempre prestativo, dera ajuda condescendente a um redator em dificuldade. Ou, quem sabe, teria sido o telegrama escrito pelo Melchior, aquele que o Ega quisera auxiliar a redigir a notícia sobre o aparecimento de um livro de Simão Craveiro. Mas, então, Melchior notara a rima: “empreendedores editores”. E, agora, nem da rima se apercebera, lá saíra

o “finado geralmente estimado”. Talvez fosse ainda mais tarde do que na noite do Eça, e também, como naquela noite, o Melchior tivesse a rapariga à espera...

Além dos telegramas, a *Gazeta* publicava, sobre Eça, um editorial não assinado, possivelmente de Henrique Chaves, que então dirigia o jornal.

Página escrita à pressa, não possuirá, em si, maior valor. Demonstra, porém, a importância que a notícia tinha para o Brasil e a intensidade do culto aqui prestado ao escritor. Cremos ser a primeira vez que é transcrita:

Telegramas de Lisboa comunicam-nos o falecimento em Paris, onde há muitos anos exerce o cargo de cônsul do seu país, do grande escritor português José Maria Eça de Queirós.

Esta nota enche de dor e de pesar o velho Portugal e todos quantos amam as suas letras, os seus grandes homens e as suas glórias.

Eça de Queirós era o maior vulto literário de Portugal moderno e a sua obra, que conta no Brasil legião de admiradores, aí fica para atestar a sua individualidade como pensador e como artista.

Não se confunde nem se parece com nenhuma outra.

Como crítico de costumes e de arte, a sua arena predileta era a ironia, sempre manejada sutil, delicadamente, mas deixando indeléveis os sinais dos seus golpes.

Como romancista, as suas obras não são simples narrativas em volta de um vulgar enredo de amores, felizes ou malsinados, mas quadros completos da vida atual portuguesa, dos preconceitos herdados e a desfazer, da rotina dos costumes a reformar, dos quais algumas figuras, pelo rigor do desenho, pelo seu forte colorido, se destacam, como símbolos de um modo de viver da parcela da sociedade estudada nos seus complexos e variados aspectos.

Não é grande, em quantidade, a obra do nosso pranteado colaborador, mas é única na qualidade.

A sua apreciação não cabe nos limites traçados pela hora em que recebemos a fatal notícia.

Discípulo de Balzac e de Flaubert, dominado pelos princípios da crítica moderna, que estuda o homem e a vida através da natureza, nenhum escritor da língua de Camões e de Vieira soube como ele dar às frases nem o inapreciável encanto da simplicidade, nem as profundezas da observação, nem a impecável beleza da forma.

Formado em Coimbra, fixou-se pouco depois em Lisboa, onde residia sua família. O seu grande talento já era conhecido como estudante. Dedicou-se às letras, colaborando na *Gazeta de Portugal*, um dos melhores jornais da nossa língua.

Depois conviveu com uma pequena legião de homens de letras, que em todos os ramos da literatura podem ser considerados como um pequeno grupo de cegadores que devastaram e prepararam o terreno para uma espécie de renascença das letras portuguesas.

Dessa convivência, principalmente com Ramalho Ortigão, seu verdadeiro irmão espiritual, nasceram as *Farpas*, panfleto de crítica mordaz, mas quase sempre justa.

Esses panfletos revolucionaram completamente o meio em que apareceram. A sociedade portuguesa, sob todos os seus aspectos, achava-se ali estudada com *humour*, mas também com a orientação de espíritos elevados e de observadores penetrantes.

O Crime do Padre Amaro, *O Primo Basílio*, *A Relíquia* e *Os Maias* constituem a obra principal do grande morto.

Para a *Gazeta* escreveu ele, enquanto a saúde lho permitiu, e as nossas páginas registram crônicas e contos que são verdadeiros primores.

A sua obra produziu, na geração atual, uma influência decisiva e benéfica.

Contava apenas cinqüenta e poucos anos o grande escritor, o fino e delicado artista, agora arrebatado, por cruel enfermidade, à estima, ao respeito, ao apreço e à admiração de sua pátria, que com ele perde um dos seus filhos mais gloriosos e que mais lustre lhe dava.

Convenha-se que não era muito, mas sob o impacto da notícia talvez não fosse justo pedir mais. O próprio Eça, ao morrer Vitor Hugo, referindo-se à fraqueza dos artigos publicados, notava: "Foi-se-nos a idéia e a frase. Só saberíamos agitar a palma verde da apoteose".⁽²⁾

No dia seguinte, 19, era Bilac quem publicava, na *Gazeta*, uma crônica emocionada, em que chamava a Eça "o suave mestre", contava como o conhecera, recordava as horas felizes que passara no seu lar, em Paris, no inverno de 1890-1891.⁽³⁾

(2) *Obras de Eça de Queirós*, op. cit., v. III, p. 547.

(3) ELÓI PONTES, *A vida exuberante de Olavo Bilac*, op. cit., v. I, p. 184-6.

Dias depois a *Gazeta* prestava nova homenagem, reunindo no número de 24 vários artigos e poesias sobre Eça de Queirós. Colaboraram, entre outros, Machado de Assis, Araripe Júnior, Luís Guimarães Filho, Tomás Lopes e Guimarães Passos.

Um por um, nos jornais da cidade, outros destacados nomes literários da época falaram sobre o romancista.

Ainda em agosto de 1900, realizava-se, no Real Gabinete Português de Leitura, uma grande sessão dedicada à memória de Eça de Queirós. Não se tratava, porém, de homenagem promovida por aquela instituição. Quem a promoveu foi a mocidade estudantil do Rio de Janeiro, tendo à frente os alunos da Faculdade Livre de Direito. Das proporções grandiosas que assumiu a homenagem, dá idéa um desenho de Antônio Sardinha, que foi publicado no *Brasil-Portugal*, de Lisboa, e depois reproduzido em muitos trabalhos sobre o escritor.

No relato em que colhemos informações (4), menciona-se que no fundo da sala se destacava, entre flores, ladeado pelas bandeiras brasileira e portuguesa, "um fidelíssimo retrato do escritor", executado por "Lúcio de Albuquerque, aluno da Escola Nacional de Belas Artes".

Presidiu a sessão o acadêmico de direito Otacílio Camará, tendo sido orador oficial o seu colega Colatino Barroso. Ao terminar o discurso, lembrando o episódio da carta aos estudantes, a propósito de Sarah Bernhardt, salientou: "Esta festa não é de agradecimento pela defesa que dos estudantes brasileiros houvesse feito Eça de Queirós, porque ele não a fez; envolveu-os também na sátira flamejante com que fulminou o ridículo dessa genial e desequilibrada Sarah Bernhardt. É de entusiasmo pela sua Obra Imortal."

A mocidade militar também se associou à homenagem. Além das representações que enviou, fez-se ouvir um orador pela Escola Militar e outro pela Escola Preparatória e Tática do Realengo.

A admiração dos moços, o pesar dos moços, ficaram também marcados individualmente. Em São Paulo, ainda quase uma criança — mal completara 16 anos —, Martins Fontes chorou ao saber da morte de Eça. Organizou, em um sobradinho da Rua João

(4) A. A. de BARROS MARTINS, *Esboço histórico do Real Gabinete Português de Leitura*. Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1913, p. 92-5.

Alfredo, uma sessão literária. Tomaram parte, entre outros, Garcia Redondo e Amadeu Amaral. Muitos devem ter sido os oradores. O organizador é que não pôde falar, tão comovido estava.⁽⁵⁾

Em Salvador, outro rapaz, aproximadamente da mesma idade, estudante de preparatórios, soube da morte de Eça quando ia pela cidade a caminho da Barra. Sessenta e seis anos depois recordava-se como veio pelo Largo da Vitória e foi descendo a Ladeira da Barra, completamente transtornado — a expressão é textual — com uma idéia dominando quaisquer outras, na confusão em que estava; nunca mais teria outros livros de Eça para ler.⁽⁶⁾

O menino, que se chamava Edgardo de Castro Rebelo, viria a ser eminente professor de Direito, nunca perderia a admiração por Eça de Queirós, e ao ser fundado, no Rio de Janeiro, o Clube do Eça, seria aclamado para presidi-lo.

* * *

Fialho de Almeida, no dia em que o corpo de Eça de Queirós chegou a Lisboa e as ruas estavam cheias de povo, para o enterro solene, exibiu-se de gravata vermelha; mas, pior do que a gravata, fora o artigo célebre que então publicara na revista *Brasil-Portugal* e no qual se deu em espetáculo de despeito para a posteridade. A revista, quando da morte do escritor, mostrara o maior pesar, dedicando-lhe amplo noticiário, fartamente ilustrado. Querendo requintar na homenagem, anunciou que faria publicar, sobre o grande morto, um artigo de Fialho. Sente-se o que provavelmente ocorreu. Fialho, que deixou muitas provas de desequilíbrio moral, deliberadamente deve ter retardado, até o último minuto, a entrega do artigo. Ou, na pressa, os responsáveis pela revista não o chegaram a ler, ou, mesmo que o tivessem feito, viram-se obrigados, já com o espaço reservado, a publicá-lo. O fato é que a homenagem resultou às avessas, nesse artigo de rancor e de inveja.

Conta-se que, em Lisboa, Galdino Gomes, homem inteligente, também desabusado, célebre pelos seus repentinos — “o Emílio de Meneses alfacinha”, como lhe chamou João Luso —, estava sentado no Café Martinho, quando avistou Fialho que entrava, muito

(5) MARTINS PONTES, *Terras de fantasia*, Santos, s.e., 1933, p. 138.

(6) O episódio foi contado ao autor pelo próprio prof. Castro Rebelo, em 9.5.1966.

ancho da celeuma que o artigo vinha despertando. Então, num repente, soberbo de cólera — conta João Luso —, levanta-se, estende o braço trêmulo, e brada, alarmando o café: — “Ponha para aqui o talento que Deus lhe deu e você não merece!”⁽⁷⁾

No Brasil, sobre o artigo de Fialho foi escrito nada menos que um livro. Apareceu este em São Paulo, em 1906, com um título eloqüente: *Em defesa do mestre*, e a menção, em subtítulo: “Resposta a Fialho de Almeida sobre o que escreveu contra Eça de Queirós”. O seu autor, Francisco Lagreca, era admirador exaltado de Eça. Um contemporâneo, Ciro Arno, nas suas *Memórias de um estudante*, recorda ter visto, por volta de 1903, Júlio Prestes com Francisco Lagreca, ambos acadêmicos de Direito, recitando com entusiasmo o prólogo de *O mandarim*, no Café Progrédior, na Rua 15 de Novembro, em São Paulo. Prestes — que viria a ser eleito presidente da República, mas não empossado — iniciava: — “Camarada, por estes calores de estio, que embotam a ponta da sagacidade, repousemos do áspero estudo da Realidade humana... Partamos para o campo do Sonho, vaguear por essas azuladas colinas românticas, onde se ergue a terra abandonada do Sobrenatural, e musgos frescos recobrem as ruínas do Idealismo... Façamos fantasia!...” E Lagreca, dando a réplica: “Mas sobriamente, camarada, parcamente!... E como nas sábias e amáveis Alegorias da Renascença, misturando-lhe sempre uma moralidade discreta...”⁽⁸⁾

O livro de Lagreca, de 130 páginas, uma capa vermelha como a gravata de Fialho, teve grande repercussão na época, segundo refere Brito Broca. Não se trata de crítica. É puro protesto, protesto de moço, exaltado, profundamente violento. Lagreca não usou meias medidas. Considerou, conforme escreveu, que era preciso “deslombiar” Fialho. Disse-lhe as últimas. Disse que ele viera “cachorrilmente a público” agredir Eça de Queirós. Lembrando a alusão inicial de Fialho à doença que dizimava a família Queirós, o que nada tinha a ver com o mérito de escritor, perguntou: “De que te serviram, Fialho indecente, as lições que recebeste, os sábios conselhos que, por certo, ouviste no remanso do lar, quando menino, e depois na amarga escola da vida, ao despontar do buço,

(7) Prefácio a *Polêmicas de Eça de Queirós*, op. cit., p. 74.

(8) BRITO BROCA, *A vida literária no Brasil — 1900*, 2ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1960, p. 124.

ganhando por mãos próprias, em casa alheia, uns magros e curtos meios de subsistência?"⁽⁹⁾ Não importava saber de que morrera Eça, pois de um mal qualquer se morre, "até de estupidez, como Fialho, por exemplo". Eça era: "notável", "nobre", "grandioso", "fascinante, extraordinário e divino". Fialho era: "insolente", "pusilânime", "repugnante", "bestial", "torpe", "asqueroso", "cretino", "barbaúdo" e "despeitado".

E assim prosseguia o livro, documentando nos elogios a Eça e nos desaforos a Fialho, o grau da idolatria votada ao primeiro e a intensidade da revolta contra quem o atacara.

(9) FRANCISCO LAGRECA, *Em defesa do mestre*. São Paulo, Ed. J. P. Cardozo, 1906, p. 17.

Eça na política do Estado do Rio

Agripino Grieco, salientando a nitidez e a popularidade dos tipos de Eça de Queirós, menciona ter servido a figura de Pacheco, em Portugal, para satirizar adversários políticos.⁽¹⁾

Nem só em Portugal. Raul de Azevedo lembrou o assombro com que certa manhã, em Paris, ao abrir o *Le Matin*, encontrou na primeira coluna um artigo intitulado "Le notre Pacheco", no qual se contava quem era o personagem de Eça de Queirós e se fazia a comparação dele com determinada figura francesa, em foco no momento.⁽²⁾

Na bibliografia de Eça de Queirós constante da 2.^a edição do *In memoriam*, a mais completa já divulgada, há o seguinte verbete:

DOMINICKE (J. B.)

.....
Don Juan Luis ... Pacheco y su inmenso talento presentidos en 1870 por Eça de Queiros. El talentoso Pacheco. Imprenta Continental. Valparaíso, 1915.

O organizador da bibliografia acrescentou este esclarecimento: "É a célebre carta extraída de *A Correspondência de Fradique Mendes* e aproveitada como pasquim contra um dos candidatos à presidência da República Chilena."⁽³⁾

(1) *Machado de Assis*, op. cit., p. 138.

(2) RAUL DE AZEVEDO, *Dona Beija*. Rio de Janeiro, s. e., 1957. p. 109.

(3) *Eça de Queirós — In memoriam*, op. cit., p. 451

As efusões sul-americanas sempre divertiram e apavoraram o criador de Pacheco. Ora, sobre o Chile, precisamente sobre o Chile e as suas manifestações, Eça deixou uma página, quando tratou, em carta aos estudantes do Brasil, de Sarah Bernhardt. Recapitulando os tributos que o mundo lhe prestara em suas excursões artísticas, Sarah escrevera (segundo Eça translada, "com a pena rendida") que, no Chile, "as senhoras mais distintas e os homens mais elegantes da sociedade chilena recitavam diante de mim, para me prestar homenagem, folhetins inteiros de Jules Lemaitre no *Jornal dos Debates* que eles tinham aprendido de cor!"(4)

Eça imediatamente desenha esta página, este mural de caricatura: "Um largo salão, bem alumiado, senhoras decotadas com flores nas tranças; nos olhos um fulgor redobradamente chileno, e o doce peito nacarado a arfar. Em frente, noutra ala, cavalheiros elegantes, talvez condecorados, sorrindo, com o sorriso lívido e arrepanhado de atrapalhão (essa atrapalhão que vós reconheceis, a atrapalhão de manhã de exame!) e palpando no bolso traseiro da casaca o jornal que decoraram. No fundo, mamãs gordas de nariz pensativo. Entre as portas, papás passando sobre a calva uma lenta mão que a ansiedade umedece. Dez horas. Um rolar de coche. Madame Sarah Bernhardt entra arrastando um desses vestidos de um esplendor quase furioso, compostos especialmente para as repúblicas espanholas do Pacífico. E imediatamente as lindas damas decotadas, erguendo o braço direito, recitam, num coro largo, os folhetins de Jules Lemaitre no *Jornal dos Debates*. . . Certamente, de vez em quando, os criados circulavam, oferecendo aos coristas arquejantes água nevada e "azucarillos". Depois de novo os braços se erguiam, o coro majestoso recomeçava e através das janelas abertas os períodos melódicos de Lemaitre se ouviam na noite estrelada do sul. . . E, sempre no meio da sala, Madame Bernhardt imóvel, no seu mirabolante vestido de exportação, com um sorrir divinal, aquele sorrir que hoje é só dela, depois de ter sido de Melpômene, aprovando a boa pronúncia e a boa memória da próspera nação chilena. . ."

Pois também no Brasil — e isto a bibliografia referida não menciona — Eça e o mesmo Pacheco foram utilizados como arma política.

(4) *Cartas familiares e bilhetes de Paris*, op. cit.

Em 1900 publicou-se, no Rio de Janeiro, um volume de pequeno formato, com pouco mais de cem páginas. Tinha por título *Lira acaciana*, seguido da menção: "Colecionada por Ângelo Bitu". Prudentemente não havia indicação de editor ou impressor.

Tancredo de Barros Paiva presta as seguintes informações:

ÂNGELO BITU — Pedro Tavares Júnior — *Lira Acaciana* colecionada por ... Rio de Janeiro, s/typ. (Tip. do Jornal do Comércio), 1900, in 16.º de xiv + 90 p. (5)

De Pedro Tavares Júnior e das satisfações que pediu, a punhal, a Gaspar da Silva, já se falou em outro capítulo. A *Lira* não era, porém, apenas de autoria dele e sim "colecionada" por ele, como expressamente fora dito. Os outros autores eram dois dos maiores poetas que o Brasil já teve.

Compunha-se o livro de uma carta, à maneira de prólogo (p. v a xiv). Seguiam-se 38 poesias, entre as quais muitas paródias, assinadas por diversos pseudônimos.

Se vários eram os autores, a vítima era uma só. Carta e poesias, em que se focalizava a figura de Acácio de Xexas, eram todas de sátira a Alberto Torres, por extenso Alberto de Seixas Martins Torres, então presidente do Estado do Rio.

Da *Lira acaciana* se ocuparam, ao que sabemos, Elói Pontes, na *Vida exuberante de Olavo Bilac* e Josué Montelo, em *Histórias da vida literária*.

Segundo Elói Pontes os autores eram quatro: Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Guimarães Passos e Pedro Tavares.(6) Josué Montelo exclui Guimarães Passos. Conta que teve em mãos um exemplar do livro "em cujas páginas, ao pé de cada pseudônimo, fora feita a identificação do autor. Tempos depois, confrontando essas indicações com um original manuscrito do autor de *A Tarde*, pudemos chegar à conclusão feliz de que fora o próprio Olavo Bilac quem as apusera ao volume, então em nosso poder e hoje confiado ao acadêmico Múcio Leão." (7) Identifica a seguir, entre

(5) *Achegas a um dicionário de pseudônimos*, op. cit., p. 18, verbete n.º 71.

(6) *A vida exuberante de Olavo Bilac*, op. cit., v. II, p. 459.

(7) JOSUÉ MONTELO *Histórias da vida literária*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1915. p. 302.

Bilac, Alberto de Oliveira e Pedro Tavares a autoria de cada uma das várias poesias.

Mas por que a sátira? Por que o ataque coletivo a Alberto Torres?

Segundo a versão apresentada por Elói Pontes, tudo se originara do fato de, ao assumir o governo do Estado do Rio, haver Torres nomeado um diretor de Instrução sem antes se entender com Alberto de Oliveira, que ocupava o cargo há bastante tempo. Quanto a Pedro Tavares era político no Estado do Rio, gostava de luta e certamente estava na oposição. Bilac teria entrado por espírito de solidariedade, especialmente interessado em fazer causa comum com Alberto, de quem o caso do noivado o separara muito tempo.

O livro, como se disse, tem início com uma carta, firmada por Ângelo Bitu, dirigida a um imaginário Sr. Cuestas. Josué Montelo estabeleceu a autoria da parte poética, mas não a da carta. Firmada, sem ressalva, por Ângelo Bitu, pseudônimo de Pedro Tavares, é de presumir tenha por este sido escrita. Não é impossível, todavia, que os outros, na camaradagem do trabalho coletivo de demolição, tenham contribuído com sugestões enquanto reliam, entre risos, as páginas de Eça de Queirós em que se baseou a carta. Esta, com efeito, é a paráfrase daquela em que Fradique Mendes celebrou a figura de Pacheco. Eça, para destinatário da carta de Fradique, imaginou o Sr. Mollinet, diretor da *Revista de Biografia e de História*; Ângelo Bitu, acompanhando passo a passo a carta de Fradique, inventou o Sr. Cuestas, presumivelmente diretor de alguma publicação sul-americana, a quem exaltou Acácio de Xexas.

Começava assim: "Encontrei ontem, ao voltar da Penha, a carta em que o meu eminente amigo, *en nombre de América y de la civilización*, me pede informações detalhadas sobre o meu compatriota, Sr. Conselheiro Acácio de Xexas, cuja próxima retirada do governo e administração do Estado do Rio está sendo tão vasta e amargamente carpida nos jornais do Brasil, especialmente nas três *Gazetas* — *de Notícias, de Petrópolis e do Povo*, da Cidade de Campos. E deseja ainda o meu amigo saber que obras, ou que serviços, ou que livros, ou que idéias distinguem Acácio, em véspera de ser recompensado pelo Dr. Campos Sales com uma legação na China ou em Marrocos."

Depois vinham os dados biográficos, desde que Ângelo Bitu o conheceu “estudante em São Paulo, na calçada da *Província*, a conversar com Rangel Pestana sobre coisas transcendentais de política, história, filosofia, educação, jurisprudência”. Mas vinha logo a correção: “Para falar com rigorosa verdade e justiça, Acácio não conversava. Ele não tinha uma idéia, não apresentava um ponto de vista, não lembrava uma objeção, não proferia palavra, não abria mesmo os lábios bicudos.” Pacheco tinha um imenso talento; Acácio de Xexas possuía um enorme bom senso. Atravesando eminências sociais, Acácio fora deputado estadual, deputado federal, ministro, governador de Estado, sempre revelando o seu enorme bom senso. Como governador, “Acácio formou logo o vasto plano de reformar tudo aquilo — *destruindo para reconstruir!* Mas o tempo não lhe bastou senão para levar a efeito (e o fez do modo mais positivo e completo) a primeira parte do programa salvador”...

Desculpava-se Ângelo Bitu por não terem sido talvez eficientes, para o conhecimento de Acácio, as abreviadas notícias que escrevera. Por isso mesmo, estava também mandando os mais modernos trabalhos do biografado, versos colecionados sob o título *Lira acaciana*. Mas aconselhava: “Todavia, se o meu amigo tem, ou pode aí obter, um exemplar do *Primo Basílio*, de Eça de Queirós — leia-o de preferência a essas rapsódias. Do Conselheiro Acácio de Lisboa é filho espiritual o Conselheiro Acácio do Porto das Caixas, meu ilustre compatriota: e tão perfeito é o retrato do pai, e tão fiel é a semelhança do filho, que, vendo o pai, o Sr. Cuestas reverá igualmente o filho.”

Faça-se um parêntesis para esclarecer que Alberto Torres nascera em Porto das Caixas, antes de transcrever a advertência final de Ângelo Bitu: “Mas, depois, não queira o meu amigo, insaciável de Eça de Queirós, ler também a *Correspondência de Fradique Mendes*: porque então descobrirá que a presente resposta me não deu o mais leve trabalho, e imaginará que não liguei a devida importância ao seu pedido. Tal não foi o meu propósito — evitar um esforço ou desconsiderar um amigo. Copiando ou imitando Eça, meu intuito foi menos aproveitar a frase feita que o processo artístico de representação.”

Seguiam-se as poesias, das quais não resistimos a transcrever algumas. Bilac, segundo a identificação de Josué Montelo, teria sido o autor do soneto inicial, assinado Juca:

Ele!

Este, que espanta o mundo e assombra a gente,
Que entrou na vida bacharel formado,
E ganhou tudo tão precocemente
Que, em antes de nascer, já era nado;

Este que, inda menino inconsciente,
Eleito foi governador de Estado,
E tanta coisa obrou que, eternamente,
Será nas eras apoteosado;

Este que, com bom senso sobre-humano,
Desbanca e mata, ao levantar a voz,
Ruis, Varelas, Quesadas e Latorres,

Este infante mais fundo do que o Oceano,
Não é o Acácio de Eça de Queirós,
Mas o Acácio de Seixas Martins Torres.

Ainda de Bilac, assinado conselheiro Acácio de Xexas, o soneto "Autobiografia":

Quando dentro de mim o olhar afundo,
Sinto a cabeça andar à roda ... tonta!
Vejo rasgar-se um báratro profundo
E cheio de outros báratros sem conta!

Eu não sou homem! Eu sou todo um mundo!
Desbanco tudo quanto está na ponta!
Este globo, tão fútil e jocundo,
Nem merece um mancebo de tal monta!

Sábio dos Sábios, Conselheiro Assombro,
Até me chamam Atlas Imortal,
Todo o bom senso carregando no ombro!...

Dirá de mim a terra deslumbrada:
"Teve tanto bom senso, que afinal
Não teve tempo para ter mais nada!"

De Alberto de Oliveira seriam estes versos que focalizam, passeando a cavalo para Petrópolis, Alberto Torres e Campos Sales:

Os Dois Presidentes

(Em Petrópolis)

Quando eles vão em seus corcéis ardentes,
Prá-cá-tá, prá-cá-tá, pela cidade,
Desde a Avenida Koeler às vertentes
Do Itamarati reina a ansiedade.

Nas ruas pasmo exclama o povo: "Ai gentes,
Um todo é garbo, o outro precocidade!"
Suspira a rosa: "Os nossos presidentes!"
Murmura a brisa: "Resistir quem há de?"

E um diz: "Que fresco!" E o outro diz: "Fresquíssimo!
Note esta grande lei, Excelentíssimo,
O ar é mais livre fora do palácio

E..." mas não prosseguiu, que ao pé, na estrada,
(De onde vem essa voz?) uma voz brada:
"Qual de vocês é o Conselheiro Acácio?"

Assim é todo o volume, em que três homens de espírito, dois deles poetas notáveis, se empenharam em um torneio satírico.

Eça escreveu, certa vez, que "o português gosta de picuinhas em verso". O brasileiro também, e nunca as apreciou tanto como na volta do século, com os poetas da geração boêmia. A *Lira acaciana* alcançou grande sucesso.

Talento absolve de muita coisa. Se Eça sonhasse que o misturariam à política do Estado do Rio — depois de alguém ter encontrado suficiente eloquência para lhe explicar o que era a

política do Estado do Rio — estremeceria de pavor. No entanto, se lesse os versos, começaria por admirar e acabaria por sorrir. O próprio Alberto Torres ter-se-ia sentido de algum modo compensado: ao mesmo tempo que lhe negavam qualidades que possuía, os responsáveis pela sátira, dando-o como autor de alguns dos versos, atribuíam-lhe qualidade que ele nunca pretendia: — a de excelente poeta.

Da belle époque à guerra

A boêmia literária, que atingira o máximo no fim da década de 80, já estava muito desfalcada no começo do século. Paula Nei morrera, Coelho Neto casara, Aluísio estava no estrangeiro, cônsul do Brasil. Mas ainda persiste, concentrada agora na Colombo, que se inaugurara em 1894, com as figuras veteranas de Bilac, Emílio de Meneses, Guimarães Passos, e outros novos como os irmãos Oscar e Tomás Lopes, e Martins Fontes. Estes são todos extremamente moços. Oscar Lopes nascera em 1882, Martins Fontes em 1884. São impetuosos, entusiastas, exuberantes. Ficam célebres os coletes de veludo vermelho, de Oscar Lopes, debruados de seda, e as sobrecasacas cinzentas de Tomás Lopes. São audácias moças que continuam as das polainas de Guimarães Passos, que as tem de todas as cores.

Eça, para Martins Fontes é uma obsessão. Numa carta — em verso, naturalmente — que mandou a Humberto de Campos, concitando-o ao trabalho e à perfeição, promete-lhe a recompensa suprema:

*E em paga das tuas dores,
Tal qual Eça de Queirós,
Hás de ter adoradores
Como nós! (1)*

Em *Terras de fantasia* há nada menos de cinco sonetos de Martins Fontes em que surge o nome de Eça de Queirós. Estão

(1) MARTINS FONTES, *Nós, as abelhas*. São Paulo, Ed. J. Fagundes, s. d., p. 177.

todos em uma conferência que sobre ele pronunciou o poeta, a qual terminava em verso, sendo os últimos os seguintes:

*Aplaudir-me-eis com certeza...
Pois na comédia francesa,
Como sabeis todos vós,
Pedem em cena os atores
Aplausos para os autores...
Palmas a Eça de Queirós.* (2)

Pois Martins Fontes, cujo fanatismo era absoluto, declarou que os maiores, os mais fanáticos admiradores de Eça que ele conhecia, eram Raimundo Correia, João Luso e Tomás Lopes. Este, indo à Europa, fez questão de procurar, em Lisboa, as casas dos personagens de Eça: a dos Gouvarinhos, na Rua de São Marçal; a da tia Patrocínio, no Campo de Sant'Ana; e, na Rua do Ferregial de Cima, a do conselheiro Acácio. Em Paris foi ao endereço de M.^{me} Colombes, aquela aventura melancólica de Zé Fernandes de Noronha e Sande. E como não houvesse, na Avenida dos Campos Elísios o n.º 202 (o número mais alto não chegava a 200), nela escolheu um palácio esplêndido para ser a morada de Jacinto, o príncipe da Grã-Ventura.

O fanatismo de Tomás Lopes fez ainda com que ele prestasse, ao escritor, a mais carioca das homenagens que já lhe foram prestadas. Seria talvez irreverência em qualquer outro lugar. No Rio, foi a consagração máxima. No carnaval de 1905, Tomás Lopes saiu fantasiado de Eça de Queirós. (3)

* * *

O Rio mudava. Pereira Passos, prefeito desde 31 de dezembro de 1902, transformava a cidade, com ajuda do governo federal. A 8 de março de 1904, sob um sol terrível de 2 horas da tarde, o presidente da República, Rodrigues Alves, sobrecasaca severa e cartola na mão, assistia ao início das obras da avenida. Vinte meses e sete dias depois, a 15 de novembro de 1905, já

(2) *Terras de fantasia*, op. cit., p. 135.

(3) *id.*, p. 141.

com 30 prédios construídos e 85 em andamento, o mesmo chefe do governo, sempre de sobrecasaca e cartola, a entregava ao público. Era a Avenida Central, pois nem Rodrigues Alves, nem Lauro Müller, ministro da Viação, haviam consentido em que lhe fossem dados os seus nomes. Os automóveis, arautos de uma nova época, tinham agora pista condigna para o progresso que representavam. Eram poucos, ainda. Basta dizer que o primeiro com motor de explosão só chegara ao Rio em agosto de 1900⁽⁴⁾, mês e ano da morte de Eça de Queirós.

Em 1904, aliás, como se vê de um guia desse ano, editado no Rio e naturalmente todo escrito em francês, ainda havia empresas, como a Écuries et Remises Recreio, com sede à Rua do Senado e sucursais nas ruas do Catete, Dois de Dezembro, Camerino, Frei Caneca e na Praça Tiradentes, anunciando "*chevaux et voitures à toute heure du jour et de la nuit*", especificando, entre as últimas, "*coupés, victorias, voitures de remise pour baptêmes, mariages, enterrements etc*".

Novos bairros surgiam. No mesmo guia se encontra o anúncio do Hotel Silva, em "Vila Ipanema", estabelecimento que dispunha de "*parc, avenues, parterres fleuris, jeux, balançoires, jardins*". Fechava o anúncio esta nota, que poderá ter mudado o destino financeiro de muitas famílias: "*Le propriétaire, Mr. le colonel Silva, possède le plan de tous les terrains de Copacabana, et donne tous les renseignements pour l'acquisition de ces terrains.*" Esse guia a que nos estamos referindo mostra como até os homens de letras procuravam então mudar de hábitos e ganhar dinheiro. O francês era de Roberto Gomes, o malogrado autor de *Berenice*; a firma editora era Bilac, Passos & Bandeira — formada por Olavo Bilac, Guimarães Passos e Bandeira Júnior.⁽⁵⁾

* * *

Com a modernização da cidade, mudavam também os hábitos. Havia uma preocupação de refinamento, de elegância, que pro-

(4) C. J. DUNLOP, *Rio antigo*. Rio de Janeiro, edição do autor, 1963, v. 1 p. 100. O automóvel de Patrocínio, chegado em 1895, era movido a vapor, com fornalha, caldeira e chaminé.

(5) *Brésil — Guide des États-Unis du Brésil* — Rio de Janeiro — Systhème Baedeker — Fondateurs Olavo Bilac, Guimaraens Passos et Bandeira Junior — Traduction de Roberto Gomes — Première édition — Éditeurs Bilac, Passos & Bandeira, 13, Travessa do Rosario 13, 1904.

curava acompanhar — e até ultrapassava — as modificações urbanas. “O Rio civiliza-se”, grito célebre de Figueiredo Pimentel, cronista mundano da coluna “Binóculo”, na *Gazeta de Notícias*, tornar-se-ia obsessão. Institui-se o corso em Botafogo, realizam-se batalhas de flores no Campo de Sant’Ana. As recepções são luxuosas, com serviço das grandes confeitarias e finalizadas, em geral, por um baile. Até Machado de Assis e D. Carolina são obrigados a ir a uma dessas festas — era um casamento — e a presença do casal foi consignada, em uma crônica social.

João do Rio surge como grande cronista, em gênero novo, que conjugava tal atividade com a de repórter. Pratica todos os exageros para forçar o sucesso, depois todos os necessários para mantê-lo (e até que ponto prejudicaram o grande escritor que havia nele?), tornando-se de um preciosismo que na época provocava embevecimento ou irritação e hoje apenas faz sorrir. Outros lhe acompanhavam os passos, exageram o exagero, como Elísio de Carvalho, ou um que, sob o pseudônimo de Paulo da Gardênia, escondeu a banalidade de se chamar Benedito Costa. O *five o'clock tea* ganha foros de ritual; aparecem as conferências literárias, sobre os mais diferentes assuntos, sempre com muita concorrência feminina. Rio Branco restaura as nossas tradições diplomáticas de gosto, luxo e inteligência, que a República esquecera, faz crescer o peito brasileiro com as suas vitórias internacionais, tem garantido o apoio e a admiração de todos para tudo o que realiza, seja um baile ou um tratado. Personalidades ilustres, de renome mundial, visitam o Rio, em sucessão rápida: Guglielmo Ferrero e Enrico Ferri, em 1907; Anatole France, em 1909; Clemenceau, em 1910. Todos pronunciam conferências, com enorme público, às quais muitas vezes comparece o chefe do governo, que chega no *landau* presidencial, escoltado por um piquete de cavalaria.

Todo esse refinamento se reflete na moda literária. Eça, que continua sucesso, teve realçados os aspectos de “dandismo” de sua obra. No momento há, em muita gente, um pouco de Damaso Salcede, a admiração incontida por aquilo que “só se vê lá fora”. Talvez por isso Fradique Mendes — exatamente um dos personagens de Eça de Queirós mais exaltados ou detestados — torna-se símbolo do superfino, do ultraperfeito. Ainda em 1915 a revista *O Pirralho*, de São Paulo, realizava, promovido por Oswald de Andrade, um inquérito sobre Fradique, ao qual responderam, entre

outros, Guilherme de Almeida, Amadeu Amaral e Cláudio de Sousa.⁽⁶⁾ Afrânio Peixoto, um êxito que se firma naquele período, exaltaria o autor das *Lapidárias*, o que não impediu, contemporaneamente, as restrições de Álvaro Lins, ou ainda de Augusto Meyer, este classificando Fradique como “pesa-flores da epistolografia”. O destaque que então se deu ao aspecto mundano da obra de Eça, foi, mesmo na época, sentido e lamentado. Houve de fato alguém que após ter declarado — “eu admiro-o com entusiasmo” — acrescentava: “Entretanto não me furto à impertinência de dizer que a sua grande popularidade no Brasil veio muito menos do seu gênio que das lições de elegância e de pedantismo que enchem a sua obra.”⁽⁷⁾

Quem assim escrevia era um jovem de menos de 30 anos, “de estatura baixa, a tez amorenada, os cabelos pretos e abundantes, os olhos vivos e ardentes, o nariz levemente aquilino, a passada rítmica, o gesto pronto”.⁽⁸⁾ Chamava-se Gilberto Amado. O que escrevera sobre Eça continha-se em *A chave de Salomão*, livro aparecido em 1914 com enorme sucesso, em ensaio no qual magistralmente traçava a distinção entre sátira e ironia e à primeira filiava Cervantes e Eça de Queirós.

Três anos antes, em 1911, coubera ao Brasil uma outra primazia: aqui fora publicado, por Miguel Melo, o primeiro estudo crítico-biográfico sobre Eça de Queirós que se escreveu em português. O livro, hoje raro, com 228 páginas, dividia-se em duas partes. A primeira, *Esboço crítico*, compunha-se de quatro capítulos: — “A literatura da época; Ligeiro perfil do escritor; As criações de Eça de Queirós; A questão do estilo”. A segunda, sob o título *Traços biográficos*, estava assim subdividida: “Primeiros tempos; Da estréia à maturidade; Últimos tempos”.

* * *

Na consternação com que foi recebida, no Brasil, a morte de Eça de Queirós, havia muito de egoísmo do leitor. Mais que

(6) BRITO BROCA, op. cit., p. 125.

(7) Cf. GILBERTO AMADO, “Eça de Queirós (fragmento)”, in *Livro do centenário de Eça de Queirós*, op. cit., p. 283-6.

(8) MATEUS DE ALBUQUERQUE, *Crônicas contemporâneas*. 1ª série. Rio de Janeiro, Tip. Leuzinger, 1913, p. 134.

a morte de um homem, era o fim de uma obra. Era a interrupção, brusca e definitiva, de livros que vinham, há mais de 20 anos, empolgando um público entusiasta. A sensação experimentada foi a mesma que afligira o jovem Castro Rebelo, ao descer a Ladeira da Barra: — a de orfandade literária.

Na realidade, havia cessado apenas o homem. A obra continuaria. Poucos autores tiveram tantos livros póstumos, que começaram a aparecer no próprio ano da morte. Vários deles eram coletâneas de artigos publicados, alguns relativamente há pouco tempo, na imprensa do Rio. Não obstante, para grande parte dos leitores mais apaixonados, tão moços eram eles, constituíam novidade. Para os que os haviam lido no jornal, o reencontro, em livro, dessas crônicas de tanta sensação na época, era um prazer que superava talvez o da novidade.

Em 1900 aparecem em volume *A ilustre casa de Ramires e A correspondência de Fradique Mendes*. No ano seguinte, *A cidade e as serras*; em 1902, *Contos*; em 1903, *Prosas bárbaras*. Em 1905 editam-se *Cartas de Inglaterra* e *Ecos de Paris*; em 1907, as *Cartas familiares*; em 1909, as *Notas contemporâneas*; e, em 1912, surge o livro que então se julgava ser o último, certeza que se refletia no próprio título: *Últimas páginas*.

Todos esses livros, aparecidos em rápida sucessão, a um tempo evidenciavam a voga do escritor e contribuíam para mantê-la. As *Últimas páginas* revelavam Eça em um gênero novo e inesperado: as vidas de santos, em páginas por muitos consideradas como as de maior perfeição do seu estilo.

Em artigo publicado em *O País* de 18 de maio de 1912, Mateus de Albuquerque saudou, comovido, o aparecimento do livro que era, “definitivamente e também desgraçadamente, o derradeiro livro póstumo de Eça de Queirós”. Diante do “S. Frei Gil”, incompleto, e de “novos, largos ensaios de psicólogo e moralista, apenas esboçados”, Mateus de Albuquerque proclamava só haver para o livro, em nosso mundo artístico, um símile: as capelas inacabadas do Mosteiro da Batalha, em Portugal. “Deixa-nos — acrescentava — uma dupla, confusa impressão de dor resignada e arrojo quase divino: ao mesmo tempo que aumenta em nós a saudade do mestre desaparecido, dá-nos a sensação de infinito, de

sonho inatingível, de eterna ansiedade, que se experimenta diante das grandes figuras “imperfeitas” daquele monumento.”⁽⁹⁾

Ao terminar o artigo, lançava uma idéia “quase ridícula num país onde Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, ainda não têm sequer um busto”. Sugeria fosse erguido um monumento a Eça de Queirós. “O Rio de Janeiro deve-lhe uma estátua: ergamo-la. Coube ao Brasil a iniciativa generosa na propagação do seu nome literário: cumpre-lhe agora perpetuar o raro gesto, condensando-o no mármore ou no bronze. Como a de Goethe em Roma, como a de Heine em Paris, a estátua de Eça de Queirós no Rio de Janeiro não só diria da nossa gratidão, mas principalmente, da nossa cultura.”⁽¹⁰⁾

Em 1912 literatura ainda era assunto suficientemente importante para que dela se ocupassem os jornais. Logo depois o *Jornal do Comércio*, em artigo editorial, se manifestava francamente favorável à sugestão, afirmando que o seu autor exprimira bem “a espécie de ternura, de reconhecimento filial que todos os cultores da língua portuguesa, vindos depois de Eça de Queirós, lhe devem, pelas inovações que ele introduziu na sua obra e a lição que nela deixou, vasta, esplendorosa e tão superiormente duradoura”. Esse “superiormente duradoura” bastaria para marcar a influência de Eça no autor do artigo. A adesão de *A Notícia* veio a seguir: “Eça, na restrição do seu e novo mundo, foi o expoente máximo das letras de Portugal e Brasil.” A 27 de maio era a vez da *Gazeta de Notícias*, na qual o escritor colaborara por mais de 20 anos: “Um monumento a Eça é um dever último. Devemos erigi-lo principalmente por nós mesmos.” Muitos outros artigos apareceram, assinados pelos nomes mais em evidência no mundo literário. Uma Comissão Executiva foi constituída, à frente da qual se encontravam Coelho Neto, João Luso e Vasco Ortigão.

O entusiasmo que a idéia lograra no Brasil seria em breve invocado no Parlamento português. Este, por iniciativa do conde de Arnoso, concedera a pensão anual de um conto de réis à família de Eça de Queirós. Proclamada a República, em 1910, contra ela se manifestaram os dois filhos mais velhos de Eça; a nobreza dos Resende, por outro lado, não deixaria de incomodar o ardor

(9) MATEUS DE ALBUQUERQUE. *Da arte e do patriotismo*, Lisboa, Portugal-Brasil Ltda., s. d., p. 9.

(10) *id.*, p. 33.

igualitário de muitos deputados; a ironia, o talento de Eça, a própria impiedade com que tratara o mundo político, incomodariam muitos outros, que talvez se sentissem mais ou menos como personagens póstumos de quem criara Gastão de Gouvarinho, Joaquim José Alves Pacheco e Alípio Severo de Noronha Abranhos. O fato é que foi apresentado projeto cancelando a pensão concedida à família de Eça de Queirós. Entendeu-se que mais justo seria amparar a família de Rafael Bordalo Pinheiro, que falecera pouco antes. Eça e Rafael tinham sido companheiros, unidos no mesmo combate à tolice. Esta iria aproximá-los, depois de mortos. Não foi retirada a pensão à família de um e, por ato diferente, concedida pensão de igual valor à família do outro. Fez-se questão de, na lei, transferir a pensão da família de Eça para a família de Bordalo. Pois, quando se debatia lei tão edificante, houve quem lembrasse que não ficava bem à pátria do escritor retirar a pensão que concedera à sua família, quando o Brasil, com entusiasmo, pretendia homenageá-lo com um monumento. Tudo inutilmente, pois a lei foi aprovada. Quanto ao monumento também seria concretizado, mas com maior demora.

A Europa, depois o mundo, iriam, em breve, entrar em guerra. Muitos anos antes, na *Gazeta de Notícias*, um cronista falara de um imperador, então ainda recente no seu trono, de quem o público, com "uma curiosidade divertida e arregalada", esperava sempre surpresas e lances. Era um governante verboso e de caracterizações múltiplas, que usava o trono como se fosse um palco, e que invocava terem os seus atos irrestrito apoio divino. Constituíra com Deus, continuava o cronista, "uma nova firma social para administrar o Universo". Esse governante, acrescentava, era "o mais perigoso dos reis, porque falta ainda ao seu diletantismo experimentar a forma de ação mais sedutora para um rei — a guerra e as suas glórias". Advertia, porém, que o desastre lhe poderia ser trazido, se não resistisse à tentação, "por exércitos alheios numa planície da Europa"; e, nesse caso, só lhe restaria "o exílio, o tradicional exílio, esse exílio que ele hoje tão duramente intima àqueles que discrepam da sua infalibilidade".

Assim falara o cronista Eça de Queirós a respeito de Guilherme II, imperador da Alemanha. Em 1914 chegava a guerra; e em 1918 o "cabisbaixo exílio", não na Inglaterra, mas num castelo da Holanda.

Os amigos brasileiros de Eça de Queirós

Falar em admiração para exprimir o sentimento, no Brasil, com relação a Eça de Queirós, é pouco. Por isso mesmo Da Cal se referiu ao "devoto interesse" que o escritor aqui despertava. José Maria Bello falou em "admiração incondicional". Para exprimi-la, no seu caráter fanático, cunharam-se palavras novas. Ao surgir *O primo Basílio*, para congregar os que exaltavam o romance até o delírio, criou-se aqui a expressão "basilismo". Depois "eçolatria", que foi, lembra Fidelino, um dos derradeiros elos literários que prenderam o Brasil à velha metrópole.⁽¹⁾

Mas não se terá dito tudo se apenas se realçar a *intensidade* da admiração sem lhe fixar a *qualidade*. No Brasil foi mais que um sentimento intelectual, que pôde ser intenso, mas frio, e desvinculado da pessoa do autor. Aqui foi um sentimento de amizade, de ternura. Ninguém realmente se limitou a ser admirador, todos se sentiram também amigos. É fenômeno talvez único na literatura da língua. Outros escritores poderão ser preferidos, poderá continuar o eterno duelo Eça X Machado. O positivo, porém, é que em relação a nenhum haverá, na admiração pela obra, o mesmo calor humano, nem com relação à pessoa do autor tão generalizado sentimento de enternecida amizade.

Isto se deve a que Eça sempre esteve presente na obra e por maior que fosse a sua ironia não chegou para encobrir as qualidades humanas. Dele diria José Maria Bello: "O homem estará sempre presente no livro, saltitante, irônico, terno, comovido, opinativo, como uma criatura viva, um amigo incomparável, um companheiro delicioso, que só deixamos a custo." Assinala que Eça nunca foi um amargurado, mas "afetuoso, terno, amando as

(1) FIDELINO DE FIGUEIREDO, *Depois de Eça de Queirós*. São Paulo, Saraiva, 1928.

crianças e com o culto comovido das amizades fraternais". Observação semelhante faria Jaime Cortesão, ao acentuar que a cordialidade "inata e transbordante", está sempre presente na obra de Eça; é uma das suas qualidades mestras. E depois de se referir à "humildade de espírito", a que aludira Lúcia Miguel Pereira, conclui que Eça possuiu até mesmo "o sentido cordial do cômico." (2)

Eça pertenceu, de fato, à "família dos autores amigos", preocupados com os seus leitores, como disse Otávio Tarquínio de Sousa: "Nele não há nada desses escritores solitários, que escutam apenas o som da própria voz e, como certos conversadores exclusivistas, não praticam o diálogo porque são incapazes de ouvir. Eça escreve e logo sugere a aquiescência, a aprovação, a solidariedade do leitor; e tão prestigiosos são os seus recursos de escritor, tão naturalmente ele se coloca em face de quem o lê, de tal maneira se projeta nos seus escritos o homem que foi, com a sua inteligência, o seu sarcasmo, a sua bondade, a sua compreensão, a sua simpatia, os seus defeitos, os seus sestros, — que imediatamente cria os laços característicos da amizade, de uma amizade nada cerimoniosa, toda de abandono e de confiança, a despeito de haver no seu feitio mais pessoal um elemento propício à inibição — a ironia." (3)

Mas o Brasil descobriu cedo o homem bom sob o escritor que às vezes queria parecer mau. Cedo pressentiu o que Ribeiro Couto escreveria: "A ironia em Eça de Queirós não é só o predileto instrumento de expressão verbal, a sua "maneira"; é também uma espécie de vacina espetacular contra a secreta enfermidade do sentimentalismo. Porque, visto bem de perto, bem revistado nas suas algeibeiras, esse demônio do sarcasmo ágil foi um sentimental." (4)

* * *

Há quem pretenda que Eça é apenas um entusiasmo de moço: seria assim relegado a uma espécie de Andersen da adolescência.

(2) JAIME CORTESÃO, *Eça de Queirós e a questão social*. Lisboa, Ed. Scara Nova, 1949, p. 33.

(3) OTÁVIO TARQUÍNIO DE SOUSA, "Amigos brasileiros de Eça de Queirós", in *Livro do centenário de Eça de Queirós*, op. cit., p. 240.

(4) RIBEIRO COUTO, "Lugares-comuns de um admirador brasileiro de Eça de Queirós", in *Livro do centenário de Eça de Queirós*, op. cit., p. 698.

Poucas coisas devem incomodar tanto um escritor como o confrade que é lido. Este passa a ser "fácil", "superficial" ou "comercial". Por outro lado, não é incomum o leitor que se deseja promover, filiando-se a um gênio menos compreendido. Há produtos farmacêuticos que se declaram encontrados em todas as farmácias de primeira ordem, na esperança de que nenhuma farmácia deixe de comprá-lo, para não se desclassificar; e há farmácias que realmente talvez o compreem, com a esperança de que isso baste para transformá-las em estabelecimentos de categoria.

Fosse isso verdade e ainda assim seria invejável o mérito de um escritor que através de gerações sucessivas conseguiu manter o que há de menos comprometido, mais nobre e mais puro, que é a admiração e o carinho dos moços.

No caso de Eça, porém, o encantamento da juventude não desaparece com ela. O Sr. Carlos Lacerda, positivamente não um modelo de coerência nos julgamentos, com 20 anos de intervalo confirmava a sua admiração por Eça de Queirós. E, o que é curioso, fazia-o até com as mesmas palavras. Em 1938, dele dizia que "desemburrava os jovens"; em 1959, considera-o "grande desemburrador".⁽⁵⁾

Escreveu Ribeiro Couto, a trinta anos de distância do estudante de São Paulo: "Aquele ano de 1915 já vai longe. Ainda que a vida me haja aberto outros caminhos, outras leituras, outras admirações (porque o mundo é rico de matéria para estes cultos desinteressados), o que me veio de Eça de Queirós ficou: está intacto."⁽⁶⁾

E Augusto Meyer: "De cada vez que voltamos ao Eça, reanima-se em nós o antigo leitor ingênuo, que andava esquecido de seus primeiros amores, perdido no labirinto das leituras complicadas, em longes terras. Em vão lhe aponta os defeitos o pedante que se alimentou da melhor seiva de nosso entusiasmo, desentorpecido o bom leitor vai direito ao caminho das revelações, e reler tem para ele quase a plenitude de uma primeira leitura."⁽⁷⁾

Outras vezes o amor chegou à necessidade de libertação pela crítica. José Maria Bello contou, nas *Memórias*, o que foi, quando

(5) CARLOS LACERDA, in revista *Senhor*. Rio de Janeiro, julho de 1959; artigo reproduzido em seu livro *Uma rosa é uma rosa é uma rosa*. Rio de Janeiro, 1965.

(6) RIBEIRO COUTO, in op. cit., p. 697.

(7) AUGUSTO MEYER, *Preto & Branco*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, INL, 1956.

rapaz, em Recife, a sua paixão por Eça de Queirós; mais tarde, embora ainda afirmando “ninguém o lê com mais vivo encanto do que eu”, fez-lhe restrições.⁽⁸⁾ Trinta anos depois, no entanto, teve “certos remorsos pelas injustiças cometidas”, como referiu no prefácio ao *Retrato de Eça de Queirós*, reparação que publicou em 1945.

Monteiro Lobato, em 1903, escreve: “Eça está muito querido cá em casa; todos o “adoram”. A semana passada apareceram um comediógrafo, José Pisa, e durante três dias só lidamos com o Eça. Meu avô lê a *Cidade e as serras*, minha irmã lê a *Ilustre casa dos Ramires*, eu leio suas histórias de santos — e, como somos só três neste imenso casarão, não erro dizendo que a casa inteira lê o Eça.”⁽⁹⁾ Fala em outra carta na perspectiva de ir “zefernandear jacticamente” com o amigo, Godofredo Rangel. São freqüentes, na correspondência, as referências a Eça e aos seus tipos. Entre estes um dos favoritos é João da Ega.

Para muitos, entre eles Gilberto Freyre,⁽¹⁰⁾ Eça foi “o nosso Eça”. Gente que nasceu quando o romancista já era morto há muito tempo, fala dele como se realmente o houvesse conhecido. Afrânio de Melo Franco, ao sair *Eça de Queirós e o século XIX*, de Viana Moog, escrevia naturalmente: “Pude acompanhar a vida do meu amigo desde a velha Coimbra...” E confessava: “Sou grato a Viana Moog pelo seu trabalho, como por um favor pessoal que dele tivesse recebido.”⁽¹¹⁾

Outro fato a notar é que na admiração a Eça de Queirós houve sempre a presença, o entusiasmo e o carinho dos moços. José do Patrocínio, de cuja obsessão pelo *Primo Basílio* Araripe Júnior deu testemunho, tem, em 1878, 25 anos. Muito moço também é o grupo do *Besouro*, exaltado na defesa do livro polêmico: Tomás Augusto de Melo Alves, o “Hop Frog”, que se assinava, literariamente, Tomás Filho, anda pelos 20 anos. Dos mais entusiasmados na defesa do realismo, não hesitou em fazer restrições

(8) JOSÉ MARIA BELLO, *Estudos críticos*. Rio de Janeiro, Jacinto R. dos Santos, 1917, p. 23.

(9) MONTEIRO LOBATO, *A barca de Gleyre*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1944, p. 19.

(10) GILBERTO FREYRE, *Retalhos de jornais velhos*. 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964, p. 98.

(11) AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO, *Idéia e tempo*. São Paulo, Ed. Cultura Moderna, 1939, p. 25.

a Camilo. O resultado foi receber do esbordoante autor do *Amor de perdição* uma das réplicas mais brutais de que há memória.⁽¹²⁾

Nos últimos anos do século, quando a admiração por Eça de Queirós é ainda maior do que em 1878,⁽¹³⁾ já assinalamos a mocidade dos que integram a boémia literária, toda ela fanaticamente ecista. Igualmente houve referência às lágrimas com que choraram o escritor, em 1900, moços que ainda nem tinham 20 anos, como Martins Fontes e Edgardo de Castro Rebelo.

Do que era a influência de Eça na mocidade de 1915, Ribeiro Couto deixou testemunho: "Se eu disser que Eça de Queirós, desde os anos de adolescência, foi um dos meus autores prediletos, não direi tudo. Não direi mesmo nada. Para mim e para os rapazes do meu tempo, da minha roda, primeiro em Santos, nos bancos de humanidades e de iniciação literária, depois sob as arcadas do velho convento de São Francisco, por volta de 1915, na Faculdade de Direito de São Paulo, ele foi uma grande janela aberta para o mundo vivo." E adiante: "Não era só em nossa formação literária e em nosso próprio estilo que Eça de Queirós influía. Influía em nossos projetos de andar pelo mundo, em nossos hábitos, gostos e atitudes, infundindo-nos um certo diletantismo à João da Ega ou à Fradique, um ar de "adeptos da Forma", céticos, fartos, voluptuosos, iniciados no culto das coisas finas, o que tudo casava bem mal com o nosso fato coçado e a mesa de pinho na sala de revisão do *Correio Paulistano*."⁽¹⁴⁾

Freqüente é a invocação de Eça de Queirós nos primeiros artigos de Gilberto Freyre. Nascido com o século, no mesmo ano em que Eça morria, tem 20 anos quando o chama, com familiar carinho, "o nosso Eça". A citação deste vem a propósito de tudo, traíndo o contato freqüente com os seus livros. Escrevendo sobre museus, lembra Carlos e Cruges em Seteais; a respeito de Oliveira Lima recorda Fradique; falando de Dom Vital, diz que deixou "conselheiros do Império do tamanho de conselheiros de Eça". E ao mencionar a Finlândia faz a associação fatal com o mais notório dos seus filhos: "só lhe conheço este contingente: ter fornecido

(12) CAMILO CASTELO BRANCO, "Tomás Filho deputa e delega na bengala de Artur a sua desforra", in *Cancioneiro alegre*. 2ª ed., Porto, Liv. Chardron, 1887, v. II, p. 303.

(13) JOSÉ MARIA BELLO, *Retrato de Eça de Queirós*, op. cit., p. 139.

(14) RIBEIRO COUTO, in *Livro do centenario de Eça de Queirós*, op. cit., p. 694-5.

a Eça de Queirós o original para uma de suas melhores caricaturas”.

Na primeira viagem de instrução do “Almirante Saldanha”, em 1934, vindo da Inglaterra “onde nascera e içara as velas brancas”, um tema domina as tertúlias dos jovens oficiais, nas noites que precedem a chegada a Lisboa: Eça de Queirós. Ele “dava quartos conosco”, diria um desses oficiais; não havia serviço de “meia-noite às quatro, no passadiço ou no motor”, sem a presença zelosa do conselheiro Acácio a lembrar-lhes o cumprimento do dever. Conclui o narrador: “vivemos Eça de Queirós” desde a chegada a Lisboa, até que o vento nos trouxesse ao Brasil.⁽¹⁵⁾

Quando Carlos Lacerda, em 1938, escreve que Eça “para nós é eterno”, conta 24 anos.⁽¹⁶⁾ Jorge Amado, ao publicar o artigo “Eça sempre vivo”,⁽¹⁷⁾ tem 28.

* * *

Para o sucesso fulminante que Eça logrou no Brasil, em 1878, as explicações podem ir da novidade que ele representava até ao escândalo provocado pela audácia de algumas de suas páginas. Antes de tudo apresentava-se como um renovador, e representante de uma nova escola literária. Chegou ao Brasil, escreve Lúcia Miguel Pereira, “na crista da onda naturalista, que em larga parte por seu intermédio aqui se espraiou”. E acrescenta: “Vinha com a moda, tinha a sedução da novidade, do último figurino literário de Paris.”⁽¹⁸⁾ Mas não era apenas um rebelado em literatura; também o era quanto à política e à sociedade de seu tempo. Por isso igualmente atraiu aqueles que visavam à reforma de ambas. De fato, recorda Brito Broca, aqui, como em outros países, o naturalismo se identificou com as tendências republicanas.⁽¹⁹⁾

(15) A. M. BRÁS DA SILVA, *Eça de Queirós sociólogo e internacionalista*. Rio de Janeiro, (ed. do autor), 1952, p. 6-7.

(16) CARLOS LACERDA, “Carta do Brasil. Vianna Moog e Eça de Queirós”, in *O Diabo*. Lisboa, n.º 222, 1938.

(17) JORGE AMADO, in *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro 2.3.1940.

(18) LÚCIA MIGUEL PEREIRA, Prefácio do *Livro do centenário de Eça de Queirós*, op. cit.

(19) BRITO BROCA, *Machado de Assis e a política e outros estudos*. Rio de Janeiro, Ed. Simões, 1957, p. 33. (Col. Rex)

Outro fator foi o traço caricatural. Deve ser lembrado o gosto que o público fluminense sempre manifestara pelos jornais ilustrados, que na altura do aparecimento do *Primo Basílio* tinham entre nós êxito maior do que em Portugal, tanto que atraíram o que foi um dos mais notáveis caricaturistas dos dois lados do Atlântico: Bordalo Pinheiro.

O "realismo gráfico", para usar a expressão de Eugênio Gomes,⁽²⁰⁾ com que Eça colocava os seus personagens perante o público, dava-lhes nitidez e comicidade não atingidas pela maior parte dos caricaturistas. Para não falar no imenso conselheiro Acácio, lembre-se o Ernestinho Ledesma, dramaturgo, autor da *Honra e paixão*, e o Carlos, da botica, ao sentenciar para o seu praticante: "Que eu, tenha o senhor em vista, admiro a filosofia, mas quando ela, por assim dizer, vai de mãos dadas com a religião... Sou homem de ciência e admiro um Newton, um Guizot... Mas (e grave o senhor estas palavras) se a filosofia se afasta da religião... (grave bem estas palavras) dentro de dez anos, Sr. Augusto, está a filosofia enterrada."⁽²¹⁾

Acrescente-se o escândalo causado pela audácia de certas páginas ou de certos temas. E finalmente, circunstância que deve ter sido importante, tratava-se do primeiro escritor português não patrocinado pela colônia portuguesa, pelo menos na sua faixa mais conservadora e representativa. O nosso nacionalismo, já notou alguém, sempre foi menos uma auto-afirmação do que um antagonismo, variando o oponente de acordo com a época: nacionalismo antiinglês, antilusitano, antiamericano. De todos, o segundo foi naturalmente o mais extenso e, no fim do século, era também o mais intenso. O fato de os solenes comendadores da época não se orgulharem do novo escritor — como faziam, ainda mesmo que não os lessem, com Herculano, Castilho, Latino Coelho, Garrett, Camilo e Pinheiro Chagas — transmitiu, principalmente aos moços, o sentimento de independência na escolha da admiração e a certeza de que não deixavam em nada de ser brasileiros por admirarem esse escritor português, no qual sentiam quase um aliado.

(20) EUGÊNIO GOMES, *Machado de Assis*. Rio de Janeiro, Liv. São José, 1958, p. 40.

(21) EÇA DE QUEIRÓS, *O crime do padre Amaro*, in *Obras de Eça de Queirós*, op. cit., v. I, p. 227.

Todos esses elementos justificariam o êxito inicial, a voga extraordinária que alcançou o *Primo Basílio*, mas não, evidentemente, o êxito duradouro. Deste, quais as causas principais? Talvez três: o estilo, o processo humorístico e o dom de vida.

O estilo, "a forma", que "fascina, seduz, atrai", foi destacado logo no primeiro folhetim que apareceu no Brasil sobre o *Primo Basílio*, folhetim esse a que se aludiu em outro capítulo, e que assinado apenas com uma letra "L", apareceu na *Gazeta de Notícias* do dia 12 de abril de 1878.

Disse o próprio Camilo, referindo-se ao *Mistério da estrada de Sintra*, que "a revolução do estilo data daí". E Fidelino de Figueiredo não podia ser mais expressivo ao escrever que pela completa transformação que Eça operou no estilo, a moderna história da língua portuguesa, como instrumento de arte, se dividia em dois períodos muito opostos: *antes* e *depois* da sua obra.

Para falar do estilo de Eça de Queirós seriam necessários um livro inteiro e um crítico especializado; e nada menos que isso foi feito pelo professor Ernesto Guerra Da Cal em seu notável *Lengua y estilo de Eça de Queirós*, que tem aliás a indicação de 1.º volume, mas do qual não foi publicada a continuação. Deve ser destacada, também, como a contribuição brasileira mais poderosa sobre o estilo eciano, o magistral estudo de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira "Linguagem e estilo de Eça de Queirós".⁽²²⁾ Embora dispondo de campo bem menor — um artigo de 50 páginas e não um livro de 390, o trabalho de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, aparecido, aliás, antes da obra de Da Cal, focaliza alguns aspectos de que este não tratou. Assim, por exemplo, o tempo de ação refletido no ritmo da frase, rápido na estocada que fulmina Guannes, lento no ataque sorrateiro em que é morto Rostabal, ambos personagens do conto "O tesouro".

Diria Gilberto Amado: "nem a força, nem a graça, nem a luz, nem o movimento faltaram a esse estilo revolucionário". Revolucionário e revolução constituem, aliás, expressões quase invariavelmente usadas em relação a Eça: também a empregaram, além de Camilo e Gilberto, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira e José Maria Bello.

(22) AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA "Linguagem e estilo de Eça de Queirós", in *Livro do centenário de Eça de Queirós*, op cit., p. 59 a 107.

Outra palavra freqüentemente usada, para exprimir o impacto causado pela obra de Eça de Queirós, é — deslumbramento. Da Cal lembra que nela há coincidência, até mesmo em línguas diversas. Cita o argentino Roberto Giusti (e ele Da Cal também a empregou) e José Maria Bello.

Entre o estilo e o processo humorístico — ambos novos na língua —, havia absoluta interdependência. Das virtudes do escritor, notadas logo nos seus primeiros trabalhos, José Maria Bello destacava “a ironia acima de todas, e a ironia implicando naturalmente a precípua modalidade do seu estilo”. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira diz que Eça teve de adaptar a língua “à expressão de uma característica de seu temperamento a bem dizer inédita em letras portuguesas: a ironia”.

Discutir-se-á se Eça foi um humorista ou um ironista. Ou se foi um satírico, como sustentou Gilberto Amado, e não um ironista. Qualquer que seja a caracterização que se dê à sua *vis* cômica, o que importa assinalar é a sua originalidade na língua, o impacto que causou. Para Gilberto Amado, Eça foi “o maior escritor satírico da nossa raça”. E acrescenta: “Na Península, depois de Cervantes, que foi um dos mais profundos olhares que ainda se debruçaram sobre a alma humana, e ao mesmo tempo o grande mestre da sátira ibérica, somente em Eça de Queirós surgiu o grande temperamento que viu rindo, motejando e sofrendo os erros, os vícios, as fealdades de uma realidade dolorosamente banal.”

José Maria Bello afirmaria: “ninguém jamais esgrimiou com tanta maldade elegante”.

Quanto ao dom de vida, Eça, como assinalou Adonias Filho, foi dos que retiram o leitor ao seu mundo e o arrastam a participar do mundo que lhe apresentam, “o processo narrativo não permitindo a gratuidade na leitura”. Forçosamente “veremos os quadros, ouviremos as palavras, estaremos nas cenas”. As suas figuras são levantadas “com tamanha força que a vemos e ouvimos como se fossem vizinhos”.⁽²³⁾

A propósito dos personagens ecianos, “elenco de tipos admiráveis no seu ridículo e humanidade”, Martins Fontes lembrou o

(23) ADONIAS FILHO, Apresentação de *A cidade e as serras*. Rio de Janeiro, Biblioteca Universal Popular, 1963.

“Dickens impersonator”, dos *music-halls* ingleses. Celso Vieira afirma que conheceu, positivamente conheceu, no Brasil, o conselheiro Acácio. Até o tipo físico era igual. Também era diretor geral de Secretaria. As mesmas maneiras, o mesmo modo de falar. Um dia, como se mencionasse o *Primo Basílio*, endireitou-se na poltrona e sentenciou apenas: — “O Sr. Eça de Queirós é um beletrista joco-sério.” (24)

(24) CELSO VIEIRA, *O gênio e a graça*. Porto, Lello, 1951, p. 192.

O “Clube do Eça”

Quando o *Primo Basílio* alvoroçou o Rio, em 1878, o jornalista Carlos de Laet (Carlos Maximiano Pimenta de Laet) tomou parte nas polêmicas que o livro despertou.

Quase 80 anos depois, na mesma cidade, outro Carlos de Laet (Carlos Rocha Mafra de Laet), neto do primeiro, escrevia no jornal *Última Hora* uma seção social, sob a rubrica “Black Tie”. Assinava-a com o pseudônimo João da Ega.

Na crônica do dia 19 de abril de 1955 lançava a idéia de um clube que reunisse gente admiradora de Eça. Dava logo uma lista de pessoas — literatos e não literatos — cuja mania era notória. Aliás o primeiro nome sugerido, para a associação projetada, sendo autor da sugestão o jornalista Mauritônio Meira fora mesmo “Clube dos maníacos de Eça”.

Não faltaram adesões. Contrário à idéia só apareceu um: o Sr. conde de Gouvarinho, que enviou a seguinte carta a João da Ega, por este publicada no dia 19:

Meu caro Ega

Foi a Condessa quem me chamou a atenção para o escrito seu, nesse conceituado órgão da imprensa brasílica, em que o nobre amigo lança a idéia da fundação de um Grêmio destinado a cultuar a memória do insigne literato Eça de Queirós. Os meus sagrados deveres para com o País, na Pasta da Marinha, não me têm dado vagares para ler as folhas, nem mesmo a *Última Hora*, essa colmeia de tantos folhetinistas de pulso.

Rogo, inicialmente, me releve o observar-lhe que estranhei nada me ter dito o amigo ao nos dar a honra de jantar conosco na semana transacta,

quando poderíamos debater o assunto com o nosso eminentíssimo **patrício** Sousa Neto, que vê sempre essas coisas d'alto!

Voltando ao assunto da sua idéia, meu Eça, não posso calar por mais tempo a minha opinião, pensada e sincera, sobre esse grêmio pelo qual propugna.

Nada obstante reconhecer que se trata de um escritor de muita nomeada, como sói ser o Eça de Queirós, acho má a sua idéia e lhe direi por quê.

Eça de Queirós foi um demolidor feroz das nossas coisas mais sagradas. Atacou o princípio da Autoridade, na pessoa respeitável de nossos mais conspícuos patrícios. Atacou a Religião (que é um freio!) na pessoa sacrosanta daqueles Sacerdotes de Leiria, a quem tanto injuriou, e na pessoa, por todos os títulos respeitável, da Excelentíssima Senhora D. Maria do Patrocínio das Neves, venerando ornamento da nossa Sociedade e dama das mais peregrinas virtudes cristãs.

Triste idéia, pois, meu caríssimo amigo, essa de cultuar um tão mau exemplo para as gerações do Porvir, para a mocidade das Escolas, Pátria de amanhã!

Espero que não persista nela, que deve ser mais um dos paradoxos do amigo que, aliás, sem favor, tem-nos ótimos.

Não queira mal, por isso, a este seu amigo

At.º Obrgd.º

Gouvarinho

A carta que assim ressuscita, no Rio de 1955, o notável estadista cujo sonho, como ministro da Marinha, era fazer representar *A dama das camélias* nas profundezas da África — bem demonstrava o que Laet afirmara: não faltavam, no Rio, conhecedores e apaixonados de Eça.

Laet publicara a carta sem conhecer o autor, mas prometera descobri-lo. Dias depois revelava que o conde era Roberto da Silva Ramos, ecista de cem anos, pois o avô, o velho acadêmico e filólogo Silva Ramos, conhecera Eça de Queirós quando eram ambos moços e dele costumava falar ao neto.

Daí por diante, na coluna de Laet, são inúmeras as referências ao futuro clube. Finalmente aconteceu mesmo a fundação, na sede do Clube dos Advogados, aos 28 de outubro de 1955, tendo prevalecido a denominação mais simples: Clube do Eça. Compareceram leitores de todas as profissões. E como no Tribunal de

Contas, em que trabalhava o Taveira, se faziam até contas, houve até literatos nessa reunião literária, que foi a menos formal e a mais alegre das reuniões. A idéia de estatutos teve repulsa unânime. Mas a de celebrar a fundação com um jantar mereceu aclamações. Da reunião houve um registo de presença — e foi a única formalidade — a que se referiu Laet na crônica de 31 de outubro: “O primeiro a assiná-la foi o Sr. Antônio de Faria, seguindo-se o Sr. Herculano Rebordão, Haryberto de Miranda Jordão, Alberto Francisco Canejo, Silveira Sampaio, Alfredo Tomé, Márcio Burlamaqui, Roberto da Silva Ramos, Arnaldo da Costa Faro, Maércio Azevedo, Jaime Adour da Câmara, Clóvis Ramalhete, Edgard Montauray Pimenta, Antônio Cláudio Bocayuva Cunha, Luís Augusto Taves da Costa, Ayrton Pereira da Silva, Oscar Luis Taves (estes três como representantes da nova geração), Paulo Antunes Ribeiro, João Condé, Tiago de Melo, José Eduardo Bulcão de Moraes, Mauritônio Meira... e mais espaço houvesse.”

A idéia do jantar não só logrou aplausos como vingou. Dias depois estava marcada a data: seria a 21 de novembro, numa segunda-feira. A princípio pensou-se, como local, no próprio Clube dos Advogados. Depois, como crescesse o número de adesões, e a idéia, de aperfeiçoamento em aperfeiçoamento, tivesse evoluído para a reconstituição do jantar que João da Ega oferecera a Jacob Cohen no Hotel Central, resolveu-se realizá-la também em um hotel, o Glória.

Ora, aconteceu que, no dia 11 de novembro de 1955, um vice-presidente da República, no exercício da Presidência, foi, com aparato militar, declarado impedido. O golpe de estado parecia indicar o cancelamento do jantar, e de outras amenidades literárias. Impressão de primeiro momento, porquanto o jantar continuou sendo anunciado para o dia 21.

Ora, aconteceu mais que, nesse dia 21 de novembro de 1955, quase já posta a mesa, o presidente da República, que se restabelecera de enfermidade e pretendia reassumir a Presidência, foi disso impedido, ainda com aparato militar. Tropa na rua, boataria também, atmosfera de excitação, era claro que não haveria jantar. Apenas alguns convivas acharam que mesmo assim deviam comparecer para pagar a contribuição (que era ponderável, quinhentos cruzeiros de 1955) pois a despesa já estava irremediavelmente comprometida. Foram porém tantos, que à hora marcada se encon-

travam no Hotel Glória quase todos os que haviam aderido ao jantar.

A princípio o ambiente era pesado. Lembrava o da casa de Alípio Severo de Noronha Abranhos, futuro conde de Abranhos, em outra noite igualmente de golpe de estado. Alguém, com certa timidez, fez a observação. Outro logo ponderou que agora tínhamos também o nosso duque de Saldanha. Depois chegou um terceiro contando uma história. Estava à tardinha na cidade, quando passou, imponente, demandando o Palácio do Catete, uma coluna de tanques. Os carros de assalto movimentavam-se pesados, aneaçadores. De súbito, em uma esquina, o sinal de trânsito, indiferente, fecha. E dá-se aí o inesperado. Diante da luz vermelha a coluna de tanques estaca. Cruzam-lhe a frente automóveis, ônibus, até mesmo um bonde. Depois o sinal, sempre indiferente, abre. E os tanques, atentos e obedientes como veículos urbanos, lá arrancam novamente para o Catete e a manutenção da ordem.

Houve risos, exclamações de incredulidade e os garçons ofereceram vermute, “por ser tarde para esse requinte literário e satânico do absinto”. Da ante-sala e da varanda podia-se ver a mesa rica do jantar, que Carlos Perry decorara vitorianamente, com as velas ardendo em candelabros de prata, à cabeceira um grande ramo de girassóis descidos da fachada do Ramalhete. Ao fundo, no alto, um busto em bronze com o enfeite sóbrio de cravos amarelos.

O golpe de estado, o duque de Saldanha, a história, tudo parecia vindo do Eça. Era impossível resistir, não mergulhar de vez na ficção, tão real como a realidade. Jantou-se.

Jantou-se divinamente. Nos cardápios, desenhados por Wladimir Alves de Sousa e numerados, lia-se: ostras, *sole normande*, *poulet aux champignons*, *petits-pois à la Cohen*. Como sobremesa “queijadas de Sintra à Faria”, homenagem ao embaixador de Portugal, Antônio de Faria, também presente, e que fizera vir as queijadas de Portugal, por avião. Ainda, o embaixador providenciara o Bucelas, não encontrado na praça do Rio, e que foi seguido de Saint-Emilion, champanha, conhaque e chartreuse.

Tudo absolutamente como no jantar do Hotel Central, com o acréscimo das queijadas e menos as ostras. Estas figuraram apenas no *menu*, para não quebrar a reconstituição. Realmente não

foram servidas. E não o foram porque se apurou (primeira contribuição concreta do clube para os estudos ecianos) ter havido um cochilo gastronômico do mestre.

Segundo contou Carlos de Laet, o *chef* francês do Hotel Glória, quando foi encomendado o jantar, declarou-o impossível. E explicou: *sole normande* tinha como guarnição ostras (ou, mais exatamente, *moules*) e mariscos. Era portanto impossível, já que atingiria a honra profissional dele, *chef*, a da cozinha francesa, a da própria França, servir ostras, ou parentes próximos, duas vezes na mesma refeição. Resolveu-se o caso com um “jeito” brasileiro. Figuraram as ostras no cardápio, mas não foram servidas: serviu-se a explicação.

Amplamente noticiado e fotografado foi o jantar, no qual uma nova idéia ganhara corpo: a publicação de um álbum de gravuras de Wladimir Alves de Sousa, todas focalizando personagens de *Os Maias*.

Por tudo tinha razão o clube de estar orgulhoso. Mais que um simples “almoço no campo com atrizes”, conseguira promover um grande jantar — e sem facadas. Também é verdade que não houvera atrizes, apenas uma fadista.

Se porém se livrou de facadas, não se livrou de dar causa a uma polémica, aliás toda lusa.

Tomás Ribeiro Colaço, na *Tribuna da Imprensa* de 26.12.55, aludindo à ausência de vários conhecidos intelectuais portugueses ao jantar (o que afinal seria admissível, dizia, de vez que Eça era também patrimônio brasileiro), estranhou o comparecimento do Dr. Antônio de Faria. O embaixador não respondeu. Roberto da Silva Ramos explicou, em carta a João da Ega, que, como este mesmo dissera, não haviam sido feitos convites individuais: houvera uma convocação geral a todos os ecistas. Enquanto isso, era divulgada uma carta de Antônio d'Eça de Queirós ao embaixador, agradecendo-lhe as notícias sobre a fundação do clube. Tomás Ribeiro Colaço, aludindo às palavras do filho de Eça de Queirós, publicou uma extensa “Carta aberta ao embaixador Antônio de Faria” (*Tribuna da Imprensa* de 2.1.1956). O embaixador, por diplomacia ou porque embarcava dois dias depois para Lisboa, continuou em silêncio. Quem retrucou, com a não menos extensa “Primeira e última resposta ao Sr. Tomás Ribeiro Colaço”, foi Antônio d'Eça de Queirós (idem, de 3.4.1956). Colaço treplicou pelo mesmo jornal no dia 9.

Não eram “duas literaturas rivais que se engalfinhavam”; a polêmica, realmente, era política e não literária. Por isso, e enquanto isso, o clube, pacificamente, jantava.

O segundo encontro jantante, logo no começo de 1956, foi também muito alegre, em um restaurante da Floresta da Tijuca.

Desta vez estavam presentes senhoras. De portugueses havia duas figuras ilustres, cujo comparecimento não provocou reparo ou polêmica: o conde das Galveias, que conhecera Eça pessoalmente, e Amália Rodrigues. De brasileiros — para citar apenas os ecistas mais conhecidos — estavam o professor Castro Rebelo, Clóvis Ramalhete, Álvaro Moreyra e Carlos de Laet. Antes do jantar reuniram-se todos na varanda e um fogo de artifício esplêndido subiu aos ares, clareando a floresta. Era, como na “Toca”, uma girândola atirada “à glória eterna de Esparta”.

Prosseguiam, em outras reuniões sem jantar, as providências para a edição do álbum. Como fosse lembrada a possibilidade de algum “legadozinho”, o clube acabou admitindo formalizar-se um pouco, mas o estritamente necessário. Aprovou estatutos extremamente reduzidos, meia dúzia de artigos. Escolheu presidente — o professor Castro Rebelo — e completou a comissão executiva, de sete membros, com os nomes de Carlos de Laet, Edgard Montaury Pimenta, Vladimir Alves de Sousa, Roberto da Silva Ramos, Haryberto de Miranda Jordão e Arnaldo da Costa Faro.

O jantar oferecido pelo casal Altair de Sousa, em setembro de 1956, na residência de seus tios, embaixador e embaixatriz Araújo Jorge, constituiu, pode-se dizer, o justo prêmio a tanto trabalho. Desta vez a contribuição para os estudos ecianos esteve na revelação, para a quase totalidade dos ecistas, de que a “sopa dourada”, da tia Vicência, não era uma sopa, mas um doce, que foi servido e exaltado. De além-mar tinham vindo lampreias d’ovos, que muitos convivas só conheciam de uma vitrina de confeitaria, no *Primo Basílio*.

O embaixador Araújo Jorge, também ecista, por vários anos representante do Brasil em Portugal, relembrou encantadoramente Lisboa. Depois guitarras generam e uma voz de fadista cantou saudosamente Lisboa. Na varanda, de onde se via toda a enseada de Botafogo, até tarde pairou o encanto de Portugal e do Eça, enquanto as luzes, lá embaixo, brilhavam rodeando a praia numa curva suave, quietas como um colar no estójo.

Mas o fim do ano se aproximava e era preciso comemorar o aniversário da fundação e do primeiro jantar. Com um jantar, naturalmente.

Outra vez o Hotel Glória, mas desta vez sem sobressaltos, com senhoras e ao ar livre, à beira da piscina. Como justificativa, o *menu* era precedido de uma citação de *A cidade e as serras*: “Tarde, muito tarde, quando já se cerravam com estrondo as cortinas de ferro das lojas, surdiu, de entre todas estas confusas ruínas do meu ser, a eterna sobrevivente de todas as ruínas — a idéia de jantar.” Do mesmo livro viera o grande prato da noite, o peixe do grão-duque Da Rua de São Marçal, da casa do sr. conde de Gouvarinho, talvez como vingança pela sua oposição ao clube, fora trazido o *jambon aux épinards*. E entre tantos maniacos, Viana Moog — que pela placidez e pelo físico foi logo comparado por Jaime Adour da Câmara a São Cristóvão — pensava risosamente em como ficara aquém da realidade ao falar, em seu livro, da imensa admiração que havia no Brasil por Eça de Queirós.

Muitas pessoas, naturalmente, se irritaram com tanto jantar. Houve, por exemplo, quem escrevesse que o clube deveria ser “uma instituição visando a estimular o gosto pela leitura da obra do grande escritor português”. Nas suas atividades “seriam usados artigos, conferências, publicações informativas e outros meios de divulgação para desenvolver em nossos leitores o interesse pelas obras de Eça, prestando-se assim merecido culto a uma das maiores figuras literárias de todos os tempos”.

A tais críticas não houve resposta do clube, talvez pelo receio de ofender algum personagem do seu patrono que estivesse escrevendo sob pseudônimo. Ou talvez por considerar que a própria existência do clube, como era, constituía a melhor resposta. Havia maior prova da divulgação da obra de um escritor do que possuir tantos admiradores, que assim se reuniam, cada um pagando o seu jantar, apenas pelo prazer de falar e ouvir falar dele? E havia maior eloquência do que tal democracia na admiração, igualando literatos e não literatos, autores de alguns dos maiores livros sobre Eça e simples leitores, sem que ninguém pretendesse destacar-se?

Ninguém, a pretexto de exaltá-lo, autorizou a suspeita de desejar exaltar-se. Em lugar de conferências — quando uma pessoa

fala sobre um assunto e as demais pensam em outro — todos falavam, pensavam e ouviam Eça. Era a própria obra vivida. Como disse Laet: “falava-se entre aspas”.

Dia chegou, porém, embora tivesse demorado, em que o clube mostrou não ser apenas um grupo jantante. Eça tinha levado oito anos entre anunciar e publicar *Os Maias*. O clube não ficou atrás: levou exatamente o mesmo tempo para ultimar o álbum que anunciara no próprio ano de fundação. Inúmeras foram as peripécias que retardaram o cumprimento da promessa. Talvez para fugir às perguntas e à impaciência dos subscritores, os jantares foram sendo espaçados. De vez em quando uma notícia na imprensa anunciava que o álbum estava quase pronto. Em *Rio-Magazine*, n.º 277, de março de 1958, era publicada uma reportagem de duas páginas, ilustradas inclusive com algumas das gravuras do álbum. Este, porém, continuava apenas prometido. Não tendo confiado o empreendimento a uma organização comercial, pelo escrúpulo de entregar obra de tanto amor a mãos mercenárias, os responsáveis pela edição viam-se obrigados a executar pessoalmente todas as tarefas. Como cada um tinha os seus afazeres e todos a mesma inexperiência editorial, a demora era inevitável.

Finalmente, em um dia feriado dos fins do ano de 1963, reuniram-se 6 ou 8 ecistas com as 3.000 gravuras (150 coleções de 20 gravuras cada uma) que haviam sido transportadas para o escritório de Haryberto de Miranda Jordão. Plínio Doyle — que se está tornando o indispensável contra-regra de todos os movimentos literários — voluntariara também para a última arrancada, trazendo o apoio machadiano à glória de Eça. Um dia inteiro, arfando de cansaço e calor, praguejando com moderação, subindo para tirar as gravuras das pilhas que se acumulavam em grandes pacotes, sobre os armários; curvando-se para arrumá-las; desvelando-se em cuidados para que não fosse baralhada a numeração das coleções — os abnegados distribuíram as 3.000 gravuras pelas 150 pastas. Já era quase noite quando saíram, deslombados e radiantes, para levar o álbum n.º 1 ao ecista de igual número, o professor Castro Rebelo.

Do álbum deve ser dada, inclusive para os bibliófilos, notícia mais pormenorizada, porque já surgiu como raridade, face à pequena tiragem.

Cada uma das 150 coleções se compõe de 20 folhas soltas. São folhas inteiras de papel D'Arches, de 56 × 44,5 centímetros. As gravuras, todas de Vladimir Alves de Sousa, estão datadas (1958), numeradas (número da tiragem, não da ordem das gravuras) e assinadas pelo autor. Do punho deste também os títulos das gravuras, que são os seguintes: CARLOS / MISS SARAH / EGA / RAQUEL / GOUVARINHO / COHEN / D. DIOGO / A GOUVARINHO / ALENCAR / EUSEBIOSINHO — PALMA CAVALÃO / A TOCA / GUIMARÃES / A CARTA / PEDRO DA MAIA / STEINBROKEN / AFONSO / A PELIÇA / MARIA EDUARDA / O RAMALHETE / DAMASO.

Nas pastas em que estão acondicionadas as gravuras, lê-se no frontispício: o CLUBE DO EÇA / APRESENTA / VINTE PERSONAGENS DE / "OS MAIAS" / POR / VLADIMIR ALVES DE SOUSA / 1963.

Tendo por esse modo justificado, plenamente, a sua existência, o clube deu a impressão de se considerar dispensado de existir, porquanto quase não se ouviu mais falar dele.

Não desapareceu, todavia. Funciona sempre que se encontram dois dos seus participantes, ou simplesmente dois leitores. Mais do que uma instituição, é uma fatalidade. Cessaram jantares e extravagâncias porque João da Ega, deixando os domínios da fantasia, incursionara pelos da gravidade. Talvez o tivesse impressionado alguma palavra do Steinbroke (*Toujours de la fantaisie c'est grave, mon cher, excessivement grave*) ou algum conselho prático que ficara do Cohen, último benefício desse homem de tantos préstimos. O fato é que o irreverente João da Ega ("O desacato é a condição do progresso; quem respeita, decai.") tornou-se o procurador do Estado Dr. Carlos de Laet, mais tarde o Dr. Carlos de Laet, secretário de Turismo da Guanabara. Mas se assim evoluiu, por fantasia, da fantasia para a gravidade, é de admitir que, ainda por fantasia, volte ao ponto de partida; e então o clube voltará, também, à sua primitiva feição.

Enquanto tal não ocorre, adaptando-se ao modelo atual do seu inspirador, o clube se tornou mais comedido. Ainda em 1966 os jornais noticiavam o seu esforço, sério e sóbrio, ao cooperar — inclusive exibindo, em grande painel, as gravuras do álbum — para o êxito da exposição com que foi comemorado, no Pavilhão

de Portugal, o centenário da estréia literária de Eça de Queirós. Também a vida do clube esteve ali documentada, através de recortes de noticiário, *menus* de jantares e fotografias. Em uma destas, focalizando o inventor do clube, havia a legenda, de absoluta justiça: "João da Ega (Carlos de Laet) foi o responsável pela existência do Clube do Eça. Nunca um personagem fez tanto pelo seu criador."

Eça, 1966

O ano de 1964, que é o 64.º da morte e o 119.º do nascimento do "pobre homem da Póvoa de Varzim", encontra tranqüila a sua glória nos países em cuja língua escreveu e em plena ascensão no estrangeiro.

Eça nunca foi traduzido como nos últimos 10 ou 20 anos.

Na Inglaterra apareceu, em 1953, a tradução de *O primo Basílio*, por um conhecido homem de letras — Roy Campbell. No ano seguinte eram editadas mais duas obras: *A cidade e as serras* e *A relíquia*, a primeira traduzida ainda por Campbell e a segunda por Audrey F. G. Bell. Os três livros tiveram, da crítica, referências altamente elogiosas. Em 1962 foi lançado *O crime do padre Amaro* (*The sin of father Amaro*, Londres, Max Reinhardt, trad. de Nan Flanagan, 351 p.), cujo sucesso se evidenciou por uma segunda tiragem, no mesmo ano.

A crítica, por sua vez, não poderia ter sido mais entusiástica. O *Observer*, após proclamar o livro "uma obra-prima", considerou o seu autor maior artista que Zola. Obra-prima foi também a expressão usada pelo *Spectator*, que colocou Eça acima de Trollope, quase no mesmo plano que Stendhal. O Suplemento Literário do *Times* (o *Times*, de cuja gravidade Eça tanto zombou), concedeu que "De Queirós merece o seu lugar entre os grandes romancistas do século XIX".

Nos Estados Unidos, aquelas versões do *Primo Basílio* e da *Relíquia* tiveram edição igualmente em 1953. Em 1963 publicou-se a do *Padre Amaro* (Nova Iorque, 1963, St. Martin's Press), que teve, como as anteriores, boa acolhida da crítica. *Time*, a conhecida revista, salientou ser Eça de Queirós um mestre da prosa,

cuja mensagem se mantinha mais viva do que a da maioria dos reformadores literários do século XIX (n.º de 26.4.63, edição latino-americana).

Sete livros traduzidos em sete anos, na Tchecoslováquia, é a informação de um catálogo, datado de 1960, do Pen Club daquele país: *A relíquia* (1951), *O crime do padre Amaro* (1954), *A cidade e as serras* e *O primo Basílio* (1955), *Os Maias* (1957) e, em 1958, em um só volume, *A relíquia*, *O mandarim* e *O conde de Abranhos*.

Na Alemanha foram traduzidas oito obras, entre 1954 e 1962: *O mandarim* e *O defunto*, no mesmo volume (1954); por outra editora, no ano seguinte, ainda *O mandarim*; em 1956 *O primo Basílio* e em 1957 *O crime do padre Amaro*; em 1959, acamara-dados no mesmo volume, *O conde de Abranhos*, *Alves & Cia* e outra vez *O mandarim*; ainda em 1959, *A capital*, e, finalmente, em 1962, *A ilustre casa de Ramires* e nova versão de *O primo Basílio*.

Na Itália, de 1952 para cá, incorporaram-se à Biblioteca Universal Rizzoli, de Milão, as traduções de *O primo Basílio* (1952), *O mandarim* (1953), *A capital* (1955), *Os Maias* (1959) e *O crime do padre Amaro* (1962). O editor Gherardo Casini, de Roma, publicou, em um volume, *A ilustre casa de Ramires* e *A capital*, em 1954. E, em 1959, *Os Maias*. Outra editora, de Turim, fez traduzir *A cidade e as serras* e os *Contos*. Estes, sob o título *Stranezze di una ragazza bionda ed altri racconti*, tiveram reimpressão recentemente, em 1963.

Todas essas edições, populares como as de Milão, ou luxuosas como as de Gherardo Casini, são cuidadosamente impressas. Muitas são ilustradas, na sobrecapa ou também no texto, com grande bom gosto. Várias são acompanhadas de estudos, e algumas, notadamente as alemãs, de glossários. Em um destes, para que se avaliem os pormenores a que descem, estão discriminadas, com os equivalentes em réis, os diversos valores monetários que Eça menciona: libra, placa, moeda, cruzado etc. Fica-se assim sabendo, sem maior pesquisa — pelo cuidado de um editor alemão! — que, quando D. Felicidade hesitava em pagar sete moedas, a uma fazedora de milagres, para que lhe enfeitiçasse o conselheiro Acácio, é porque estava a ardente senhora diante da despesa considerável de 28 mil-réis.

Enquanto isto, em Portugal, os proprietários da obra de Eça (Lello & Irmão) estão prosperamente sentados sobre a sua propriedade. As tiragens se sucedem e nem mais é mencionada a edição. Apenas se sabe, pela bibliografia constante da 2.^a edição do *In memoriam*, que, nas alturas de 1945, *O crime do padre Amaro* tinha 15 edições, *O primo Basílio* 17, *A relíquia* e *Os Maias* 16. Imagine-se, por aí, em quantas edições devem andar agora.

Como novidade, apareceu apenas, em 1958, uma edição compacta, na qual as lombadas brigam com os textos, pois por fora se lê o nome da Editora Aguilar e no interior o dos Srs. Lello & Irmão; por fora se diz que é a “Obra de ficção” e dentro se encontram as chamadas obras completas.

Novidade apenas aparente, todavia. Porque consistiu na reprodução, com todos os erros, das edições comuns. Esse aspecto dos erros, que parecem aumentar com as tiragens, é desolador. Sobretudo sabendo-se que Eça foi perseguido, a vida inteira, pelo horror ao erro tipográfico, à “gralha”, como se diz em Portugal.

Em exemplar recente, de *A ilustre casa de Ramires*, exemplar oficial, dos Srs. Lello & Irmão, lemos que um personagem ficou “vermelho como uma pinóia”. O que Eça escrevera, porém, é que o seu personagem ficara vermelho como uma peônia... Em uma cena de *Os Maias*, num serão do Ramalhete, enquanto são servidas bebidas, inclusive ponche, comenta-se a crise francesa e alguém indaga de outro se lera, a respeito, o *Punch*, a tradicional revista inglesa. Pois bem, um revisor moderno resolveu simplificar tudo, aportuguesar tudo, decretar a igualdade entre a revista e a bebida. E, assim, a pergunta — “E o *Punch*? Não viu o *Punch*? Oh, delicioso!...” — transformou-se nisto: — “E o ponche? Não viu o ponche? Oh, delicioso!...” Esses dois primores estão reproduzidos também na edição compacta Aguilar-Lello.

No Brasil, a receptividade do público para os livros de Eça foi atestada pelo fato de haverem sido lançados todos os seus livros por uma editora de São Paulo (Brasiliense), em 26 volumes, logo que, completados 60 anos da morte do escritor, supuseram findo o reinado editorial dos Srs. Lello & Irmão. Acudiram estes, de Portugal, e, juntamente com os dois filhos ainda vivos

de Eça de Queirós, ajuizaram ação contra a editora paulista. O processo está, no momento, com resultado favorável aos filhos do escritor, proferido por 5 votos contra 4, no Supremo Tribunal Federal.

Pois apesar dessa edição brasileira, e de não se achar ainda definitivamente aclarada a questão dos direitos autorais, uma outra editora, desta vez mineira (Itatiaia), não receou apresentar logo a seguir, em 1962, arrochadas em cinco pesados volumes, grossos como dicionários, as obras de ficção, ilustradas, de Eça de Queirós. Poderá haver demonstração maior de como são comprados os seus livros no Brasil?

Infelizmente, o melhor que se pode dizer das duas edições brasileiras, é o que Eça disse dos seus hábitos: são más com boas intenções. As boas intenções estão nas notas que uma foi pedir a Augusto Pissarra, nas ilustrações que a outra encomendou a Haroldo Matos, e, de modo geral, na apresentação gráfica. São más, apesar disso, porque se limitaram a copiar as edições portuguesas, dispor a obra sem um plano lógico, sem anotar as variantes, sem procurar inéditos que ainda existem. Apenas copiaram, no Brasil, o que há decênios se vinha copiando em Portugal, e de Portugal copiaram até as falhas, fielmente, inclusive a do ponche. E o que é pior, o que humilha, é que edições estrangeiras, como, por exemplo, as italianas, não reproduziram tais falhas.

Perdeu-se, assim, a oportunidade de fazer a edição crítica e realmente completa, tão justamente reclamada por Adolfo Casais Monteiro, em *O Estado de São Paulo*, de 13 a 20 de maio de 1961.

Manda a exatidão bibliográfica falar também das edições pornográficas. Sim, leitor, pornográficas. Cerca de 1960 apareceram pelo menos 3 folhetos, gênero "de engraxate", anunciando obras do que denominavam "saboroso" (*sic*, inclusive aspas) escritor Eça de Queirós. Um, comprou o *Padre Amaro* em 97 páginas. Outro, fez o mesmo com *O primo Basílio* em 108 páginas. O terceiro contém uma condensação de *A relíquia*, em 50 páginas, condensação intitulada "Mary e Adélia sem camisas", com o subtítulo "Aventuras galantes de Teodorico". A respeito de tais edições, Carlos Drummond de Andrade escreveu, no *Correio da Manhã* de 29 de outubro de 1961, uma crônica cujo título diz tudo: "Eça, coitado".

Como somos, porém — e parece que gostamos mesmo de ser — um país de contrastes, enquanto aparecem tais livros, com as ilustrações que se imaginam, surgem, também, vinculadas a *Os Maias*, uma das obras mais amadas pelos leitores de Eça, ilustrações de elevado valor artístico, como as de Vladimir Alves de Sousa, a que nos referimos no capítulo consagrado ao Clube do Eça.

Composto e impresso em 1977, no transcorrer do
cinquentenário das atividades da
EMPRESA GRÁFICA DA REVISTA DOS TRIBUNAIS S.A.
Rua Conde de Sarzedas, 38 — Tel. 36-6958 (PBX)
01512 — São Paulo, SP, Brasil

para

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639
01212 — São Paulo, SP, Brasil

O livro, entretanto, enfoca de preferência — e é dessa ótica inversa que atinge seu ponto mais alto — a presença de Eça no Brasil, a partir do impacto causado aqui em 1878 pelo seu romance, *O Primo Basílio*, especialmente no Rio de Janeiro, centro da cultura e da política nacional, no Império e na República. A Corte. A Capital.

Dois núcleos de interesse intelectual do autor — Eça e Rio antigo — combinaram-se para produzir um sugestivo programa do Rio de Janeiro no último quartel do século XIX, seu ambiente cultural, seus costumes, seus jornais, suas revistas, seus teatros, em primorosa reconstituição nos capítulos “O Rio de Janeiro em 1878”, “*O Primo Basílio* chega à Rua do Ouvidor”, “Eça nos teatros do Rio em 1878”.

Por outro lado, o advogado brilhante que existiu sempre em Arnaldo Faro, cujo ardor combativo não lhe perturbava a objetividade da argumentação, transparece por inteiro quando contesta, no capítulo “*As Farpas* em Pernambuco”, a afirmação de Paulo Cavalcanti, perfilhada por Heitor Lyra, segundo a qual era o brasileiro nativo, e não o português de torna-viagem, alcunhado em Portugal de “o brasileiro”, o alvo das sátiras de Eça nas *Farpas*. Assim também quando analisa a famosa crítica de Machado de Assis ao *Primo Basílio*, do ponto de vista do “moralismo”, confrontando o romance de Eça com a “moral” das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, do que resultou, afinal, a defesa dos dois... O capítulo “A crítica de Machado de Assis”, aliás, termina com a resposta ao escritor português José Osório de Oliveira, que declarara trocar Eça de Queirós por Machado de Assis. O Brasil, diz Arnaldo Faro, é mais ambicioso: quer os dois. “Tem Machado, que é seu pelo nascimento e pelo culto, de que Portugal não participa em termos apreciáveis; e tem Eça de Queirós pela admiração, que precedeu e nunca foi inferior à de Portugal. Tem Machado por nascimento e Eça por adoção. A admiração por Machado, a crescente exaltação de sua glória, são orgulhosamente brasileiras. Ninguém tem títulos para partilhá-lo conosco. Não- assim Eça de Queirós, por quem a admiração em Portugal nunca foi maior do que no Brasil. Não precisamos, portanto, nem dar o que é nosso, nem obter o que já temos.”

ROBERTO REIS DA SILVA RAMOS